COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2242
RUBRICA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA

Processo	**Protocolo nº 006919 – 10/08/2020** Processo Nº 006919/SECGERAL (PARTE 16 – DOCUMENTO Nº 14 – VOLUME 13)
Interessado	Cidadãos: Hélio Cesar Bairros, Bruno de Oliveira Carreirão, Beatriz Campos Kowalski e outros
Assunto	Representação em face do Governador e Vice-Governadora do Estado de Santa Catarina ante a prática de crimes de responsabilidade

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2243 RUBRICA
1501
PROCURADORIA PÁG. 2226

O senhor como responsável pela Superintendência técnica e por todo esse trabalho, e hoje como Secretário da Saúde, não chegou isso ao seu ouvido até hoje?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Essa questão de que qualquer um pode fazer é... alteração de documento, não é bem assim. Porque as pessoas que acessam ao SGPE, elas criam uma matrícula, elas são identificadas e dentro desses processos cada um tem a sua atribuição. Então não é qualquer um, é pessoa que tem que ter acesso e tem que ter a função específica dentro daquela ação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu volto a falar sobre essa fragilidade e colocando agora na condição do senhor Secretário de Saúde...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...porque nesse mesmo processo há o desentranhamento de 16 folhas, se não me engano, lá no início - é isso, né, Relator - e depois quando falam que não vão entregar um equipamento, que vai entregar o outro, houve um... no processo tem ali, que houve um pedido para o engenheiro eletrônico, como é o departamento daquele engenheiro que veio aqui?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Engenharia clínica, deve ser.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Relator, o último depoimento daquele dia lá, foi aquele engenheiro elétrico?

(*O senhor Relator fala fora do microfone: "Elétrico."*)

Elétrico, né? Ou seja, tem um setor lá da Secretaria que ele coordena.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Tem alguns setores de engenharia na Secretaria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso. Esse setor pediu um parecer dos intensivistas para saber se aquele equipamento que estavam querendo entregar valeria ou não.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – O.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E no processo tem esse pedido. Aí, esse processo para autorizar a compra não abre sem ter a resposta disso. A resposta entrou, desengatou esse daqui e a resposta foi tirada. Não existe esse parecer dos intensivistas lá. Isso é normal acontecer no processo de compra do SGPE? Até porque eu forço isso não para mostrar a diferença do que o governo fala de transparência, mas eu estou muito mais preocupado é na fragilidade de todo o processo.

Sabe por quê, Secretário? Porque segundo o que Helton falou ontem aqui, o ano passado foram R$ 800 milhões em compra e a previsão para este ano é de 3 bi. Aí, quando eu vejo isso, eu consigo entender, Deputado Felipe, porque quando alguém em uma coletiva pergunta: escuta, mas uma compra de 33 milhões... aliás, não em uma coletiva, quando o Secretário veio aqui na nossa convocação, ainda na assembleia virtual, a gente perguntou: escuta, uma compra de 33 milhões, não acende uma luz vermelha? Daí ele disse: O que é 33 milhões para o orçamento da Secretaria de Saúde?

Por que eu faço todo esse contexto? Porque a minha preocupação... pelo menos do que eu ouvi até agora de todos que sentaram aqui, estão dizendo o seguinte: Olha, não fui eu, eu não sabia de nada, não tem nada meu. Só que aconteceu o fato e agora vão colocar a culpa no sistema, como sempre.

A minha preocupação, Secretário, é o senhor afirmar agora que não sabe disso. E eu agora estou pedindo para o senhor botar o olho nisso, porque o sistema extremamente frágil está funcionando ainda do mesmo sistema ou da mesma forma para um orçamento de 3 bi este ano.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, eu volto a dizer que, é... referente a este processo específico, se houve alteração de documento, eu não posso dizer porque eu não participei dele. Existe uma... existem séri... séries de estruturas dentro da Secretaria

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2244 RUBRICA
Fls. 1502
PROCURADORIA PÁG. 2227

que... trabalham cada uma na sua, na sua atribuição nesse sistema de compras. E toda vez que, é, uma pessoa, ela entra no sistema, fica lá marcado, fica registrado quem foi o indivíduo que fez essa ação. Então é a, as ações dentro da Secretaria elas são, elas são registradas dentro do SGPE e ele é um documento público.

Quanto a esse processo específico como eu não te... é... participei, eu não sei lhe dizer quais são os documentos que o senhor tá dizendo que foram retirados, porque de fato não é de meu conhecimento. Eu estava fazendo uma outra fala que o senhor me provocou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...é, sobre a transparência do Estado de Santa Catarina...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Qual é o dado, né, que o governo faz a propaganda de transparência e agora com essa...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Nós estamos falando aqui, é, de um pro... de um sistema, é... de processos que veiculam, que antes veiculavam em... em documentos físicos, em papéis que ficavam em gavetas ou em armários, hoje eles são públicos, todos eles, né? Tanto que nós temos acesso a eles aqui.

Quando eu falo transparência de processo, é a construção de todo nosso dado, nossos bancos de dados, nossas matrizes epidemiológicas. Se o senhor abrir o *site* coronavírus.sc.gov.br lá tem uma partezinha que fala lá em transparência. A gente consegue acessar uma série de informações, inclusive tem lá um painel de transparência que são todos os dados de todos, anonimizados obviamente, de todos os pacientes já diagnosticados com Covid e os óbitos e outras tantas informações.

Essa é a transparência que o Estado tem que dar, porque isso é ferramenta de gestão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, o.k.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...e é ferramenta de informação pras pessoas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A transparência é com relação a dados de infectados, de mortos e de ocupação de leito. A transparência é essa?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Entre outros tantos, né? O nosso *site* ele é bastante completo, inclusive...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas o senhor acha...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...a transparência...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor acha que a transparência também está sendo em cima do processo de compras, por exemplo, dessas dispensas de licitações, de tudo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Dispensa de, de licitações eu não sei lhe dizer porque eu não participei de nenhuma dispensa de licitação. O processo de compra da Secretaria ele já existe há bastante tempo, existe uma estrutura que ela é responsável por isso e vários, e em vários momentos, é... essa ação ela é, por... de alguma forma exercida por algum indivíduo, né? Então existe, sim, transparência, isso é um processo eletrônico e fize... fizemos nesse o governo o primeiro, é... é... pregão eletrônico né? Conseguindo uma economia bastante interessante na questão dos oxigênios domiciliares, o senhor se lembra disso, né?

Então eu acho que sim, esse é um processo que também traz transparência para o Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A Secretária Márcia, aliás, a funcionária Márcia quando esteve aqui, e eu perguntei a ela e ela confirmou... ela falou nos outros depoimentos também que de repente apareceu... o Coes foi o senhor que ajudou a fundar, né?

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2245 RUBRICA
Fls 1583
PROCURADORIA PÁG. 2228

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É, o Coes é uma... é uma estrutura que ela vem do governo federal e é uma necessidade em períodos de... enfrentamento de crise.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Então eu sou um dos componentes do Coes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu só tirar uma pergunta aqui...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O Secretário Helton esteve aqui e disse que a Márcia não foi convidada para ir lá para a Defesa Civil, ela foi porque ela quis. O senhor confirma o que o Helton falou? Ou [confirma] o que ela falou, que ela foi chamada para ir lá? Para ficar lá fisicamente nesse processo.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, as estruturas do Coes são os gabinetes e as Superintendências. Na minha a, na minha atribuição de Adjunto, as três Superintendências Hospitalar, regi... ã... Regulação, de Urgência e Emergência foram, sim, convidadas para estarem presente dentro do Coes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Como que o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...como que o Depu... o Secre... o ex-Secretário Helton lidou com essa questão da SGA ou de outras, eu não sei lhe dizer, mas elas estavam todas presentes no Coes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, o.k. Então pelo Coes a Márcia deveria estar lá pela função dela, de Superintendência?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Parte do princípio que todas as (*ininteligível*) Superintendências deveriam ester... ter algum representante lá dentro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Relator, eu acho que isso é muito importante, por isso que eu faço essa pergunta. Até porque o seguinte, o Coronel... lá de compras, da licitação lá... eu tenho dificuldade de nomes.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu também, nós temos a mesma dificuldade. (*Ri.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu tenho dificuldade de nomes (*ri*), mas aquele Coronel que esteve aqui...

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "Maia."*)

O Coronel Maia falou o seguinte, palavras dele, que havia tanta informação que nós teríamos em abril seis mil mortos, com mortes pelas calçadas e que a dificuldade dele de ter o acompanhamento do processo é porque eles ficaram isolados na Secretaria de Saúde, as gerências ou as diretorias, não lembro, e a Superintendência foi lá para o Coes e ficou lá.

A Márcia confirma que havia a necessidade de ela estar lá, inclusive que fizeram um grupo chamado de 24 horas, o senhor participava desse grupo de WhatsApp...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Grupo o quê?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...chamado 24 horas?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não tenho conhecimento desse grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor não participava desse grupo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Onde tinha que resolver as coisas em 24 horas.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Desconheço essa organização.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2246 RUBRICA
PROCURADORIA Fls. 1584 PÁG. 2229

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – E eu preciso fazer um comentário sobre o que o senhor tá dizendo, porque... quando a gente fez lá dia 17 de março, é... a, uma medida mais dura e acertada, hoje a gente sabe que ela é acertada, porque o senhor falou que... haveria mortos pela calçada, pelas calçadas e só não tem em Santa Catarina, porque Santa Catarina foi extremamente competente nesse enfrentamento. Mas tivemos mortos pelas calçadas em Manaus, em Belém e em outras esta... em outros Estados, é, brasileiros...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor... o senhor, é...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...nós não podemos negligenciar, Deputado, e acho que não é negligenciar, mas o esquecer que no País hoje nós temos 33 mil óbitos causados pelo Covid. Santa Catarina está com 152, que já é um número grande de óbitos, mas tá só com esse quantitativo pequeno porque a Secretaria de Estado da Saúde foi competente o suficiente pra tomar as ações que precisava.

E quando a gente tomou uma, uma ação extremamente, é, criticada e corajosa, no dia 17 de março, e aqui vai a minha reverência ao Governador, Moisés, nós fomos criticados e fomos o primeiro Estado brasileiro a fazer esse tipo de isolamento social. Foi o que nos garantiu o achatamento da curva e a possibilidade de termos tempo para estruturar processos e equipamentos de saúde. Os Estados que assim não fizeram, eles perderam esse jogo.

É muito triste olhar na televisão uma retroescavadeira fazendo cova pra 130 enterros simultâneos numa capital brasileira chamada Manaus, onde os... os caixões eram empilhados de três a três. E era justamente este cenário que nós queríamos evitar. Não... ninguém, é, disse que haveria mortos pelas calçadas, porque isso... e se acontecesse dessa forma, talvez nós estivéssemos aqui hoje discutindo exatamente isso, por que que nós não fizemos mais?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu só lhe dizer, Secretário, eu divirjo com relação a essa questão porque eu conheço o Brasil, eu conheço Manaus, eu conheço a realidade. Nós não podemos, assim como a gente não pode utilizar as mesmas formas de cálculo da Europa, utilizar a mesma fórmula do Sul para o Norte ou Oeste... porque a nossa realidade é muito diferente. Nós temos um País de tamanho continental e não dá para dizer que o que nós aqui no Sul vivemos... como Manaus ou qualquer outra capital saindo do Sul e Sudeste. Então essa...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – O senhor acha que pode ser comparada a São Paulo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Também não, porque o seguinte...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – São Paulo, então, não é tão evoluído quanto Santa Catarina?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, não é que é evolução. Nós temos que entender a capacidade de SUS que nós temos.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Entendeu? E daí quando você...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Qualidade do nosso trabalho em saúde, exatamente isso, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quando você vê aqui, por exemplo, na questão do SUS, a nossa capacidade é muito distinta de São Paulo pelo número de pessoas e o número de pessoas dependentes dos hospitais do SUS. Mas essa não é a função...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – O.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu queria saber o seguinte, a Secretária, aliás, a funcionária Márcia diz que, logo depois que compraram os respiradores, veio uma empresa oferecendo a possibilidade de locação. O senhor sabe disso?

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2247 RUBRICA
Fls. 1585
PROCURADORIA PÁG. 2230

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quem era a empresa?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É um fornecedor do Estado já de bastante tempo, que era Leandro Estevo, se eu não me engano, que veio oferecer ajuda e perguntou se havia interesse em locação de equipamentos e...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Qual foi o seu...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...voltando, voltando a questão da organização, é, do enfrentamento, a gente tem que entender, é, é, diversas formas de equipar as nossas UTIs.

O próprio Ministério da Saúde determinou *kits* para disponibilização dos hospitais. O que que são esses *kits*? Cama, respirador, monitor e bomba de infusão. Então num, num, num momento onde o, o mercado ele está bastante complicado e as notícias diziam naquela época que os próprios americanos compraram toda a produção da China, e tanto isso é verdade que tem essa dificuldade que até hoje, né, o próprio Ministério da Saúde agora parece que suspendeu essas, essas importações, teve dificuldade também como todo mundo, não foi só aqui, é... locação de equipamento ou locação de *kit* no molde como se... o Ministério da Saúde havia proposto, era uma possibilidade, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O que o senhor fez nesse processo da oferta de locação?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Encaminhei pra área que era a área que trabalhava exatamente com essas questões. A SGA, Superintendência de Gestão Administrativa, é quem cuida de como tem lá o... o senhor Charlie, que é o diretor de licitação e, e compras. Essa é a área que precisa entender a oferta, se há adequação de produtos, valores e outros tantos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A Márcia falou, não só aqui para nós, mas nos outros depoimentos... eu estou usando a Márcia porque, é...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...a versão dela...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...e eu preciso tirar uma dúvida, até para esclarecimento, não estou dizendo que ela é a única dona de verdade, assim como tenho o direito de ter uma opção de pensar que o senhor está não falando totalmente a verdade, é uma questão de opinião. Assim como também ela...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Respeito muito isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...veio aqui e eu também posso desconfiar. Esse é um direito meu e eu espero não estar ofendendo-o.

A Márcia disse que ela foi chamada para uma reunião sobre essa questão da locação.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E que o senhor inicia a reunião falando o seguinte: Márcia, essa reunião precisa para passar os documentos para o cidadão que vai para a China. Daí nós ouvimos antes aqui o senhor Onofre Neto, que por conta dessa locação, colocou-se à disposição para ir à China e ajudar nessa questão dos equipamentos. E o senhor sai da reunião, confere isso?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – A reunião ela foi trazida pelo senhor Leandro pra fazer uma oferta de ajuda, onde surgiu essa questão da possibilidade de... aluguéis. E foi mencionado, sim, na reunião a necessidade de ter um... passaporte, alguma coisa pra China, é... que muito me estranha, porque essa não é, é... o... a Secretaria de Saúde e o governo do Estado não participa desse tipo de, é, de negociação ou o de facilitação. O que foi dito pro ci... pra, pra, pra, pra aquele cidadão naquele momento, foi a única vez que conversamos sobre isso, é que ele procurasse de alguma outra forma, que eu não entendia aquilo como

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 224 RUBRICA
1986
PROCURADORIA PÁG. 2231

condição pra fazer qualquer tipo de... aluguel ou negócio, né? Se por ventura fosse vir, viria ser feito com o Estado, como se fosse uma condição e não haveria nenhuma ingerência da Secretaria nesse processo.

É, no momento que nós, é... estruturamos o Coes, é... também foi organizado o GRAC, que é um... um grupo de resposta a acidentes e catástrofes dentro da Defesa Civil, onde várias instituições estavam lá dentro: polícias, instituições da sociedade organizada, representantes de federações, Defesa Civil... que talvez fosse o fórum ou algum... ou ambiente pra esse cidadão buscar essa, seu, esse seu pleito, mas que não seria na Secretaria de Estado de Saúde, obviamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor foi a favor ou contra a criação do... ou a montagem do hospital de campanha de Marejada pela empresa Mahatma Gandhi?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Essa foi uma... uma discussão que não passou pelo Coes e pela Secretaria de Saúde naquele momento, eu não fui consultado e não participei desse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas a Defesa Civil estava no Coes também?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – A Defesa Civil estava no GRAC, né, nós estamos dentro da Defesa Civil com duas estruturas, o Coes é o Centro de Operação de Emergência em Saúde, ele é o orientador do processo, o GRAC é uma estrutura que dá apoio às, é... catástrofes, pandemia... pandemias e outras necessidades, tem várias estruturas dentro do GRAC. Então as, é... neste momento que deve ter sido discutido neste outro fórum, não houve participação do Adjunto ou do Coes nesse momento, nesse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente, se me permite, eu queria passar [a palavra] ao Deputado Milton Hobus, porque o Deputado Milton Hobus tem neste momento uma fala inclusive com relação a esse desmembramento do processo e também da questão dos respiradores da Intelbras.

Deputado Milton Hobus... liga o microfone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Conseguimos agora... eu fiquei um tempo fora de área de Internet, mas agora acho que conseguiremos falar e [quero] pedir desculpas, porque eu não acompanhei a última meia hora de oitivas, Deputado Kennedy. Então se eu perguntar alguma coisa que já foi esclarecida, por favor, vocês podem me ajudar.

Eu tenho algumas dúvidas, doutor André, e por isso nós solicitamos que o senhor viesse prestar depoimento à CPI. Uma das dúvidas é essa questão do envolvimento do senhor Onofre, que é o representante da empresa que fabrica os respiradores que o Estado comprou. O senhor Onofre disse que deixou bem claro para vocês que, inclusive documentalmente, a empresa fabricante chinesa não reconhecia a compra que o Estado fez via Veigamed e, também ela como a única que poderia importar para o Brasil, também não reconhecia a negociação.

O senhor recebeu um *e-mail* no dia 6 de abril e a pergunta é: o senhor sabendo de tudo isso, quais providências o senhor tomou para evitar aquela negociação desastrosa ou já imediatamente procurar rever o negócio mal feito que a Secretaria de Estado fez, inclusive pagando no dia 2 de abril os 33 milhões? Essa é a primeira pergunta.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, o... na verdade, eu preciso esclarecer uma questão.

O *e-mail* do Adjunto ele é acessado pelo Adjunto e pelos seus assessores, porque dentro da estruturação, e da tentativa, e daquela, é... quantidade de trabalho que era sendo feito por nós para estruturar serviços era... praticamente impossível a leitura de todos os *e-mails*. Então há uma determinação para que esses *e-mails* fossem lidos e quando eu, é...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2249 RUBRICA
1587 PROCURADORIA 4

claramente destinado a uma área específica que eles assim fossem destinados. Os quais fossem pra respostas ao cidadão que houvesse respostas ao cidadão.

Mas esse *e-mail* específico ele entrou no dia 3, não foi no dia 6, às cinco horas da tarde. Eu consegui, é... ler uma parte desse *e-mail* no domingo e digo uma parte que quando eu de... quando eu identifico, ã, o questionamento que não é de minha competência, eu encaminho pra área afim. Então no dia 5 eu encaminhei esse *e-mail* pra assessoria pra que ele fosse encaminhado à Cojur. E... não tenho o conhecimento do, do teor completo do *e-mail* e só fiquei sabendo momentos, é, posterior que havia alguns anexos nesse *e-mail*, é, que o senhor está comentando, que na verdade ele foi encaminhado para a Cojur no dia 6, mas ele entrou, é... na caixa do Adjunto na, no dia 2 às cinco horas da tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu estou sem o vídeo neste momento, estou com um problema de sinal, mas o senhor me ouve, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, Deputado Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Esse *e-mail* é autoexplicativo, doutor André, e é um *e-mail* muito grave, mas muito grave. Porque ele diz exatamente, deixa claro, que a compra feita dificilmente o Estado receberia, porque o fabricante não reconhece, como que iria receber?

Então no mínimo, o senhor agiu de forma temerária fugindo da sua responsabilidade de uma negociação tão grande e que deveria ter chamado atenção e providências deveriam ter sido tomadas. É muito simples dizer que não é comigo e alguém não botou para frente...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...eu acho que vocês têm que assumir responsabilidade.

Mas eu queria fazer outra pergunta, esse mesmo senhor Onofre disse ao senhor... disse para todos nós da CPI que uma empresa de São Paulo, entre o dia 20 de março e o período que foi comprado da empresa Veigamed, uma empresa de São Paulo que cotou com a Exxomed, que é a representante dos respiradores, fez uma oferta ao Estado por R$ 78 mil, esses mesmos respiradores. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, senhor.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Antes de tu responder.

Eu pedi questão de ordem a vossa excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Prossiga.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Reitero pra vossa excelência o pedido que foi feito no início, ele está sendo ouvido aqui na condição de testemunha. Esse momento é o momento dele prestar esclarecimentos sobre fatos objetivos aos quais forem lhe indagado.

Com todo respeito ao Deputado, que tá dirigindo e que deveria parar o carro pra poder formular as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ele não está dirigindo, ele está no passageiro.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Que seja, mas ele deveria no mínimo parar pra acompanhar essa solenidade. Ele não tem o direito de...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu parei o carro.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – ...fazer uma crítica dizendo que (*ininteligível*) ou que ele cometeu qualquer tipo de infração administrativa ou ilícita. Porque isso aí é pré-julgamento, mesma situação que ele ensejou, é... é... fazer observação e uma parte contra colocação do... do nobre Deputado. É essa questão que eu volto.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2250 RUBRICA
1588 PROCURADORIA PÁG. 2235

Ninguém tira des... dos membros dessa CPI o direito de terem qualquer julgamento que tiverem, até porque é sua função. O que se não se admite, e aqui como, como advogado que está assistindo ele na condição de testemunha, é que os membros da CPI façam comentários de pré-julgamento ou se antecipem fazendo colocações que atinjam a idoneidade profissional e pessoal da pessoa que tá aqui testemunhando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Concluído?

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Concluído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Doutor, eu não estou entendendo o porquê do senhor estar se exaltando, a gente está a uma distância que eu consigo ouvir o senhor perfeitamente, tá bom?

(*O senhor Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone: "Certo. Não por mim..."*)

De verdade, eu não estou entendendo mesmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Questão de ordem.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Por que qual é... mas qual foi o problema? Eu fui, eu fui mal-educado com vossa excelência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, mas está aí gritando, não tem o porquê disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – O senhor se irrita com a minha intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não de forma alguma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...mas com a forma exaltada sim.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Então o senhor me desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Até porque eu não estou entendendo ela.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Eu tenho, eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode ser pela máscara... o senhor quer tirar a máscara para falar?

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Não, não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então está acatado o que o senhor...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – É que, infelizmente, a gente nem sempre tem uma empatia, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, mas eu não tenho problema...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Mas eu não me importo, a minha profissão também, por uma questão de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, eu não tenho problema, eu simplesmente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Hum, hum. Tranquilo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Uma questão de ordem aqui. Eu quero pedir ao senhor advogado, que é a segunda vez que ele vem querer tumultuar

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2251 RUBRICA
PROCURADORIA 1589 PÁG. 2234

o processo, e deixe-me aqui fazer uma defesa ao Deputado Milton. Ele não fez nenhuma acusação, ele está falando de um *e-mail* assinado pelo seu cliente, e que todos nós tivemos conhecimento, inclusive foi isso que nós Deputados aprovamos...

(*O senhor advogado Álvaro Otávio Ribeiro da Silva pega o microfone para falar.*)

Ei, deixa eu falar!

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – O senhor tá faltando com...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu falar aqui!

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – O senhor tá *(ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente, corta o microfone dele! Corta o microfone dele! Aqui é a Assembleia Legislativa e a CPI!

O Deputado Milton Hobus não fez nenhum pré-julgamento, ele fala de um *e-mail* assinado pelo seu cliente e que resultou...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...no pedido desses Deputados todos pelo afastamento dele. Então, por favor, o senhor não vem para cá... eu não vou deixar qualquer Deputado ser agredido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, o que não vai acontecer aqui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...por uma opinião pública que... ou uma opinião do Parlamentar e o senhor querer fazer totalmente... que é uma, um pré-julgamento ou julgar. Nós não estamos pré-julgando nada, nós estamos inquirindo mesmo na condição de testemunha! Então, por favor... psi...tá? [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

(*O senhor advogado Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone: "Pela ordem, o que quero colocar, vossa excelência...".*)

Por favor, eu quero respeito aos Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Já foi acatado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu poderia retomar a palavra?

[*O senhor Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone*: "(*Ininteligível*) *de Santa Catarina, apresentasse esse documento que o senhor está referindo* (*ininteligível*)."]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Está no processo, inclusive!

(*O senhor Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone*: "*Mostre aqui.*")

Não, não, não precisa. Foi apresentado na sessão em que resultou o pedido de afastamento dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Doutor, de verdade, o senhor está se sentindo bem?

(*Falas paralelas entre o Deputado Estadual Kennedy Nunes e o advogado Álvaro Otávio Ribeiro da Silva.*)

Tá bem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Conclua, Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu não sei por que a exaltação do defensor do depoente e agora eu estou com o carro parado, senhor advogado - desculpe, é que eu não ouvi o seu nome.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2252 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2235

O *e-mail* é um documento, esse *e-mail* foi enviado para a caixa de *e-mail* oficial do Secretário Adjunto, doutor André Motta Ribeiro. Ele tem todo o direito de terceirizar pessoas para ler os seus *e-mails*, mas ele não tem o direito como gestor público de omitir um documento seu oficial de tamanha gravidade.

A pergunta que eu fiz é que providências ele tomou a partir do recebimento desse *e-mail* em sua caixa postal, e isso não é nenhuma ofensa, e se não fez nenhum encaminhamento ou terceiro a leitura, evidentemente, que é uma gestão temerária. Desculpe, mas é a minha opinião e eu quero que conste nos autos essa opinião, porque um gestor público tem que responder pelos seus atos, e o doutor André Motta, eu quero que ele responda o que ele fez ao receber esse *e-mail* e tomar conhecimento de um assunto tão grave como foi essa compra inexplicável de uma empresa sem *expertise* para vender os equipamentos.

Por favor, doutor André, o senhor pode repetir que providência o senhor teve quando tomou conhecimento desse *e-mail*?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, eu... eu tinha respondido, vou repetir: esse *e-mail* entrou no dia 03 de abril, às 17h, na caixa de *e-mail* do Adjunto. No dia 05, eu encaminhei esse *e-mail* de volta para a assessoria que encaminhasse para a nossa assessoria jurídica, porque o entendimento de gravidade desse *e-mail* eu não... não tinha, porque eu não abri os anexos, não é a minha atribuição fazer julgamento, eu não tenho essa *expertise*, por isso que tem Cojur e advogado dentro da nossa... nossa estrutura.

Ele foi encaminhado para parecer jurídico de uma estrutura que está vinculada ao ordenador primário da Pasta. Então, eu fiz um encaminhamento conforme é... a necessidade de que houvesse um olhar técnico sobre isso. Eu sou médico, eu não sou advogado e, por isso, nós temos a consultoria jurídica da Casa pra isso. Ele foi encaminhado para parecer jurídico e seguisse o seu rito que deveria ter sido seguido. É só isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E, novamente, outra pergunta, sobre essa possível oferta dessa empresa de São Paulo, que tem nos autos gravado o nome e eu não recordo, o senhor tomou conhecimento ou não? Por favor, só repita isso, desses mesmos equipamentos por R$ 78 mil, antes de vocês terem comprado da Veigamed.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO - Qual é a empresa que o senhor tá se referindo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Uma empresa de São Paulo, que havia contado com a Exxomed... é Dial?... o seu Onofre falou, se vocês puderem me ajudar, pois eu não estou presencial, mas ele falou no depoimento ainda há pouco aqui na CPI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Empresa DI...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Oi?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Empresa DI, Deputado Milton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Isso, isso.

Ele só não disse para quem foi entregue essa proposta. A pergunta que eu lhe faço é se o senhor sabia dessa proposta ou não. É importante a gente saber quem recebeu essa proposta.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, é... como Adjunto, eu não participo, como Adjunto, de processos de compra, porque tem uma estrutura da Secretaria que ela é montada justamente pra isso. Então, eu não sei de que proposta o senhor está falando, não tenho esse conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O senhor não participa do processo de compra, mas o senhor estava conversando com o senhor Leandro Estevo que era o representante da Exxomed para locar equipamentos para Santa Catarina.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2253 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2230

Qual a diferença de participar de processo de compra e de locação, então?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Na verdade, esse cidadão ele procurou para fazer uma... uma oferecer ajuda pro Estado e como ele já era fornecedor antigo, eu dei escuta a necessidade dele pra que fosse encaminhado pra área afim, mas não houve negociação alguma de minha parte com esse cidadão. Não é a minha atribuição fazer negociação de compras como Adjunto. Nós temos uma estrutura do Estado que faz isso. Então, eu... eu escutei a... eu recebi, fiz a escuta... a única manifestação de minha parte é de que o modelo, a modalidade de aluguel, como, por exemplo é... leitos privados, né, edital pra leito privado, não deixa de ser um aluguel, poderia, sim, ser considerado como estruturação de serviços. Agora, negociação, ver que tipo de equipamento, quantitativos, preços, não é da minha alçada, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O.k.

Doutor André, o senhor participava também das reuniões diárias do GRAC nesse período crítico do dia 17 até o dia 30 de março quando vocês se reuniam diariamente?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Na verdade, não, porque o GRAC é uma estrutura que estava organizada é... separado do Coes. O GRAC é uma estrutura de várias outras estruturas pra dar apoio a catástrofes e pandemias e ali tínhamos representantes da Secretaria de Estado, do Coes, dentro do GRAC, mas eu não participava do GRAC porque eu estava numa outra função que era a de estruturação de serviços.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu vou lhe fazer, então, outra pergunta.

Tinha alguns Secretários que se reuniam diariamente com o Governador para posicionar o Governador e tomar decisões grandes, como a história do hospital, como a história dos ventiladores, porque o Estado mandou todo mundo ficar em casa no dia 17, justamente para que vocês pudessem comprar equipamentos e fazer... dotar os hospitais dos equipamentos para que, se tivesse demanda, pudesse atender a população.

O senhor participava dessas reuniões diárias com Governador?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – O que aconteceu no dia 17, na verdade, foi um decreto para isolamento social pra várias questões, entre elas, a organização de leitos de terapia intensiva, mas não só isso.

O senhor deve estar falando do Colegiado de Secretários que se reúne com o Governador. Eu, como Adjunto, não participava do colegiado, apenas em algum momento específico para discutir um assunto que fosse de respeito do Coes ou da estruturação que estava sendo feita. Então, essas reuniões de colegiado com Governador, eu não participava.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O.k.

E o senhor como intensivista, o senhor não foi consultado pelo seu Secretário e pela equipe para opinar com relação aos equipamentos para a unidade de terapia intensiva?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – As atribuições que eu estava exercendo eram bastante complexas e grandes, nós temos intensivistas e engenheiros clínicos com essa atribuição de fazer parecer. Não era a minha atribuição e eu não fazia parecer sobre equipamentos naquele momento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O senhor também não participou... a gente sabe que o Secretário Helton assinou os documentos da possibilidade de negociação com a Intelbras também, então?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Na Intelbras...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor não conhece?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, a Intelbras, como superintendente hospitalar, que era a minha obrigação, apontar quantitativos de insumos e equipamentos, é... eu sim, eu participei da manifestação de quantitativos de equipamento e isso é fato, mas não da negociação dos equipamentos.

PROCURADORIA
PÁG. 2237
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2254
RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Certo, o.k.

Doutor André, o Secretário Helton, disse que vocês chegaram à conclusão que necessitariam abrir 713 leitos novos no Estado. Então, o senhor alega que participou da construção e da análise de dados para chegar a esse número, correto?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Correto, mas esse número, na verdade, ele partiu muito mais de uma necessidade da gente abrir um quantitativo grande de terapia intensiva e esse número ele... ele foi... chegamos a esse número porque nós mapeamos os hospitais do Estado que teriam condições de colocar naquele primeiro momento estrutura de terapia intensiva.

Então, no primeiro planejamento do Coes e naquele momento que havia essa angústia de identificar quantitativos, chegou-se a esse número que nós partimos de 810 leitos de UTIs já instalados para mais 713 e, depois, durante o planejamento, foi mostrando os caminhos. Mas o planejamento inicial era exatamente esse: 713 baseado no que os hospitais, inclusive, manifestaram de condição técnica de absorver de construção de leitos novos, na ativação de leitos novos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Deputado Milton...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E o senhor não participou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Só me permite, eu queria fazer uma ressalva.

O Secretário André disse que ele não abriu os anexos que vieram sobre a questão de poder importar ou não, mas está aqui em minhas mãos para o seu advogado ver.

(*Mostra documento ao depoente e aos advogados.*)

O ofício da Exxomed, ao doutor André, que é esse que foi falado. O senhor disse que não tinha aberto os anexos, por isso não soube da gravidade do processo, mas no ofício diz o seguinte (*Passa a ler*): Venho informar esta empresa não tem a autorização para esta compra na fábrica e nem autorização para a venda e comercialização emitida pela Exxomed. Só para deixar claro, que isso não está nos anexos, mas está no ofício que o senhor leu, assinado pelo senhor Onofre Joaquim Rodrigues.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, quando o assunto ele extrapola a minha competência, eu volto a dizer, eu sou médico, eu não sou advogado, eu encaminho pra quem precisa olhar e definir se existe algum tipo de irregularidade. Nesse caso, nós temos consultoria jurídica pra isso, e eu não me lembro de ter visto algum documento comprovando essa irregu... não, isso aí é uma carta dizendo, mas eu não sei se tem algum documento aí...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Estava nos anexos. Eu só trouxe aqui porque...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu vou repetir pro senhor: eu encaminhei isso através de assessoria para a consultoria jurídica, porque nunca foi minha atribuição participar de processos de compra ou de definição de adequação de empresa, porque não é a minha... não é atribuição fazer esse tipo de... de ação naquele momento, como Adjunto. É só isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Só isso, Deputado Milton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Muito obrigado, Deputado Kennedy.

Para finalizar, foi apresentado um quadro para todos os Deputados numa audiência pública, através do Secretário Helton e do Chefe da Defesa Civil, Coronel João Batista, um

PROCURADORIA 1593 PÁG. 2235
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2255 RUBRICA

documento onde dizia quantos leitos de UTI precisaríamos em cada região de Santa Catarina nos meses de abril, maio e junho.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Verdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E totalizava, segundo o Coronel João Batista, 2.659 leitos de UTI que era a necessidade do Estado.

O senhor pode me dizer como chegaram a esse número?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É... de novo, né, quando nós iniciamos o processo de estruturação de serviços, como essa é um enfrentamento de uma pandemia nova e nós não tínhamos e não... naquele momento banco de dados para fazer projeções de cenário, só havia uma maneira de fazer isso, e só um instrumento estava sendo utilizado para calcular necessidades. Então, dentro de um modelo matemático que é desenvolvido pelo Nietta, dentro da Defesa Civil, que é uma estrutura que trabalha com a questão de transmissão urbana e de dados estatísticos, para fazer algum desenho de cenário, deveríamos buscar fora das fronteiras do Estado e do Brasil, dados pra que apontasse algum cenário. Infelizmente, infelizmente, essa foi uma construção que nós fizemos agora com o tempo, naquele momento houve um erro de... houve um exageramento na verdade dessa necessidade. Eu me lembro muito bem desse documento que apontava...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Muito grande.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ... que apontava um número bastante grande, isso causou mais angústia e... e... mais medo nas pessoas, porque nós não teríamos estrutura o suficiente, mas era um modelo matemático, usando dados de outros países, porque nós não tínhamos esses dados, nós estávamos iniciando o enfrentamento. Hoje, nós temos dados bastante concretos e, de fato, houve uma supervalorização do quantitativo de leitos de UTI naquele momento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Foi um erro estratégico do governo, na minha avaliação, aqui é opinião minha, se o senhor me permite, porque não se levou em conta... e eu acho que vocês deveriam ter ouvido algum epidemiologista que pudesse atestar isso, porque o mundo inteiro estava falando nisso.

O Estado de Santa Catarina é um Estado formado por pequenos Municípios na sua grande maioria e todos nós sabemos, nós leigos que não somos médicos nem especialistas da área, que esse vírus não estava em Santa Catarina, não estava no Brasil, ele veio, e quanto maior as cidades e com maior intercâmbio de países e de pessoas mais esse vírus tinha probabilidade de se proliferar. E o Estado de Santa Catarina é um modelo totalmente diferente. Eu, no dia 17, disse isso para o Estado de Santa Catarina, que o Estado poderia ter adotado medidas diferentes, porque iria demorar pra esse vírus atingir o volume que vocês estavam fazendo e não precisaria dessa histeria toda que se colocou, desse pânico todo que se colocou a partir das autoridades para a população.

Essa é minha opinião pessoal que eu externei no dia 17 e que ela se confirmou, porque até hoje em alguns Municípios nem um caso ainda temos. Então, tivemos um erro de avaliação muito grande dos gestores do nosso Estado Santa Catarina, que inclui vossa excelência também.

E hoje, na situação que nós nos encontramos, o senhor à frente da gestão da saúde... porque, lá no dia 17, vocês limitaram os serviços de acesso à saúde, à população para todas as outras patologias, e nós sabemos que muita gente morreu por isso. Doutor André, o senhor tem convicção disso, que muita gente morreu por vocês terem fechado serviços nos hospitais pelo Estado inteiro para reservar leitos e vagas para a UTI e leitos para a Covid-19?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, eu vou... eu respeito a sua opinião, e assim deve ser, mas eu vou me permitir discordar de tudo o que o senhor falou. Primeiro, que nós temos equipes bastante técnicas, equipes muito bem preparadas dentro da

Fls. 1214
PROCURADORIA PÁG. 2239
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2256 RUBRICA

Vigilância, são vários epidemiologistas, vários pneumologistas, pesquisadores, que apontavam para o mesmo cenário. Aquele momento era um momento de transmissão comunitária do vírus e, se a gente for olhar para as datas, percebe-se que a partir de vinte, vinte e pouco de março, houve uma aceleração da disseminação de casos por Santa Catarina. E hoje a gente só tem essa tranquilidade porque nós tomamos essa atitude no dia 17 de março, e ela foi acertada, sim, senhor.

Outros Estados que assim não o fizeram...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu vou me permitir discordar do senhor...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Mas eu... eu gostaria de terminar o meu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu vou discordar do senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Mas eu gostaria de terminar só a minha fala porque quando o senhor estava falando, eu estava te escutando. Se o senhor me permitir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Pois não.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É... outros Estados que assim não o fizeram, tiveram óbitos de pessoas sem acesso a serviços de saúde.

O que nós temos agora posto no Estado de Santa Catarina é uma... uma aparente tranquilidade de um vírus que ele ainda não mostrou toda a sua força e a gravidade dessa pandemia. E se o senhor está acompanhando e parece que é muito bem informado com os dados, o senhor consegue perceber que na última semana nós tivemos um acréscimo de 50% nos óbitos do Estado. Nós temos algumas regiões que há um aceleramento dessa disseminação do vírus, e reforço, a gente agora está preparado, nós temos protocolos, nós entendemos de alguma forma como esse vírus se comporta e só estamos discutindo hoje essas questões que estamos discutindo, porque nós fomos competentes o suficiente para fazer o achatamento da curva.

E outra questão, o Estado não fechou o serviço essencial, e ninguém morreu por conta disso. O que o Estado fez foi adiar ambulatórios e cirurgias eletivas não tempo sensíveis. O que significa isso? Aquela cirurgia que o cidadão pode esperar pra fazer e não lhe traga nenhum tipo de prejuízo e vou lhe citar: cálculo na vesícula biliar que não está sintomático, é uma cirurgia que é eletiva? Sim. Ela é tempo sensível? Não, ela não é tempo sensível. Agora, cirurgias em neurocirurgia, cardiologia, oncologia principalmente, essas continuaram sendo realizadas pelo Estado de Santa Catarina, tanto é verdade, que quando nós buscamos estruturar serviços para o enfrentamento Covid, nós procuramos evitar os hospitais de alta complexidade nessas patologias, pra que elas, de forma alguma, fossem afetadas pela estruturação Covid. Um exemplo disso é o Cepon, que lá não foi estruturado serviço, porque precisava fazer o acompanhamento e o atendimento às pessoas. O Estado não determinou acesso do cidadão a serviço essencial, nós determinamos adiamento de cirurgias eletivas e as pessoas não morreram por falta de acesso a esses serviços no Estado de Santa Catarina. O senhor não tenha dúvida disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu vou lhe dar dados documentalmente. Nós temos cidadãos que tinham recomendação de cirurgia cardíaca, cardíaca, tá, com a artéria muito entupida, mas ele não entrou pela emergência do hospital, veio por uma indicação e por um exame, e o médico disse: "Olha, você tem que fazer essa cirurgia no máximo em trinta dias, porque você está correndo risco mesmo, as tuas artérias estão todas entupidas." E foi negada, foi negada a cirurgia, porque a argumentação é que não tinha leito de UTI, já normalmente é difícil ter um leito de UTI, e aqueles leitos reservados para a Covid não puderam ser utilizados para fazer a cirurgia nesse cidadão.

Gostaria que também o senhor aproveitasse - e assim eu vou encerrar as minhas perguntas - para explicar, e todos os Deputados conhecem a história, principalmente quem é

1095
PROCURADORIA
PÁG. 240

de Florianópolis, mas nós que estamos no interior sabemos por que a dificuldade Cepon em iniciar tratamentos de pacientes de câncer que têm um protocolo, que têm um tempo máximo de espera e essa espera hoje quintuplicou, sextuplicou, e as pessoas não estão tendo acesso ao início do tratamento do câncer.

O senhor poderia explicar isso para o povo de Santa Catarina?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É... Deputado, eu preciso que o senhor aí realmente encaminhe o documento de paciente que teve indicação de cirurgia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Vou lhe encaminhar.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Por favor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – De câncer, do Cepon, vou lhe encaminhar da cirurgia cardíaca.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu só gostaria de terminar a minha fala, Deputado.

É... porque não é essa, não foi essa a orientação do Estado. O Estado, como eu disse, suspendeu cirurgias eletivas não tempo sensíveis. Aqueles que precisavam operar as agendas estavam sendo mantidas.

A questão de acesso à Oncologia e outros serviços ela existe, existe um gargalo, nós estamos trabalhando pra que isso seja diminuído. É entendimento da Secretaria e do governo que filas pra alguns procedimentos elas não devem ser toleradas, mas esse dado que aumentou em cinco, seis ou dez vezes as filas o senhor precisa me mostrar, porque também não é essa a determinação da Secretaria. Muito pelo contrário, a nossa intenção é facilitar acesso, regionalizar acesso e qualificar serviço.

Então, eu preciso que o senhor mostre os dados, estou à disposição pra conversar com senhor sobre isso, acho que o diálogo construtivo....

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu vou lhe entregar.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ... acho que o diálogo construtivo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu vou lhe entregar isso, porque é muito sério...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu concordo com o senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E principalmente as pessoas que estão no interior do Estado...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Estou tentando terminar a minha fala, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Elas não têm a quem recorrer.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, na verdade elas têm a quem recorrer.

O nosso Estado, como o senhor bem disse, é muito bem servido de serviços de saúde e o Estado de Santa Catarina está regionalizando e abrindo serviços novos no Estado. Mas a gente precisa, sim... o diálogo e o entendimento das dificuldades é que vai fazer a gente organizar um serviço melhor ainda pro nosso cidadão. Estou à sua disposição pra nós conversamos sobre isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Muito obrigado.

Eu estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Milton Hobus.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Senhor Presidente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Prossiga.

PROCURADORIA PÁG. 2241

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Gostaria de me inscrever, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Já está escrito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Obrigado.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2258 RUBRICA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Muito bem.

Senhor André, a gente vem conversando aqui com os envolvidos nesse escândalo dessas compras irregulares, e todos que por aqui passaram: "Não sei, eu não sabia, eu não participa". E nós temos essa missão aqui de trazer a verdade. Espero que essa conversa com o senhor seja esclarecedora e que a gente possa realmente trazer à tona esses fatos, porque está muito nebuloso.

O senhor tem consciência dessa compra escandalosa de R$ 33 milhões que se esvaíram dos cofres públicos? Porque até agora está sem explicação quem autorizou, quem efetivamente organizou essa transição. O senhor tem consciência do escândalo que é esse caso dos respiradores?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É... eu... o senhor... eu acho que é de cada um entender e usar o adjetivo que tem que ser usado. Esse é um fato que está sendo investigado pelas autoridades, inclusive, eu preciso reforçar que quem abriu sindicância e denunciou que havia um problema foi o Estado de Santa Catarina. Essa informação ela veio...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Mas isso após o *site* trazer esse escândalo, essa vergonha a público.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu não tenho essa... essa... essa noção de temporariedade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Se o senhor olhar as datas, o senhor vai ver que é após o *site*.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – O.k.

Mas, de qualquer forma, o Estado fez e abriu essa sindicância pra tentar identificar e está tomando as ações jurídicas pra trazer de volta o recurso que foi empregado numa conta, numa compra de um equipamento que não foi totalmente entregue ou não foi entregue ao Estado. Eu entendo que esse é um problema que precisa, sim, ser investigado, ele precisa ser esclarecido, mas eu reafirmo que eu não tenho participação nessa compra; eu não sei quais foram os trâmites. Então, informações novas a respeito disso, eu não tenho condição de trazer aos senhores, por mais que eu quisesse trazer luz ao processo que também é de meu interesse.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Bom, o senhor mesmo afirmou que tem consciência que é um processo de compras no mínimo estranho, irregular, são R$ 33 milhões que se esvaíram em uma empresa fantasma, carioca, que na frente é uma casa de massagem, que até agora sumiu, foi uma ação popular que acabou fazendo voltar esse dinheiro. Então, é um momento que a gente busca esclarecimentos.

Eu só vou fazer uma ressalva aqui, senhor Presidente, com a afirmação do meu colega Ivan Naatz, sobre um brinco que a Márcia... Ela é uma funcionária de quarto escalão e, óbvio, nós estamos aqui na presença do senhor André que tinha um segundo, terceiro escalão e é, no mínimo, estranho... vou verbalizar e deixar aqui tudo bem esclarecido que uma funcionária, uma funcionária, tenha legalidade, uma caneta poderosa para fazer um processo de R$ 33 milhões sendo pagos adiantados com uma empresa que só pediu 50%. Então, eu só quis dizer: olha, eu entendo que você foi laranja nesse processo, falando bem claro, bem prático.

PROCURADORIA PÁG. 2242
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS 225 RUBRICA

Eu espero que você ajude a esclarecer a verdade até a fim de estimular a Márcia a dizer... entrega quem é o responsável por isso, quem é ocupado? Então, só para deixar bem claro aqui, a turma já está achando que eu estou defendendo a Márcia aqui, mas não, eu entendo que ela foi laranja nesse processo, espero que ela nos ajude a esclarecer, mas, ou seja, tem responsabilidade também, porque participou, estava ali. Então, no mínimo, não sou aqui jurista, mas ela tem responsabilidades aí nessa compra. Só para esclarecer.

Senhor André, o senhor disse que não participou da compra dos respiradores, mas o senhor afirma que pediram para especificar sobre um modelo, o senhor participou... em que momento o senhor entrou na compra desses respiradores falando sobre o modelo, quantitativo do modelo, enfim, em que momento o senhor chegou na compra desses respiradores?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu não disse em nem um momento aqui que eu participei de escolhas de modelo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Ou seja, o senhor conhecia nada, não soube nada?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não é conhecia nada, Deputado, eu estava envolvido com a estruturação do enfrentamento do Covid, dos equipamentos de saúde do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Que inclui os respiradores.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – De protocolos, de treinamentos e quantitativo de equipamentos. Eu não participo de escolha de modelo, eu não participo de negociação com empresa, de maneira, de forma de pagamento e nem de valor. Nunca houve a participação do Adjunto, porque existe um órgão dentro da Secretaria, que é responsável por isso, que é a Superintendência de Gestão Administrativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Bom, mas sendo específico, em que momento? Obviamente, isso mostra que o senhor está ativo, está dentro dos processos, conhece. Qual a informação que o senhor tinha sobre a compra desses respiradores, até onde é o seu conhecimento? É uma compra significativa, são R$ 33 milhões, então, não é algo que passa despercebido, presumo que o senhor como Adjunto... e o senhor, desde a época que eu transitava mais próximo ao governo, a gente sabia que o senhor sempre foi o contato com algumas empresas mais próximas, sempre chegavam a Secretaria de saúde por intermédio do senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Isso é uma afirmação sua. Não tem essa... esse fluxo de trabalho meu na Secretaria não era assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Têm filmagens suas, inúmeros... por exemplo, tem um *e-mail* que não é mandado ao Secretário, mas é mandado ao senhor. No mínimo, estranho, mas tudo bem, não vou entrar nesse caso.

Eu queria entender mais a sua participação, o senhor não tinha conhecimento nenhum, até onde era o seu conhecimento da compra desses respiradores?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não era atribuição do Adjunto se envolver com compras de equipamentos. Definição de estruturas, preparação da rede, contato com os hospitais, definir protocolos, trazer segurança, sim; identificar quantitativos também, mas participar de aquisição de equipamentos, principalmente nesse contrato aí, não é atribuição. Eu só tomei conhecimento quando ele se tornou público ou quando fui informado que houve uma abertura de sindicância por parte do Estado, porque haveria um apontamento em alguma compra que até então desconhecida.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O senhor Secretário Helton, em seu depoimento, afirmou ao Ministério Público que a compra de respiradores se iniciou na cotação da compra de locação dos leitos de UTI com a sua participação efetiva

PROCURADORIA Fls. 1598 PÁG 2243

junto ao empresário Leandro. Segundo ele, Leandro teria acesso livre à Secretaria da Saúde, com realização de reunião com você para tratar desses assuntos, dessas aquisições. O senhor inclusive, teria pedido ao Helton para que interviesse junto ao Badesc um apoio financeiro para a empresa, para a liberação de crédito, para a locação desses leitos de Estado em Santa Catarina. Você confirma essa afirmação do Secretário Helton?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, não confirmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - No caso ele mentiu aqui?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu não sei em qual foi o contexto que ele colocou isso, mas isso não... é... o único momento que eu tive alguma conversa com o Leandro, que era o fornecedor da Secretaria, foi nesse momento que eu já relatei aos senhores, que ele veio fazer uma oferta de ajuda e sugeriu a possibilidade de locação de equipamentos.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2260 RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Esse Leandro, trata-se do Leandro advogado que aqui esteve?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, esse é um outro... eu só conheço um Leandro nesse processo que é um fornecedor já de alguns anos da Secretaria, que foi esse que veio sugerir ou perguntar se havia interesse de locação de equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Esse Leandro Estevo é o que o senhor teve algumas reuniões na Defesa Civil?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Uma vez.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Têm algumas filmagens que mostra os senhores...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deixa eu só esclarecer para ajudar. Na verdade, trata-se do Leandro Barros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Sim, sim. Não, ele está falando do Leandro Estevo. É bem importante que a gente venha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Estevo ou o Barros?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, eu estou falando do Leandro Estevo, que é da CMD Ortopedia. O outro Leandro eu não conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ótimo, só para deixar claro na ata, porque se a gente ficar tratando de Leandro pra cá, Leandro pra...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Pois é, esse é um problema, mas o outro Leandro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, o senhor se refere ao Leandro Estevo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Da CMD Ortopedia. É isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Muito bem.

Quem foi o responsável pela descrição do equipamento de compras, foi o senhor, seria isso?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O senhor foi o responsável pela descrição do equipamento?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu vou repetir mais uma vez, eu sou responsável pelo quantitativo, pela manifestação de quantidades. Agora, de descrição de equipamento não é atribuição, porque... porque existem dentro das estruturas "linkadas" à Superintendência em Gestão Administrativa, engenheiros clínicos e médicos que dão parecer a respeito de respirador. Isso não é atribuição do Adjunto nesse... nesse processo.

PROCURADORIA PÁG. 2144
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2261 RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O senhor tinha conhecimento que a empresa Exxomed era a única fornecedora do modelo conhecido para a compra?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Como... eu não entendi a pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O senhor tinha consciência que a empresa Exxomed era a única fornecedora do modelo escolhido para a compra?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É... a manifestação que eles fizeram depois, no final do processo, quando se tornou público que eu tive essa informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Muito bem, a gente procura aqui através das perguntas ir esclarecendo esses fatos. A Exxomed... aí veio aquele caso que eu falei, ela enviou um *e-mail* e ao invés de enviar ao Secretário Helton, ela envia para o senhor, no seu *e-mail* pessoal.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Pessoal não. Na verdade, no *e-mail* do Secretário Adjunto, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas... é normal que uma compra dessa... ou uma proposta dessa amplitude, em um momento como esse, seria enviada ao Secretário, mas por que ao senhor? Porque, ao que tudo indica nesse processo, o senhor tem uma participação ativa, por mais que o senhor diga que não sabe, que foi a equipe técnica, mas...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu não sei, eu não sei onde é que tão esses indicativos de participação ativa, e o fato de eles terem encaminhado para o meu *e-mail,* não significa que eu tinha conhecimento. Esse *e-mail* foi encaminhado pra Consultoria Jurídica, porque eu não tenho essa *expertise*, eu sou médico, de entender se havia algum problema ali. E assim como tantos outros, de ouvidoria são encaminhados para a Ouvidoria, questões de vigilantes são encaminhados para à Vigilância. Então, o fato de ser endereçado a mim não significa que eu participei disso, como, de fato, eu não participei. A partir do momento que isso chegou na caixa de *e-mail,* foi encaminhado para o órgão que deveria fazer o parecer técnico. Eu não sou advogado, eu sou médico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Qual é a sua ligação com o senhor Cris Esmeraldino?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Com quem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Senhor Cris Esmeraldino.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não conheço essa pessoa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O senhor não conhece. Certo.

Bom, senhor Presidente, eu me dou por satisfeito. Só faço uma afirmação final, uma opinião minha que vou manifestar. Que o apocalipse foi impedido pela ação do governo... Para mim foi queimada a largada, meio milhão de desempregados, um caos político, uma crise política, uma crise econômica terrível se agrava sobre o Estado pela ação. Então, eu quero muito que essa CPI chegue aos culpados, quem realmente... é triste: "A gente não sabe, eu não sei, eu não conheço, eu não estava, não era da minha competência." Espero muito que a gente chegue a um veredito, porque o nosso Estado está em estado de calamidade, a questão econômica... Então, desejo boa sorte aos colegas no trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Deputado Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Pois não, Presidente.

PROCURADORIA PÁG. 0245

Boa tarde, Secretário, senhor advogado.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Boa tarde, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A partir da sua posse como Secretário... vamos agora tratá-lo de Secretário, e não do tempo em que foi Adjunto.

O senhor tem feito contato com a empresa Veigamed?

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2262 RUBRICA

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Nenhum contato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Em relação à entrega dos...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, como Secretário, titular da Pasta, não. Não tenho contato com essa empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor tem a expectativa de que esses respiradores, os 150 restantes, sejam entregues ao Estado? O planejamento da Secretaria conta com esses 150 respiradores ainda?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, esse é um processo que está sendo investigado de diversas, por diversas autoridades, inclusive, policiais, né, e de adequação de processos, inclusive, pela Receita Federal.

Nós, quando eu assumi, já havia... já havia o processo em discussão dentro da Secretaria e do governo da adequação desses equipamentos e da viabilidade desse contrato. Então, em discussão com a Controladoria-Geral do Estado, a Secretaria Estadual da Saúde e a PGE, nós solicitamos, no dia 14 de maio, que esse contrato ele fosse... eu vou ler pro senhor aqui (*Passa a ler.*): "Em âmbito administrativo, as providências necessárias à rescisão do contrato objeto, informamos que oficiamos a Procuradoria-Geral do Estado para promoção de medidas judiciais voltadas ao ressarcimento dos recursos empregados." Essa não... então, a partir desse dia, nós não contamos mais com esse quantitativo, sabedores que eles entregaram, né, ou trouxeram pra dentro do Estado de Santa Catarina, cinquenta equipamentos respiradores pulmonares.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Importante essa sua manifestação, porque eu, em nenhum momento, tinha ouvido que a Secretaria, enfim, não contasse mais com a entrega desses respiradores. E a pergunta seguinte já foi respondida para saber quais as providências que o Estado já está adotando no sentido do ressarcimento desses valores.

Outra questão: os cinquenta respiradores que foram doados pela Receita Federal eles já foram certificados, se eles podem ser exatamente aqueles que o Estado adquiriu e se eles poderão ser utilizados para a UTI?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Houve uma apreensão de cinquenta respiradores, que eram respiradores que não constavam, me parece, em nenhum um documento de intenções, mas eram... são respiradores, que é o Shangrila 510S, são respiradores de transporte. O que... que nós estamos fazendo? Nós recebemos a doação da Receita Federal e esses equipamentos estão sendo testados pra que se verifique em que condições técnicas eles estão. Então, essa... esse teste está sendo feito acompanhado por equipes da Secretaria de Estado da Saúde e também por órgãos de controle externo pra que se determine a utilização ou não desses equipamentos, lembrando que o Shangrila 510 é um respirador de transporte que ele não atende ao paciente Covid, mas ele pode atender muito bem outras situações dentro do Estado. Então, se eles tiverem em perfeito funcionamento, eles vão ser utilizados aonde eles podem ser utilizados: em transporte de pacientes Samu, em transporte de pacientes para exames e em outros ambientes hospitalares, que não deixa de ser interessante, porque a gente pode realocar equipamentos mais robustos para enfrentamento Covid. Então, nesse momento, é um momento de teste pra ver se há adequação pra que se tenha segurança pra a utilização desses equipamentos.

PROCURADORIA PÁG. 2246
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2263 RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A Secretaria de Saúde tem considerado que estes cinquenta respiradores fazem parte daqueles duzentos que foram adquiridos?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Na verdade, isso é uma doação da Receita Federal, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...que partiram da Veigamed?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, isso é uma apreensão da Receita Federal que fez uma doação para a Secretaria de Estado de Saúde. Então, eu entendo que isso não faz parte de contrato ou de entrega alguma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Em vista disso, o Estado, então, faz um pedido de ressarcimento à empresa Veigamed do total dos valores que foram pagos, dos R$ 33 milhões, é isso Secretário?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É essa a informação que se tem, é nesse... nesse norte que se está trabalhando, nós temos vários órgãos trabalhando nisso, inclusive externos da Secretaria para ressarcimento integral do recurso aos cofres públicos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Obrigado, Secretário; obrigado, Presidente.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO - Eu que agradeço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Ivan Naatz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mil perdões, Deputado.

Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos os senhores; boa tarde, Secretário André Motta.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Boa tarde, Deputado. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — A Secretaria da Agricultura... a Secretaria da Saúde, desculpa, ela adquiriu duzentos respiradores, pagou 33 milhões, é... o senhor era o Secretário Adjunto da Secretaria da Saúde, hoje, o senhor é o Secretário titular.

Eu quero ser bem específico, é: qual foi a sua participação e o seu conhecimento na compra dos duzentos respiradores?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Nenhuma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Nenhuma. O senhor sabia que eles iam comprar? Não sabia? O senhor não teve nenhum... nenhum... em momento nenhum, o Secretário Adjunto é, é, foi lhe perguntado: Nós vamos pagar adiantado, não devemos pagar? É, é, são duzentos respiradores é muito pouco, é bastante? Nada, nada, nada, nada, nada, o senhor não tem nenhum conhecimento?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Desta compra específica, nenhum, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Então, eu não tenho nada a perguntar, porque vou perguntar o quê? Eu quero esclarecer a questão da compra dos duzentos respiradores.

Eu estranho que o Secretário Adjunto, de uma Pasta importante como é a Secretaria da Saúde, numa compra de 33 milhões, o senhor não tenha tido conhecimento nenhum. Fica

PROCURADORIA PÁG. 2247

aqui uma estranheza muito forte. E eu tenho certeza que todos aqueles que estão nos escutando, estão nos ouvindo, também estão estranhando muito.

Era isso, senhor Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência tinha se inscrito?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, só, só me permita aqui.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2264 RUBRICA

Eu só tô aqui... é, no caso, o senhor André, ele não assina, não lê, não sabe dos produtos, não participa da reunião, terceirizar serviço. Qual é o seu papel efetivamente, hoje, como Secretário?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Olha, só...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor até está me ajudando a, a, encorpar essa questão do pedido de afastamento do senhor. O senhor está terceirizando trabalho.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu lamento muito que o senhor se... esteja... que, aqui, estejamos falando há duas horas de uma ação da Secretaria, que de fato não houve participação do Adjunto, quando nós temos outras dezenas de ações que estão trazando, trazendo segurança pro nosso Estado.

Isso nós vamos perceber nos próximos dias, Deputado, porque esse é um momento sério. É um momento sério das pessoas é, é dialogarem, entenderem a gravidade do problema, porque o coronavírus, a, a pandemia, que por alguns ela é menosprezada, ela vai chegar no nosso Estado. E a gente só vai ter condição de fazer esse enfrentamento por que foi estruturado serviço e nós trabalhamos muito pra isso, com o Estado inteiro. Inclusive, Concórdia foi uma cidade que esteve a ponto de entrar em colapso e, por, é, interferência direta, deste Secretário, e com o auxílio que foi dado, inclusive na discussão técnica do atendimento dos pacientes - eu sou médico emergencista também -, a gente conseguiu salvar muitas vidas lá.

Eu lamento é, que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, Secretário, não...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO —... eu só, eu só, gostaria de...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO –... não foi feito hospital de campanha, não veio aquisição de EPIs, não veio respiradores...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu só gostaria de terminar meu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ... desculpe, mas o senhor enrola.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, não, estou enrolando...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não sabe nada, ou... no caso...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, eu preciso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O advogado pode se manifestar, vai embrabar, não quero deixar ele nervoso.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deixa, deixa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – É que ele não sabe de nada.

(*O advogado Leandro Guerrero Guimarães pede uma questão de ordem.*)

Advogado, eu... estou... me assegure a palavra, Presidente, né.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu posso terminar a minha fala, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – São 33 milhões, senhor Secretário, que se esvaíram e o senhor...

PROCURADORIA
PÁG. 2248

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, eu preciso termi...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO –... não participou, terceirizou trabalho.

A gente tem que reforçar o pedido de afastamento pela segurança do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para concluir, Deputado.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 265
RUBRICA

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Mas se o senhor não permitir...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Conclui, Presidente, me considera satisfeito.

É como bem falou o Sopelsa, se ele não sabe, não tem por que nós prosseguirmos.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Então, assim, eu tô sendo tolhido do direito de responder ao Deputado. Ele já concluiu, na verdade, o que ele tem concluído a meu respeito.

Eu lamento muito isso, Deputado, lamento muito, porque não é essa a minha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sete milhões de catarinenses lamentam, senhor, pode ter certeza.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu não tenho essa certeza que o senhor tem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Sopelsa, vossa excelência está com palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Eu só quero, só quero fazer uma consideração.

Secretário Motta, a, a, a, nossa, a CPI, ela é pra tratar sobre os duzentos respiradores. Não estamos aqui, na CPI, avaliando o trabalho que a Secretaria fez, que está fazendo ou que deixou de fazer.

Eu quero dizer que tem muitos pontos positivos, tem muitos pontos positivos, mas o debate aqui, o esclarecimento que precisa ser feito aqui, é a compra de duzentos respiradores, o pagamento adiantado de 33 três milhões para uma empresa que, até agora, não entregou nenhum equipamento, os que foram entregues não são objeto daquela compra.

É, e o senhor, como Secretário Adjunto, fez todas as afirmações, em todas as perguntas, que o senhor não tinha conhecimento nenhum. E eu tenho o direito de dizer que isso me estranha, muito. E as pessoas também, os catarinenses também, o senhor pode ter certeza, estão estranhando isso.

Era essa a minha consideração, sem ofender.

Obrigado.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Respeito a sua opinião, Deputado, mas de fato não é atribuição do Adjunto se envolver em compras. Existe um rito dentro da Secretaria que não partici... que não passava pela Pasta do Adjunto.

Mas se esse é só o assunto, eu lamento, porque nós temos bastante coisas importantes a tratar no Estado, inclusive, de diálogo com essa Casa, porque nós temos responsabilidades com o povo, com o cidadão. E ele está correndo risco, e se nós não dialogarmos para construir segurança pra nossa... sociedade catarinense, nós vamos ter um impacto bastante importante nesse... nesse enfrentamento. Lamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para concluir, senhor Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado.

É, eu ouvi atentamente todos os meus colegas, ouvi também a observação do senhor, e eu queria voltar lá, nas reuniões, mas antes de falar das reuniões, eu queria que o senhor compreendesse o processo.

PROCURADORIA PÁG. 2249

Nós ouvimos, aqui, o Matheus Hoffmann, que era o Secretário Adjunto da Casa Civil. A Casa Civil, ela é a mente do governo, é a cabeça, o corpo, o braço, os olhos do governo. Matheus Hoffmann, é o Secretário Adjunto... nós estamos vivendo um processo de Covid, temos compra emergencial, profis... Secretário, Decreto de calamidade. Nós estamos vivendo a calamidade. Nós não estamos dentro de um processo normal. Nós estamos vivendo a calamidade.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Perfeito.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2266 RUBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, veio o Matheus Hoffmann, aqui, Secretário Adjunto da Casa Civil, que, como eu disse, é o braço e os membros do governo, e disse que não participou de nenhuma, de nenhuma compra, nada, que tratasse da preparação do Estado para as vítimas do Covid. Como muito bem acho que disse Deputado Kennedy, disse o Deputado Amin e outros Deputados falaram aqui, nós ficamos em casa, os catarinenses ficaram em casa, perdermos 450 mil empregos, como falou o Deputado Milton Hobus, vamos ter uma crise sem precedente em Santa Catarina, no Brasil...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — No mundo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... no mundo, pra que vocês, os gestores, preparassem a estrutura hospitalar...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não só hospitalar, mas sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor, o senhor, por favor...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... né...também. A estrutura hospitalar, vamos falar aqui só da estrutura hospitalar que é a pauta do senhor.

Aí, o Matheus Hoffmann, Secretário Adjunto, veio aqui e disse: "Eu não participei de reunião nenhuma sobre compra de equipamentos, sobre como vamos tratar, emergencial, nada!" Eu vou repetir, para o senhor lembrar, nós estamos em calamidade, processo calamidade: "Não participei de reunião nenhuma."

Aí, veio o Douglas Borba, aqui, Secretário da Casa Civil, e disse que não participou de reunião nenhuma. Não participou de reunião nenhuma. Eu ouvi aqui, o Secretário Helton Zeferino, da Saúde, Deputado Kennedy, da Saúde, também não participou de reunião nenhuma.

Agora, vem o senhor, aqui, e diz para CPI que não participou de reunião nenhuma...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não foi isso que eu disse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, até agora eu fiz a introdução. Agora eu vou fazer a pergunta pro senhor. Vou fazer a pergunta pro senhor: qual foi a instrução que o governador do Estado deu pra vocês? O governador sentou vocês todos numa sala e de uma instrução: Olha, pessoal, vamos fazer assim, assim, assim. A estrutura vai ser essa. Ele pegou o batu... lá, como é que é? Aquele negócio de maestro lá? A batuta e disse: Pessoal, é assim, assim, assim, vamos fazer assim, esse é o cor... vamos mostrar aqui na parede o que está acontecendo, essa vai ser a nossa estrutura.

Eu quero saber se o governador teve essa ação com vocês?

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES – Pela ordem, Presidente.

Vossa excelência, volto a dizer, como a todos eu já disse, tem o direito absoluto de fazer o julgamento que quiser. Só não se considera correto o senhor fazer uma introdução, presunçosa, acerca de todos os acontecimentos dos fatos que o senhor domina, dando a entender que ele teria que ter conhecimento dos fatos que senhor não está se dando por convencido ou aceitando a informação dele.

Só que a testemunha não está aqui pra aceitar o, o, a sua opinião, o seu conhecimento, está aqui para relatar fatos.

PROCURADORIA
PÁG. 2050

Então, vou reiterar pra vossa excelência, Presidente desta Comissão, que peça, por uma questão de respeito e urbanidade, que todos os integrantes façam suas perguntas de maneira clara, objetiva e direta. E que deixem por momento da rela... da conclusão dessa CPI para externarem as suas opiniões pessoais acerca da conduta, ou da participação dele ou dos fatos relacionados a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Registrado.

Deputado, concluo a pergunta.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2267
RUBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não, não, não, não, não. Doutor, eu sou advogada também. Sou seu colega de profissão. Já sentei muitas vezes nessa cadeira aí. Eu sei o que tô fazendo. Eu sei o que tô fazendo, o senhor não está lidando com um menino aqui.

É, doutor, eu falava toda essa introdução, o senhor quer que eu repita ou senhor entendeu?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, eu só quero dizer...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, por que se o senhor quer que eu repita ou posso repetir?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A fala que o Helton não participou, que o Matheus Hoffmann não participou, que todo mundo não participou. Aí eu perguntei pro senhor seguinte, eu vou repetir já que seu advogado não compreendeu muito bem...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O.k., eu aguardo a sua repetição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber se o governador sentou na mesa com todos, inclusive o senhor, e passou as orientações de como ia acontecer às compras dos equipamentos? O governador pegou a batuta e mostrou pros Secretários, pra todo mundo, pro senhor, como é que era pra fazer?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, quando o senhor fala que não participamos de reunião nenhuma, eu não consigo entender o que o senhor está dizendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas o senhor...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu só... posso terminar? Eu fiquei esperando o senhor falar esse tempo todo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu estou aqui desde às 10 horas esperando o senhor falar, doutor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu também, fiquei uma hora e meia, lá fora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que o senhor tem... nós precisamos saber.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Mas eu estou dando todas as informações que tenho para esclarecer o que pode ser esclarecido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então eu vou perguntar simples para ser direto...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu posso terminar?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Houve essa reunião? Teve?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Que reunião, senhor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ã?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Que reunião o senhor fala?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essas reuniões de instrução, de procedimentos, de, di, di, di protocolos, di instrução?

A minha casa está pegando fogo, eu tenho que reconstruir ela. Olha, está pegando fogo...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2251
RUBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor, doutor, a casa está pegando fogo! Vamos sentar todo mundo aqui, e vão saber como é que a gente vai fazer para apagar, por onde vamos começar. O que que a gente vai fazer pra, pra enfrentar, pro fogo terminar, pra salvar a criança que está no andar de cima, que está no andar debaixo. Como é que nós vamos fazer? O governador fez reuniões com vocês?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, o Governador ele fez o decreto 17 de março determinando uma série de ações, inclusive de isolamento social que os senhores discordam.

(*O senhor Relator conversa com o Deputado Estadual Felipe Estevão e o depoente para de falar.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Fez em 17 de março, só o decreto?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, é que eu estava falando, eu acho que o senhor perdeu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o senhor pode repetir.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Ah, tá!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que nós estamos tão estarrecidos, doutor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O senhor está o quê?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A gente está tão estarrecido...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu também estou estarrecido com... é, é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com o que vocês falam pra gente, é, que eu, como catarinense, que recolha os impostos... a energia elétrica que está ligada aqui, ó (*Gesticula com as mãos mostrando as lâmpadas.*), tá pagando ICMS para Santa Catarina...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu estava tentando responder a sua pergunta, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o senhor pode responder, por favor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — É, é, está muito complicado, porque quando se diz que não se participa de reunião nenhuma, aí, foge um pouquinho do escopo da conversa, né? Até porque reuniões, elas existem para tratar de vários assuntos, diversos assuntos.

O governador Moisés tem uma preocupação muito clara com as pessoas e com a segurança das pessoas deste Estado. Tanto é verdade que, apesar da crítica dos senhores, no dia 17 de março ele determinou, com um decreto duro, o isolamento social em Santa Catarina. E foi um momento em que nós tivemos maior êxito nesse enfrentamento da pandemia, que os senhores ainda insistem em acreditar que ela não existe, ou que não vai chegar com a força que ela vai chegar.

Então, essa determinação ela é suficiente para o seu colegiado, Secretários e cada na sua atribuição, tomar as atitudes que precisam ser tomadas para proteger a sociedade de todas as formas, que essa sempre foi a intenção do governo, do governo do Estado e das Secretarias. É impressionante que pra, da fronteira pra fora do nosso Estado, nós somos apontados como um exemplo no enfrentamento, nós somos apontados elogiosamente pela capacidade de gestão da crise, e a gente não consiga perceber que se nós não pararmos para dialogar e construir processos claros, nós iremos sofrer. Iremos sofrer perdas, perdas graves, Deputados.

PROCURADORIA
PÁG. 2252

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu, eu compreendo tudo que o senhor está falando. Eu compreendo tudo que o senhor está falando.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Que bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vejo todo dia isso aí na televisão. Toda hora tem um especialista, doutor, na televisão dizendo que a gente tem que pegar sol, sabe?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O senhor está comparando a estrutura do Coes da Secretaria com...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2269
RUBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todo dia eu vejo alguém na televisão dizendo que a solução é pegar sol.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, assim, doutor, eu quero saber especificamente qual foi a orientação que o governo, que o governador, que a vice-governadora, o *staff* do governo deu pra vocês? Ou não deu? É só isso que eu quero que o senhor responda. O governador não deu, e se deu, o que lhe deu?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O governador determinou no dia 17 de março, isolamento social, baseado em informações muito claras do agravamento da doença. E, a partir de então, cada Secretaria se estruturou, dentro da sua atribuição, pra trazer segurança pro nosso povo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Cada um podia fazer o que queria?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não é o que queria, mas é trabalhar dentro de uma organização de enfrentamento de uma pandemia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO —Senhor Deputado, eu gostaria de terminar de falar.

Na estruturação de uma, de um enfrentamento de uma pandemia, que nunca foi vista em nenhum lugar do mundo. A gente está lidando com uma crise que ela é, é, única na história da humanidade, por quê? Nunca mais nós vamos ser os mesmos depois dessa crise.

E, aliás, a gente está perdendo uma ótima oportunidade de repensar algumas coisas na nossa vida do cotidiano...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É o senhor vai ter oportunidade de vir aqui, esses dias, para falar sobre isso. Mas, é assim ó...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Tomara, que bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas é assim ó, o senhor já ouviu a expressão...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu já respondi a sua pergunta então.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor já ouviu a expressão, ouviu expressão: "É na tempestade que se conhece o marinheiro."

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu já vi várias expressões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor já ouviu essa expressão?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu já ouvi várias expressões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então, o senhor sabe do que eu tô falando?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu não sei o que o senhor pretende falar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, o senhor sabe. O senhor, o senhor é um homem inteligente. O senhor sabe do que eu tô falando.

PROCURADORIA PÁG. 2253
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2270 RUBRICA

A questão é o seguinte, é, já compreendi, compreendi... é, e, vou advertir o governo, não devia, não devia, mas vou, Deputado (*dirige-se ao Presidente, Deputado Estadual Sargento Lima*), vou. Essa estratégia de que não sabia é ruim, é errada...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não é uma estratégia, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, senhor. O senhor vai falar quando eu perguntar.

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES – Não. Pela ordem, excelência, pela ordem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essa estratégia... essa estratégia do senhor...

Por favor, Deputado (*dirige-se ao Presidente, Deputado Estadual Sargento Lima*), corte o microfone dele, porque eu não fiz pergunta nenhuma pra ele.

Olha aqui, essa estratégia de dizer que o governo não participou, eu não devia, vou repetir, porque o advogado me atrapalhou, mas... errada. Vocês estão numa estratégia de defesa errada, porque... ele... é num momento de crise que tem que governar, que tem que liderar, que tem que falar isso.

Então, por isso, que os Deputados estão todos falando isso. Todos nós estamos falando isso. Mas enfim, enfim... A Comissão Especial de Compras da Licitação, que também acompanha o processo de compras da Covid, muito bem Presidida pelo Deputado Marcos Vieira, a quem a Assembleia Legislativa só tem homenagens a prestar, ela elaborou uma investigação e, e, apresentou para os Deputados o pedido de afastamento do senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo? Esse pedido foi discutido em plenário e foi votado por quarenta Deputados, inclusive a líder do governo votou pro senhor sair.

Eu pergunto - diante do que o senhor disse aqui, pra nós, que não viu, não acompanhou, não fez, não participou, não olhou, não acompanhou, que não era papel do senhor, que o senhor não ouviu -, o senhor se sente confortável e acha que Santa Catarina está segura sendo o senhor Secretário da Saúde diante dessa pandemia?

(*O depoente, senhor André Motta Ribeiro, conversa com seu advogado Leandro Guerrero Guimarães.*)

O senhor pode responder ou o senhor tem que alugar pra responder. É uma pergunta que o senhor tem que responder.

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES – Pela ordem. Ele está...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É o senhor que vai responder, não é o seu advogado, é o senhor que é o Secretário, é o senhor que é o Secretário, não é o seu advogado.

(*O advogado Leandro Guerrero Guimarães manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

O seu advogado ganha o seu dinheiro, o senhor ganha dinheiro do Estado. Eu quero saber do senhor, se o senhor conhece, se o senhor se sente seguro pra continuar o Secretário da Saúde diante de tudo isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Doutor, é o seguinte, se ele tiver alguma dúvida, ele consulta o senhor. O senhor não responde pergunta aqui. Quem está respondendo, quem responde perguntas aqui é ele.

(*O advogado Leandro Guerrero Guimarães continua manifestando-se fora do microfone. Ininteligível.*)

E nós estamos conduzindo ela aqui de forma harmônica e educada, de forma harmônica e educada...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Preciso...

PROCURADORIA PÁG. 2254

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) –... e vai permanecer desta forma.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado...

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES – Eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E está concedida.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2271 RUBRICA

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES – Então, vossa excelência me concede a ordem.

Volto a repetir o que eu já disse várias vezes, o nobre Deputado fez agora uma colocação sobre como que ficou a situação das votações internas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor está discorrendo em torno da resposta dele.

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES – Não, não, não. Eu estou mostrando como ele não fez uma pergunta. Ele fez um discurso político sem fazer uma pergunta clara e objetiva sobre o tema desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Corta o microfone dele para mim, por gentileza.

O senhor está discorrendo aqui...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mais alguma pergunta, Deputado Ivan Naatz?

(*O advogado Leandro Guerrero Guimarães continua manifestando-se fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, peraí, eu vou repetir, né, por que o senhor... nós estamos falando de político para político, político para político.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, eu não sou político.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –Não, o senhor é político. O senhor é Secretário de Estado.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Posso lhe responder?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor diz que não é político? O senhor é o quê?

Deputado, Secretário, Secretário, eu ouvi, eu ouvi, o que o senhor falou aqui. Eu escrevi... o senhor costuma dizer o seguinte: Eu não sou advogado, eu não sou isso, eu não sou aquilo, eu sou médico. Pra ser Secretário precisa ser tudo. Precisa ser Deputado, precisa ser político, precisa ser pouco advogado, precisa ser um pouco administrador, precisa ser um pouco médico. Aliás, para ser Secretário da Saúde sequer médico precisa ser, porque nós tivemos históricos de muito bons Secretários aqui, que nem médicos não eram...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O senhor vai perguntar ou me acusar?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que a pessoa precisa saber? Ter noção do que está fazendo.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber se o senhor sabe que, tem noção do que está fazendo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu tenho noção, tenho condição de fazer o trabalho que me propus, se não tivesse não estaria sentado aqui, na frente dos senhores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor André Ribeiro, o senhor teve acesso, tá, ao depoimento, ou assistir ao depoimento, ou através da vossa defesa foi, assistiu o depoimento das outras testemunhas que por aqui passaram?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, não assisti.

PROCURADORIA PÁG. 2255
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2272 RUBRICA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não ouviu. Não foi... não recebeu nenhum tipo de orientação?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não ouviu nada?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não. Não ouviu os depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É... no dia de ontem houve um veto presidencial. O nosso Presidente, graças a Deus, Jair Messias Bolsonaro, o qual trabalhei muito pra ele estar lá, ele vetou, ontem, um veto da Câmara dos Deputados Federais da, do repasse de recursos financeiro aos Estados. Justamente é... é... dos que estão sendo mais atingidos pela Covid-19. O senhor sabe o porquê desse veto?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Onze Estados da Federação e 530 processos de compras feitas de forma irregular. E isso acaba acarretando no quê? De que o governo federal ele vai enviar o recurso... o senhor Rodrigo Maia estava falando ontem, na televisão, né, por que que não está sendo dis... o motivo é esse.

Nós, nós, eu estou sendo atingido, a família do senhor vai ser atingida também, todos nós seremos atingidos, por isso. O governo federal vai enviar recurso... o Presidente veta justamente por isso. Por isso que eu dou uma certa importância, é, é, é, eu, eu, particularmente, dou uma certa importância para esta CPI e vejo todos os nossos colegas dando uma importância enorme. Nós estamos sendo privados de receber recursos porque vários Estados da federação, como eu disse, 530 processo de compras irregulares... E é isso que está fre... servindo de dispositivo de frenagem pra que esses recursos cheguem até a gente aqui.

Desses 33 milhões, né, é, é, a pedido da Deputada Ana Campagnolo, ontem, ela recebeu resposta, inclusive da própria Secretaria, que na época ali, os Poderes aqui, em Santa Catarina, disponibilizaram recursos pro Estado. O, o, o, o, 20 milhões desta Casa foram para lá, desses 17 milhões foram utilizados inclusive pra poder ir... pra, pra fazer a compra dos respiradores. Também fomos prejudicados nisso, porque na verdade esse dinheiro ele realmente desapareceu.

Por isso que eu digo assim, muitas vezes, doutor, e agora falo com senhor também e as pessoas se exaltam aqui, porque eu, eu, vou falar pro senhor, eu não consigo fazer uma média aqui, mas aqui na frente tem umas 450, 470 mil pessoas sentadas, aqui, na frente do senhor, aqui. E todas essas pessoas têm o nosso número de WhatsApp, têm as nossas redes sociais e acessam. E o senhor acompanha a rede social, sei muito bem disso, como eles são cruéis, ali, perguntando: e o respirador? O respirador? Então, então, cria essa coisas, já agravado pelo medo da morte, que a perspectiva da morte é bem pior do que a morte.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Morrer é tão bom, não é? Pior é ficar esperando a morte.

Concluindo, é... eu não sei em qual momento, não eu não sei em qual momento mesmo ali, que houve um contato do senhor com o Secretário Helton Zeferino, que deve ter iniciado lá no começo de uma amizade ou de um conhecimento próprio por ter trabalhado junto, enfim, pro senhor receber o convite, ali, pra ser o Adjunto dele, não é. O adjunto ali é um substantivo masculino que é utilizado pra dizer auxiliador ou aquele que substitua ele, na ausência dele mesmo ali. Auxiliador.

Eu também não vou pelo... eu não vou fazer... não ser mais um Deputado a fazer a mesma pergunta para o senhor se sabia ou não, mas quando o... uma realidade do ex-Secretário Helton é que ele foi afastado, foi exonerado da função dele e também foi exonerado de outras funções que ele exercia no Estado na condição de conselheiro.

PROCURADORIA Fls. 16
PÁG. 256
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 227 RUBRICA

O senhor também exerce funções de conselheiro, além da função de Secretário de Estado?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Conselheiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não tenho essa função de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor só recebe um salário de Secretário?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — De Secretário de Estado, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor não é mais conselheiro da Cidasc? Casan?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, senhor, eu sou concursado do Estado como médico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO —... e recebo como Secretário um valor correspondente a esse, que, aliás, é bem menos do que as pessoas imaginam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu só preciso fazer um comentário antes, se o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, só, só pra concluir e, depois, vou dar, sim, pro senhor ali, um tempo ali para as breves considerações, que gente gosta de trazer a calma a situação ali, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Claro, claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor vê o quanto que nós já fomos prejudicados nisso, também não vou elencar ali que não são 410, tá senhor (*dirige-se ao Deputado-Relator Ivan Naatz*), última, a Fies, a, a ... Fecomércio, dados ali que já chegam passando frouxo dos 530 mil desempregados. Isso também, também dados do próprio governo do Estado.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não é, então a gente não vai entrar nessa área, porque não é essa aqui.

Mas de forma específica mesmo, quando o se... quando ele falou assim: Meu amigo... o senhor tinha amizade com o Secretário Helton?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quando ele falou assim: fui exonerado. Ele falou assim. O senhor não perguntou assim: Qual o motivo da exoneração?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Na verdade, ele se exonerou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ele se exonerou? E ele falou assim: me exonerei por causa disso.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Ele me ligou pra dizer o motivo e nós conversamos, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu acredito que deve ter sido montada uma estrutura, até como eu falei pra ele assim, o militar, ele chega ali na função que ele estava ali dentro - se ele foi, passou 28 anos dentro da caserna, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E ele, lá dentro ele aprendeu a confiar na equipe dele. Eu acredito que seja esse o grande erro do Helton: a confiar nas pessoas.

Achar que: Olha, eu mando fazer, cumpro a missão, viro as costas. Eu acho que vai ser feito da melhor forma possível, como eu faria, né.

PROCURADORIA PÁG. 2257

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2274 RUBRICA

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) –E ele deve ter passado, olha secre... meu Adjunto ou sei lá, o responsável pela compra, porque eu... eu também tenho... já, absoluta certeza, que é a única responsabilidade do senhor era o quantitativo pra compra de equipamentos, né. Quantitativo esse que também não deveria ser levado em consideração, porque ele usava a mesma base de cálculo daqueles mortos. Olha, se vai morrer mil eu vou comprar cem, né, ou...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não é essa... não é essa..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Necessariamente não é dessa forma. Tá bom.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não é dessa forma, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá bom.

Quando ele... o senhor não vê um esquema... se eu fosse... nós estamos falando aqui agora, e, detalhe, talvez o senhor pode estar dando uma ajuda para Santa Catarina e uma ajuda para esta Comissão que pode ser que, que é, que pode ser que mude o curso da coisa. Pode ser que mude a história do Estado de Santa Catarina aqui, agora, neste momento aqui. Olha a responsabilidade. O senhor não viu é, é, o que o senhor interpreta desse mal feito dessa compra aqui? O senhor chegar e falar assim: Olha eu acredito que o fulano, dá um exemplo, né, que o Douglas pegou o Leandro pela mão tentou fazer uma compra ou ele não tentou, forçou, ligou pro fulano. Onde que foi o erro? É justamente isso: onde que foi o erro dessa compra noite no entendimento do senhor? Por isso que eu fiz toda essa síntese dizendo o tanto que Santa Catarina está perdendo com isso. Recurso federal não está vindo. Santa Catarina aparecia na televisão, porque era a festa Cidade das Flores, festas alemãs, hoje, é da corrupção, né?

Então, tanto que Santa Catarina está perdendo com isso, e que contribuição que o senhor pode dar. Falar assim: Olha eu vim aqui pra ajudar a CPI e olha eu vou dizer pra vocês aqui o que aconteceu de errado, no meu entendimento.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, primeiro que, das milhares de ações e compras do Estado de Santa Catarina, um está sendo investigado. E por estar sendo investigado por órgãos competentes que ainda não chegaram na conclusão du, de o que de fato aconteceu, eu não tenho opinião e nem direito de emitir opinião. Está sendo investigado pelo, pelo Ministério Público, pela polícia, pelos órgãos de controle que ainda não tiveram o seu parecer.

E... nós cometemos alguns erros nesse caminho e eu acho que esses erros, talvez, eles nunca mais possam ser consertados, que é de identificar culpados, colocar a pena e já condená-los, sem finalização de processo investigativo. E esse erro eu não vou cometer. Eu acredito na idoneidade das pessoas é, se, é... sei da capacidade dessas pessoas de trabalho, mas existe uma investigação em andamento, que não chegou a nenhuma conclusão até esse momento. Eu não eu não tenho opinião a emitir a respeito disso por que não tenho detalhamento desses, dessa investigação.

O único problema apontado e foi identificado como se, como, no mínimo, uma questão suspeita, o Estado abriu uma sindicância para tentar identificar os culpados. Então, pessoas que tem essa competência para investigar, assim o estão fazendo. E eu espero que se chegue a uma conclusão, o mais rápido possível, porque nós estamos abraçados a esse problema há quarenta dias e tem muita coisa pra gente construir.

E, reforço pro senhor, das milhares de ações de compras, e outras, que foram feitos pelo Estado de Santa Catarina, essa é apontada como exemplo de corrupção de um governo que não merece isso. É um governo que prima pela lisura e pela clareza dos processos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – São 17 o número de processos que se encontram em investigação e por que, por que tô dizendo isso aí? Porque

PROCURADORIA PÁG. 2258
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2275 RUBRICA

realmente é um número, né, existem 17 processos, mas isso... não, não, não, não vou entrar ali, no caso ali.

Como eu disse é, essa é a contribuição que o senhor pode dar para essa CPI?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Se esse é o assunto, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, e... agora. Onde houve a falha, o senhor não vai, não quer se antecipar julgamento, tudo bem.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não quer se... O senhor acha que... houve algum tipo de injustiça feita com o Helton Zeferino?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Injustiça? Eu acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A única pessoa que pode ter praticado alguma injustiça com ele é quem está acima dele, ou o senhor acha que é a opinião pública, a sociedade?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, mas na verdade, é, mas na verdade, assim ó, houve já, como eu disse, a gente está cometendo alguns erros nesse processo que é de apontar culpado e já dizer que ele... é, de apontar a culpa e já dá o veredito, né?

O Secretário Helton, ele teve é... é, a atitude honrada de se exonerar para não prejudicar o processo da Secretaria de Estado da Saúde, que é uma, uma Secretaria que é feita por pessoas idôneas e competentes, num momento grave da nossa história. Se houvesse é, prejuízo da estrutura, e é isso que nós queremos evitar, é só por isso que eu estou aqui, pra tratar esse assunto de uma forma técnica, pra trazer segurança pras pessoas, nós vamos... teríamos problemas bastante graves no futuro. Eu espero que não, não tenhamos, que a gente continue nessa construção de sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só... somente para a conclusão e, posteriormente ali, eu vou dar o tempo para o senhor poder fazer as considerações finais, ou dizer algo mais que seja, que pode ser útil pra... E é bom porque o senhor é um homem público, senhor tem que... tá aqui, se explicando. Isso é bom. Faz bem pro Estado de Santa Catarina isso.

É, é, no Estado do Rio de Janeiro havia uma, uma, um demonstrativo de número de mortos. No Estado do Rio de Janeiro morria-se tanto... o Prefeito, isso pro governo do Estado ele apresentava um número, e o governo... e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, através do Prefeito Crivella, adotou maior uma outra medida de demonstrativo ali, é aquilo que está no, no, na, no, na no Atestado de Óbito, aquilo que é a causa da morte, que somente o médico pode preencher ali, porque ele é um do... o Atestado de Óbito é um documento como qualquer outro, como uma Certidão de Casamento, enfim, tudo isso. Lá no Atestado de Óbito está escrito assim: causa da morte. O governo do Estado lá, ele colocou... ele chegou, em alguns casos que não deveria, por exemplo, o sujeito morreu de falência renal, de, de, o rim dele parou de funcionar, ou seja, o médico ia lá e colocava, e se ele tivesse é, é, contaminado com Covid-19, ele ia anexo a isso aí, porque não foi a causa da morte. Foi a paralisia dos rins, mas mesmo ele estando contaminado. Tem uma diferença muito grande isso. Eu estar contaminado e, por exemplo, cair da laje.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Ah, sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Né, tem essa diferença. Só no Estado do Rio de Janeiro, quando o, o, Deputado Kennedy Nunes, quando foi feita essa mudança de demonstrativos, diminuiu 1.112 mortes, 1.112 mortos não eram mais...

(*O Deputado Estadual Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Desmorti... não, é... (*Ri.*) Desculpa, não foi mais apresentado dessa forma... em alguma... essa é minha última pergunta e... em algum momento o governo do Estado de Santa Catarina, o governador, ou próprio antes, o atual Secretário, na época, Secretário

PROCURADORIA
PÁG. 2259

Helton Zeferino passou algum tipo de recomendação em relação a adulterar número de mortes no Estado de Santa Catarina ou de atribuir mortos à Covid-19, que não eram de, vítimas da Coid-19, simplesmente pessoas que estavam com 98 anos é, é, sofriam de câncer, tuberculose, Aids, é, enfim, unha encravada, aí, depois, contraiu a Covid e a morte foi atribuída a Covid? Foi feito alguma orientação assim: tem que constar?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Absolutamente, não. E aí importante que a gente diga, Deputado, que esse é um vírus que ele tem um acometimento sistêmico, ele é um vírus grave, é uma doença grave. Paciente que adquire Covid e tem insuficiência renal, que precisa fazer diálise, que tem insuficiência hepática, que pode ter uma neuropatia inflamatória, uma arritmia cardiaque, cardíaca ou algum choque causado pela vasculatura periférica, ela tem, sim, que ser atribuada, atribuída ao Covid, até porque, os óbitos - eu vou terminar, não é o que cai da laje - até porque os óbitos são testados. Diagnóstico de Covid por quadro clínico é um percentual ínfimo no Estado de Santa Catarina. Ele é confirmado por testagem e, aí, eu me permito dizer, que nós temos uma equipe de profissionais médicos extremamente capacitada dentro da Secretaria de Estado e no nossos hospitais.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2276
RUBRICA

É, é, então, quando a gente fala em números em Santa Catarina, e nós, durante esses 75 dias de enfrentamento, além de tudo que foi feito, nós construímos inteligência digital em saúde capaz de nos mostrar claramente a realidade dessa doença no Estado, por vários mecanismos, várias, é... vários grupos de estudo, pessoas conceituadas, universidades, matemáticos, médicos, pesquisadores.

Então, o Estado de Santa Catarina, hoje, tem ferramentas disponíveis inclusive é... com profundidade suficiente pra tomada de decisão, sendo disponibilizadas para todos os Prefeitos do, do Estado, porque nós entendemos a gravidade desse problema. Essa doença ela se disseminou de forma desigual do Estado e a gente precisa do olhar do gestor local pra nós, nos ajudar a entender quais são as melhores ações pra o enfrentamento.

Nós temos o índice de transamissibilidade, transmissibilidade, que é o tal do RT, é, é, que ele tem um impacto absurdo é, é, na curva de disseminação da doença. A gente vinha numa situação bastante confortável...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu vou passar as considerações finais para o senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Desculpe eu achei que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, não, não, não, não, não, era só pra falar...

Então não houve uma orientação do governador?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seguindo um grupo de governadores em todo o Brasil pra adulterar número de mortes?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não. Seria só isso.

O senhor tem um tempo agora para fazer as considerações finais.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Então, como eu estava lhe dizendo, essa a doença ela teve uma, uma, uma disseminação desigual no Estado de Santa Catarina. Assim como a gente tem cidades que têm pouco acometimentos, nós temos cidades que estão sofrendo com uma quantidade de doentes e também é, de óbitos bastante grande.

Esse é o momento de nós olharmos com seriedade pro trabalho da Secretaria, que é um trabalho sério e capaz, pra que a gente consiga tomar as decisões que precisam ser tomadas.

É, é, reforçando, nos últimos dez dias, ou uma semana, nós tivemos um aumento de mais de 50% de óbitos no Estado. E tudo que nós não queremos é que isso aumente. Esse é o indicador que se utiliza para definir recursos? Não. Ele apenas um deles. Nós temos hoje no

PROCURADORIA FLS 1615 PÁG 2260
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS 2227 RUBRICA

mundo 400 mil pessoas que morreram é, confirmadamente ou... é atestada por Covid. E há, é, um estudo da Universidade da PUC do Rio de Janeiro e do Hospital das Clínicas de São Paulo, que diz que a subnotificação, que é ao contrário, a subnotificação de casos da Covid, em algumas regiões do Brasil, chega a 90%.

Então quando a gente fala um país que perdeu 33 mil habitantes por Covid, talvez a gente tenha o impacto, é bem provável, no quantitativo muito maior disso.

Eu reforço aqui a minha crença na qualidade do trabalho, na necessidade da forma como foi feita, e tenho convicção de que se nós seguirmos nesse caminho, conseguirmos é, trazer para o diálogo a construção todas as forças da sociedade, nós vamos chegar lá na frente com uma, um Estado com menos sofrimento, tanto na questão saúde, quanto na questão economia, porque todos os dias a gente acorda e dorme pensando da mesma coisa: O que fazer pra não pender a balança nem prum lado, lado e nem pra outro.

E o senhor não tenha dúvida, os senhores não tenham dúvidas, da capacidade técnica da Secretaria de Estado da Saúde, que é ordenadora desse processo.

Eu agradeço a oportunidade aos senhores, e lamento que as minhas é, é, colocações não possam ter esclarecido é, uma situação que de fato eu não teria como esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Secretário. Estão dispensados. Muito obrigado.

(*O senhor André Motta Ribeiro deixa o recinto, acompanhado de seus advogados.*)

Consulto vossas excelências se teriam algo mais a ser acrescentado?

(*Nenhum Deputado manifesta desejo de acrescentar algo.*)

Eu gostaria de convidar todos os Deputados para que, após o encerramento da reunião da CPI, permaneçam aqui, inclusive os que nos acompanham de forma remota permaneçam no *link*, para fazermos uma pequena reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente reunião, convocando os senhores Deputados para a próxima terça-feira, às 17h.

Boa tarde a todos. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI

PROCURADORIA
PÁG. 2261

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2278
RUBRICA

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 9 DE JUNHO DE 2020, ÀS 17H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito boa-tarde a todas, muito boa-tarde a todos, àqueles que nos acompanham pela TVAL, àqueles que nos ouvem pela Rádio Digital Alesc e também àqueles que nos acompanham pelas respectivas mídias digitais.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 7ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes nesta reunião o Deputado Valdir Cobalchini, o Deputado Ivan Naatz, o Deputado Fabiano da Luz, o Deputado João Amin, o Deputado Kennedy Nunes, o Deputado Milton Hobus e o Deputado Moacir Sopelsa, que nos acompanha de forma remota.

Também se encontram nesta sala, a quem desejamos as boas-vindas, a Deputada Estadual Ana Campagnolo, a Deputada Federal Caroline de Toni e o Deputado Estadual Laércio Schuster.

Vou colocar em discussão e votação a ata da 5ª Reunião encaminhada aos senhores Deputados por meio de aplicativo de mensagens e também por *e-mail*.

Em discussão.

(*Pausa.*)

Não havendo que a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Senhores Deputados, recebemos uma correspondências dos procuradores do senhor Douglas Borba encaminhando boletim elaborado por pesquisadores do Nietta, Núcleo de Inovação e Inteligência Analítica da Defesa Civil de Santa Catarina, apresentando os possíveis cenários da Covid-19 no Estado de Santa Catarina. Solicito à assessoria que faça a juntada aos autos.

Recebemos também dos procuradores da senhora Márcia Regina Geremias Pauli esclarecimentos para afastar de seu depoimento qualquer sombra de dúvida a respeito de sua veracidade ou credibilidade, o que já fizemos chegar aos Deputados-membros, conforme requerido pelos procuradores. Foi encaminhado a suas excelência, os senhores Deputados.

Recebemos ainda o Ofício SEA nº 1.383, de 2020, da Secretaria de Estado da Administração, informando que o desentranhamento das páginas de 2 a 18, solicitado por vossas excelências, do Processo 37.070, de 2020, deu-se pela servidora Débora Brum, analista técnico em gestão e promoção da saúde.

PROCURADORIA
PÁG: 2262

COORDENADORIA DE EX
Fls 2279
RUBRICA

E, por último, informo ainda o recebimento, após o envio das convocações aos senhores Deputados, de manifestações dos procuradores do senhor Douglas Borba informando que ele tem interesse em participar da acareação, desde que autorizado pelo Poder Judiciário.

Solicito à assessoria que conduza a este ambiente as testemunhas. (*Pausa.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Presidente, há um requerimento do Relator extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Já se encontra aqui na mesa comigo.

Requerimento de autoria do Relator, Deputado Ivan Naatz, que solicita juntada aos autos do Processo nº 39.977/2020, contendo oito laudas para auxiliar os trabalhos desta Comissão.

(*O senhor Douglas Borba adentra o recinto, acompanhado de seus advogados, que se sentam no local indicado pela assessoria.*)

Requerimento de autoria do Deputado Felipe Estevão, solicitando que seja do Poder Judiciário autorizada e determinada a condição do senhor Douglas Borba para participar da acareação.

Requerimento extrapauta do Deputado Ivan Naatz, solicitando a oitiva do excelentíssimo senhor Governador do Estado, Carlos Moisés da Silva.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que concordam, permaneçam como estão.

Aprovados.

Encaminho à assessoria os requerimentos e as correspondências.

Senhores Deputados, vamos aguardar a chegada das outras duas testemunhas para as informações preliminares. (*Pausa.*)

(*A senhora Márcia Regina Geremias Pauli adentra o recinto, acompanhada de seus advogados, que se sentam no local indicado pela assessoria.*) (*Pausa.*)

(*O senhor Helton de Souza Zeferino adentra o recinto, acompanhado de seus advogados, que se sentam no local indicado pela assessoria.*)

Para conhecimento de todos aqueles que nos acompanham, comparecem aqui nesta sala o senhor Douglas Borba, a senhora Márcia Regina Geremias Pauli e o senhor Helton de Souza Zeferino para serem acareados referente aos fatos relatados na 5ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, tendo em vista divergências havidas em seus depoimentos, com fulcro no artigo 229, do Código de Processo Penal.

Consulto, de forma coletiva, os senhores e a senhora, se sabem por que foram convidados a fazer parte desta reunião na tarde de hoje?

A SRA MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Douglas Borba, para que os taquígrafos possam fazer o registro, peço que o senhor fale o seu nome completo, idade, profissão, lugar onde exerce a sua atividade, local de nascimento e seu endereço, o mais próximo possível do microfone.

O SR. DOUGLAS BORBA — Douglas Borba, brasileiro, casado, 35 anos, residente à rua Bento Francisco nº 1.260, advogado, exerço a profissão no Município de Biguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhora Márcia Regina Pauli.

PROCURADORIA
PÁG: 2263

A SRA MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Márcia Regina Geremias Pauli, residente à rua Vento Sul nº 772, casada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Helton de Souza Zeferino, residente e domiciliado à rua Francelina Domingos de Jesus, 520, São José.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2280
RUBRICA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pergunto aos senhores se estão acompanhados de advogados?

A SRA MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Helton, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca das divergências entre os depoimentos, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhora Márcia, a senhora assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca das divergências entre os depoimentos, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

A SRA MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Douglas, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca das divergências entre os depoimentos, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Lembramos os senhores e a senhora que todos têm o direito de permanecer calados (*a depoente Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça*) ou de não responder às perguntas, mas eu gostaria de pedir a gentileza que expressassem essa vontade, tendo em vista que o silêncio não é indicativo de resposta.

Às senhoras e aos senhores que nos acompanham como testemunhas e também aos advogados que os defendem, que os acompanham, quero comunicar que não serão permitidas ou toleradas por esta presidência acusações mútuas e enfrentamento entre as testemunhas ouvidas. Os acareados serão perguntados apenas pelos Deputados, membros natos desta Comissão.

Os advogados de defesa poderão fazer uso da palavra desde que permitido pela presidência, através da manifestação de "pela ordem" ou a pedido do seu cliente. Como a senhora e os senhores estão de costas para os seus advogados, podemos convencionar que um gesto de mão serve para o pedido. Estamos acordados, senhor advogados? (*Os advogados aquiescem.*) Os senhores advogados poderão também manter uma conversa particular com seu cliente, desde que seja um contato breve, não exagerando no número de vezes que isso aconteça. Então, se quiserem manter um contato com o seu cliente, poderão se levantar ou se dirigir até a sala ao lado e num breve contato dissipar qualquer dúvida que apareça.

Concluídas essas orientações, passo a palavra ao Relator, Deputado Ivan Naatz.

Antes, porém, os advogados do senhor Helton, por gentileza...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — São os mesmos da ata passada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — São os mesmos da ata passada, contudo vou pedir aos senhores (*dirige-se aos advogados*) que peguem o microfone e façam o registro: nome, número da OAB e UF da OAB.

PROCURADORIA
FLS 2264
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
FLS 2281
RUBRICA

O SR. NOEL BARATIERI — Boa noite, senhor Presidente. Noel Baratieri, advogado catarinense, OAB 16.462, OAB Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, doutor.

O SR. NOEL BARATIERI — Obrigado, excelência, bom trabalho pra vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para todos nós.

O SR. MAICON JOSÉ ANTUNES — Senhoras e senhores, boa noite a todos. Meu nome é Maicon José Antunes, advogado, OAB 39.011, aqui de Santa Catarina.

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS — Senhor Presidente, senhor Relator, senhores Deputados, senhoras e senhores, Nelson Juliano Schaefer Martins, OAB Santa Catarina 3.016.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, doutor.

O SR. DIEGO CARDOSO SCHAEFER MARTINS — Boa noite, senhores Deputados. Diego Cardoso Schaefer Martins, OAB Santa Catarina 54.872.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, doutor.

O SR. GIANCARLO CASTELAN — Peço licença, senhor Presidente. Cumprimento vossa excelência na presidência dos trabalhos, os eminentes Deputados aqui presentes, todos os presentes também. Giancarlo Castelan, OAB 7.082, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, doutor.

O SR. PAULO CESAR SCHMITT — Boa noite, senhor Presidente, demais Parlamentares e demais pessoas que acompanham. Meu nome é Paulo Cesar Schmitt, OAB 25.638, SC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado.

Senhores, mais uma vez me dirigindo às testemunhas, dispensam-se comentários, ou acenos de cabeça, ou meneios de cabeça enquanto uma das testemunhas estiver fazendo uso da palavra, bem como expressões jocosas, enfim, qualquer tipo de reação que possa atrapalhar os nossos trabalhos. Vamos manter o respeito e a tranquilidade durante todo o processo hoje nesta tarde.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhores Deputados que nos acompanham aqui no auditório, senhores depoentes, senhores advogados, sociedade catarinense, muito boa-noite.

Senhor Presidente e senhores Deputados, eu confesso que a gente está entrando num processo complexo, difícil de ser produzido, que é a acareação, mas eu tenho certeza que todos nós estamos imbuídos aqui no objetivo de descobrir a verdade.

O processo de acareação tem um objetivo, contrapor as informações que chegaram até a CPI através dos depoimentos de vocês (*dirige-se aos três depoentes*) e não há intenção nossa de fazer nenhuma espécie de contraponto dos debates. Nós vamos dar crédito àqueles que a gente acha dá mais... que receberão o crédito. Então o objetivo da nossa CPI é para que a gente possa sobrepor quem tem mais crédito naquilo que fala.

Eu, antes de começar especificamente o processo de divergências, de acareação propriamente dita, reputo interessante, senhor Presidente, questionar os três (*dirige-se aos três depoentes*), pelo prazo de até cinco minutos, se alguém gostaria de falar com os Deputados algo que não foi falado, que julgue importante a CPI saber e que ainda não soube. Alguma declaração, algum fato, alguma participação, alguma intervenção, algo que a CPI não sabe (*o advogado Nelson Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino*), que a polícia não

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2282 RUBRICA
PROCURADORIA PAG. 2269

sabe, que nós não sabemos porque vocês não falaram, mas que vocês julgam importante a CPI saber.

Então consulto os três se têm interesse de fazer algum esclarecimento nesse sentido.

(*O advogado Giancarlo Castelan fala com o depoente Douglas Borba.*)

Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, senhores Deputados, boa noite.

É... eu gostaria de trazer informações aos senhores, obviamente que nós estamos com algumas informações que são recentes, é... dos últimos dias, e que... na minha opinião, fazem com que nós tenhamos aqui uma outra interpretação desse processo.

Desde o início do... dos nossos trabalhos nós temos ouvido é... que a empresa Veigamed ela foi apresentada no dia 22 de março, é... está nos autos, através de um encaminhamento de um contato, através do... do então Secretário Douglas pra Márcia. É... de acordo com as últimas informações que nós recebemos, através de um... é... de um compilado com informações que o Ministério Público fez, o que se percebe é que a empresa Veigamed ela entra nesse processo no dia 27 de março. Na verdade nós tínhamos até então algumas propostas de trabalho que estavam sendo apresentadas pelo então Fábio Guasti. O Fábio Guasti... enfim, nós temos algumas conversas que são públicas e que os senhores certamente tiveram acesso, onde ele faz oferta de alguns modelos, de algumas... é... de alguns equipamentos e insumos e no dia 26 de março é, ou melhor, no dia 24 de março é... é perguntado a ele é... a respeito de fechar uma proposta: e se nós fecharmos uma proposta? Ele diz que a coisa fica mais fácil, porque ele vai trazer de avião, vai trazer direto, enfim. E aí, então, pra ser exato às 21h40min existe uma informação dela através de telefone pra ele: pode me mandar. 24 de março.

No dia 26 de março nós temos aquela fala então, aquela ligação, onde o Secretário da Saúde tenta fazer um... uma redução dos valores que foram apresentados pela empresa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Me permite interromper?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor falou que recebeu dia 24, mas quem? Quem recebeu isso aí?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não. Recebi, não, essas informações estão nos autos. Essas informações estão nos autos, dia 24... é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem falou?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso, figura 10, página 136, figura 10, página 136 da informação do Ministério Público, parte 1, é... nós temos às 21h39min uma comunicação entre a Márcia, a senhora Márcia e o seu Fábio, onde lá se pergunta, se faz essa pergunta: se fecharmos uma proposta? O Fábio responde: fica mais fácil, enfim, que ele vai trazer de avião ou coisa que o valha, e aí às 21h40min então: pode me enviar.

No dia 26, quando eu faço contato então com a empresa é... no sentido de tentar diminuir o valor, é... naquele momento, dia 26, a empresa que havia mandado a proposta era a empresa Trading... é... Brazilian Trading. Dia 26, Brazilian Trading era a empresa que iria fornecer os equipamentos. Neste mesmo dia 26, às 23h, o senhor Fábio Guasti é... envia alguns documentos da empresa Veigamed baseado numa proposta de venda de bombas de infusão. Neste mesmo dia, logo depois, 23h10min, salvo engano, no minuto seguinte ele manda um áudio e nesse áudio ele informa que a empresa Simas Drake estava tendo alguns problemas por conta da... por conta da... da entrega em Santa Catarina, que não teria como fazer a entrega, enfim, e ele informa que provavelmente vai ter que trocar a empresa e que diz, inclusive: pode até ser que seja a Veigamed. Isso no dia 26.

No dia 27, às nove e vinte e seis da manhã, ele manda um novo áudio e nesse áudio ele diz: pede pra substituir a proposta, ou melhor, ele pede, né? Ele pede pra substituir a

PROCURADORIA
PÁG. 2266

proposta da Brazilian Trading pela da Veigamed. Às 10h35min ele envia os dados bancários já nesse mesmo dia, às 15h58min ele começa a cobrar pagamento (*o advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a depoente Márcia Regina Geremias Pauli*).

Então, na verdade, aquela ideia de que nós teríamos a Veigamed participando lá desde o dia 22 ela não é verdadeira. A Veigamed ela entra nesse rito a partir do dia 27 de março, às... pra ser mais exato, a partir das 9h26min, que é quando ele faz a substituição é... da empresa, que seria a fornecedora.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls 2283
RUBRICA

Só pra deixar... Esclarecer os senhores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado.

É... Douglas?

O SR. DOUGLAS BORBA — Boa tarde, senhor Presidente, cumprimento também os demais Parlamentares, Deputado-Relator, demais Parlamentares que se encontram aqui presentes presencialmente e também o nosso Deputado Sopelsa, que está acompanhando em *home office*.

Bom, senhores, é... diante desse novo e importante detalhe trazido pelo ex-Secretário Helton Zeferino, que vem a corroborar de fato todos os depoimentos já prestados por mim desde o início, espontaneamente, no dia 2 no Ministério Público, repetindo a mesma... as mesmas informações no dia 9 no Ministério Público e mais recentemente nessa CPI há uma semana, eu apenas faço questão de registrar e reiterar que não há qualquer conversa entre Douglas e Márcia ou entre Douglas e Helton e muito menos entre Douglas e terceiros durante esse interstício de tempo de 24 de março a 1° de abril, que é onde se deu toda essa negociação é... feita.

Então apenas fazer o, o, o registro e vou fazer, e fato novo provocado pelo Relator, vou fazer juntar é... relato na CPI, né, relato com as provas de... com as provas de todos os fatos alegados ainda na terça-feira passada (*o advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino*). Só não o fiz antes, como me propus aqui diante de todos os senhores, por conta da acareação, né, então pra não adiantar essas provas aos senhores, que naturalmente por ser uma CPI pública esses documentos também se tornariam de conhecimento público, estão só não o fiz antes pra preservar este importante momento de acareação entre os três envolvidos, mas faremos juntar é... ainda essa semana todos os documentos a essa CPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Márcia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu gostaria de fazer a... a inclusão de um fato novo (*consulta seus documentos*), que... embora em outras declarações o Secretário Helton tenha afirmado que na Secretaria de Estado da Saúde nunca se fez pagamento antecipado, eu gostaria que conste nos autos o Processo 11.825, de 2019, de março de 2019, que trata sobre o pagamento antecipado e naquele momento se discute ali, acho que foi uma... uma ordem judicial, mas que tem ali toda a descrição do rito, como se deu o pagamento antecipado, então já colocado na SES desde março de 2019, portanto anterior à minha estada na Superintendência. Ã... de certo ele esqueceu.

Também conforme relato da bombeira militar, ex-gerente de Orçamento, senhora Fernanda Gabriela, em seu depoimento ao Ministério Público ela relata é... uma ligação feita pro Secretário Helton onde ela alerta sobre os pagamentos antecipados e dá algumas... algumas... alguns esclarecimentos (*o advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino*), até uma ligação feita dela para o Secretário Helton, não é, com esse tema.

Eu pergunto aos senhores, não sei se é possível dar algum esclarecimento sobre o que foi colocada agora aqui, nesse momento, ou não é pertinente... não sei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, a senhora tem...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tem? Ah, tá.

PROCURADORIA Fls. 1622 PÁG. 2264
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2284 RUBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...liberdade para falar o que achar que tem que falar neste tempo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O que os senhores descreveram, né, os depoentes, ele consta dos autos do processo, é... os prospectos que foram encaminhados eu, já no dia 22, conforme o relato que eu já prestei, as provas que eu já prestei aos órgãos, é... descreveram exatamente essa circunstância. Não é novidade, não é fato novo que Brazilian Trading foi substituída por Veigamed e que os prospectos eles foram, sim, encaminhados no dia 22 pelo senhor Douglas e que a Veigamed foi substituída pela Brazilian Trading. Isso já desde o dia 29, no meu primeiro depoimento eu já coloquei e consta nos autos. Isso não é fato novo.

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se é importante...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Antes de começar a acareação em si, eu peço até licença ao Relator, ao Presidente e aos demais membros da CPI, e também aos depoentes, mais especificamente à senhora Márcia e ao senhor Douglas, nesta ordem – pontualmente obviamente todos têm o direito de permanecer calados e não responderem –, mas nesta semana que se passou de terça-feira passada até hoje, os dois, tanto a Márcia quanto o Douglas, vocês se lembraram do Deputado mencionado por vocês aqui na CPI?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Senhor Deputado, eu não tive acesso em mãos ao meu equipamento celular para fazer a pesquisa. Eu não sei se é possível eu fazer alguma sugestão aqui, mas o período entre 26 de março e 10 de abril é... se os senhores, eu não sei dessa possibilidade, se os senhores aventam essa possibilidade de pedir, então, às autoridades que faça o levantamento de qual o Deputado, qual o gabinete fez a ligação para aquele aparelho que lá está e eles vão relatar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim, Deputado, é... eu tive o cuidado de buscar essas... essas conversas como, como, como me comprometi anteriormente aqui, é... na verdade já havia deixado claro ao Presidente que não foi em relação aos respiradores, né, que as conversas de Deputados não foram em relação à aquisição de ventiladores, mas houveram pelo menos quatro contatos que ainda estão no meu equipamento telefônico, é... todos republicano como sempre foi com todos os quarenta Deputados dessa Casa, né, é... contados no... contatos no sentido de promover ajuda, ou algum, ou promover alguma indicação ao Estado de algo que o Estado de repente ou pudesse é... é... necessitar. São eles: é... uma doação do Município de Joinville pelo Deputado Fernando Krelling, através de uma empresa que agora me falha o nome, de álcool em gel, que eu dei o devido encaminhamento à Secretaria da Defesa Civil pra que lá fosse recebido; também uma mensagem do Deputado Vicente Caropreso com uma solicitação da empresa é... Malwee, de Jaraguá do Sul, pra que ela pudesse operar com capacidade superior a 50% de servidores pra que pudesse produzir aventais, né, e aí foi dado o devido encaminhamento ao Coes e lá o Secretário Helton promoveu a autorização pra que a Malwee pudesse, então, produzir aventais pra fornecer ao nosso Estado; é, o terceiro contato foi com o Deputado Fernando Vampiro, é... o Deputado Fernando Vampiro fez contato comigo colocando à disposição uma série de empresas ou... era meio que... acho que era através da Associação Comercial de Criciúma, né, pelo que eu entendi no teor da mensagem, é... que tem grande *expertise* na importação pra se colocar à disposição do que o, o, os ca... do que os catarinenses pude... precisassem buscar no exterior eles se colocaram à disposição de fazer isso, tal qual foi feito com o processo da Intelbras, tão bem conhecido por todos os senhores; e um quarto que menciona Deputado, mas que não foi o próprio Deputado que fez contato comigo, é... esse quarto aí não sei se, se o senhor... é... é... usaram o...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2285
RUBRICA

PROCURADORIA
PÁG. 2268

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu gostaria do caso dos respiradores.

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, o caso dos respiradores eu já deixei claro na terça-feira passada que não, e esses são os outros contatos que foram recebidos durante o episódio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Então pra mim basta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Relator, só comunicando a presença do Deputado Felipe Estevão. Seja bem-vindo, Deputado. E também comunicando que foi entregue a esta presidência um requerimento do eminente Deputado Jessé Lopes solicitando a perícia nos telefones para que seja analisada a ligação que foi recebida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom, terminada essa fase, muito obrigado a cada um de vocês, vou passar especificamente para a fase dos desencontros que a gente tem, né? Eu preciso saber quem é o responsável pelo pagamento antecipado, até agora a gente não conseguiu identificar quem foi o responsável pelo pagamento antecipado.

A servidora Márcia afirmou em depoimento que a decisão pela compra direta, por meio de dispensa de licitação e pagamento antecipado, é discricionário do Secretário Helton, e que ela era ordenador daquela dispensa, já que a alça da SGA era o valor superior a 5 milhões.

Eu vou ler aqui o que a senhora disse, para recordar. A senhora disse: "Então, é... no meu ponto de vista, a decisão por ato discricionário é do Secretário Helton, que era o ordenador daquela despesa. Ele decidiu por aquela compra direta, por meio de uma dispensa de licitação", partindo do princípio de que o prazo de entrega era melhor. E eu perguntei: "Então, a senhora acredita que a escolha...", e a senhora disse: "Acredito." Continuei: "... entre um e outro deriva da entrega?" E respondeu: "Acredito. Foi isso que aconteceu (...)."

De outra banda, o ex-Secretário Helton afirma que não houve em nenhum momento autorização pelo gabinete do Secretário de pagamento antecipado. O que existe nos autos é uma nota certificada de um equipamento que sequer chegou, onde se tem um pedido da servidora Márcia e temos uma assinatura da nota fiscal da própria servidora, no caso a servidora Márcia. O Helton Zeferino disse aos Deputados o seguinte, perguntado se foi ele que ordenou o pagamento antecipado: "Não. A Secretaria... volto a dizer pro senhor, nós só temos que deixar claro as coisas, aconteceu o pagamento antecipado? Não. Na verdade, não foi nem pagamento antecipado, nós tivemos uma nota certificada, uma nota certificada com a... descrição de um equipamento que sequer chegou. Então aqui nós temos, é, nesse momento aqui nós temos um processo de fraude, né?" Estou lendo *ipsis litteris*, né? "O senhor sabe disso, o senhor que é advogado, o senhor sabe disso, isso aí é uma fraude.

Então, a partir do momento que alguém certifica algo que não chegou, nós temos aqui não é pagamento antecipado, isso é uma fraude.

E, segundo, lembrando que... qual é a assinatura do Secretário nesse processo? Qual é a participação do Secretário? A partir do momento que eu saio de uma dispensa de mais de 5 milhões... por isso ela passou no gabinete, e o senhor mesmo já colocou, outros pagamentos antecipados aconteceram, e aconteceram realmente, e sequer passaram pelo gabinete." No caso gabinete, o senhor (*dirige-se ao senhor Helton de Souza Zeferino*) se referia ao gabinete do Secretário.

(*O senhor Helton de Souza Zeferino faz que sim com a cabeça.*)

"Então nós não temos em momento algum deste processo autorização para pagamento antecipado. Isso não aconteceu. O que aconteceu foi decisão de alguns... algumas pessoas que resolveram pagar esse, esse processo de forma antecipada. Mas não que foi autorização do gabinete, isso é uma inverdade, isso não aconteceu, em momento algum do processo está descrito."

(*O depoente Douglas Borba conversa com seus advogados.*)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2286 RUBRICA
Fls. 1624 RÚ...
PROCURADORIA PÁG. 2269

Eu perguntei: "Tá. Mas quem deu essa autorização para o pagamento antecipado?" o senhor respondeu, senhor Helton: "Pelo que nós temos nos autos, pelo que nós temos nos autos, os senhores também já tiveram acesso, o que nós temos aqui é uma situação de um processo de pagamento, onde nós temos um pedido da servidora Márcia e temos aqui uma assinatura nessa nota fiscal da servidora Márcia, que encaminha pro pagamento."

E, por fim, eu perguntei à servidora Márcia Regina a respeito desse pagamento antecipado, se ela sabia do processo de compras, e ela respondeu: "Eu sabia do processo de compras? Eu sabia. Eu sabia que o pagamento era antecipado? Todos sabíamos. Eu vou dar o nome de três pessoas que sabiam diretamente ao meu lado: Secretário Helton, a Márcia, Zé Florêncio, Gerência de Orçamento, Comandante lá do Corpo de Bombeiros e o Tiago também. Toda a estrutura foi montada (...)." E etc., e a senhora fala da Secretaria da Saúde.

(*O senhor Douglas Borba conversa com seus advogados.*)

Muito bem, então eu preciso esclarecer isso aqui. O Secretário Helton diz que não deu ordem de pagamento, a senhora (*dirige-se à senhora Márcia Regina Geremias Pauli*) disse que deu ordem de pagamento, então é preciso que vocês esclareçam isso para a CPI.

A senhora Márcia com a palavra.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Gostaria de esclarecer que depois de uma intensa pesquisa que eu fiz sobre os pagamentos antecipados de 2019, eu constatei que o rito para o pagamento, tanto antecipado como ordinário, ele não se alterou durante o... a... a crise, durante o período da Covid, ele manteve-se o mesmo, certo? Então a instrução daqueles processos que decorrem estritamente no... na Coordenadoria do Fundo, que é diretamente subordinada ao gabinete do Secretário Helton e não à Márcia, não à Superintendência, Coordenação do Fundo com as suas Gerência são subordinadas ao gabinete do Secretário Helton, não é subordinada à SGA. Esse rito não alterou, isso eu constatei. É o mesmo rito, seja pagamento antecipado ou pagamento ordinário, o rito permaneceu o mesmo, e foi assim que decorreu.

É... de acordo com as delegações que o senhor próprio já mencionou, Portarias 532 e 533, portaria de delegação cujo Secretário Helton, em 2019, assim definiu, publicou, esta delegação, como já foi dito, até 5 milhões a autorização pra que eu assine as dispensas de licitação para contratar, eu tenho autonomia até 5 milhões; a partir dali o ordenador primário é que tem a autonomia.

É... outra questão que eu gostaria de colocar, como eu já mencionei há pouco, foi o processo que eu já coloquei e também o depoimento da bombeira militar, dona Fernanda, tá certo?

É... outra informação importante é que o pagamento antecipado ele foi condição mínima pra evolução da proposta. A Superintendência ela não originou a compra, ela não negociou a compra e ela não pagou. Na negociação já estava colocado pelo fornecedor condição mínima para a proposta ao pagar, a frase, né: pagando, as peças já chegam entre 5 e 7 de abril (*lê seus documentos*).

Em sua coletiva, juntamente com Governador, o Secretário Helton, no minuto 29 e 46 segundos: o Governador já informou a vocês, temos em processo de aquisição mais de 76 milhões, esses 76 milhões envolvem EPIs e equipamentos pra UTI. Temos a previsão já de entrega dos ventiladores na primeira semana de abril, entre 5 e 7, o que perfaz aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora tem a data?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — 30/3/2020, minuto 29 e 46 segundos, o que perfaz aí uma compra de mais de trezentos ventiladores – aí ele se referia a duzentos, estes investigados, e mais cem da Intelbras, mesmo *modus operandi*.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.*)

Primeiro negocia, define, após exe... manda executar a compra. Sempre foi esse o *modus operandi* do Secretário Helton.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 282 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2270

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então a senhora confirma aos membros da CPI que a ordem para pagamento foi do Secretário Helton?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim. Por um limite de valor, a autonomia era dele; a execução, o apertar do botão, Cofes e suas Gerências, execução operacional; autorização só pode ser do Secretário Helton, não pode ser de mais ninguém.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado.

Secretário Helton, o senhor gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

Bom, senhores Deputados, é... eu acho que é importante a gente resgatar um pouquinho do que aqui já se passou inclusive, até pra que a gente tenha clareza dos fatos. Bom, então vamos é... primeiro nos debruçarmos sobre algumas coisas que já vinham acontecendo na Secretaria (*folheia documentos*).

Eu tenho comigo aqui três processos, três processo de dispensa de licitação abaixo de R$ 5 milhões – esses aqui são três de cerca de nove que aconteceram. Nesses processos, vamos pegar por exemplo aqui uma compra de cardioversores, são equipamentos que dão descarga elétrica pra recobrar é... movimento cardíaco de pacientes. Nesse processo resultou uma Dispensa de Licitação 764, valor: R$ 984 mil, ou seja, até o limite de R$ 5 milhões; forma de contratação – todas as dispensas têm esse texto: a presente dispensa de licitação será efetivada por meio da emissão de ordem de fornecimento. E por que da ordem de fornecimento? Porque de acordo com a 8.666, artigo 64, a ordem de fornecimento ela se equivale a um contrato administrativo.

Bom, temos a assinatura da senhora Márcia neste processo no dia 31 de março, às 17h.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas, Secretário, me permite só um...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Já, já vamos chegar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Porque a gente já sabe que acima de 5 milhões ela tinha autonomia...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não. Mas por que eu estou falando isso, Deputado? Já vou chegar, tá aqui na ordem de fornecimento.

A ordem de fornecimento que foi emitida desta compra, ela tem um destaque importante, a empresa solicita pagamento antecipado. Está aqui, está descrito aqui. Então, ou seja, a ordem de fornecimento, que é o meu contrato administrativo, ela já cita pagamento antecipado. Foi feito pagamento antecipado dessa nota? Sim, foi feito.

(*O advogado Giancarlo Castelan fala com o senhor Douglas Borba.*)

Esse pagamento foi feito, ordenado, foi... na verdade emitida a ordem bancária no dia 2 de ma... de abril e este equipamento ele adentra ao nosso almoxarifado no dia 13 de maio.

Mais um processo, camas hospitalares. DL 675, valor de R$ 242 mil, também assinado pela servidora Márcia, agora lá no dia 20 de março. Importante, a empresa é... a Ordem de Fornecimento 313 a empresa informou forma de pagamento à vista. Então tá no trecho já da... da ordem de fornecimento que este pagamento é a vista, R$ 242,9 mil. Nota fiscal emitida, lá no dia 23 de março, assinada pela servidora Márcia no dia 24, ordem de fornecimento no dia 2 de abril e adentrou no nosso almoxarifado posteriormente a isso – eu não tenho aqui a data exata, porque esse pro... essa folha aqui eu acabei perdendo, mas se os senhores precisarem eu posso acostar aos autos.

Compra de ventiladores pulmonares. Primeira compra, né, tão é... a tão badalada compra da Edera, Araranguá.

(*A senhora Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça.*)

Nós temos aqui o processo então do... que foi autuado lá no dia 18 de março, temos uma ordem de... uma Dispensa de Licitação 670 com duas ordens de fornecimento, uma de 1

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2288 RUBRICA
Fls. 1628
PROCURADORIA PÁG. 2271

milhão 253 mil e uma de 2 milhões e 200 mil, que perfaz aqui um total de 3 milhões 453 mil, foi assinada pela senhora Márcia no dia 19 de março e a Ordem de Fornecimento 304 e 305, que são as duas... 304 e 305, que são as duas ordens que foram emitidas... é...

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Importante, a empresa informou que o pedido era à vista. Está aqui, na ordem de fornecimento consta isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor, é que é o seguinte, o senhor tem que aproveitar o tempo para falar especificamente... Já compreendi.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Mas eu tô, mas eu tô aproveitando, Deputado. O que eu quero dizer é só, só pra gente ter uma estraté... uma ideia de como é que estavam sendo os processos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ótimo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, falando especificamente do Processo 37.070... Posso continuar? 37.070, então nós temos aí a emissão, o encaminhamento para o gabinete do Secretário da DL 754, essa DL ela vem acompanhada de um parecer jurídico, esse parecer jurídico ele não fala em momento algum de pagamento antecipado, ela faz a mesma citação, forma de contratação: será efetivada por meio da emissão de ordem de fornecimento.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli e mostra o celular.*)

A Ordem de Fornecimento 343, que foi emitida referente a esta compra, ela fala em prazo de entrega, ela fala em condições de pagamento, ela fala local da entrega, que essa entrega tem um cronograma de pagamentos de cem unidades até o dia 5... de entre 5 e 7 de abril e mais cem unidades até o dia 30 de abril, e ela não faz menção em momento algum ao pagamento antecipado ou pagamento à vista.

Bom, é... continuando (*continua lendo documentos*). Quando nós pegamos esse processo é... que se tornou público, que foi é.. construído pelo Gaeco e Polícia Civil, é... como eu já citei, mas volto a reforçar, já no dia 27 de março o senhor Fábio é... faz uma comunicação com a senhora Márcia e já começa a cobrar pagamento, dia 27 de abril, desculpe, de março, dia 27 de março sequer nós tínhamos parecer jurídica, o parecer jurídica desse processo é do dia 29 de março e no dia 27 ele já estava cobrando pagamento.

No dia 31, então eu tenho a assinatura desse... dessa ordem de fornecimento no dia 30 de março, às 14h37min. No dia 31 de março o senhor Fábio é... às 14h52min encaminha uma mensagem pra senhora Márcia onde ele coloca, ele fala, né, a respeito da nota fiscal, é pra ela levar, o... fala para a Márcia levar... Desculpe, a fala dele é: pra levar a nota fiscal para o José Florêncio. E ele diz assim, isso aí eu coloquei entre aspas porque foi a fala dele: faz ele fazer o pagamento e me dá essa ordem por aqui.

Então, ou seja, nós tínhamos aqui neste dia 30 a minha assinatura de ordem de fornecimento que não se relacionava à pagamento antecipado. Nós temos o dia 31 onde ele, através de mensagens de telefone, ele praticamente dá uma ordem aqui, né: faz ele fazer o pagamento e me dá essa ordem aqui. Que é a ordem de pagamento.

Nesse lapso temporal aqui nós temos uma emissão de uma nota fiscal ou de duas notas fiscais, né, nós temos duas notas de 16 milhões e 500 mil, que na conversa que nós estivemos aqui ou o que se presencia pelo menos nos autos que o Gaeco produziu, nós não temos em que momento essa nota fiscal ela foi pedida. Quem pediu a emissão da nota fiscal? O que eu sei é que às 14h52 ele faz a menção ou quase que a determinação para que ele... pra que a senhora Márcia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele quem?

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2289 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2292

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Ele o Fábio, o Fábio Guasti. Ele faz quase que uma determinação pra que esse pagamento seja realizado. Estas notas fiscais elas foram emitidas no dia 31, às onze e trinta e sete da manhã, então alguém, né, nós temos que isso... pra que nós possamos esclarecer isso, alguém solicitou essas notas fiscais pra ele (*o senhor Douglas Borba conversa com seus advogados*). Quem pediu essas notas? Essas notas chegaram através de que *e-mail*, ela veio através de *e-mail*, ela veio através de um WhatsApp, ela veio?... Qual foi o meio que essa nota ela chegou é... na Secretaria?

Ã... é importante também relatar que nós tivemos... algumas conversas, algumas conversas que estão nesse processo também que são importantes, até pra gente esclarecer esse... essa situação. É... como eu disse, então no dia 27, página 140 desses autos, nós temos a pressão... o primeiro início de pressão no sentido de pagamento antecipado. No dia... na página 144 dos autos do Ministério Público nós temos aquela quase que determinação, ó, leva a nota lá pra ele pra que ele pague e me manda a ordem por aqui. Na página 148 desses mesmos autos tem uma fala da senhora Márcia onde ela se refere, né, da seguinte forma: o Secretário está sobrecarregado, eu preciso blindar, mitigar os problemas; quando as coisas fogem do controle, a sensação de incompetência bate. As coisas fogem do controle... o que fugiu do controle?

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins conversa com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Página 154, figura 41, uma fala da senhora Márcia também: nós perdemos tempo, tomamos decisões desamparadas de rito com as garantias de entrega que não ocorreram; estou comprometendo a assistência, estou comprometendo a assistência, sou muito incompetente, fica a lição.

(*O advogado Paulo Cesar Schmitt fala com o senhor Douglas Borba.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário, o senhor me permite?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu preciso compreender que a Márcia tinha poderes para poder fazer isso.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, é... só pra gente entender. É que nós temos um processo que ele é, é, é, ele acontece independente do órgão ao qual nós estejamos. A gente não pode confundir momentos do processo administrativo. O processo administrativo ele tem um ato que é autorização de abertura do processo, de compra, né, vamos falar de compra, especificamente de compra, até R$ 5 milhões, seja ele uma licitação, seja ele uma dispensa de licitação, é... uma ata de registro de preço, a superintendente ou o superintendente de Gestão Administrativa ele tem delegação pra tal. Acima de R$ 5 milhões, todo ato de compra, todo ato de licitação, todo ato de ata de registro de preço, obrigatoriamente ele passa pelo gabinete do Secretário, pra que o gabinete... que o Secretário olhe esse processo, autorize o seguimento desse processo de compra, ele retorna pro setor competente.

Quando nós temos uma... uma compra, seja ela qual for, acima de R$ 5 milhões, vamos imaginar que eu comprei é... luvas, essa luva é uma ata de registro de preço. A partir do momento que é celebrado esse contrato, ele volte novamente pro gabinete do Secretário, por quê? Porque tá acima de R$ 5 milhões. Esse é o rito normal da Secretaria, mas mesmo esta compra de luvas, compramos, sei lá, R$ 20 milhões em luvas. O Secretário, a partir do momento que ele assine o contrato, não é o Secretário que recebe uma nota fiscal, não é ele que recebe uma nota fiscal que é encaminhada pro setor competente, e aí nós temos que ver qual é o setor competente, dependendo da compra ela pode ir pruma unidade hospitalar, dependendo da compra ela pode ir pro centro de distribuição, enfim, nós temos algumas estruturas dentro da Secretaria.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2290
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2273

Mas, efetivamente, efetivamente, aquela compra lá, vamos pegar um exemplo, um exemplo clássico aqui, né, R$ 16 milhões, respiradores. Nós tínhamos aqui uma... uma... uma dispensa de licitação que já referia lá na dispensa de licitação pra onde iria, aonde seria a entrega desses equipamentos; a entrega desses equipamentos seria no nosso almoxarifado. Está lá, a ordem de fornecimento já diz, endereço de entrega, e cita lá o endereço nosso, do almoxarifado. Quando ele chega lá, esta... esse equipamento, seja ele qual for, no caso aqui os respiradores, alguém vai pegar essa nota fiscal, vai conferir se... bom, aqui tá falando é... ventilador pulmonar para cuidados intensivos com PIP mínimo de 30.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que... Secretário Helton...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Fala... Pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu fiz uma pergunta para o senhor...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se ela tinha condições de ordenar esse pagamento sem que ele passasse pelo senhor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ela tinha condições?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que tinha?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Tanto ela como qualquer um no almoxarifado, por quê? Porque nós já temos uma despesa que foi realizada. Essa despesa realizada ela só faz agora o quê? Quem recebe o equipamento, ele confere se esse equipamento ele tá adequado ou não, uma vez estando adequado, rito, rito, é se autua um processo, esse processo uma vez autuado a nota fiscal ela é incluída no processo, essa nota fiscal ela é assinada no Sistema de Gerenciamento de Processos Eletrônicos, SGPE (*a senhora Márcia Regina Geremias Pauli faz que não com a cabeça*). Uma vez que se assine essa nota, uma vez que a nota esteja assinada, essa nota ela precisa ser incluída no Sigef, que é o sistema financeiro, que necessariamente não vai ser incluída pela pessoa que assinou. Por quê? A pessoa que faz a inserção desse documento lá no Sigef ela apenas ela vai conferir, bom, se aquele... se eu tenho uma nota fiscal onde alguém aqui está certificando, através da sua assinatura, que esse produto ele está entregue, eu vou incluir no Sigef.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, em resumo, o senhor entende que uma vez certificada a nota fiscal pela servidora Márcia, de que o produto foi entregue, ou supõe, o departamento financeiro vai fazer o pagamento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom...

Um outro ponto que eu... A Márcia afirma e o senhor Douglas indicou o Leandro Barros para todos os... para tratar dos respiradores.

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS — Presidente, eu gostaria, numa questão de ordem, de requerer a vossa excelência que permitisse que a nossa cliente se manifestasse sobre a resposta do Secretário Helton, uma vez que se ela receber um outro questionamento envolvendo contradição com o Secretário Douglas, ela terá que enfrentar duas respostas, e isso pode confundir a honrada Comissão Parlamentar.

Por isso requeiro a vossa excelência que a Márcia primeiro responda o questionamento envolvendo a manifestação do Secretário Helton.

O SR. NOEL BARATIERI — Questão de ordem, senhor Presidente.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2291 RUBRICA
PROCURADORIA PAG. 2291

Então se for deferida, nós queremos tempo, uma réplica para... que cada um tem seu tempo, a dona Márcia pôde expor, o ex-Secretário pôde expor, então é igualdade de tratamento. Não há como deferir mais prazo pra dona Márcia continuar falando.

Questão... foi levantado os ponto, cada um pôde fazer a sua sustentação...

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli e mostra o celular.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor pode tirar a máscara, fica mais fácil para a gente entender.

O SR. NOEL BARATIERI — Então, Presidente foi dado o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. NOEL BARATIERI — ...a dona Márcia pôde falar, o ex-Secretário pôde falar, então agora vamos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vamos, vamos...

O SR. NOEL BARATIERI — Se for dado mais tempo, nós também, a defesa está pedindo mais tempo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vamos estabelecer então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Vamos definir o seguinte: dois minutos para cada um deles...

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS — Senhor Presidente...

O SR. NOEL BARATIERI — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para que seja feito, até porque... é uma questão de tempo, tá, não de...

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS — Sua excelência, eu compreendo, mas por uma questão de ordem também, eu quero interferir, senhor Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Não se trata de réplica ao que a dona Márcia disse, porque o senhor Relator formulou um novo questionamento ao Secretário Helton, ele falou sobre um fato diferente, e por isso que a senhora Márcia tem o direito de contrapor-se àquilo que o Secretário Helton acabou de trazer notadamente, porque são dados e informações novas.

O SR. NOEL BARATIERI – Excelência, questão de ordem, não há nenhum fato novo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só um minuto, doutor...

O SR. NOEL BARATIERI – ...a questão é sobre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só um minuto, doutor... doutor...

O SR. NOEL BARATIERI – ...ele autorizou ou não o pagamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Doutor...

O SR. NOEL BARATIERI – ...essa é a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu já entendi.

O SR. NOEL BARATIERI – Tá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor.

O SR. NOEL BARATIERI – Não há nenhum... nenhuma pergunta nova (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora tem dois minutos.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu gostaria...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2292 RUBRICA
Fls 1620
PROCURADORIA PÁG. 2275

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Senhor Presidente, uma questão de ordem. O Secretário Helton falou muito mais que dois minutos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – ...e o tema que ela vai abordar levará mais do que esse tempo, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu acredito que todos os outros Deputados ali vão abordar em torno desse tema, né? Então se ela, de forma bem pontual, puder dizer na oportunidade que ela tiver, ela vai ter a oportunidade de ficar o tempo que ela considerar necessário.

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Eu peço, senhor Presidente, que seja registrado meu protesto, no sentido de que ela tenha o mesmo tempo, no mínimo, que o senhor Secretário Helton se manifestou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está registrado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Nos processos relacionados pelo Secretário Helton em que houve o pagamento antecipado abaixo de 5 milhões, todos foram entregues, é, esqueceu de colocar isso. O pagamento antecipado foi feito... eles foram entregues. É... aquele processo... é... a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Viu, dona Márcia...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – São dois minutos, mas não é uma... algo assim, que é desesperador.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ah, eu não preciso falar tão rápido. (*Ri.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode ficar tranquila, tá? Aqui...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Tá.

O Secretário, também no relato dele, ele colocou ali algumas partes da fala, né, que tava lá na conversa do WhatsApp, porém ele omitiu uma parte importante, em que no momento em que o Fábio questiona do pagamento imediatamente eu passo o contato do... do José Florêncio. Isso ele omitiu ali durante a, o relato dele, tem isto lá também. No meio daquela conversa, que ele acabou de relatar, tem eu passando: ah, pagamento? Fala com o Zé Florêncio. E passei o contato do Zé Florêncio.

Outra questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode falar calmamente mesmo, tá?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Como eu falei, se precisar estender os dois minutos ali...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O.k. Obrigada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Até porque a taquígrafa ali não consegue acompanhar.

SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ah, perdão. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá, bom?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Outra questão, é o seguinte, é... e lá, e também, tem uma... menção do José Florêncio... Fábio faz uma exigência, está nos autos, Fábio... na folha 17, Fábio faz exigências a José Florêncio, é... pressionando ele sobre o pagamento. Então não foi só a Márcia, né, pressionou o José Florêncio, está nos autos também essa comprovação da, da pressão do Fábio no José Florêncio, também via WhatsApp, também telefone. É isso que eu gostaria de mencionar.

Obrigada.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2293 RUBRICA
PROCURADORIA PAG. 2296
1691

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ex-Secretário Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, só pra... é, pra também registrar, que... o José Florêncio ele recebe o contato... ou é encaminhado o contato dele é... para o senhor Fábio, conforme folhas 29, é... no dia 31 de março. É... e a partir daí então ele tem o contato do José Florêncio. Até então, do dia 27 em diante, que é quando começa a pressão, é... as conversas elas acontecem entre a senhora Márcia... José Florêncio ele entra no dia 31 de março.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ficou claro, Deputado Ivan Naatz? Vossa excelência continua com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado. Nós vamos ouvir aqui o José Florêncio na próxima terça, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quinta-feira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, quinta é feriado. Próxima terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ah, é. Terça-feira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós vamos ouvir o José Florêncio aqui para esclarecer esses fatos.

Bom, a Márcia afirma que o senhor Douglas indicou o Leandro Barros para tratar dos respiradores, interagindo entre os compradores e a Secretaria da Saúde. Eu preciso saber por que... que critérios... Eu não compreendi muito bem, dentro dos depoimentos que vocês fizeram há uma contradição, porque o Douglas disse aqui que não indicou o Leandro Barros e nem... mal conhecia o Leandro Barros, falou que não indicou ele, que simplesmente passou uma mensagem no dia 22 e isso se... isso ficou por ali, nessa mensagem. Foi o que o Douglas Borba disse ao final, inclusive, nos seus esclarecimentos finais aqui, quando falou com a CPI.

Eu perguntei, a respeito do seu Leandro Barros à Márcia Pauli: qual é a pressão que a senhora sentia? E a senhora Márcia respondeu o seguinte: "É sim. O Secretário Douglas era uma... sempre foi uma pessoa que falava em nome do governo, e aí a gente tinha que dar total é... prioridade.

O Leandro, ele sempre para nós, foi esse articulador entre os fornecedores, é... apoiando o que o Secretário Douglas tinha de intenção de fa... de fomentar, né, de fazer aquele fomento, seja em testes rápidos, respiradores. Ele, entre os fornecedores e o Estado, ele era essa pessoa articulando pra que a gente impulsionasse, então, os nossos processos."

Então eu falei para a senhora: "Senhora, o Leandro disse aqui para a CPI que ele nunca fez negócios com governo." Aí a senhora responde: "É, eu tive a oportunidade de escutar também." Mais tarde eu pergunto para a senhora: "É ele disse que nunca fez negócios com governo, nunca vendeu, nunca... Interessante, então ele surgiu assim como...". E a senhora disse o seguinte: "É, ele sempre fez essa articulação, né, os fornecedores estavam aqui, o Leandro estava aqui no meio, e o Secretário Douglas o colocou em total interação conosco naquela, naquela influência."

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

O Douglas negou essa informação, disse que não tinha nenhuma interferência dele com o Leandro Barros. Depois o Douglas, em depoimento, disse aqui para a CPI: "Eu fiz a indicação ou fiz o encaminhamento dos... do senhor Leandro de Barros no dia 2 de abril para tratar especificamente da questão de EPIs." Então eu disse: "Não, não. Dia 22 o senhor já mandou uma mensagem apresentando ele, dia 22 ou dia 23. Dia 22... O senhor apresentou ele dia 22, nós temos uma mensagem." E o Douglas disse o seguinte: "Não, se buscar a mensagem, Deputado, me permita aqui corrigi-lo ou então trazer a verdade. Se mostrar a mensagem, que é comparativa, não sei se tem pra colocar, se colocar aquela mensagem ela traz um protótipo que eu encaminhei, e aí a mensagem que eu digo o seguinte: 'Leandro falará

Documento transcrito pela Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2294 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2277

com você'." A senhora responde: "Já estamos em contato." Foi o que o Douglas disse aqui para nós.

O Douglas também disse para nós que não é verdade que as duas... o Douglas disse o seguinte... Eu perguntei: Douglas, o senhor confirma o contato com o Leandro Barros no dia 23? E ele disse para mim o seguinte: "Não, a verdade são as... as... as duas são verdades. O Leandro vinha em contato comigo, na verdade me procurou já lá no começo é... lá no dia 20, 21, 22, não lembro, e foi naquele momento que eu... que eu canalizei pra Márcia, né, e a Márcia disse: nós já estamos em contato. Ela já estava em contato com o Leandro."

Muito bem, o Douglas nega que tenha apresentado, senão aquela mensagem do WhatsApp. Eu pergunto ao senhor Douglas Borba: o senhor confirma esses fatos, porque eles são negados pela Márcia?

O SR. DOUGLAS BORBA – Pois bem, Presidente, é, confirmo e vou tentar deixar um pouco mais claro pra... pra que seja de compreensão de todos, né?

É, primeiro lá no dia 22, é, de março, o Secretário Helton, que era o coordenador do Grupo Gestão de crise, encaminhou uma mensagem para todos nós que compúnhamos esse ge... esse comitê de gestão de crise, é, dizendo que o Estado estava com dificuldades de adquirir uma série de equipamentos, uma série de produtos, uma série, enfim, estava aquele momento tumultuado no mercado, como todos nós sabemos que aconteceu naquele interstício de tempo.

A partir daí, é, e isso também está comprovado aqui, essa mensagem que foi encaminhada lá, a partir daí eu solicitei ao Secretário Helton com quem nós deveríamos reportar ou a quem nós deveríamos reportar as propostas que chegavam de todo lu... de todo lugar, é... como dito por todos, é... nesse, nesse, nesse processo. Todos os depoimentos, mais de quarenta depoimentos, é, tomados já pelo Deic, diziam que as propostas vinham de vários Secretários de Estado, vinham de fornecedores, vinham de tudo quanto é lugar.

Pois bem, é, naquele momento o Secretário Helton optou, obviamente, por canalizar na pessoa responsável ou no setor responsável pelas compras do Estado que é, da Saúde, que é a Superintendência de Gestão Administrativa. A partir dali eu já tinha, é... alguns contatos que já haviam me procurado e que eu não tinha dado vazão ou que eu tinha dado vazão ao Secretário Helton, e a partir daquele momento, ao invés de direcionar essas propostas ao Secretário Helton eu passei então a direcionar à, é... servidora... é... servidora Márcia.

O Leandro foi mais um destes contatos, é aí que eu quero chegar, não foi o único. E eu trago aqui (*consulta seus documentos*), vou juntar também a vossas excelências aqui, é, trago não só o Leandro, trago o Cacá Pavanello, lá de Jaraguá do Sul, que tava produzindo máscaras, que me mandou mensagem, acho que o Deputado Milton deve conhecer, ex-Vereador de Jaraguá do Sul, um grande empresário da cidade de Jaraguá do Sul. É... também, é... um telefone aqui, código 79, era assim que a gente recebia, senhores, ó (*mostra o documento*), chegava no meu telefone, meu telefone era público, chegava assim o telefone, daqui a pouco 79, código 79, não sei nem de onde é, encaminha à servidora Márcia. Daqui a pouco chegava, é, proposta da Exgen, posposta não, protótipo, encaminhava. Chegava também Leo Byrro, proprietário da Cremer, ali de Blumenau, Deputado Laércio deve conhecer, proprietário da Cremer, empresa catarinense aqui, também mandava. É... pra citar alguns, né? Cacá Pavanello, como já falei, BM Import Export também, oferecendo ventiladores, oferecendo *kits*, oferecendo... enfim, o que mais que temos aqui... ou seja, uma série.

O que que acontecia, Deputado? O Leandro foi mais um destes que procurou a mim, porque me conhecia. De fato, né, já disse qual é a relação, eu de fato tenho uma relação pessoal, de uma pessoa que mora em Biguaçu, que é uma cidade pequena, é uma cidade que a gente ainda conserva os valores, é, da proximidade de todos que moram no mesmo... na mesma cidade. Tenho uma relação cordial com o Leandro, de fato, tenho um relacionamento

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2295 RUBRICA
Fls 1633
PROCURADORIA PÁG
PROCURADORIA PÁG 2278

pessoal, é, com o Leandro, mas nunca negocial com o Leandro. Ele era mais um dos fornecedores que se apresentou. Como todos outros que eu narrei aqui, eu fiz o encaminhamento pra onde o próprio gestor da crise ordenou que fosse feito, que era a Superintendência de Gestão Administrativa.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli e mostra o celular.*)

A partir do momento que eu canalizo esses contatos, esses protótipos pra Superintendência de Gestão Administrativa, do caso dos respiradores, eu saio de cena, tanto é que eu não converso sobre respiradores... aliás, eu não converso sobre nada com a servidora Márcia do dia 25 de março ao dia 1º de abril, isso tá também nos autos e consta no nosso histórico de conversa.

Aquela semana, que foi a semana, coincidentemente foi a semana da aquisição desses duzentos respiradores, nós não conversamos, nós... não trocamos nenhuma mensagem, nenhuma ligação, nós simplesmente não nos falamos. Então, é... é... eu confirmo, né, confirmo o que eu já disse aqui, mais uma vez eu digo a minha versão não mudou desde o início disso tudo, né? O Leandro foi, sim, mais um, mais uma das pessoas que eu encaminhei para o setor competente, que é a superintendente... a Superintendência de Gestão Administrativa.

É, e é importante, pra finalizar a minha parte, é importante dizer que encaminhei aquele protótipo, que tá aqui (*mostra o documento*), que é um protótipo da Vent-Logos, no dia 22, protótipo da Vent-Logos, de um produto que sequer... e aí eu fiz questão de comparar com o descritivo do que a Saúde precisava, tecnicamente eu não entendia, mas agora eu aprendi... estou entendendo um pouco sobre respirador. Esse protótipo, que eu mandei, sequer atende às necessidades do Estado naquele momento, porque esse respirador aqui, que eu enviei, que foi um protótipo que eu recebi e enviei, é um ventilador de transporte, de uma marca Vent-Logos S-21, né? Totalmente diferente do respirador adquirido pelo Estado, né, que é de marca diferente, que é, enfim, que, que, que não é, de fato, nenhum dos protótipos que eu encaminhei.

Então pra ficar claro que, é... sim, é, é, eu passei o contato de... eu perguntei pra Márcia, é... eu, eu disse a Márcia, no dia 22, se o Leandro... que o Leandro faria contato com ela, ela disse: Já estamos em contato. A partir dali, é, eu não passei o contato do Leandro pra ela, porque eu disse, ah, se já estão em contato, deixa eles em contato. Como eu disse, é mais um fornecedor, deixa lá... a avaliação técnica, a escolha, é da Secretaria de Estado da Saúde.

E aí num segundo episódio, lá no dia 2 de abril, narrado, é, é, por vossa excelência, Relator, aí eu nem lembrava mais (*ri*) que o Leandro já estava em contato com ela e no episódio do EPI eu passo o contato do Leandro pra ela, pra tratar da questão do EPI, que aí é, é outra situação e não a dos respiradores.

Espero ter esclarecido, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu gostaria só de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Você compreendeu bem?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A minha pergunta, a fala...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim, perfeitamente.

Eu gostaria de... manifestar que não muda, né? Na verdade o Secretário Douglas ele afirma que realmente ele passou o contato e... a partir dali o Leandro passa a fazer a... os contatos conosco. Então ele, no meu ponto de vista, ele confirmou tanto a passagem dos prospectos quanto o contato do Leandro (o *senhor Douglas Borba faz que não com a cabeça*) e isto só confirmou, não muda em nada o que eu coloquei e a minha afirmação continua.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 229 RUBRICA
Fls. 1634 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2299

É, gostaria de fazer um... ressaltar que foi com a permissão do Secretário Helton que o Secretário Douglas age... né, com... se veio pra... em contato com a SGA, com a SES, com essa interferência e com esse poderio que ele representa, como Secretário Chefe da Casa Civil, um homem do governo, um *staff* do governo, com essa autoridade.

Gostaria de mencionar o que o Secretário Helton falou em seu depoimento, se me permitem, rapidamente: (*Iê*) Aos 32 minutos, no Ministério Público, o Secretário Helton expressou: decisão de governo. É... faz subentender que o Governador já havia sido consultado. Aos 33 minutos, Secretário Helton declara: É possível supor que a indicação do Chefe da Casa Civil, pra SGA, pra superintendente, era tido como encaminhamento necessário, pois o servidor entende que é decisão a ser cumprida. O Secretário Helton diz isso em seu depoimento ao Ministério Público.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

Este... esta era o... este era o efeito de uma indicação do Secretário Helton, que foi colocado pelo Secretário, é, perdão, do Secretário Douglas, que foi colocado pelo Secretário Helton em contato comigo, como o Secretário Douglas acabou de afirmar.

Outra questão, quando o senhor coloca, é... desculpe, senhor Douglas, é... que repasse os fornecedores tem um ali, o senhor acabou de manifestar: Um até era de 79. Responsabilidade, responsabilidade, é, que nós deveríamos ter e não nos colocar à exposição daquilo que desconhecemos. É isso que eu gostaria de colocar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que eu tenho... desculpa...

O SR. NOEL BARATIERI – Presidente, questão de ordem, Presidente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Desculpe. Desculpe, senhor Douglas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Prossiga, doutor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Desculpe, senhores.

O SR. RELATOR (Deputado Ivan Naatz) – Só um minutinho, só um minutinho, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode ir falando.

O SR. NOEL BARATIERI – Excelência, como o nome do meu cliente foi citado, eu tô pedindo, então, uma... pra que... o meu cliente possa também se manifestar acerca da... da exposição da senhora Márcia que cita o Secretário Douglas (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Doutor, isso é uma acareação e em dado momento todos eles serão citados durante todo o tempo eu acredito...

O SR. NOEL BARATIERI – Mas tem um ponto, excelência, que foi... que foi citado. Então se o senhor não quiser, eu gostaria que constasse em ata, né, essa... esse seu indeferimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então, tão logo ali, é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não é importante, eu não vejo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...ele conclua a pergunta dele. E detalhe, não tem... eu não vejo relevância, até porque como é uma acareação, todos vão citar o nome de todos aqui durante todo o tempo.

O SR. NOEL BARATIERI – Excelência, eu vejo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu não estou entendendo o senhor.

O SR. NOEL BARATIERI – Com perdão, excelência, eu vejo relevância no seguinte... por que? O Secretário Helton, o ex-Secretário ele passou o sentido republicano, honesto, ímpar, o... ela era representante da SGA, superintendente e tal, não passou com nenhum... malícia, que não... e é isso que ele quer esclarecer...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 227 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2280

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente...

O SR. NOEL BARATIERI – ...que isso é importante para... que a sociedade catarinense tome esse conhecimento.

Então se ela depois... fez tratativas ilícitas, como está comprovado, daí o... ela que tem que assumir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, isso aí é uma suposição do senhor também, que conste em ata também. Conste em ata também a colocação do senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem falou?

O SR. NOEL BARATIERI – Bom, isso é o Gaeco que fala...

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Uma questão de ordem, eu requeiro que seja retirada dos registros desta Comissão a afirmação do meu nobre colega, doutor Noel, que acaba de afirmar algo que sequer a CPI ainda concluiu.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores, isso não vai se transformar numa discussão entre advogados.

Eu já to... eu deixei isso claro no início da reunião, tá? Se quiser pegar o seu cliente orientar ele lá, para que ele retorne aqui, mais tarde depois da pergunta do Relator, assim que concluída, ele vai ter o tempo dele, que eu já falei que sim, eu já disse que sim, só que é preciso que se conclua a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente...

O SR. NOEL BARATIERI – Só pra fechar (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente, uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Por gentileza...

O SR. NOEL BARATIERI – Viu, excelência, só pra terminar. Faço questão que faça o registro da minha fala. Tudo que eu tô falando aqui assino embaixo, tá, excelência?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está registrado.

O SR. GIANCARLO CASTELAN – Senhor Presidente, respeitosamente eu peço a palavra. Estou em silencio até agora aguardando a autorização de vossa excelência, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. GIANCARLO CASTELAN – Muito obrigado, excelência.

É... num plano de igualdade, é, considerando a situação anterior em que foi permitido que houvesse aqui uma manifestação, é... se não estou enganado, da... do ex- Secretário Helton em relação à fala da senhora Márcia, eu pediria também que desse plano de igualdade também fosse permitido ao meu cliente, o Douglas Borba, se manifestar a respeito da última fala da senhora Márcia, evidentemente assegurando a ela, se assim vossa excelência entender também necessário, por um princípio de paridade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O mesmo direito que for estendido aos demais vai ser estendido ao cliente do senhor também.

O SR. GIANCARLO CASTELAN – Então eu requeiro a vossa excelência que, por gentileza, conceda a palavra ao meu cliente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mas é necessário que ele conclua a pergunta...

O SR. GIANCARLO CASTELAN – Ah...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...e que se tenha também o entendimento de todos que a gente está em três testemunhas.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2298 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2281

O SR. GIANCARLO CASTELAN – Não, mas a respeito da última fala, excelência, da última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu tenho esse entendimento (*ininteligível*) vai ser considerado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Questão de ordem, vossa excelência.

O SR. GIANCARLO CASTELAN – Vossa excelência, entendeu?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Kennedy Nunes, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só gostaria de dizer... eu sei que é a primeira vez que acontece na história da Assembleia Legislativa uma acareação. Eu tomei o cuidado, senhor Presidente, de assistir algumas acareações que tomaram... e que fizeram parte lá no Congresso Nacional, entre elas o doleiro Youssef e a outra sobre o petrolão.

E lá, a conversa era dos membros da CPI com os acareados. Ponto. Os advogados lá não pediram questão de ordem, não falaram, até porque eu concordo quando vossa excelência diz que quando o advogado quer falar, pega e fala. Por quê? O que eu estou percebendo aqui é que daqui a pouco, e com todo respeito aos advogados que estão aqui, isso daqui vai virar um tribunal do júri, e nós não somos justiça. Isso aqui é uma CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então eu entendo, senhor Presidente, que não é de agora, mas lá da... eu entrei na última semana e o que eu vejo é que há uma ascensão, inclusive, dos advogados dos depoentes, em querer se manifestar mais do que os próprios depoentes. Eu entendo que é por bem, até porque nós estamos com, Deputado Milton, toda Santa Catarina querendo saber e eles estão querendo ouvir os três, com todo o respeito, não os advogados, estão querendo ouvir os três. E o que está acontecendo, Deputado João Amin? Nós estamos ainda na pergunta dos relatores, nós todos estamos, e se a todo momento começar a ter a intervenção dos advogados para querer tirar de ata, registrar em ata, fazer... nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Eu entendo que quem tem que falar aqui é o senhor Helton, a senhora Márcia e o senhor Douglas. E se, no caso, a senhora ou senhores falaram algo, e que eles queiram rebater, que seja feita acareação entre eles, até porque esta acareação entre eles é que vai fazer com que nós possamos ver quem está falando a verdade ou não. Então a minha questão é essa, senhor Presidente, que a partir de agora advogado não fala mais, nós falamos, se os advogados quiserem fazer, eles pedem lá, vão falar, mas que seja aberto o debate entre eles, para tirar essa acareação.

Eu entendo a preocupação dos advogados, porque um fala uma coisa e diz o outro... mas essa acareação tem que ter entre eles, e não mais os advogados falarem. Essa pelo menos é a minha colocação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhores advogados, eu compreendo muito bem a posição de cada um de vocês, até porque sou um colega de profissão. Não acreditem que este Relator vai se deixar induzir por uma intervenção, por um caminho que está sendo andado, para voltar... muito pelo contrário, acho que se eu estiver caminhando por um lado e eu sentir que um dos senhores está tentando tirar o lado, eu vou chamar mais atenção para esse lado. Então talvez tem que ter cuidado com isso aí, porque o feitiço pode virar contra o feiticeiro. Também não vamos transformar isso aqui numa discussão de bancas de advogados, porque não é o nosso objetivo.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2299 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG: 2282

Eu estava concluindo o meu raciocínio, ia colocar o Secretário Helton na conversa, mas infelizmente fui interrompido pelos senhores e vou voltar atrás.

Eu queria mostrar para vocês a página...

O SR. DOUGLAS BORBA – Se me permite...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, claro.

O SR. DOUGLAS BORBA – Acho que na verdade o Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós estamos aqui para conversar entre nós.

O SR. DOUGLAS BORBA – Certo. Não, acho que o Presidente deferiu o pedido do doutor... Giancarlo Castelan pra que me desse a oportunidade de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor vai falar...

O SR. DOUGLAS BORBA – ...de falar sobre aquilo que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor vai falar.

O SR. DOUGLAS BORBA – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor vai falar. O senhor veio aqui para falar conosco e vai falar.

O SR. DOUGLAS BORBA – Obrigado, obrigado... Deputado, Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, eu queria mostrar aqui...

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, é sobre, sobre a pergunta anterior já feita, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...a página 5, daí 99, 100. Um texto, ali para que vocês possam acompanhar a leitura, um trecho da ata.

(*Utiliza imagens projetadas para auxiliar os seus questionamentos.*)

O senhor Helton Zeferino falou aqui para a gente:

(*Passa a ler*)

"Bom, com relação à... ao Douglas, ou melhor, com relação ao Leandro a informação que eu tenho, a informação que a própria servidora Márcia me passou, ela... ela me informou que a empresa Veigamed ela foi encaminhada, é... através de um contato telefônico via WhatsApp pra ela, via Secretário, Douglas Borba. É, o Douglas me pediu, em certa, em certo momento, eu não sei recordar exatamente o dia, o contato da Márcia, é... que era responsável pelo nosso setor de compras. Eu passei, a partir de então acredito que ele deva, que ele tenha iniciado esse contato com ela. A Márcia, é... me... me relatou que ele fez, então, o encaminhamento da Veigamed, isso tá no telefone dela, inclusive.

É... o Leandro é um outro, é... é um outro fornecedor, né, que é encaminhado também, ou facilitador, né? Como ele... ele se diz, né? É... que é encaminhado também pro telefone da Márcia através do Douglas Borba. É... eu fiquei sabendo, é... logo após disso também que o Leandro acabava... teria um histórico dentro da Secretaria de ter sido um superintendente de planeja... planejamento de gestão, enfim, mas não foi na gestão atual, mas que já havia passado pela Secretaria. É... e o Leandro, inclusive ele é..."

Muito bem, o que eu quero dizer é o seguinte: a Márcia esteve aqui e disse que se sentiu pressionada, sentiu-se ameaçada, sentiu-se pressionada pelo Douglas para atender o Leandro, para atender a Veigamed, que ele falava em nome do Governador etc., etc. O Douglas nega, Márcia, o Douglas nega.

(*O senhor Douglas Borba manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Só um minutinho, Douglas.

O Douglas nega. Eu preciso que a senhora deixe claro à CPI, qual foi a pressão que o Douglas fez para que a senhora atendesse o pedido da Veigamed, fizesse pagamentos... porque não pode se reduzir aquela mensagem.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. É...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2300 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2283

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na minha concepção, né? Não estou fazendo nenhum julgamento de valor...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...mas se esse fato se resume a essa mensagem, a gente tem que explicar muita coisa.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, o que eu quer... o que eu tenho a explicar, além do que já está nos autos, a fala constante do Secretário Douglas em nome do Governador, eu gostaria de ler, também está nos autos, uma passagem da minha conversa de WhatsApp com o senhor Douglas. Pode ser, senhores? (*Ininteligível.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O.k., com licença.

Um pouquinho pra mim localizar, por gentileza (*folheia documentos*).

Eu não vou me recordar a data que que estava num *backup* lá da mensagem: (*lê*) Alguma novidade? Governador questionando. Hoje vamos pra Defesa Civil.

Isso é fala do... abre aspas, né, palavras do senhor Douglas. O senhor Douglas ele... sempre foi... assim, é... de perguntar, de cobrar. A... a... o Leandro onde entra nessa jogada, né, pressionando, tem também nas mensagens, ele está lá perguntando: E os respiradores? Deram certo os respiradores? E os respiradores?

A... o se... senhor Douglas mencionou há pouco que entre um período ali ele não fez sequer uma mensagem, porém, é... ele não se recorda, mas a concomitância entre a data do pagamento da Veigamed tem sim, tem sim mensagens lá e cobrança, inclusive telefonemas, tem sim.

Num dos telefonemas, num dos telefonemas, eu estava na minha casa, falei aqui ainda, no dia 2 de junho, ao lado com meu marido, coloquei ele pra ouvir, ele falou em excesso de preciosismo. E tem também, é... após esta frase, algo que eu também não disse ainda, porque a gente vai lembrando aos poucos, a mesma fala dele na continuação deste mesmo dia, ele fala: Vocês têm muito excesso de preciosismo. Fala a palavra preciosismo e também, é... uma frase no sentido de: Vocês não tem o que se preocupar, o governo jamais vai lhes, lhes desamparar. Esta frase foi dita por ele.

(*O senhor Douglas Borba faz que não com a cabeça.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É nisso que se resume a pressão que a senhora sofreu?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu, é... existe várias formas de fazer-se pressão. Para mim, uma autoridade desta, isto configura, para mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Helton, a respeito da participação do Douglas no processo da Veigamed, o senhor gostaria de fazer alguma intervenção?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, na verdade, é... essas comunicações existiram entre os dois, eu não... não participei. A minha única participação nesse processo foi no momento que o Douglas pediu o contato da Márcia e eu passei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Douglas?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom, primeiro eu gostaria de... depois, é, é, deve ser questionado, mas enfim, só pra não perder o assunto, questionar em que momento, né, ao Secretário Helton, em que momento eu fiquei sabendo dessa aquisição da compra dos respiradores, né? Se ele lembra daquela reunião do dia 22 de... de abril, quando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Douglas, é...

O SR. DOUGLAS BORBA – ...ele chamou a reunião comigo e com o Governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu gostaria de pedir que o senhor conversasse com o Relator ou com a Presidência, e não com o seu ex-Secretário.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não mas aí é, é... é porque diz respeito ao tema...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2201 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2284

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ã-hã, Ã-hã.

O SR. DOUGLAS BORBA – E aí só pra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. DOUGLAS BORBA – Certamente ele deve ser questionado a respeito, né, mas enfim.

É, bom, algumas inconsistências e na verdade... na verdade (*ri*), inverdades na fala da servidora, infelizmente.

(*A senhora Márcia Regina Geremias Pauli faz que não com a cabeça.*)

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli e mostra o celular.*)

É... primeiro, aquela fala que ela transcreve ali uma parte dizendo que, é... alguma notícia sobre, é... testes rápidos, o Governador questiona, é, porque nós estávamos, de fato, precisando de testes rápidos pra poder acessar à Defesa Civil, visto o movimento muito grande da Defesa Civil e nós precisávamos testar todas as pessoas que acessavam lá pra que não houvesse perigo ao chefe maior do Estado, que é o Governador do Estado de Santa Catarina.

Então foi um questionamento sobre, é, se o Estado já havia adquirido testes rápidos. Ela, ainda no decorrer dessa mensagem, eu lembro muito bem, me deu três alternativas, disse: Olha, Lacen, é... compra tal e compra tal. Daí eu, eu mando uma mensagem textual pra ela, que vou fazer juntar, que diz o seguinte: pode ser qualquer uma delas, só precisamos garantir a segurança do Governador. Isso está muito, muito claro, é, no, nas mensagens minhas com ela, então acho que não é tirar parte de falas, é, fora de contexto, pra justificar o injustificável, né?

É... outra situação, ela fala dessa conversa minha com ela, em relação ao Leandro, é importante que fique claro aqui, isso diz respeito à EPI, isso diz respeito exclusivamente à EPI. E esse contato se deu no dia 2 de abril, naquele episódio que eu já narrei a todos os senhores que era um processo de importação, que a Secretaria de Saúde queria fazer com o pagamento adiantado, que nós interferimos e que a partir daí o Leandro, mais uma vez, se apresentou como se pudesse ou como tendo uma solução de uma importadora que faria isso pro Estado.

Foi aí que de fato eu conversei com a servidora Márcia, então é importante a gente separar os assuntos aqui, não colocar tudo num balaio, Deputado, Relator, porque senão parece que... eu, em algum momento, pedi, é, pra contratar a Veigamed, o que é mentira, parece que algum momento eu pedi pra pagar Veigamed, que é mentira, né? Então é bom a gente separar muito bem esses assuntos e eu, e eu assumo de fato aqui os fatos em que eu pratiquei.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

O fato que eu pratiquei em relação ao Leandro e à ligação, que foi aqui dita pela servidora Márcia, diz respeito à EPI, no dia que eu passei o contato do Leandro pra ela, que foi dia 2 de abril. Eu simplesmente não tratei de, de respiradores durante todo esse período, porque eu desconheço essa compra de respiradores da Veigamed. Eu tomei conhecimento dessa compra de respiradores da Veigamed no dia 22 de abril de 2020, é... numa reunião chamada pelo Secretário Helton na Defesa Civil, participaram eu, o Governador, Carlos Moisés, que pode confirmar, o chefe de gabinete, é... do, do Governador, senhor Márcio Ferreira, que pode confirma... confirmar e o próprio Secretário Helton Zeferino, que certamente vai lembrar e pode confirmar.

Nesta oportunidade o Secretário Helton abriu a reunião com a seguinte frase: Vocês querem problema? Temos um problemão a resolver, o Estado pagou 33 milhões por duzentos respiradores e não recebeu os respiradores. O que vamos fazer?

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2302 RUBRICA
PROCURADORIA PAG 2285

E a partir daí foi uma força-tarefa dentro do governo, e dou mais detalhes ainda, nesse mesmo momento o Secretário Helton disse o seguinte: Até aqui, ninguém sabia - e até aqui ninguém sabia, era ninguém, nem o Governador nem eu -, até aqui ninguém sabia, mas a partir de agora um repórter da Intercept fez contato com a Secretaria da Saúde - o Secretário vai lembrar -, e agora isso vai se tornar público, o que vamos fazer? Nesse momento, senhor Relator, nesse momento, senhor Presidente, eu tomei conhecimento da, é... compra dos duzentos respiradores da Veigamed.

Pra concluir ainda nesse rol que a... a servidora lista, é... só fazendo pontualmente. Primeiro, o Helton pediu ajuda pra indicar. Segundo, a Már... indicou a Márcia pra ser o canal, isso foi reforçado aqui por todos os servidores da Saúde que vocês já ouviram na CPI e todos aqueles que já foram ouvidos pela Deic também, que era a Márcia ou que era a SGA o local onde a gente deveria mandar tudo que recebia.

Foram repassados vários contatos para a servidora Márcia e eu ainda tive o cuidado, na minha situação, Deputado Milton, eu tive o cuidado de enviar pra ela uma mensagem no dia 24 de março, ou seja, antes de qualquer processo de compra desse, Deputado Kennedy, dizendo o seguinte: estou mandando tudo o que eu recebo - está aqui, vocês vão receber cópia - estou mandando tudo o que eu recebo, vocês filtrem aí.

Eu não poderia, enquanto servidor público, prevaricar de receber um possível fornecedor e guardar isso pra mim. Quando o gestor da crise, o Secretário Helton, disse: Gente, estamos com dificuldade. Qualquer pessoa que se apresentou nesse momento foi encaminhado para o setor responsável. Agora, o processo de escolha, o processo de compra, o processo de pagamento, pera lá, eu já tenho as responsabilidades dos meus na Casa Civil. Esse, essa responsabilidade de processo, esse, é uma responsabilidade única e exclusivamente da Secretaria de Estado da Saúde, não sei de quem e nem quero saber, mas é da Secretaria de Estado da Saúde.

Então dizer que eu tenho responsabilidade por transferir uma dezena, sei lá, de... de, de protótipos, de contatos, de pessoas que diziam ter a solução pra todos os problemas do Estado naquele... naquele momento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Relator, deu-se por satisfeito da pergunta?

O SR. DOUGLAS BORBA – ...então, é, dizer que eu tenho a responsabilidade, senhor Presidente, senhor Relator, é de fato uma, é, insensatez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom... Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Poderia falar rapidamente?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É... de novo, reitero tudo que já relatei nos autos.

Segundo, gostaria de manifestar minha, é... minha admiração aqui com a declaração que eu escutei só agora do Secretário Douglas acerca dessa reunião do dia 22 com o Governador, muito me causa estranheza.

(*O senhor Noel Baratieiri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

No próprio dia 2 ou 3 de abril, o Secretário Helton abriu o elevador, olhou pra minha frente e disse: Pagaram, acho... já sabem. Dali pra frente no dia 3, 2, 3 de abril, aquilo foi um verdadeiro temor, a informação do pagamento da Veigamed dentro da Defesa Civil.

Numa oportunidade eu perguntei ao, então, Secretário Helton: Secretário Helton, nós precisamos antever quem a gente poderia, né, ã, trazer. Ele falou em nome de autoridades investigativas, que eu não vou repetir aqui, pelo menos o nome de três. Na minha surpresa, quando eu cheguei a primeira vez no Gaeco, que eu fui declarar, o Gaeco disse pra mim que eles só ficaram sabendo por meio de Intercept, no dia 28. Ali eu soube da primeira inverdade proferida pelo, então, Secretário Helton. Gostaria de registrar isso nos autos.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2303 RUBRICA
PROCURADORIA Fl. 1641 PÁG. 2286

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual é a inverdade?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Porque o Secretário Helton falou em nome dessa... dessa instituição no dia. Ele relatou três instituições: PGE, Gaeco e Deic.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Posso? Obrigado, Deputado.

Só pra esclarecer também, é... eu já disse aqui durante a minha declaração, mas volto a afirmar, é... no dia 7 eu orientei, é... a servidora Márcia, através do seu WhatsApp...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 7 de que mês?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – 7 de abril, tá, prazo que findava o primeiro lote, a primeira entrega. Eu orientei a servidora Márcia pra que ingressa-se com a notificação de devolução de recursos. Essa notificação ela foi feita no dia 8.

É... também é importante os senhores tomarem conhecimento, e aí nós gostaríamos até de entender por que que isso aconteceu. No mesmo dia 7, às 19h11min, a mensagem que eu encaminhei pra ela, ela encaminhou para o Fábio Guasti, é... a mesma coisa (*a depoente Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça*), dizendo que o... que eu orientei, que fosse feita a notificação para devolução dos recursos.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a depoente Márcia Regina Geremias Pauli*)

Então dia 8, nós iniciamos o prazo legal, que foi quando ela foi encaminhada, a notificação. Do dia 8 em diante nós temos cinco dias úteis, que são aqueles prazos regulamentares, eu já disse isso aqui também. No dia 15 eu fui à Procuradoria-Geral do Estado, acompanhado do doutor Gustavo, que é o consultor jurídico... era, eu não sei se é, continua sendo ainda, o consultor jurídico da Secretaria de Estado da Saúde. Nesta reunião participaram o procurador-geral do Estado, o Alisson, o subprocurador-geral do Estado, doutor Laguna, tinha mais um procurador que eu não sei, não rela... não, não recordo agora exatamente, é... quem era o procurador.

É... ao retornar pra Secretaria, pra, é... Defesa Civil, nós tivemos, é... a *live* como os senhores dizem, né? A gente considerava como coletiva, mas, enfim, a *live* aconteceu, e logo depois que aconteceu a *live*, é... eu me reuni com o se... com o Governador do Estado e passei a situação: ó, estive na PGE, fiz isso, isso e isso, e... e a orientação da PGE é a seguinte, tá? Isso aconteceu.

A partir de então nós tivemos, então, a entrega da notificação da empresa no dia 16, a contranotificação da empresa, foi feita a avaliação. No dia 22 nós tivemos, é, a instauração da sindicância, de uma sindicância no dia 23, a segunda sindicância. No dia 24 foi feita a publicação da exoneração. No dia vinte... 27, é... foi feito a solicitação de investigação à Deic... no dia... desculpe, no dia 28, salvo engano, investigação à Deic, pelo período matutino. No dia 28 também foi encaminhado as informações à Controladoria- Geral do Estado. No dia 28 à tarde sai a informação da Intercept.

No dia 29 a Procuradoria-Geral do Estado ela é incitada através de um ofício ao qual, segundo consta no SGPE, esse ofício ele foi arquivado, então nós não tivemos continuidade deste ofício, é... junto à PGE, não sei informar por que, mas foi encaminhada lá pra PGE todo o relato do que aconteceu no 37.070, e solicitando que as providências administrativas e, e legais de, de forma a assegurar, é... o erário público, se fossem adotadas.

Então esse foi, a rotina da... dos procedimentos que foram adotados, é... e no dia 22, que é a reunião que o... o... o ex-Secretário da Casa Civil Douglas Borba ele cita, sim, nessa reunião, mas nós já tínhamos a ciência então da PGE no dia15. E, à tarde, logo depois da coletiva também o Governador do Estado ele foi ciente porque eu estive na PGE e era justo, né, que eu tivesse informado qual foi a orientação que eu recebi.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2304
RUBRICA

PROCURADORIA
PÁG. 2281

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Com licença, senhores. É possível?

Insisto em relatar que o Secretário acabou de não responder por que entre dia 2 ou 3, quando tem essa abordagem: pagou-se... 2 ou 3 de abril, não é 7 de abril! 7 de abril é a mensagem dele para mim... 2 ou 3 de abril, por que que naquele momento não tomou-se uma, uma decisão?

Na minha entrevista eu coloquei, gostaria de repetir aqui: o que se fez entre 2 de abril e 24 de abril, qual foi a estratégia traçada? Qual foi a estratégia traçada entre 2 de abril? Depois em relatos, até nos autos, eu per... eu percebo ali, vocês também, os senhores conseguem identificar, o pagamento na conta da Veigamed só entrou dia 3 de abril. Eu gostaria de registrar isso nos autos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, aí, é o objeto de investigação desta CPI, por que o Estado demorou tanto para providenciar o resgate do dinheiro, que obviamente isso permitiu que o dinheiro se esvaísse em decorrência do tempo. Este Relator já questionou o Secretário por ordem e disse: por que se demorou tanto? Já que se permitiu que o dinheiro... era muito tempo, né, para esvaziar os cofres, não se tomou a providência imediata.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Providência adotada no dia 8, né, Deputado. Só pra re... deixar registrado, dia 8 foi notificada a empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas notificado... bom, não, nós não vamos fazer um debate aqui, né, por favor.

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Sim, é importante, sim, mas eu não queria fazer, Deputado João Amin, um debate com a parte, porque... Como eu disse, o Estado demorou demais para agir e isso permitiu que o dinheiro desaparecesse.

Bom, para encerrar minha parte aqui e passar para os meus colegas, eu gostaria... eu não compreendi muito bem ainda e acho que tem uns desencontros de informações com relação à participação do Douglas Borba nesse processo. Certamente os meus colegas vão me ajudar, mas a Márcia Pauli disse que o Douglas Borba enviou mensagem sobre os respiradores da Veigamed; o Douglas afirma que entrou em contato no dia 22/3 somente para tratar de assuntos de EPI, é o que ele diz, que nunca tratou de respiradores com a Márcia; e o senhor Helton afirma que o Douglas pediu o contato da Márcia para tratar dos respiradores da Veigamed.

Eu vou recordar aqui o que disseram os senhores. Eu perguntei: alguém da Casa Civil? E a Márcia respondeu: "Ele... e, eu fiquei sabendo da informação dele, no dia 22, na primeira ligação. Neste dia 22, de manhã, o Secretário Douglas me liga e já compartilha uma mensagem do Secretário Helton no meu WhatsApp, pedindo, perguntando: Márcia, o Helton pediu ajuda, como posso ajudar? Falei assim o, uma outra coisa que eu gostaria de deixar claro aqui, bem claro aqui. Quando o Secretário Douglas me perguntou: como eu posso ajudar? A minha resposta foi: preciso de um grupo para apoiar as compras porque nós estamos sendo bombardeados aqui."

A senhora segue: "10 horas da manhã, o Secretário Douglas me liga e pergun... compartilha... ele liga e, em seguida, ele já compartilham mensagem do Helton pedindo ajuda, e diz o seguinte: Como posso ajudar? Eu falei, nós precisamos de apoio aqui na, com o grupo de apoio aqui nas compras, porque nós estamos com fornecedores ditando regra, exorbitando preço, mantendo proposta, recebe... mantendo propostas que a gente não consegue fechar. Nós, nós estávamos, a nossa dificuldade era EPI nessa época. Nós estávamos com consumo de máscaras de procedimento cirúrgico muito elevado. Então a nossa grande, a nossa grande necessidade era EPI, nesse momento."

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2305
RUBRICA

PROCURADORIA
PÁG. 228

E aí vem o que eu preciso saber. "Ele falou: Então é o seguinte, é, é, é... a partir de agora vou passar a encaminhar algumas propostas pra você", e você se referia ao Douglas, "do que eu tô recebendo aqui, eu vou... nós vamos encaminhar algumas propostas de fornecedores que você pode ter, né, toda a tranquilidade com esses fornecedores. Além disso, nós temos, é, vou entrar em contato com Tasca, com Moisés e a gente vai ver o que a gente pode fazer pra ajudar.

Ele desligou o telefone, minutos depois, ele já compartilhou a mensagem do Secretário Helton, que está lá, no meu WhatsApp, e já me mandou um áudio - aí está em áudio, graças a Deus - falou assim: Acabei de falar com Moisés ele já está falando com alguns órgãos e o Tasca vai coordenar esse apoio pra você, está certo?

A partir dali ele já passou o contato do Leandro Barros, que é o colega que já teve aqui, e... a proposta... encaminhou também essa proposta a esse fornecedor da Veigamed, e ali começou transcorrer os contatos, tanto com o Douglas, tanta com o Leandro quanto com o Fábio Guasti."

Permitam-me, senhores Deputados, é importante que se diga o que disse o Secretário Helton também a respeito disso: "Bom, com relação à... ao Douglas, ou melhor, com relação ao Leandro a informação que eu tenho, a informação que a própria servidora Márcia me passou, ela... ela me informou que a empresa Veigamed ela foi encaminhada, é... através de um contato telefônico via WhatsApp pra ela, via Secretário, Douglas Borba." A senhora afirmou isso aqui, o que ele nega. "É, o Douglas me pediu, em certa, em certo momento, eu não sei recordar exatamente o dia, o contato da Márcia, é... que era responsável pelo nosso setor de compras. Eu passei, a partir de então acredito que ele deva, que ele tenha iniciado esse contato com ela. A Márcia, é... me... me relatou que ele fez, então, o encaminhamento da Veigamed, isso tá no telefone dela, inclusive." Está falando o Helton Zeferino.

"É... o Leandro é um outro, é... é um outro fornecedor, né, que é encaminhado também, ou facilitador, né? Como ele... ele se diz, né? É... que é encaminhado também pro telefone da Márcia através do Douglas Borba."

Já o Douglas Borba disse para os integrantes desta CPI que até... falou o Douglas Borba: "É, até porque esse fato que a servidora Márcia menciona, ela menciona a respeito dos EPIs, tá? Então ela... esse depoimento dela não... não é relacionado aos respiradores, é relacionado aos EPIs. Nessa oportunidade, aí é importante a gente rememorar um pouquinho, voltar lá no dia é... 22 de março quando o Secretário Helton Zeferino encaminha uma mensagem no grupo de gestão de crise do governo do Estado com o seguinte teor, é... 'Penso que, neste momento, a equipe do GRAC precisa dedicar boa parte do esforço para localizar fornecedores de ventiladores e monitores. Sem isso não adianta prever leitos. Estamos com muita dificuldade para adquirir'. Então isso aconteceu no dia 22 de março, está aqui uma... uma cópia do *print* é... do grupo de WhatsApp, o grupo de gestão de crise.

Na sequência, o próprio Secretário Elton, aí em conversa privada comigo, me encaminha o contato da servidora Márcia falando o seguinte:", está dizendo o Douglas, "'Contato para esclarecimentos sobre o que precisamos. Segue'.

Ou seja, por que que eu trago (...) aqui é... pra justificar o meu contato com a Márcia, né?" Se resumiu a oferecer os EPIs. Foi isso que disse o Douglas.

(*O senhor Douglas Borba faz que sim com a cabeça.*)

A senhora disse que ele apresentou a Veigamed, o Helton diz que ele apresentou a Veigamed e o Douglas diz que só apresentou os EPIs.

Secretário Helton...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...o senhor gostaria de esclarecer à Comissão?

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2306 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2289

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, na verdade, é... a minha fala foi baseada justamente na pergunta que eu fiz pra servidora Márcia, quem havia encaminhado a empresa, é, que culminou com a contratação, e ela me relatou que foi o... o então Secretário da Casa Civil, Douglas Borba.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom, primeiro é impo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – (*Ininteligível.*)

O SR. DOUGLAS BORBA – Primeiro é importante resgatar, lá no... no primeiro depoimento do Secretário Helton à Deic no dia 30/4, ele diz o seguinte quando perguntado se em algum momento veio algum agente político fazer indicações, ele diz o seguinte: (*lê*) Todos os dias chegam propostas de todos os lados, as pessoas são muito proativas, mas isso não faz com que seja desrespeitado o rito - fala do Helton - por mais que eu tenho uma proposta, eu preciso ver se ela é adequada - minuto 26 do depoimento do Secretário Helton na Deic, no dia 30/4. E ele continua: O processo foi mal instruído, tem falhas. Ele poderia até ser mal instruído, mas não poderia ter sido pago. Está aqui (*mostra documento)*, depoimento do Secretário Helton do dia 30/4, lá na Deic.

Ou seja, mandar propostas ou mandar protótipos. Eu não mandei nem proposta, porque proposta é quanto tu coloca lá... é, endereçado a quem, o valor do produto, as condições de pagamento, o prazo de entrega. Isso é uma proposta. O que eu enviei, e não foi uma, foram duas, é... dois protótipos de respiradores, tá, são diferentes dos respiradores comprados pelo Estado, um da Vent-Logos e outro da BMX, que é o que chegaram pra mim e foram encaminhados pra lá.

É... e ainda que tivesse encaminhado qualquer protótipo que viesse a ser comprado pelo Estado, o próprio Secretário Helton diz e... e, e, e acerta no seu depoimento, ao dizer o seguinte: Olha, essa proposta pode vir de quem quer que seja, mas essa proposta deve obedecer os ritos. E a Secretária... a, a Superintendente Márcia, também no mesmo dia 30/4, é... perguntada de como a proposta da Veigamed apareceu, lá ela disse o seguinte: (*lê*) Começamos a receber propostas pelo WhatsApp, *e-mail*, telefone, papel, de tudo quanto é jeito, vinha até de Marte. Todos sabiam que o governo queria comprar e chegavam de algum modo mandando mensagens ou simplesmente mandando *prints* das propostas - está lá no minuto 15:45. Ela continua: Recebia propostas do Secretário Helton, Secretário Tasca, Secretário Douglas, Secretário Tiago, Secretário Leandro Lima, contatos da Vice-Governadora.

A proposta que o Douglas enviou é a mesma que o Fábio enviou, e aí começou este tumulto todo. E aí que eu quero dizer pros senhores que proposta é uma coisa e protótipo é outra coisa. Aquele pro... protótipo da Vent-Logos 21, se nós colocarmos no Google, Deputado Laércio, ventiladores, vai aparecer ali uma imagenzinha e tal. Alguém me mandou aquilo ali e eu mandei pra Márcia, e não passei o telefone de ninguém. Eu disse, sim: Leandro fará contato com você. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

Logo abaixo dessa, dessa mensagem, provavelmente, é uma pena que eu não tenho todas as conversas, o meu celular não admite tanta memória e... de fato, as mensagens que não são tão importantes eu, com freqüência, faço o *backup* do meu celular e exige ali que seja é... diminuído o... a memória para poder fazer o *backup*.

Então, eu não sei de quem eu recebi aquele protótipo, não faço ideia, mas quando a servidora Márcia diz que já estava em contato com o Leandro, eu sequer passei contato! E se os senhores observarem aquela imagem da Vent-Logos, ela sequer tem número de contato telefônico... ela tem um *e-mail*, agora, se a Secretaria da Saúde mandou um *e-mail* pra aquele protótipo, se recebeu o contato de algum representante e a partir daí começou a fazer relação, aí eu não sei. É um processo... e eu repito, senhores, é um processo, pelas palavras do próprio Secretário Elton, que deve obedecer um rito e esse rito tá lá na Secretaria de Estado da Saúde!

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2307 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2290

Não está em mais nenhum local do governo! Está lá. Nós não podemos... eu usei essa frase terça-feira passada e é a mais absoluta verdade: nós não podemos transferir responsabilidades. Eu sou responsável, Deputado Felipe Estevão, por todos os processos de compra da Casa Civil do dia 1º de janeiro de 2019 a 10 de maio de 2020. Estes, eu sou responsável.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a depoente Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Agora, porque num momento de crise, num momento de... em que o Estado necessitava é... de alternativas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado, senhor Douglas...

O SR. DOUGLAS BORBA — ... necessitava de quantidades...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Você vai ter oportunidade de conversar com os outros Deputados. Talvez você... eu não quero atrapalhar

O SR. DOUGLAS BORBA — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como você vai conversar com os outros Deputados...

O SR. DOUGLAS BORBA — Agora tem um ponto que o Deputado perguntou... se o senhor me permite voltar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por favor. Se o senhor puder reduzir...

O SR. DOUGLAS BORBA — Em relação à ligação para a servidora Márcia. De fato, lá no dia 22, após o Secretário Helton me passar o telefone dela como a pessoa, o contato para esclarecimento do que precisamos, eu fiz contato com ela e eu vou transcrever, vou ler aqui a transcrição do áudio em que eu me apresento (*folheia documentos*): Márcia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Douglas...

Senhor presidente, se o senhor me permite...

O SR. DOUGLAS BORBA — Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só pra não perder isso daí.

Você disse que ligou pra Márcia, que você vai falar, que eu o Coronel Helton passou o telefone. O senhor lembra qual foi, como surgiu essa conversa que ele passou o telefone da Márcia?

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim, está aqui nos registros também, Deputado. Na verdade, é... o Helton mandou uma mensagem no Grupo de Gestão de Crise dizendo que o Estado estava muita dificuldade, certo? Essa mensagem foi mandada pelo Helton no próprio dia 22. Logo após, eu estava conversando com o Helton é... no particular sobre outros assuntos e, aí, é... um deles era... era relacionado a.. a equipamentos, enfim, e, aí, eu disse: Helton, é... qual é o contato que a gente deve mandar o que a gente recebe, porque estamos recebendo muita coisa e... e os próprios outros servidores e Secretários diziam: Douglas, pra onde a gente manda?

(*O advogado Nelson Juliano Schaefer fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Eu indaguei o Secretário Helton. O Secretário Helton poderia naquele momento dizer o seguinte: Douglas, manda tudo pra mim que eu vou vendo aqui o que faço, mas ele delegou alguém da sua confiança, delegou alguém da sua equipe. E, aí, delegou o contato da Márcia.

Pois bem, eu faço a ligação pra Márcia... espero ter respondido, Deputado Kennedy. Eu faço a ligação pra Márcia é... a... de manhã, dizendo: Márcia, o que vocês estão precisando? Essa era a minha missão de ligar pra Márcia. Ela disse o seguinte: Douglas, a gente precisa de ajuda... a gente precisa de ajuda é... porque é um bombardeio, de fato, o que está acontecendo aqui e tal.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2208 RUBRICA
Fls. 1646
PROCURADORIA PÁG. 229

(*A depoente Márcia Regina Geremias Pauli gesticula não com a cabeça.*)

Então, a partir daí, é... eu sugiro a ela a criação de um grupo de compras pra que proteja a Secretaria da Saúde. Nós sugerimos isso a superintendente Márcia e, nesse momento, eu peço licença pra ela pra ligar para o Governador Moisés. Então, foram duas ligações minhas para a Márcia nessa manhã de domingo. Suspendo a ligação com ela, ligo para o Governador. Com o Governador, eu tenho uma conversa breve dizendo o seguinte: Governador, nós precisamos apoiar na Saúde...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Veja só... Permita-me.

O SR. DOUGLAS BORBA — Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor ligou para a Márcia, houve uma ligação de voz. O que eu vou falar aqui está no processo em que resultou a sua prisão. E diz aqui: apenas três minutos depois de encerrada a ligação de voz e a sequente troca de mensagem com Márcia e Douglas, às 11h12min o senhor não ligou para o Governador, o senhor ligou para o senhor Fábio Guasti que fez contato com a Márcia por meio do aplicativo de Whatsapp, encaminhando a mensagem que apresentava: "Bom dia, sou Fábio da Meuvale."

O SR. DOUGLAS BORBA — É... não... não há... na verdade, eu nunca fiz contato com o Fábio, eu não o conheço...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, mas eu estou falando aqui do documento que está... do Gaeco.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

O SR. DOUGLAS BORBA — Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por isso que me traz surpresa...

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, eu tenho a comprovação também, Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ... senhor Presidente, porque ele disse que ligou para o Governador, mas o Gaeco aqui, conforme a ligação de telefone, diz que três minutos depois o senhor ligou para o senhor Fábio e logo em seguida foi mandada a mensagem: olá, eu sou o Fábio da Meuvale. Por favor, esclareça isso.

O SR. DOUGLAS BORBA — Tudo bem, Deputado. Eu até consultei meus advogados aqui porque me parece que essa afirmação não está na...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, sim, está.

O SR. DOUGLAS BORBA — Bom, enfim. Mas o que aconteceu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Está na página nove do pedido de prisão provisória da O_2, a segunda fase.

O SR. DOUGLAS BORBA — Mas o fato é que essa ligação não pode ter acontecido porque eu simplesmente não conheço o senhor Fábio Guasti, nunca conversei com ele, eu não sei nem quem é, e isso, na verdade, foi dito por mim e foi dito por ele também no depoimento, e, certamente, os senhores vão tomar o depoimento dele aqui também na CPI, não é? É uma das pessoas que, salvo engano, já foi requerida pra tomar o depoimento. Mas não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, eu só que fique registrado que essa minha posição está dentro da Operação O_2 na página nove do pedido de prisão.

O SR. DOUGLAS BORBA — Continuando aos fatos daquela manhã da ligação que o Deputado Ivan Naatz. Então, foram duas ligações pra servidora.

Então, foram duas ligações pra servidora: Essa primeira, onde ela me passe a demanda é... da criação, a gente conversa e converge no sentido da criação do grupo de compras. Eu ligo ao Governador, sugiro a ele, e o Governador, no mesmo dia, no domingo, faz contato com o Presidente do Tribunal de Contas, o doutor Adircélio, e faz contato com o

Documento transcrito pela Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2309 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG 2292

Procurador-Geral de Justiça, doutor Comin, é... e solicita a eles nomes para compor esse grupo de compras.

Eu volto a ligação para a Secretária Márcia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário, é que assim, nós...

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário Douglas, me desculpe, é que nós já conhecemos todo esse processo. A gente tem todas as informações, eu tenho tudo aqui. Na verdade, eu só quero cum...

O SR. DOUGLAS BORBA — Mas é que o senhor me perguntou sobre a ligação, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu compreendo. O senhor não precisa fazer uma defesa prévia do seu processo aqui.

O SR. DOUGLAS BORBA — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu só preciso fazer uma contraposição entre o senhor e a Márcia.

O SR. DOUGLAS BORBA — É que o senhor disse que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E assim...

O SR. DOUGLAS BORBA — ... a ligação, o objeto da ligação, né, que é contraditório, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Douglas, me desculpa. É que é assim, nós temos uma mensagem do senhor para a Márcia apresentando aqueles equipamentos que depois se transformaram em equipamentos da Veigamed. Até ali não eram. Imediatamente...

O SR. DOUGLAS BORBA — Nunca foram, nunca foram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Imediatamente, o Fábio Guasti passa essa a mensagem pra Márcia, com o mesmo equipamento! Foi questão de segundos, foi questão de minutos. É isso. É isso...

O SR. DOUGLAS BORBA — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É isso que intriga.

O SR. DOUGLAS BORBA — E eu estou dizendo pro senhor que não, que não fui eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas o senhor fez uma história redonda de duas horas e eu não entendi isso ainda!

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, é que eu preciso justificar a ligação pra Márcia. A Márcia disse que eu liguei pra ela pra apresentar isso, pelo o que está no depoimento dela, aí, e que mais uma vez é uma inverdade. Eu liguei pra ela pra montar esse grupo de ges... esse... essa... pra montar esse grupo de compras e os... e as provas estão aqui e vão ser juntadas pros senhores, né?

(*A depoente Márcia Regina Geremias Pauli gesticula que não com a cabeça.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É...

O SR. DOUGLAS BORBA — Ela, inclusive, ela inclusive me agradece. Ela, inclusive, me agradece na sequência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado, obrigado.

Márcia...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Posso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... do que o senhor relatou acerca do meu depoimento aqui e nas instituições eu ratifico cada, cada, menção.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2310
RUBRICA
PROCURADO
PÁG. 2293

É... pude ouvir agora novamente outras inverdades relatadas pelo Secretário Douglas; agora, ainda hoje, aqui, eu escuto inverdades.

É... o Secretário Douglas também menciona que conversa e lendo, fazendo a leitura do depoimento do Secretário Helton, ele reafirma, e isso é relatado pelo Secretário Helton, que o rito, ele é respeitado. Outra inverdade e agora inverdade expressa pelo Secretário Helton.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

O *modus operandi*, é... de gestão, na crise, do Secretário Helton era invertido. Ele primeiro fechava a proposta, depois ele nos apresentava e seguia o rito. Exemplo, Intelbras. É mais um exemplo. Fora estes, eu tenho outros, que talvez não seja aqui... por orientação dos meus advogados eu não vou colocar isso hoje. São processos autuados que foram definidos. Um deles foi definido, inclusive, no dia em que o Governador declina do hospital de campanha, naquele dia, naquela, naquela coletiva. Cito o contrato com leitos de hospitais privados, que naquele dia, na coletiva, o Governador coloca R$ 3 mil diária de leito. E sai-se dali, da coletiva, o Secretário Helton senta numa mesa - espero que todos os meus colegas estejam lembrando deste dia -, ele constrói um termo de referência: imprime lá - olhando pra mim - , imprimi lá. Ele pegou o termo de referência... Secretário Helton... este mesmo que não compra, né, que não está envolvido em compra, diz ele.

Nós estamos falando aqui de leitos de UTI, nós estamos falando aqui não é de compra de soro e de algodão, nós estamos falando aqui de respiradores. A compra mais estratégica do combate a Covid-19, compra de respiradores.

O Secretário Helton negociou leitos de UTIs, o Secretário Helton escreveu o termo de referência numa mesa, que comigo éramos em mais quatro pessoas. Ele fez o termo de referência pra chegar, sabe-se Deus, nesses três mil.

Sai a equipe, depois do Governador falar em coletiva que eram R$ 3 mil, sai-se todos a construir os R$ 3 mil.

Este rito, por gentileza, os senhores me digam, os senhores que conhecem o rito administrativo, ele é seguido?

Este é só mais um exemplo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora, então, afirma a CPI... A senhora fez uma acusação firme.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu tenho provas....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — De que o Secretário Helton construía processos.

SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O processo está autuado lá no SGP-e, Sistema de Gestão Eletrônica do Processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se eu entendi, se eu entendi, a senhora disse que ele construiu o procedimento e depois passava...

SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Em coletiva...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... construía o processo e depois...

SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Em coletiva, o Governador disse: a partir de hoje, não tem... né, declinamos por uma série de questões, que já estão lá relatadas, o hospital de campanha... declinou. O.k., o hospital de campanha sai, mas qual é a nossa alternativa? Contratação de leitos privados.

Ressalto que este processo em que o Secretário Helton construiu a mão, a mão, o termo de referência, que a secretária executiva aqui foi pra impressora pegar pra que ele pudesse rabiscar e, aí, a outra secretária do gabinete escrever em mesa junto com outros colegas que estão me ouvindo agora, este termo de referência, aí, com a diária de R$ 3 mil, ele foi declarado antes da construção.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2311
de
RUBRICA

PROCURADORIA
PÁG. 2294

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Declaro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Construía o processo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Exatamente.

O SR. DOUGLAS BORBA — ... para depois, aí, encaminhar o procedimento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ressalto uma coisa ainda!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor me permite, Relator?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deixa só ela terminar...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — A proposta encaminhada no dia 26 de março, pelo então hospital *x* pra contratar os leitos de UTI foi reiterada por *e-mail* pra ele... por ele para a SGA dizendo assim: segue proposta para fazer contrato. Assim! Dia 26 de março. E ficou... e ficou, e culminou com a construção de termo de referência com os punhos, mãos e dedos do Secretário de Estado da Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, primeiro, nós temos que esclarecer algumas coisas que são ditas aqui que... parece que estamos levando uma situação de empurra pra lá, empurra pra cá.

É... nós temos que nos ater aos ato... aos fatos, ta, nós temos que nos ater aos fatos. E os fatos que nós temos hoje, que é o foco da nossa CPI, são justamente o quê?: uma compra de respiradores, duzentos respiradores onde nós tivemos um processo que foi eivado de processos equivocados, mas que só aconteceu porque nós tivemos aqui uma fraude! Isso é uma fraude.

Alguém assinou uma nota de algo que não chegou. Não foram uma, foram duas. Obviamente, que quando a gente fala, por exemplo, em... nesse processo todo, todas as nossas falas nós temos que entender isso aqui ó (*mostra documento em mãos*). Por que eu, que não tinha competência para tal, o fiz? Por que que eu que não tenho competência para tal certifiquei, encaminhei a nota e ainda fui buscar lá no meu financeiro: ó, essa nota ela tem que ser paga, essa nota tem que ser paga. Pergunta que sugiro aos senhores que façam ao José Florêncio. Naturalmente, né, se a determinação tivesse sido do 01, o homem da caneta poderosa, o homem da caneta poderosa teria feito isso: Ó, José Florêncio, é pra pagar. Seja por escrito, seja por WhatsApp. Não existe essa comunicação. A comunicação que existia, todas as minhas comunicações na Secretaria, em atos administrativos eram por escrito, justamente por isso.

Então, aqui nós temos um fato... é isso aqui que nós temos que explicar. Esse é o nosso... é o nosso x da questão: por que que uma nota, ou melhor, duas notas foram certificados no dia 1° de abril de 2020, às 8h18min da amanhã de produtos que não chegaram e foram encaminhadas, obviamente, depois que eu certifico a nota, ela segue o rito normal de pagamento. É... por que essas notas foram certificadas? Essa é a pergunta da vez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Superintendente Márcia, foi a senhora que certificou esses documentos, eu vi a sua assinatura nesses documentos.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Esses do... esses dois processos de pagamento, como já relatado - e o senhor bem lembrou - na... após o meu depoimento aqui no dia 6... é... no dia 2/6, eles iniciaram com uma comunicação interna que ela foi utilizada do processo de pagamento da Edera que foi assinada...

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

... uma única vez no dia 20 de março. Esta comunicação interna genérica que foi utilizada com assinatura ela serviu pra estartar o processo desses dois pagamentos da Veigamed de R$ 16.500 milhões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, foram fraudados?

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2312
RUBRICA

PROCURADORIA
PÁG. 2276

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Essas... esses documentos foram utilizados já com a CI assinada. Este processo foi instruído conforme o rito definido pelas gerências orçamentária e financeira do Cofes. Eles, de acordo com o depoimento da Débora, que eu tive acesso aos autos, a Débora relata que eles foram instruídos, dois colegas da SGA, foram instruídos pelas gerências financeira e de orçamento ligadas ao Cofes, ligadas ao gabinete como devem compor um... um processo. E aí ela explica que ela fez aquela utilização daquele processo da forma como foi orientada.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado Ivan, só por uma questão de ordem, né, só pra gente ter... é... pra que a gente também não tenha também uma confusão de datas e que documentos.

É... os processos que foram gerados são dois processos de pagamento de nota fiscal. Eu faço a autuação, eu apenso uma comunicação interna, que realmente é uma comunicação interna que foi utilizada em vários processos. Já falei isso aqui. Todos os pagamentos que foram feitos de forma antecipada utilizaram essa comunicação interna como documento original. Mas uma coisa ela é clara: eu tenho uma nota fiscal expedida no 31 de março; eu tenho uma nota fiscal certificada ou assinada no dia 1° de abril (*mostra documento*). O documento do dia 20 que deu origem aqui, que faz a solicitação de liquidação e pagamento, já foi explicado isso aqui em algumas ocasiões; é um documento, essa assinatura é do documento, essa assinatura não é do ato. Se eu tirar esse documento de um processo e colocar em outro, a assinatura vai continuar aqui. E vai dizer que: Ó, a assinatura, ela aconteceu no dia 20 de março, às 14h27min.

Mas nós estamos falando de outra coisa, que é a nota fiscal. É essa nota fiscal assinada, lá no dia 1°, que faz com que... que permite, né, na verdade, que... que a sequência ela aconteça, que é a certificação lá no Sigef, que aconteceu também no dia 1°, às 14h29min, pela... e aqui está identificado, né? Usuária que incluiu: Débora Brum. Atestador: Márcia. E por que que o atestador é a Márcia? Porque nós temos que voltar a nota fiscal e olhar quem assinou a nota fiscal. Esse aqui é o x da questão. E, a partir daqui, segue o encaminhamento de uma nota como diversas e milhares de notas da Secretaria que são encaminhadas pro Conse... pro... pra coordenação do Fundo Estadual de Saúde pra pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Márcia, você assinou esta nota?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu posso falar mais uma vez?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Porque essa nota é da Veigamed.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... é... o Secretário Helton está colocando ali a assinatura da nota. Eu gostaria da materialidade da prova, né? Onde que está escrito que a assinatura da nota autoriza alguma coisa? Onde é que está escrito isso? Uma assinatura na nota, pediu assinatura da nota... Onde está escrito isto? É numa portaria, é numa lei, é num decreto? Onde que tá escrito isso? Eu não entendo!

(*O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que nós temos, nós temos os documentos aqui.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O documento está comigo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, eu não levo em consideração o documento que a parte apresenta...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2313 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2296

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... porque eu tenho os documentos aqui.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Né? Então, os membros da CPI também têm conhecimento desse documento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O segundo inscrito é o Deputado João Amin. Vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Boa noite a todos, Presidente, Relator, Vice-Presidente, Deputados, doutor Helton, senhora Márcia, Douglas, seus advogados, público que nos assiste.

Eu gostaria de pedir tanto para os advogados quanto para os depoentes que nós fôssemos mais tolerantes um uns com os outros...

(*O advogado Noel Baratieri faz sinal positivo com as mãos.*)

... e a gente pudesse tornar, pelo menos, esse meu momento um momento mais dinâmico. Se precisar falar uma, duas, três vezes, não precisa o advogado se levantar, não precisa pedir questão de ordem. A gente tornar isso aqui mais objetivo.

Eu acompanhei algumas acareações durante o final de semana. Talvez eu cometa alguns erros, mas o mais importante é que nós aqui tenhamos essa oportunidade para preencher as lacunas.

Eu tenho apenas quatro divergências.

Vou fazer isso dando oportunidade de vocês falarem, mas a gente tem que ser mais objetivo, ser menos truncado para preencher realmente as lacunas. Então, eu peço essa tolerância.

Eu vou começar pelo meu final que seria essa situação do Fábio Guasti que não ficou muito bem esclarecida... como uma divergência.

(*O advogado Paulo Cesar Schmitt fala com o depoente Douglas Borba.*)

Na verdade, Douglas Borba conhecia ou não Fábio Guasti, ambos presos preventivamente no último sábado? Essa é a pergunta que nós vamos responder, e eu vou contextualizar através dos depoimentos que vocês já prestaram.

O senhor Douglas nega conhecer o Fábio Guasti. Já a servidora Márcia, diz que foi colocada em contato com o Fábio por intermédio de Douglas. Por fim, o senhor Helton confirma a versão de Márcia.

É isso que nós temos, é essa divergência que nós temos.

(*Utiliza imagens projetadas para auxiliar os seus questionamentos.*)

Durante a última terça-feira, eu perguntei para a senhora Márcia: "Quem foi o representante da Veigamed que o Douglas colocou em contato com a senhora?" E a senhora respondeu: "O Fábio Guasti."

A pergunta para o senhor Helton foi: "Senhor Helton, o Douglas ofereceu ajuda ao senhor ou pediu ajuda em algum desses processos da Secretaria da Saúde durante a pandemia?" O Helton respondeu: "Pediu ajuda?" E eu o contrapus: "Se ele pediu ajuda a alguma empresa ou ao senhor e se ele ofereceu algum tipo de ajuda?" O senhor Helton responde: "Não. Na verdade, ele me pediu o contato da Márcia, o qual foi encaminhado pra ele. A partir desse momento, ele passa então a fazer contato com a Márcia onde especificamente, neste processo dos respiradores, ele encaminha a proposta da Veigamed. E, em seguida, o Fábio, Fabio Guasti, salvo engano, ele passa a fazer contato com a Márcia." Palavras do Helton. "É... em seguida, com o passar dos dias, ele também encaminha o contato

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2314 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2297

do Leandro, o advogado Leandro é... comum dos facilitadores, enfim, de... de... como ele próprio coloca, ele é um facilitador de compras (...)".

A pergunta que eu fiz ao Douglas Borba foi: senhor Douglas, o senhor nega conhecer o Fábio Guasti. Confirma isso? Ele respondeu que confirma. Então, como o senhor apresentou o Fábio Guasti à Márcia, conforme alegado por ela, se sequer o conhecia? Isso é mentira da senhora Márcia? Foi assim que eu perguntei. Ele respondeu: Não, não, conheço.

Pode começar com o senhor Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA — Obrigado, Deputado, por trazer esse assunto, é importante de fato.

É... reafirmo não conhecer Fábio Guasti, nunca falei com ele, nunca conversei com ele, é... então, reafirmo o que já disse em todos os depoimentos até aqui.

É... me parece até, pelos todos depoimentos, eu assisti todos, tanto da Deic quanto da CPI, me parece até que o tal do Fábio Guasti, sequer era da Veigamed, né? Primeiro, era Brazilian Trading, depois era outra empresa. Enfim, parece que, na verdade, ele não tinha uma empresa, parece que era meio que um representante que correu tudo quanto é lado e ...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor pode manter mais objetividade?

O SR. DOUGLAS BORBA — ... e, pelo próprio MP, Deputado João, entre o dia 22 e 25 de março, a servidora Márcia e o Fábio Guasti trocaram diversas mensagens sobre diversas compras, enfim, é... sem qualquer participação minha ou de qualquer outro intermediário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Perfeito.

O SR. DOUGLAS BORBA — Tá claro?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Sendo objetivo, o senhor ratifica o seu depoimento.

Vamos passar a palavra agora para o senhor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, Deputado, é... a minha fala é bem breve.

Na verdade, as informações que eu passei aqui na CPI e aquelas que eu já passei nos meus depoimentos são aquelas que eu perguntei, indaguei a servidora Márcia sobre quem teria encaminhado os contatos da Veigamed e ela me relatou que foi o... o então Secretário da Casa Civil Douglas Borba.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhora Márcia, então...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ratifico. É... nos autos constam ali os contatos, data, hora, prospectos... Eu ratifico e já está nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Então, nós vamos manter essa divergência. Obrigado pela objetividade dos senhores.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

É... a segunda divergência que eu gostaria de abordar é quem escolheu a Veigamed. Então, eu vou para os fatos.

Pelos depoimentos prestados pelos senhores a esta CPI, é possível nos depararmos com as divergências sobre o processo de escolha da empresa Veigamed. Em outras palavras, eu acredito que eu não preciso depois mencionar cada um dos nossos, das nossas conversas que já se constam em atas, mas se precisarem, eu faço isso para esclarecer os fatos.

A senhora Márcia afirmou que a escolha foi pelo senhor Helton. Senhora Márcia, você ratifica isso? O senhor Helton, o senhor afirmou que a escolha não foi feita pelo senhor conforme declarações que passo a ler e sobre as quais confi..., é... solicito confirmação.

A minha conversa, o depoimento do senhor Helton: "Como o senhor teve conhecimento da proposta da Veigamed?" O senhor Helton: "A proposta da Veigamed eu tive conhecimento, na verdade, através daquele momento em que a Márcia disse que conseguiu os

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2315
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2198

duzentos ventiladores." Eu faço a seguinte pergunta: "E, aí, quem bateu o martelo?" O senhor Helton: "Não, não, é bater o martelo. A partir deste momento, chegamos no 165; a partir desse momento, o que que eu falei pra ele?: "Olha, então, a nossa Superintendência vai fazer contato com contigo pra verificar a tramitação normal. E essa tramitação normal passa pela análise da DLIC, passa pela análise jurídica, passa pela análise de documentação e de proposta." Eu pergunto: "Mas quem é a pessoa que decidiu?" O senhor Helton me pergunta: "Decidiu o quê?" Decidiu "a compra." O senhor Helton responde: "Então, naquele momento Deputado, nós tínhamos um valor de 165 mil. Esta compra..." Eu pergunto: "Então, foi o senhor." O senhor Helton responde: "Não. Naquele momento nós chegamos no valor de 165 mil, que é o que ele definiu." E, aí, eu pergunto: "E aí foi decidido a escolha da Veigamed?" O seu Helton responde: "Não, não foi decidido a escolha da Veigamed. O que eu decidi? A Superintendência de Gestão Administrativa vai fazer a tramitação agora desse processo que poderia culminar com uma nova proposta ou poderia simplesmente o equipamento... ser dito: "Ó, esse equipamento não serve."

Com relação a esse assunto, o senhor Douglas disse que não tinha nenhum conhecimento do processo conforme trecho que segue...

Então, senhores, vocês podem me esclarecer quem escolheu a Veigamed? Por favor, senhora Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O senhor Helton Zeferino. Na negociação, no dia 26, isso ficou bem definido. Após é... esta negociação, eu olhei para o doutor Helton, Secretário Helton à época e perguntei: Secretário - pela segunda vez -, nós vamos adquirir esses duzentos respiradores? Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Helton.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ratifico tudo que já falei.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom. Deputado, só... fazendo uso, inclusive, do material que já foi apresentado pelo Ministério Público...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Perfeito.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ... é... nós tínhamos... nós tínhamos, então, aqui algumas conversas que começaram lá no dia 22 de março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas, senhor Helton, eu pediria para o senhor ser mais objetivo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Como eu disse e já ratifico, no dia 26 de março, nós tínhamos uma empresa que não era a Veigamed, que estava na negociação. A empresa que foi, no dia 26 de março, é... que era a proponente de entrega de equipamentos chamava-se *Brazilian Trading*.

Então, a ligação que então foi dita que o Secretário Helton fechou a negociação com a Veigamed... a Veigamed ela só entra nesse processo no dia 27. Está nos autos. Dia 27, pela manhã, o então empresário, médico, enfim, negociante Fábio Guasti ele solicita a troca da... da empresa que vai fazer a importação, porque ela diz que, enfim, que a *Brazilian Trading* não teria condições... Tem um arrazoado de coisas que está aqui no processo.

Então, naquele momento, dia 26, pra deixar bem claro pros senhores, a Veigamed, ela não existia nesse processo. Ele tem aqui ao longo do processo vários equipamentos e, dentre os quais, tá, pasmem os senhores, o Shangrila 510, foi uma das primeiras propostas. Preço unitário: R$ 252,5 mil; Shangrila 510. Tá aqui, tá nos autos. Então, a empresa Veigamed, ela só entra neste processo no dia 27 de março, às nove e pouco da manhã, que ela é substituída pela empresa *Brazilian Trading*. Então, ou seja, é... quando dizem que o Helton fechou a negociação com a Veigamed, isso não é verdade, isso não é verdade. Por quê? A Veigamed, naquele momento, sequer existia. Ela entrou durante a noite, ele mandou uma mensagem às onze da noite: Ó, provavelmente, vou ter que trocar a empresa. E, de manhã, ele já fez a troca. E, por coincidência, esta Veigamed que foi feita a troca é aquela empresa que

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2316
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2299

no dia anterior, por volta das... (*pausa*), enfim, não vou ter o horário aqui, mas ela mandou propostas de bombas de infusão. Ou seja, ele mandou toda a documentação da Veigamed com relação a bombas de infusão; depois ele relatou em áudio que poderia... que deveria, provavelmente ter que trocar a empresa que vai fazer o processo de importação e ainda disse no final: Olha, pode ser, inclusive, que seja a Veigamed. Isso foi às onze da noite.

Então, é... não... a Veigamed ela surge nesse processo no dia 27 de março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu gostaria... primeiro da Márcia novamente, se teria alguma...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, é que esse assunto eu não tenho a acrescer, pois ele já foi colocado no início e eu já, né, contextualizei o que eu gostaria de falar.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA — Deputados João e a todos. Bom, a fala dos... dos dois só confirma que essa escolha não foi minha. Um diz que foi do outro o outro diz que foi do um, mas ninguém disse que foi do Douglas.

Então, reforço que ninguém falou comigo sobre esse processo, seja pra confirmar, ou então pra avalizar, né, se eu que tinha indicado, então, de repente, alguém manda uma mensagem ou liga e diz: Douglas, ó, nós vamos comprar aí de um fornecedor aí, um dos tantos que tu mandou.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a depoente Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Nós vamos comprar um desse aí. Tu confirma? Tu atesta? Tua avaliza? Eu jamais cometeria uma insanidade dessa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas, senhor Douglas, com relação ao conhecimento do Fábio Guasti também. Um joga pro outro e o outro joga pro um, e aqui nós estamos pra tentar esclarecer essas divergências.

Obrigado.

O meu terceiro apontamento é o seguinte: A pressão exercida pelo senhor Douglas Borba na Secretaria de Estado da Saúde, também com base nos depoimentos que os senhores prestaram aqui e o que nós tivemos acesso na Justiça: O senhor Helton afirmou que Douglas Borba fez pressão na Secretaria de Estado da Saúde pelo menos quatro vezes, sendo que Douglas afirma que essa Secretaria é uma ilha e que nem o Governador tem ingerência sobre ela.

Na pergunta que eu fiz ao senhor Helton, confirma o que disse no sentido de que Douglas Borba fez pressão na Secretaria de Estado da Saúde e assim foi a minha conversa o que o senhor Helton: "Sobre o Douglas, a Veigamed..." "Sim." "EPIs..." "Sim." "Mahatma Gandhi e a empresa que gere o Samu (...)" "Isso." E aí pergunto: "Se somar essas quatro pressões do Douglas, a gente está falando de R$ 220 milhões. O que Douglas fez ao senhor com relação a esses quatro... Estou esquecendo alguma coisa?" O senhor Helton falou: "Não, não, é isso mesmo." E aí pergunto: "O que o Douglas Borba fez em relação a esses quatro tópicos?" Fala do senhor Helton: "Bom, na verdade, a pergunta que foi respondida no Gaeco é em que processos eu recordava em que houve participação do Douglas Borba ou do próprio advogado Leandro Barros. O.k.? Bom, então eu relatei uma informação lá pro Gaeco – isso ta no meu depoimento - lá do primeiro, lá do ano 2019 da empresa OZZ onde houve, sim, por parte do Secretário uma... uma necessidade ou, enfim, a expressão não seria necessidade, mas uma apresentação da necessidade de quitação de valores com a empresa, valores que hoje, provavelmente, devem girar aí na casa de R$ 40 milhões."

Essa foi a minha fala, trecho da última terça-feira com o Secretário Helton. Já com o Secretário Douglas: senhor Douglas você afirma que não houve pressão? O senhor confirma

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2317 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2308

o que disse? E pergunto: "O Secretário Helton prestou um depoimento à polícia no domingo e na terça ele voltou à polícia para, segundo ele, reforçar alguns tópicos. Ao senhor, ele fez quatro graves acusações, né, de interferência e pressão: com relação à Veigamed, aos EPIs, à contratação do hospital de campanha da Mahatma Gandhi e ao pagamento de uma empresa, a OZZ, que gere o Samu. Esses quatro tópicos somam R$ 220 milhões. Vamos lá. Qual o seu interesse que pagasse a gestão do Samu?" Douglas Borba: "Nenhum. (...) Ou sim ou não, e eu sempre usei essa expressão, ou sim ou não tem que ser dada uma resposta sobre uma... um ofício que é encaminhado pro Governador com teor tão grave, né? Então não houve qualquer pressão, esse assunto depois foi encaminhado, nem ficou comigo na Casa Civil, esse assunto ficou com o chefe de gabinete do Governador, senhor Márcio Ferreira, que ficou fazendo a interlocução entre as Secretarias envolvidas, que é a Secretaria da Saúde e a PGE. É... à Casa Civil coube tão somente fazer a tramitação desse processo."

Os senhores podem esclarecer como foram as tratativas desse assunto e qual pressão houve ou não?

Senhor Helton, por favor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O senhor está se referindo à OZZ?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Aos quatro.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Então, vamos lá.

É... com relação à OZZ, nós temos uma empresa hoje que faz... é uma prestadora de serviços que faz a gestão do processo Samu no Estado e essa empresa ela vem remontando desde o início de 2019 pedidos reiterados de recursos financeiros, porque ela diz que está em desequilíbrio financeiro. Esses recursos eles... é... ou melhor, esses pedidos eles foram feitos em mais de uma dezena de ofícios onde eles reiteram os pedidos. É... chegou um dado momento do ano, que eu não sei exatamente agora recordar em que momento foi, que eles... é... eles já... eles deixaram de encaminhar o ofi... o pedido somente pra Secretaria de Estado da Saúde e começaram encaminhar também pra Casa Civil. Por quê? Não sei dizer. Depois, num terceiro momento, eles... além da Casa Civil, eles colocavam o nome do Governador e, obviamente, que ia pra Casa Civil. É... e como o senhor bem colocou, lá no final do ano, enfim, né, a monta que eles apresentavam...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eles quem, senhor Helton?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Eles, a empresa OZZ, né, a empresa OZZ apresentando os seus pedidos, seus pleitos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Obrigado.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É... lá no final do ano a monta já chegava em algo próximo de R$ 40 milhões de valores a pagar. E eles apresentavam um outro valor de... valores futuros que diziam que o contrato pra que ele tivesse o equilíbrio adequado ele teria que ser... acrescido algo em torno de R$ 4 milhões de um valor total hoje de um contrato que gira em torno de pouco menos de R$ 12 milhões/mês.

Bom, a Secretaria de Estado, nós, enquanto Secretaria, obviamente, submetemos aquilo ao nosso... à nossa equipe técnica jurídica, enfim, não víamos nenhuma legalidade em pagar isso. Não víamos! Não tinha lógica o que eles apresentavam. E, obviamente, que eles insistiram, insistiram, insistiram conosco. Nós, né... não. Inclusive, pareceres que foram encaminhados à PGE, a PGE ratificando, dizendo que: Ó, não é devido. Chegou dado momento em que... é... eu fui encaminhado... fui solicitado à Casa Civil, no sentido de: Olha só, é... colocaram na mesa aí a questão da OZZ pra que a gente integralize lá os valores pendentes, enfim, porque...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Colocaram quem?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, colocaram...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem colocou?

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2358 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2301

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O Douglas se referindo pra mim, tá: "Ó, nós temos que... é fazer essa integralização aí dos valores da OZZ porque é... é um pedido que está sendo reiterado, é... existe o risco de eles pararem, nós já tivemos uma parada do Samu há algum tempo atrás, é... isso é muito ruim pro governo... Enfim.

É... e eu retirei, né, assim como reitero, e acho e acredito eu que a Secretaria ela não fez nenhum pagamento pra eles, de que não era devido. E enviaram, enfim, é... acabou culminando, sim, com esse processo aí que foi chamado pelo gabinete do Governador, a análise de todos esses processos. É... a Secretaria, neste momento, ela foi demandada no sentido de: Olha só, tudo que vocês tiverem aí de pedidos da empresa OZZ têm que ser respondidos, todos os ofícios, todos. E, aí, relataram todos os ofícios que a empresa havia encaminhado, nós fizemos esse trabalho, encaminhamos lá pro gabinete. É, mas de fato, sim, houve essa... essa conversa.

Com relação à OZZ, então, era isso.

Com relação... é... com relação aos respiradores, é aquilo que eu já falei pros senhores, a Márcia... é... faço as vezes da fala que elas teve comigo no sentido de, né, de quem apresentou, como apresentou, por que apresentou.

Com relação ao Hospital Mahatma Gandhi ou hospital de campanha, é... a fala que eu fiz foi justamente naquela pergunta que o senhor colocou, no sentido de... ou Douglas Borba ou Leandro Barros, né, nós temos aí uma... uma conversa que foi perguntada a respeito dos dois. E me perguntaram a respeito do Leandro Barros ser o advogado é que representa Mahatma Gandhi ou, enfim, o assessor, eu disse, né, mais uma vez, o Leandro Barros aparece nos processos, porque ele até então ele já tinha aparecido na questão dos próprios respiradores; ele apareceu na questão do hospital de campanha e mais à frente, né, um pouquinho mais à frente, a questão das compras dos EPIs também é... como um possível proponente a ser o facilitador, né, como ele coloca.

É... então, nessas quatro situações que eu relatei nos meus... nas minhas declarações onde nós tivemos ou a participação do Secretário Douglas ou a participação do então Leandro Barros, advogado, que se apresentava aí como facilitador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Essa questão dos respiradores, senhora Márcia, eu vou voltar à tona na sequência. Então, eu passaria para o Douglas e a gente volta. Obrigado.

O SR. DOUGLAS BORBA — Deputado, eu vejo que a ata foi *ipsis litteris* o que eu na terça-feira passada, né, em relação à OZZ. É... de fato, o gabinete do Governador e a Casa Civil quando recebem qualquer requerimento a gente tem como o dever e obrigação, né, fazer encaminhamento a todas as... todos os órgãos do governo, e foi isso que foi feito naquele momento à Secretaria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas foi feito pressão?

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, aliás... eu vou chegar lá, porque, na verdade, tanto no processo da Veigamed quanto no processo do hospital de campanha e quanto na OZZ, é... não foi afirmado aqui pelo Secretário Helton que houve pressão na fala dele... é... agora. Em nenhum momento, ele disse que houve pressão. O que houve, de fato, foram demandas que foram conversadas, mas em nenhum momento houve pressão dizendo: tem que ser feito, tem que fazer, tem que comprar, tem, né...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Só, só, uma correção... só pra gente fazer uma correção.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Ele falou pressão, Douglas.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Só pra gente fazer uma correção.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Só deixa o Douglas...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro, claro...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2319
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2302

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ... finalizar eu já vou passar de novo para o senhor.

O SR. DOUGLAS BORBA — Então, em relação à OZZ a única coisa que nós fizemos foi o encaminhamento ao gabinete. O gabinete montou essa reunião multidisciplinar, né, por entender a gravidade é... desse fato do Samu e, a partir daí, a chefia de gabinete do Governador passou a tratar desse assunto que eu confesso que nem sei como está.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Ele não falou a palavra pressão Douglas, porque eu mencionei o depoimento na Deic e eu mencionei que ele havia falado a pressão. Então, ouve a palavra pressão na minha pergunta a ele.

O SR. DOUGLAS BORBA — Eu não entendi dessa forma, mas respeito o posicionamento do senhor, não entendo dessa forma.

Pois bem, é... em relação ao hospital de campanha, já foi atestada aqui que eu sequer participei. Inclusive, vossa excelência solicitou as imagens da reunião - não sei se já chegaram ou não - mas elas, certamente, vão atestar é... que eu não participei daquela reunião dita aqui por vocês é... onde vários agentes estavam na apresentação de alguém, né, que poderiam... Então, facilmente... não participei do processo e não tem como ter exercido pressão em algo que não participei.

Em relação à Veigamed, já disse que não conhecia é... sequer conhecia essa empresa e na... na pergunta anterior de vossa excelência ficou muito claro aqui que o processo de escolha se... se deu lá na Secretaria da Saúde. Não houve pressão, tanto pra escolha quanto para pagamento, né? Isso está muito claro aqui nas perguntas que antecederam.

E em relação aos EPIs, que, aí, sim, eu posso ter sido mal interpretado, aquilo que... que eles chamaram de pressão, que foi o único momento, aliás, lá em todos os depoimentos que eles mencionaram, e que professor Luiz Felipe teve aqui também, é... eu não trato como pressão, eu trato como resolutividade e agilidade nos processos do Estado. Se dá ou não dá, essa resposta tem que ser rápida, essa análise tem que ser rápida. E, naquele momento, sim, eu disse: Olha, isso nós precisamos definir hoje. Era quinta-feira santa - processo de EPI -, era quinta-feira santa, nós tínhamos sexta, sábado, domingo e o vírus não escolhe final de semana e nem feriado. O vírus está andando e, aí, a PGE queria 72 horas pra analisar a partir do primeiro dia útil, que é segunda-feira, vem segunda, terça, quarta, só ia ter uma semana depois o parecer sobre o processo se poderia dar ou não pra termos uma opção.

Então, naquele momento, eu cobrei agilidade, sim, mas lembrando quem trouxe à CGE, naquele dia, na compra... na compra, não... pra tratar de EPI fui eu. Eu liguei para o professor Luiz Felipe e disse: Luiz nós temos um caso aqui que precisamos de uma análise tua.

É... talvez, se esses chamamentos aos órgãos de controle tivessem sido feitos pela Secretaria da Saúde neste processo de compra dos respiradores, ninguém estaria aqui hoje e eu não estaria no local onde todos vocês sabem que eu me encontro atualmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Posso passar... senhor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, bem rapidinho, Deputado, pra gente não ser muito prolixo também.

Então, com relação à pressão, é... nós tivemos, então, essa primeira conversa que aconteceu lá na Casa Civil; depois disso nós tínhamos uma outra reunião a respeito da OZZ, porque a empresa ela não comunicou à Secretaria, mas ela comunicou diretamente à Casa Civil dizendo: olha só, é... nós vamos deixar de fazer a operação em determinado software porque eles não querem pagar. Foi provocada uma nova reunião, nessa reunião aí, sim, surge a questão do gabinete. É... e, a partir daí, nós tínhamos algumas tarefas a serem realizadas e algo que me chama a atenção - isso é fato, quem estava presente na reunião pode confirmar – é... é... foi relatada a seguinte forma: Olha só - pela assessora jurídica da Casa Civil -, mas a empresa ela tem o direito de receber resposta de todos os ofícios.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2320
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2303

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Qual o nome dela seu Helton?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É Giglione (?), salvo engano. Era, na época, não sei se é ainda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — A empresa ela tem direito de receber a resposta de todos os ofícios, inclusive, daqueles... é... referentes... enfim se citou a questão do décimo terceiro e hora extra, e férias, enfim. É... o que eu citei: Não, nós já encaminhamos, inclusive, a resposta pra empresa com a... o parecer da Procuradoria-Geral do Estado. Não é suficiente, nós temos que colocar por que nós estamos negando. E, enfim, não sei se foi coincidência, não sei se foi coincidência ou não, eu sei que, no dia seguinte, aporta na Secretaria de Estado um pedido da empresa solicitando que todos os ofícios encaminhados e citando um, dois, três, quatro, cinco sejam respondidos é... pela Secretaria de Estado da Saúde.

A partir daí nós estivemos, então, uma pressão, sim, especialmente, lá junto ao jurídico da Secretaria de Estado da Saúde no sentido: Ó as respostas têm que vim, as respostas têm que vim, isso é uma demanda, nós temos que encaminhar isso pro grupo de trabalho, nós temos que caminhar isso por grupo de trabalho.

E só pra destacar e pra finalizar minha fala, nós estamos falando de uma empresa que renovou o seu contrato por duas vezes. Se ela estivesse realmente numa situação em que ela disse que tem um negativo de R$ 4 milhões ao mês, ela não teria renovado duas vezes um contrato com a Secretaria de Estado de Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Perfeito.

Antes de passar a palavra para a senhora Márcia, eu só...

(*O senhor Douglas Borba fala fora do microfone com o Deputado João Amin.*)

... não, mas aí eu tenho que passar... Pode só esperar para eu contextualizar a questão dos respiradores?

A pressão exercida por Douglas no processo então na compra dos respiradores em que ainda há divergências. Há divergências acerca da afirmação de que houve pressão do então chefe da Casa Civil Douglas Borba na Secretaria de Estado da Saúde. Enquanto Márcia Pauli alega ter havido essa pressão, Douglas, nega. A senhora Márcia Pauli fez as seguintes afirmações eu gostaria que fossem confirmadas por ela.

O Relator Ivan Naatz disse: "Bom, então entrou o Douglas Borba no dia 22..." A senhora Márcia Pauli: "Dia 22 às 10h17 da manhã." O Relator Ivan Naatz: "Olha só. Então entrou o Douglas Borba, como ele entrou assim... ele entrou, é: olha, eu tenho essa empresa aqui, eu quero que vocês façam negócios com essa empresa. Eu vi os áudios, eu vi o texto." E a senhora Márcia contribui: "Hum, hum." O senhor Relator: "Eu preciso compreender - e os meus colegas da CPI também precisam compreender - o nível da pressão..." A senhora Márcia responde: "Sim." O senhor Relator reafirma: "... o nível de direcionamento." A senhora Márcia: "Certo." O senhor Deputado Estadual Milton Hobus contribui: "O que não é muito comum um Secretário da Casa Civil se... interferir em orçamentos de outras Pastas, eu nunca vi isso." A senhora Márcia Pauli: "Mas era a preocupação, isso acontecia." Palavras da senhora Márcia. A senhora Márcia Geremias continua: "A partir do dia 23 de março, o Leandro já começou a conversar comigo através do WhatsApp." Então, o senhor Deputado Milton Hobus contribui: "Já estava fazendo essas interlocuções dos..." Interrompida pela senhora Márcia: "... ligação e ele me perguntava sobre as... as... e os respiradores, né? Fechou os respiradores? Fechou os respiradores? Sim."

E aí o senhor Douglas afirmou que não houve esse tipo de intervenção em suas declarações. O senhor confirma o que eu passo a ler?

E eu fiz a seguinte intervenção: "Em algum momento o senhor fez pressão, a palavra é essa mesmo, pressão, ao Secretário de Estado da Saúde ou à funcionária Márcia Pauli, para

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2321 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2304

pagamento, escolha de empresa, produção de documento, produção de edital?" O senhor Douglas afirma: "Em nenhum momento, Deputado."

Então, como vocês podem perceber, é preciso esclarecer se houve ou não por parte do senhor Douglas Borba no processo relacionado, a pressão pela compra dos respiradores. Senhora Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Posso me referir a uma relação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Se refira, se a gente for objetivo a senhora pode se referir ao que quiser, falar três quatro, vezes...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ... o Douglas também, o Helton também. Sem problema nenhum.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — De algumas conversas que eu tive com o Secretário Helton a cerca dessa problemática, pagamento antecipado da Veigamed, numa delas, é me reportei a ele perguntando se a gente poderia conversar com senhor Douglas, chamá-lo, pois, afinal, ele tinha indicado, já bem no início. Três, dois, três... não vou saber o dia certo. É... qual o problema da gente conversar com ele? O senhor acha, Secretário, que ele não confirmaria, né, que ele não... que ele se oporia, né, ia se opor e alguma coisa assim? Ele vira pra mim: Não sei, não sei. E não...é... e não toma a iniciativa de chamar o senhor Douglas pra conversar .

Então, ali, eu fiquei muito confusa, porque que ele toma essa decisão. Pra mim, imaginei que ele não quisesse escândalo, enfim, que ele não quisesse subir isso, né, pra uma outra área de que teria algum problema interno, algum ruído com relação a essa compra que pra ele estaria tudo o.k.

Mas eu me recordo de ter tido esta conversa com ele. Não me recordo exatamente o dia. Ele vira pra mim diz: Não sei, não sei...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Com ele quem?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Com o senhor Helton Zeferino.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Tá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Era isso que eu gostaria de mencionar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA — Bom, é... parece muito claro aqui... é... que não há qualquer participação tá minha nesse processo de contratação da Veigamed. É... reitero: entre o dia 25 de março e 1° de abril onde tudo aconteceu não houve qualquer conversa minha com a servidora a respeito, não houve qualquer conversa minha com o Secretário a respeito, tampouco houve essas conversas depois. A servidora traz um assunto importante aqui agora, que é... de repente por que não chamaram o Douglas logo depois que... que... deu problema, né, ou chamaram alguém, né? É... de repente... enfim, só comprova que eu só soube dessa compra no dia 22 de abril de 2020, nessa reunião em que participou eu, o Governador Carlos Moisés, o Chefe de Gabinete Márcio Ferreira e o Secretário Helton.

Então, não tenho muito mais a dizer em relação a esse assunto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, Deputado, na verdade, é... nós estamos aqui (*ri*) parece que estamos correndo ao redor da mesma situação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Enquanto não esclarecer a gente vai correr.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2322 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2305

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, é que na verdade, Deputado, os fatos que o senhor relatou, dos quatro fatos, eu já disse o que aconteceu. Com relação à empresa do Samu, com relação à empresa dos respiradores, com relação ao hospital, ao suposto hospital de campanha que acabou não acontecendo, e, também, com relação aos EPIs.

Então, eu reafirmo aquilo que eu já coloquei nos meus depoimentos, no sentido de que, nessas quatro situações ou nós tivemos a participação direta do Secretário Douglas ou tivemos a participação do então advogado Leandro Barros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por favor, senhora Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu gostaria de ratificar os meus depoimentos, a perícia do meu celular, encaminhamento das mensagens, a ocorrência das ligações. Ratificar tudo o que está nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Presidente, por enquanto estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado João Amin.

Na sequência, o Deputado Valdir Cobalchini. Vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Senhor Presidente, senhores, senhora do depoente, servidora Márcia, ex-Secretário Helton, ex-Secretário Douglas, senhores advogados, hoje, pela manhã, o Tribunal de Contas, através de uma emissora de televisão, apresenta um estudo em que demonstra claramente que as compras dos respiradores foram superfaturadas. Todas as compras regulares no País e foi excetuada Santa Catarina, que não foi um processo regular; foi excetuado Rio de Janeiro, que não foi um processo regular; foi acentuado São Paulo. A média de preço estava entre 71 mil a 88 mil mais exatamente os respiradores que o Estado estava adquirindo. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

Na semana passada teve um depoente aqui representando a Exxomed que afirmou que se esses respiradores estivessem sido adquiridos diretamente pelo Estado, via Exxomed, poderiam ter chegado aqui por R$ 78 mil. E os três depoentes afirmaram aqui que o processo de aquisição não seguiu o seu rito. O Secretário Helton disse que foi uma fraude, o ex-Secretário Douglas disse que foi desastroso e a servidora Márcia também disse que recebeu pressão e que quando alguém manda, alguém obedece.

O interessante nesse processo, e eu quero fazer uma pergunta, porque é espantoso que somente no dia 22 de abril, Deputado Milton, o Governador numa reunião teve acesso a essas informações. Ninguém, o Secretário da Casa Civil, o Secretário da Saúde... a servidora Márcia disse no seu depoimento que era impossível que o Governador não tivesse essas informações, e eu quero consultar vocês: ninguém falou com o Governador? Ninguém observou que...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Dia 15, Deputado, eu já coloquei. Logo depois que eu saí da Procuradoria-Geral do Estado informei o Governador. Dia 15.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Dia 15 de abril?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso.

O SR. DOUGLAS BORBA — Eu não ti...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Pois não.

O SR. DOUGLAS BORBA — Eu não tinha conhecimento dessa informação, tô sabendo agora pelo Secretário Helton. Pra mim, o Governador tinha é, é, tinha essa informação no mesmo que eu, no dia 22 de abril, né?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Posso fazer uma colocação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Gostaria de voltar no dia, por gentileza, coletiva ou *live* do Governador, onde ele coloca, falando da minha exoneração, do

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2323 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2306

gestor local, ele diz a frase, não vou me recordar o minuto: acabei de saber ontem. Esta *live* ocorreu entre o dia 29 ou 30, se não me engano, de abril. Gostaria que ficasse registrado nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Tem algumas datas... Muito embora as perguntas já tenham sido feitas, mas agora é no detalhe, agora é no detalhe (*o senhor Douglas Borba fala com o advogado Paulo Cesar Schmitt*). Acho que o Relator foi muito bem, o Deputado João também e eu vou até poupar da leitura dos depoimentos, porque eles já foram aqui lidos. E as questões são parecidas, porque as divergências também... não são tantos os pontos que precisam ser esclarecidos.

Na data do dia 22 o Secretário Douglas encaminha todas as propostas, protótipos que estavam na Casa Civil. No dia 2 de abril houve a conversa via WhatsApp do Secretário Douglas com a servidora Márcia. A proposta da Veigamed – e hoje foi dito aqui no início da manifestação do Secretário Helton –, a proposta da Veigamed foi apresentada à Secretaria da Saúde pelo Secretário logo no início, quando chegou, foi apresentada pelo Secretário Douglas. Nesse dia 22, nessa papelada toda que você encaminhou, vossa excelência, o senhor encaminhou para a Saúde, constava lá a Veigamed?

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, Deputado. Nenhum documento, de todos os documentos que eu encaminhei à servidora Márcia, é... nenhum é de nome da Veigamed e, mais que isso, de todas as propostas eu tive cuidado depois, junto com a minha assistência jurídica, todos os prospectos, enfim, de todas as marcas e tudo mais, o cuidado de acessar o Portal da Transparência do governo do Estado pra saber se alguma daquelas mercadorias tinham sido adquiridas. E não, de todos os protótipos, de todas as, as coisas que foram encaminhadas por mim pelo menos que chegavam na Casa Civil para o filtro da Secretaria da Saúde, nenhuma foi adquirida.

E só voltando ainda numa... na primeira questão que o senhor levanta das compras Sat... superfaturadas levantadas hoje pelo TCE, é importante dizer que em nenhum momento eu escolhi, como Casa Civil, em nenhum momento eu contratei e em nenhum momento eu paguei. Então os atos, inclusive leilão, que parece que houve, enfim, aconteceu tudo lá dentro da Secretaria da Saúde. Então... Eu de fato não tenho conhecimento técnico pra saber o preço, então não sei se esse relatório de fato é... enfim é assertivo nisso, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O que foi...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu poderia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim, claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Desculpa, o senhor quer concluir o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não, não.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Obrigada.

Eu gostaria só de ratificar também o valor alcançado, que não era R$ 165 mil, era R$ 169 mil. É... também gostaria de mencionar que eu na SGA, Márcia, SGA da SES, Superintendente de Gestão Administrativa, não origina a compra, não negociou a compra, não pagou a compra. Executou um processo de compra direta, seguido de uma dispensa de licitação conforme procedimento. Após a origem da quantidade, especificação que já estava valorada após a decisão.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, vamos voltar ao tema, mas eu sou obrigado a voltar ao tema é... pra gente esclarecer porque que isso tudo aconteceu. Nós temos que esclarecer isso, né?

Isso tudo aconteceu... nós poderíamos ter respiradores com 200, 300, 400 mil reais a unidade. Se eles tivessem sido entregues, teriam sido pagos. Eles não foram entregues. E nós temos uma nota fiscal assinada de recebimento. Por isso que eu falo, quando eu digo e reafirmo, a questão da, da fraude aqui está, né, eu tô atestando que alguma coisa chegou

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2324 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2307

quando não chegou. Eu não rece... eu recebi uma carga de banana, não veio carga de banana mas tá aqui, tá assinado.

Então o senhor já tem acesso aos autos, enfim, eu tô sendo repetitivo, mas é importante a gente pontuar isso. Isso tudo é a mesma situação, né, e aí o Deputado Milton Hobus ele fez algumas, algumas proposições na oportunidade em que eu estive aqui anteriormente com relação à empresa Intelbras. É a mesma situação, igual, não muda nada. São dois processos quase que semelhantes. Aí a pergunta do Deputado Milton Hobus: por que um pagou e por que o outro não pagou? Porque não era pra pagar nenhum dos dois.

E digo mais, nós tínhamos uma promessa de... e hoje os senhores acompanharam na mídia que a Intelbras desistiu da venda, né? Por que que ela desistiu da venda? Porque ela não conseguiu a liberação da Anvisa pra conseguir fazer a importação. Então olha só, é... nessa mesma seara nós só temos que identificar, é... é... por isso que eu, eu volto ao processo, independente, né, e agora aqui uma questão de SGPE, alguns entendem que ela é inadequada, alguns entendem que ela é adequada, a questão desse processo aqui, dessa comunicação interna que tá datada no dia 20, ela é pouco ou quase nula dentro desse processo.

O documento mais importante desse processo aqui de... que foi autuado, dos dois processos que foram autuados, é a nota fiscal. Quando a nota fiscal ela tem o rece, o recebimento, a assinatura de alguém, tá se dizendo que esse produto chegou. E outra coisa é... ah, não tenho competência pra tal. Se não tem competência pra tal, por que o fez? Tá aqui, é público, os senhores têm e toda a população catarinense têm acesso ao processo. Se não tem competência para tal, por que o fez?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Secretário, me permite...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu acho isso aí fundamental, acho que essa parte fundamental da acareação, o Secretário Helton insiste nisso. Eu estou com o documento aqui na mão, eu tenho a assinatura da Márcia, eu tenho a certificação da Márcia no dia 1º de abril, às oito e dezoito da manhã certificando o recebimento dos respiradores.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O senhor está de posse de uma nota que foi assinada. Eu gostaria da materialidade, da declaração material de onde diz: nota assinada é autorização de pagamento. Eu gostaria que constasse nos autos.

Eu gostaria de mencionar a fala do Secretário Helton quando ele diz, abre aspas "fraude". Ee fala essa palavra agora. Gostaria de retornar ao Processo 11.825, de 2019, de março de 2019, onde nós tivemos, dentro da Secretaria, não só este processo, mas outros no ano de 2019, onde a nota, a certificação e toda a instrução idêntica e de pagamento antecipado. Este, esta mesma ação.

Eu volto a lhes dizer, este processo foi instruído com estas peças e foi orientado pra seguir este formato pelas Gerências de Orçamento e Financeira do... da Coordenadoria do Fundo, vinculada diretamente ao gabinete do Secretário Helton.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, eu vou, eu vou, eu sou obrigado a insistir nessa teoria, porque é mais ou menos o seguinte, olha só: algum de nós aqui está em cima de uma ponte e eu disser assim, não pula ou. Ou melhor: pula, pula da ponte. Tá, mas olha só, eu vou morrer. Não, mas pula, pula, pula porque eu acho que é o mais correto nesse momento.

Isso aqui pode parecer algo que... enfim, né, já se comentou como é que alguém tem a... quem é o dono da... isso se repetiu aqui, quem é que é o dono da caneta? A caneta

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2325 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2308

poderosa. Isso é material, pô, materializado (*mostra documento*), eu só consigo fazer o pagamento de alguma coisa quando alguém recebe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu, eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que ela poderia ter feito o pagamento se o senhor mandou fazer.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu posso...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Mas eu mandei aonde? Aonde é que tá materializado isso?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Um pouco mais adiante, Relator...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu poderia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu também vou...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu poderia só fazer uma observação rápida?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI —Sim, é...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não sei se permite, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Pois não.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu posso fazer uma observação rápida?

Esse processo, essa nota que o senhor tá vendo é no SGPE, o sistema de pagamento se chama Sigef, Sigef, não é esse sistema. Esse sistema que o senhor tem na mão com a minha assinatura, na mão, é SGPE, uma peça do SGPE assinada. O sistema da Fazenda que faz pagamentos de ordem e operacionalização da Gerência Financeira, Gerência de Orçamento, Coordenação do Fundo, chama Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Em relação ao pagamento, eu vou ler parte do depoimento da servidora Márcia: "Eu sabia do processo de compras? Eu sabia. Eu sabia que o pagamento era antecipado? Todos sabíamos. Eu vou dar o nome de três pessoas que sabiam diretamente ao meu lado (*a depoente Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça*): Secretário Helton, a Márcia, Zé Florêncio", e não sei se o Zé Florêncio é da Gerência de Orçamento ou se é mais uma pessoa.

(*O senhor Douglas Borba fala com seus advogados.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Coordenador do Fundo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Então tem ainda "Gerência de Orçamento, Comandante lá do Corpo de Bombeiros", que eu imagino seja aquele que veio aqui depor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu, eu preciso corrigir. Esse Comandante do Corpo de Bombeiros que eu me refiro é o gerente Financeiro, o Tiago, eu não sei se ele também faz parte do...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não, "e o Tiago também."

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas tem aqui o Comandante lá do Corpo de Bombeiros.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Então na transcrição saiu um elemento a mais. Eu me referia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Talvez tenha sido o diretor de Licitações...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu me referia a Tiago...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ... que era o Coronel do Corpo de Bombeiros.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2326 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2309

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...gerente Financeiro, ge... gerente de financeiro. Não, aquele era o Carlos Charlie Maia, era outra diretoria. Não me referia àquele, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A senhora confirma então...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Confirmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Que essas pessoas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Márcia, Secretário Helton, Coordenador do Fundo, gerente Financeiro e gerente de Orçamento, pelo menos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu preciso...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, só pra deixar claro, é... o Secretário Helton sabia. Eu volto a repetir: em que momento de toda essa tramitação aqueles documentos que passaram pelo gabinete do Secretário, leia-se parecer jurídico, dispensa de licitação e ordem de fornecimento, tratavam de pagamento antecipado ou pagamento à vista?

Diferentemente daqueles outros processos que eu já mostrei pros senhores aqui no início da nossa fala, que nós vamos, enfim, fazer constar aqui como prova pros senhores também, é... de pagamento antecipado ou pagamento à vista.

Segundo, nós temos aqui duas notas que foram certificadas ou assinadas. E essa nota assinada que gerou, que gerou a certificação e acho que é muito importante, os senhores terão a oportunidade de perguntar isso pra Débora Brum, ela vai estar aqui salvo engano na terça-feira que vem, essa pergunta ela é muito importante, por que ela fez isso? Quem orientou ela a fazer isso?

Nós tivemos (*ininteligível*) da tramitação, como eu já disse, coloquei pros senhores aqui lá no início da nossa fala, no dia 31 a empresa ela começa a cobrar ou ela quase determina, né? A empresa, não, o Fábio Guasti, ele quase determina: faz ele fazer o pagamento e me... me dá essa ordem aqui. Ele quase determina isso. Uma nota que foi emitida às onze e trinta e sete. Alguém pediu essa nota pra ele. Nós temos que esclarecer: quem pediu essa nota fiscal, ó, emite a nota e me encaminha.

E depois disso tudo, ah, emitiu a nota e encaminhou, alguém disse que recebeu, que tá escrito aqui ó: Márcia Regina Geremias Poli, Pauli, dia 1° de abril de 2020, às oito e dezoito com 39 segundos. A partir disto aqui, deste documento, é que uma outra servidora pega, insere no Sigef e encaminha pra pagamento. É isso que nós temos que esclarecer.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O Secretário Douglas, o ex-Secretário hoje, mas ainda quando Secretário, em seu depoimento, afirma que foi repassada orientação sobre cuidados nas compras e o não pagamento antecipado. O que foi negado, tanto pelo Secretário Helton quanto pela servidora Márcia, que tenham recebido tal orientação.

Eu quero indagar o Secretário Douglas se essa orientação foi formal, e se tem, pode disponibilizar à CPI cópia dessa orientação?

O SR. DOUGLAS BORBA — Foram alguns momentos na verdade, Deputado Cobalchini, né? Primeiro... Lá nas primeiras reuniões do grupo gestão de crise é... foi levantado, era... eram vários Secretários, como eu já narrei aqui todos que participaram e foram neces, foram narrados os cuidados que deveriam ser feitos nesse momento atípico, nesse momento excepcional, e que os órgãos de controle interno estariam à disposição pra ajudar neste processo, tanto a CGE quanto a SIG.

A partir daí a gente o, o, o que a gente viu foram atuações independentes, tanto da... da SIG quanto a CGE. Uma dele, uma delas foi no dia 25 de março, um contato da Secretária da Integridade e Governança com a... a ge, a Superintendente de Gestão Administrativa se

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2327 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2310

colocando à disposição pra contribuir na formatação do processo de compra dos respiradores da Aeonmed. Este processo que a gente tá falando.

Então a Secretaria de Integridade e Governança se colocou à disposição referendando, se referenciando, melhor dizendo, a co, a proposta comercial da Aeonmed VG70, Fundo Estadual de Saúde, no dia 25 de março. Que foi o início dessa negociação, se nós lembrarmos de todos os depoimentos o, o, o, o primeiro produto era VG70, depois mudou pra outro produto, enfim, mas já se referia a essa, a essa, a essa compra.

E mais que isso, mais do que estar expresso, Deputado, na verdade foi montado o grupo de compras mencionado lá no dia 22 de março. Então existia, de fato, um grupo de compras coordenado pelo então Secretário da Administração, Jorge Tasca, onde nós encaminhamos é... para ele os nomes a serem inseridos nesse grupo, a SIG, a CGE por parte do governo do Estado, junto com a SEA, Secretaria da Administração, e também a Secretaria da Saúde. Então eram os quatro órgãos do governo que faziam parte desse grupo, além dos órgãos externos, que aí é... o TCE e o MP também teriam pessoas nesse grupo. (*O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.*)

Então, na verdade, a, a orientação passada por nós, pelo Governador sobretudo, que nós deveríamos seguir, né, é que todas as compras do Estados deveriam ser debatidas nesse grupo. Isso foi uma orientação, e mais do que uma orientação, isso na, na verdade se tornou, Deputado Cobalchini, tangível, se tornou fato na medida em que foi montado de fato esse grupo. Tanto é que esta proposta desta compra chegou a ser discutida lá naquele grupo e, numa conversa individual da Naiara com a Márcia, foi solicitado o seguinte: queres alguma ajuda pontual para essa demanda dos dois fornecedores que você apresentou no grupo? Podemos produzir um relatório rápido. E essa... e essa resposta nunca foi encaminhada de volta à SIG.

Mais adiante... Isso foi no dia 25, no dia 27 a SIG produziu um documento com várias inconsistências de uma outra compra, da compra da Edera, apontando as inconsistências. Uma delas era o pagamento adiantado, e encaminhou à Secretaria de Estado da Saúde fazendo o alerta da impossibilidade de se fazer o pagamento adiantado (*o advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino*). Isso também eu... eu faço, sim, é... constar depois no processo a íntegra desse processo da SIG com essa orientação à Secretaria da Saúde é... pedindo inclusive o prazo de 48 horas pra que a Secretaria da Saúde se manifestasse sobre aquela compra.

Isso daria no dia 29 de março, em tempo ainda de não serem feitos outros pagamentos adiantados. Mas ao invés das 48 horas para a resposta, a... aí a, a Secretaria da Saúde, enfim, o Jurídico, a Superintendência de Gestão Administrativa respondeu esse documento lá no dia 22 de abril, quase um mês depois da orientação.

Ah... mais um fato: houve uma reunião, perdão Deputado, mas é importante a gente dizer, houve uma reunião da CGE na Secretaria de Estado da Saúde, afirmada pelo próprio procura é... Controlador aqui, o Luiz Felipe, no dia 30 de março. Houve essa reunião lá, eu também não participei, na verdade esses processos de compra corriam lá na Secretaria da Saúde, mas o Luiz Felipe foi lá pra se inteirar, pra se colocar à disposição e tudo mais, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O.k., senhor Douglas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu poderia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim, claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu gostaria de fazer algumas observações com relação a... a... a desc, à fala do... senhor Douglas.

É... Naiara 3D ou Naiara Facechild (?), era assim que ela estava salva no meu WhatsApp. Nossos WhatsApp eles foram, como eu já coloquei, passados pra muitos colegas. Ela estava salvo ali no meu WhatsApp com uma descrição diferente, portanto fazendo

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2328 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2311

referência, e nossa conversa começou com tratativas de EPI. É... a Naiara também, consegui falar com ela, acredito que lá entre o dia 18, 19 de abril apenas, por conta do que o, o senhor Douglas acabou de colocar com relação à análise do processo da Edera. Ela tinha encaminhado atra... pro gabinete e a resposta, ela tava... eu me comprometi com alguém da... do gabinete da Secretária Naiara, que nós tínhamos 48 horas ou 72 horas, não me recordo agora, pra responder.

Até neste dia, lá em abril, eu coloquei pra ela que eu estava à procura do telefone dela, e ela vai recordar desta ligação, nós ficamos bastante tempo, nós tivemos uma conversa longa, eu e a senhora Naiara. Naquele dia, tanto ela quanto eu a gente chegou a se emocionar com a dificuldade que a gente tava ali, ela vai se recordar disso agora. Naquele dia eu falei pra ela que o contato dela no meu WhatsApp estava salvo com Naiara 3D ou Naiara Facechild (?), então não fazia referência à Secretária, que eu estava à procura dela pra dizer que eu estava tentando cumprir o prazo de resposta da manifestação do processo da Edera. Ela disse: Márcia, embora eu não tenho como passar direto pra Secretaria, eu tenho que passar pra Cojur, não faço direto, lá dentro da Secretaria nós sempre tivemos esse ordenamento, nós não podíamos responder a outras Secretarias ou à PGE diretamente, nós sempre tínhamos que fazer a passada pela Cojur minimamente. Eu falei pra ela naquele dia: Secretária, nós já elaboramos a resposta. A senhora me desculpe, o seu contato está salvo de outra forma aqui e não consegui lhe identificar. Agora, se a senhora, por gentileza, SIG 28/2020 é o número do processo, se a senhora puder abrir aí e ver a nossa resposta, embora não tenha chego para a senhora, mas a senhora já pode ver que a gente já respondeu.

Eu gostaria de fazer essa observação: nós respondemos, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Secretário Helton, tem alguma...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não. Na verdade, Deputado, só também aproveitar... Esse aqui é mais um documento que eu já citei, mas é importante nós citarmos a todos os senhores. Não faria sentido nenhum... é... eu recebi no dia 28 de março aquela informação que o assessor jurídico Carlos disse que produziu sobre pagamento antecipado. No dia 28 esse processo veio pro gabinete, no mesmo dia 28 ele foi despachado com: acolho a recomendação do parecer emitido e solicito que seja realizado consulta ao Tribunal de Contas e Ministério Público. Porque a conclusão do parecer dele dizia: ante o exposto, recomenda-se consulta ao MP e Tribunal de Contas quanto à possibilidade de pagamento antecipado.

Então, se no dia 28 eu acolho e encaminho solicitando parecer, qual seria a lógica de no dia 1° eu ordenar um pagamento antecipado? Se não tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas não é nesse processo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Mas é outro processo, justamente por isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, mas não é nesse processo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Mas justamente por isso, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nós precisamos deixar claro as coisas.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro, claro. Eu estou deixando claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senão sai pra fora uma coisa que não é.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — São outros... é outro processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas nós estamos... Nesse processo não tem essa orientação.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2329
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2312
16667

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É um outro processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pois é, mas só que nesse não tem. Eu preciso fazer essa intervenção...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Desculpa, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu estou acompanhando os procedimentos...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...e não posso permitir que as coisas saiam para fora... de fato, não é verdade, né? Nós estamos falando desse processo dos respiradores, o que aconteceu nos outros, parece-me que aconteceu tudo certo. Agora nesse, não.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Então só pra ratificar o que o senhor está dizendo. Nós tínhamos um outro processo que foi formulado pelo assessor jurídico, justamente por essa avalanche de pedidos que ele estava recebendo de pagamento antecipado. Isso culminou com uma informação que chegou no gabinete e o gabinete despachou acolhendo o parecer, encaminhado e solicitando parecer.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O meu último ponto aqui, Presidente, Relator e colegas Deputados. Márcia...

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins está falando com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Desculpe, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Pode... se precisar continuar ouvindo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, não tem (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Márcia, o Secretário Helton afirma que você certificou a nota, conforme consta do sistema e o Secretário tem apresentado isso. E também deixa claro que quem certifica a nota acusa o recebimento do equipamento, e deixa claro o caminho livre para o pagamento, depois já recebi. Então, dá para pagar.

A senhora confirma que certificou a nota da Veigamed? Se não foi a senhora, quem foi?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu posso responder já ou não?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Quem tinha acesso a sua senha? Pode...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Posso já ir respondendo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tá. Eu gostaria novamente de solicitar, por gentileza: materialidade da prova de que uma nota fiscal assinada no SGPE, que é o Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, não o Sigef, não o Sistema da Fazenda de Pagamentos, são dois sistemas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas eu... eu não...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Materialidade da prova de que uma nota assinada no SGPE ela configura uma autorização pra pagamento, enfim. Esso eu gostaria de colocar.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2330 RUBRICA
1668 PROCURADO PÁG. 2313

Quanto à certificação: lá no sistema é possível ver no documento tem uma referência a atestador e usuário. Quem entrou no Sigef, aí o Sistema de Pagamento, para que a ge... para que qualquer área da SES dentro da Coordenação do Fundo, Gerência Financeira e Gerência de Orçamento, possa fazer um pagamento, precisa primariamente ter uma certificação no Sigef. Este usuário foi, lá é possível ver, Débora Brum. Ela gerou a guia. Atestador, ela puxou, como eu já relatei, Márcia ou de posse do meu CPF, e ela me colocou como atestador. Este processo foi assim que foi feito. No SGPE consta o documento assinado, no SGPE, que o Secretário Helt... o senhor Helton se refere. Tá certo? SGPE é diferente de Sigef.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, o senhor me permite?

É... qualquer um dos senhores que está aqui presente, se os senhores atravessarem a praça que nós temos aqui na frente, os senhores vão chegar lá no Tribunal de Contas. Lá no Tribunal de Contas é... salvo engano, as notas não têm tramitação digital.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Ou seja: a nota ela chega pra pagamento, seja ela qual for a nota, nós temos ainda a época lá do carimbo. Alguém vai, carimba atrás dessa nota, coloca os dados de... de contrato, de empenho, enfim, e ele encaminha isso pra que alguém insira isso no Sigef. Nós estamos falando da mesma coisa. Por que que nós não temos o carimbaço nessa nota? Porque isso aqui é uma nota eletrônica e a forma de dar o certificado, o recebido nessa nota eletrônica, é a assinatura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O que me chama a atenção, desculpa, Deputado, por mais uma vez eu preciso intervir, é que as coisas aconteceram nessas certificações tudo em segundos, né?

(*O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.*)

Vamos começar aqui o procedimento. Procedimento da certificação da nota às 8h18min, certo? Depois a gente tem lá a Dispensa de Certificado do Detalhe, esse documento aqui, é o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal, módulo de programação de execução financeira, 14h29min, assinado pela Débora Brum. Depois, imediatamente às 15h06min a gente tem a certificação da Eliete Maria Müller Braga, do trâmite de pagamento, e às... É, 14h26min.

Então me impressiona, Deputado, que é tudo entre 14h28min, 14h24min, 14h26min e 14h30min. Tem alguns segundos entre as certificações, não tem minuto, tem segundos. Eu fiz, você já fez, ela fez, negócio automático. Como é que isso se explica, Secretário Helton?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Como explica? É... Deputado, como explica é que nós tivemos uma nota que foi certificada às oito e dezoito da manhã pela servidora Márcia, às 14 horas ela foi inserida no Sigef pela então servidora Débora Brum...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 14h29min.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — 14h29min, isso. Então ela foi inserida de manhã, às 8h...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ...assinada. Às 14h29min ela foi inserida no sistema Sigef, depois de inserida no sistema Sigef ela é tramitada, depois que ela é tramitada, então nós temos ali a questão do... é da Gerência de... Financeiro, provavelmente, que é a Eliete.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Às onze e trinta e oito da manhã ela entrou no sistema financeiro.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — 15... 15h06min.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Aqui tem a data da autorização do uso: 11h38... É o sistema de...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2331 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG 2314

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Os documentos que eu tenho aqui então, nota fiscal assinada às 18... às 8h18min, inserida no Sigef às14h29min, depois a... e 29, então meia hora depois, um mais, um pouco menos, às 15h06min a Eliete ela emite, depois disso ela é encaminhada pra pagamento ou ordem bancária lá no dia 1°/4, às 16h25min.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 14h29min.

(*O senhor Douglas Borba fala com o advogado Paulo Cesar Schmitt.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — 14h29min?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, a certificação da Débora Brum é 14h29min. Depois, às 16h06min tem...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — 15h06min.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sistema Integrado, às 15h06min.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso, 15h06min.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Da Eliete.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E às 11h38min a gente tem essa certificação da nota digital, que é tudo...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — No mesmo dia, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, no mesmo dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... dentro do horário ali.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Só para não perder o raciocínio, dentro da pergunta do Deputado Cobalchini de esclarecimento do ex-Secretário Helton, tudo isso, esse último trâmite agora que foi mencionado, tramitou sem o seu conhecimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — A tramitação de pagamento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — É.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, sem meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Sem seu conhecimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro. Sim, sem meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O.k.

Estou satisfeito, Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Satisfeito.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu poderia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Esta presidência suspende por cinco minutos a sessão.

(*Estão suspensos os trabalhos. Pausa.*)

Senhores Deputados, dou por reaberta a reunião.

Com a palavra o Deputado Milton Hobus. Vossa excelência pode prosseguir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Presidente, senhores Deputados, eu quero cumprimentar a Márcia, o Douglas, o Helton, os seus advogados, cumprimentar todos que nos acompanham.

Eu estava atentamente ouvindo as falas e já dos outros depoimentos, e ficamos pensando um pouco aqui, porque tínhamos feito também separação de vídeos, etc., para mostrar algumas coisas que não se explicam em depoimentos de cada um de vocês, mas eu

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2332 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2315

não vou usar mais nada disso. Acho que quanto mais se pergunta, senhor Presidente, mais claro algumas evidências aparecem.

Primeiro, o que nós queremos entender aqui é em que circunstâncias e como foi feita a negociação dos ventiladores e o pagamento. E, muito além de nos atermos aos documentos da operação lá dentro da Secretaria da Saúde, porque tudo aconteceu lá – o envolvimento do Douglas Borba nós vamos falar em seguida, que é o que aparece e a gente tem dúvidas também. Mas aqui foi afirmado, senhora Márcia, a senhora afirmou hoje, na outra oitiva, que o doutor Helton, ex-Secretário, é que trouxe a questão dos respiradores para a senhora fazer o processo e o Coronel Carlos, né, Carlos...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Carlos Charlie.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... Carlos disse a mesma coisa. Os processos vinham prontos pra gente...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...porque tinha que operacionalizar rápido...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, com a condição de pagamento antecipado posta e tudo mais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É. Foi dito aqui também, pelo doutor Helton e pela senhora, que a decisão pela então Brazilian Trading, porque não era Veigamed, era o seu Fábio Guasti, era com quem vocês trataram.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O fornecedor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É. Dia 26 de março saiu a portaria interna, assinada pela senhora e pelo Secretário Adjunto, né?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...para fazer a compra dos duzentos respiradores da Brazilian Trading.

A senhora disse aqui, e o doutor Helton confirmou, que foi passado, perguntado para o senhor se o senhor poderia negociar para tentar reduzir o preço, e disse, não, eu faço. E o senhor falou no telefone com o senhor Fábio Guasti e reduziu de 169 para 165 e daí toca-se o processo, e que a decisão de pagar 165 e não 78...

Hoje ainda eu conversei com uma empresa de São Paulo, foi justamente porque o seu Fábio Guasti disse para vocês que ele entregaria rápido e o senhor confirmou hoje aqui que ele traria de avião e tudo mais, o senhor falou hoje aqui, novamente (*o senhor Helton de Souza Zeferino faz que sim com a cabeça*).

Então a lógica da negociação está muito clara para nós. O senhor mandou comprar, vocês fizeram e fizeram com o seu Fábio Guasti, que depois escolheu a empresa, porque acreditaram que eles iam entregar rapidamente e os outros não davam esse prazo de entrega.

Quando na semana passada esteve aqui o seu Onofre, que é o representante da Exxomed, ele disse que tomou conhecimento, no dia que veio aqui para uma reunião a pedido do Leandro para aluguel de equipamentos e para o pedido de passaporte especial para que ele fosse para a China, e que daí ele tomou conhecimento dessa compra dos duzentos e daí ele já se preocupou e disse: a empresa chinesa que eu represento não vai entregar isso aqui. E ele formalizou num *e-mail* no dia 3 de abril para o doutor André Motta, seu Secretário Adjunto, dizendo tudo isso: que não reconhecia a venda, que a fábrica na China não reconhecia a venda. E a senhora disse aqui também hoje, senhora Márcia, que no dia 2 ou no dia 3 – o pagamento foi feito no dia 2 – que a senhora e o doutor Helton conversaram: e agora, o que vamos fazer?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim. Ele chegou assustado na minha sala, 2 ou 3.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2333
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2316

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Pagamos e agora o que vamos fazer?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Pagaram e agora, né? Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Essa conversa vocês tiveram?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, digo, o pagamento saiu, alguém já soube? Alguém tinha... ele teve uma conversa com alguém que trouxe isso à baila ou cobrou dele, sei lá eu, eu entendi dessa forma. E naquele dia, naquele dia que eu soube que o pagamento tinha entrado. Eu, naquele dia, por ele. Foi assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então, senhor Presidente, para a gente ter uma ordem natural das coisas aqui. Os ritos não foram cumpridos, o Estado vivia um momento de pânico total, dito pelo seu Carlos aqui que em abril iam morrer seis mil pessoas, então vocês tinham que comprar tudo, tinham que fazer tudo, tinham que fazer aquela loucura sem critério, para mim – desculpe, né, a minha interpretação pessoal – sem critério técnico nenhum, o que levou a isso tudo.

Mas está claro aqui, doutor Helton, em que pese esses papéis, porque os papéis... Para quem conhece a administração pública sabe que você tem que empenhar, você tem que liquidar para você poder pagar, certo? E para empenhar você tem a ordem de fornecimento, para liquidar você tem que ter a nota fiscal, por isso que eles mandaram a nota fiscal, então não deveria ser surpresa para ninguém que a nota fiscal veio, né? E para pagar antecipado, que não foi só esse, nós temos aí dezesseis ou dezessete processos que estamos avaliando na Comissão Especial da Assembleia, então não é um só. O *modus operandi* foi esse, inclusive pela dificuldade dos fornecedores garantirem a entrega sem o pagamento e por isso que vocês foram atrás de forma de pagar antecipado.Tanto é que o Governador, via Casa Civil, mandou, dia 31 de março para esta Casa um projeto de lei pedindo autorização para pagar antecipado.

Quer dizer, então tudo isso era sabido de vocês todos (*a depoente Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça*). Não adianta vir para cá dizer para nós que ninguém sabia de nada disso, porque vocês conviviam esse momento crítico, que se não pagasse vocês não tinham produto. E isso dito por vários Estados brasileiros na mesma situação. Uns cumpriram um rito, compraram melhor, outros não cumpriram os ritos e acreditaram inocentemente em oportunistas de ocasião, como deve ser esse seu Fábio Guasti, como deve ser o seu Leandro Barros, porque está provado nos autos agora que receberam nas suas contas dinheiro da transferência dos ventiladores. Então vocês cumpriram ritos administrativos para dar formalidade a uma decisão que vocês tomaram na Secretaria de Estado de comprar do seu Fábio Guasti os ventiladores, porque em uma semana vocês iam ter e vocês estavam apavorados.

Esse é o entendimento que eu consigo tirar das falas de vocês. O senhor sabia, porque negociou, inclusive baixou o preço, sabia que só entregava, mas para entregar ele tinha que mandar o dinheiro para a China, porque senão não conseguia carregar, então tinha que pagar antecipado; a senhora Márcia sabia (*a depoente Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça*), fez toda a operação para poder viabilizar que esses equipamentos chegassem, porque todos estavam em pânico e precisavam comprar.

Eu acho que vocês tinham que admitir isso. Vocês, no mínimo, erraram nisso, porque vocês que decidiram, gente. O próprio José Florêncio sabia desde o início, segundo a Márcia aqui, que nós vamos questionar semana que vem, era uma das três pessoas que sabiam e ele era o homem que pagava. Então já estava autorizado, porque ele participou disso tudo. Por isso que pagaram, não foi por causa daquela certificação lá, não, isso era o rito natural para que pudesse pagar. Esse é o meu entendimento.

Eu gostaria que... a senhora Márcia e o senhor Helton poderiam falar um pouquinho sobre esse meu raciocínio que eu fiz agora.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2334 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2317

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O seu raciocínio...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque o meu raciocínio é em cima das falas absolutamente de vocês.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O seu raciocínio está completamente correto, correto do início ao fim, do início ao fim, por conta de que na negociação estava claro, e foi declarado inclusive pelo fornecedor que, pagando, chega entre 5 e 7 de abril. E no outro dia o Secretário, no dia trin, não, dias à frente, ali no dia 30, o Secretário colocou isso em coletiva, ela falou: já gastamos 76 milhões. Acabei de ler pra vocês no início, e entre 3 e 7 chega a... chega a carga. O Secretário estava falando sobre uma assinatura, o senhor Helton está falando da assinatura na nota, aquilo faria... fazia parte integrante lá no SGPE, parte integrante de uma formalidade pra seguir com o pagamento, estava posto.

O apoio da SGA foi instruído: o que precisa ter? Precisa ter a nota? Precisa ter a certificação? Precisa pra chegar... chegou lá no financeiro. Ele já sabia do pagamento antecipado, a SGA teve que preparar tudo, porque eles precisavam receber pra fazer o pagamento antecipado, na negociação já sabia-se, o Secretário já sabia, eu já sabia, o Zé Florêncio sabia, o gerente de Orçamento sabia, todos sabíamos que era pagamento antecipado. Condição mínima para a compra.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.*)

É preciso admitir isso, as pessoas precisam admitir, as pessoas que estavam lá vivenciando precisam admitir isso. As formalidades foram postas pra que se chegasse naquela... naquela... momento de pagar, aonde a SGA teve a instrução dos processos ela fez, a partir dali ela coloca pro Cofes, que também faz a formalidade no Sigef.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado Milton Hobus...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Doutor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ... eu respeito a sua opinião, mas discordo veemente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não, isso não é opinião, hem, é em cima de falas absolutamente de vocês. Se eu faltei com alguma verdade, por favor...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Quando o senhor... por gentileza...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...nós vamos buscar os depoimentos, porque eu só falei aquilo que vocês dois falaram aqui.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro. Por gentileza...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E daí a conclusão é natural em cima do que vocês falaram.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Quando o senhor minimiza uma questão de uma... de um documento, onde eu tenho a assinatura de alguém dizendo que isso aqui é mera formalidade, o senhor está desconstruindo todo o processo administrativo. Por que que eu digo isso, Deputado? Se os senhores pegarem os dez, doze, enfim, eu não sei exatamente quantos processos são de compra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Dezessete.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Vão estar todos assim.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O senhor vai verificar um detalhe: nesses que não passaram pelo gabinete, que foram... se foram dezessete, quinze não passaram pelo gabinete, é... em todos eles, em determinado momento dessa tramitação, se refere a pagamento antecipado. Tá lá escrito. Então nós temos... se não é na... se não é a grande

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2335
RUBRICA
1673
PROCURADORIA
PÁG. 2318

maioria deles, na ordem de fornecimento já está pagamento à vista ou pagamento antecipado, nós temos uma tramitação empenho, liquidação e pagamento antecipado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Doutor Helton, só para nós...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Só para nós ganharmos o tempo disso que o senhor já explicou bastante.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Vamos lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS— Eu pergunto para a dona Márcia. Dona Márcia, por que nessa ordem de fornecimento não está o pagamento antecipado como está nas outras? Qual o problema que houve ali? Porque é essa a argumentação do ex-Secretário Helton.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — No último dia 2 o Deputado Kennedy inclusive ele fez todo o resgate, né, da sequência onde tinha a documentação, que é a isso que ele se refere, do pagamento antecipado. Lá na dispensa de licitação ela está referindo à proposta, na proposta tem lá em numerário antecipado. O Deputado Kennedy, me recordo que ele fez toda essa... esse caminho, inclusive demonstrando aqui, no dia 2.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim, mas o que o Secretário Helton está dizendo aqui, a defesa dele é que ele não sabia do pagamento antecipado, porque não está na ordem de fornecimento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Deputado, com todo respeito...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas eu lembro que o Deputado Kennedy fez isso e pode mostrar hoje novamente, está ali, o Secretário Helton assinou a dispensa de licitação, isso também está documentado e lá na proposta está posto o pagamento antecipado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então, esse é um mero detalhe.

E daí eu pergunto, Secretário Helton: no dia 2 foi pago, no dia 3 o senhor Onofre, representante da empresa, disse: olha, vocês não vão receber, o seu Secretário Adjunto recebe. A senhora Márcia fala aqui que vocês dois comentaram, entre o dia 2 e o dia 3: e agora, como é que ficamos. No dia 7, que era na semana seguinte, vocês já estavam cobrando o seu Fábio Guasti: escuta, e aí, e a entrega? Vocês estavam cobrando. Mas só no dia 15 o senhor formalizou o processo para os outros órgãos para tomar... ou para o Governador dando ciência de um caso tão crítico, porque o senhor colocou o Governador no fogo, o senhor levou ele para uma *live* lá para dizer para o povo: olha, está chegando aí equipamentos que nós compramos e pagamos. O senhor falou tudo isso, está lá na *live* de vocês dois, e só no dia 15, que o Douglas disse que era dia 22, que: poxa, fizemos uma cagada, o negócio não vai vir, e não temos nenhuma segurança de que esse dinheiro vai vir de volta, e agora?

Por que esse tempo todo? O senhor, o seu Secretário Adjunto e toda a...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, primeiro que... primeiro que essa informação que o senhor disse que o Secretário Adjunto recebeu por *e-mail*, essa informação não foi tramitada pra mim, eu não tenho essa informação. O senhor pode verificar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas era sua pessoa de confiança.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O senhor pode...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Que estava junto no processo, assim como é o...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls 2336
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2314

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Na verdade, na verdade Deputado, todos os cargos em confiança da Secretaria são cargos de confiança, todos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não, mas essa negociação...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O que eu quero dizer pro se...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... dos ventiladores, dita aqui pela Márcia, foi o senhor que negociou.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Vamos lá, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor que baixou o preço, o senhor sabia de toda a negociação.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Vamos lá, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então o senhor tinha que estar preocupado com a negociação, eu imagino. Eu estaria, né?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso, vamos lá, Deputado. Então reafirmando novamente aquilo que eu já falei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — A não ser que a senhora Márcia está mentindo aqui...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — No dia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...que não foi o senhor que negociou. Então eu queria que o senhor me explicasse.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — No dia... Deputado, vamo lá.

No dia 26,quando eu faço a ligação no sentido de diminuir custos, quando a gente diminui o custo é obviamente... se o senhor me disser que naquele dia ele estava projetando a proposta da empresa, o.k. Eu estava conversando com o fornecedor, chamado Fábio Guasti, ao qual me disse que tinha capacidade de, enfim, ele já havia, a Márcia já havia me relatado isso, capacidade de entrega de duzentos equipamentos, é *x* ou metade deles até o dia 7, entre 5 e 7, e a outra metade até o dia 30 de abril. Eu estou tentando reduzir custos. Ela mesma disse que saiu de 169 para 165.

Então, ou seja, isso aqui...

(*O advogado Paulo Cesar Schmitt fala com o senhor Douglas Borba.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Conseguiu essa redução.

(*O advogado Noel Baratieri levanta os braços, num gesto de impaciência, enquanto o Deputado Milton Hobus faz o questionamento.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ... isso aqui, isso aqui nesse momento já me diz o seguinte: olha só, a proposta da empresa não está com o Estado ainda, porque se... porque se eu estou te le... a não ser que a gente pega aquela proposta, nós dentro da Secretaria, né, vamos imaginar isso, eu vou alterar o valor da proposta.

Então naquele momento em que nós saímos lá dos 169 pros 165, a empresa ela vai me encaminhar a proposta. Naquele momento que ela encaminha a proposta, e aí eu não sei dizer exatamente pro senhor quando essa proposta chegou, o que eu sei é que nós tivemos uma proposta que chegou via Brazilian Trading, isso foi inclusive gerado e autuado um processo, e na manhã seguinte foi feito o desentranhamento disso. Isso aconteceu, está nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim, sim, várias folhas, né?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso, da página 2 até a página 18. Isso foi desentranhado.

Então, ou seja, nós tínhamos iniciado um processo de dispensa de licitação com uma proposta de uma empresa, chamada Brazilian Trading, que no dia seguinte, e aí eu não sei lhe dizer por que, eu não tenho essa informação...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2330 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2330

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas era o seu Fábio Guasti que trouxe a proposta da Brazilian Trading...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...assim como a da Veigamed. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim. Essa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ele disse para vocês: eu acho que vou ter que mudar porque...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não disse pra vocês... pra mim ele não disse.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não disse.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O que eu tenho acesso aqui....

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Disse para a senhora Márcia, disse para a senhora que ia mudar a empresa.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Estão nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Tá.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Então, quando ele muda esse processo, eu já não sei, não consigo entender, né, ele dá algumas argumentações aqui de, de motivos, enfim, que a empresa ela teria, não teria capacidade de vender pra Santa Catarina. Enfim, faz um relato aqui no...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Hum, hum.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ...nos documentos que são produzidos pelo Ministério Público. Então, a partir daquele momento ali, a Veigamed ela entra nesse processo lá no dia 27. Então, ou seja, é... nós já tínhamos aqui claro, né, isso aqui já tá claro que nós tínhamos alguém que é... estava tentando pipocar onde é que ele ia conseguir uma empresa pra fazer. É... isso também é público, é notório, os senhores já ouviram falar dessa história também, que a Brazilian Trading lá de... de Joinville recebeu uma ligação de alguém pedindo determinado valor, que esse valor ele seria, enfim, pra pagar comissão pra alguém, os senhores já ouviram falar disso, isso está nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Só que, a partir desse momento, nós temos um rito que tem que ser seguido. O rito qual é? Verificar se a empresa tem a documentação adequada, verificar se a empresa tem os devidos registros, o próprio assessor jurídico ele pede outros orçamentos, né, os senhores não trouxeram essa fala aqui hoje ainda, mas nós temos que verificar, né? Uma das empresas a qual o orçamento ele foi apensado é uma empresa que recebeu recursos, tá aqui nos autos do Ministério Público, ela recebeu recurso da empresa Veigamed é... da ordem aí de, salvo engano, trezentos e poucos mil reais, uma coisa assim, mas ela recebeu. Então, olha só, por que que uma empresa que é... foram anexados dois orçamentos, por que que uma dessas empresas recebeu recurso da Veigamed? Mas tá aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É simples, a Márcia já falou aqui que eles esquentaram os orçamentos, isso já está claro para a CPI.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Então, se esquentaram, nós temos aqui um envolvimento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem colocou os orçamentos foi o próprio Guasti e a equipe que cuidou dessa fraude.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É... então, como nós temos esse rito funcionando ou esse rito trabalhando, nós poderíamos chegar inclusive numa outra proposta

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2338
RUBRICA
1676
PROCURADORIA
PÁG. 2321

que já aconteceu em outros processos, uma proposta mais vantajosa para o Estado, desde que mantido aquela condição de igualdade, né, entrega, enfim, ou coisa que vai.

Quando esse processo ele vem, ele é produzido e ele chega a essa conclusão: ó, agora a gente pode encaminhar pra parecer jurídico. Assim foi feito. O parecer jurídico ele emite, e os senhores já ouviram aqui também o assessor jurídico dizendo isso, não é porque uma empresa diz que quer receber dez dias antes de entregar que nós vamos entregar. O que vale pra nós é o contrato administrativo, leia-se ordem de fornecimento. É aqui, é aqui que nós temos o documento do Estado, dizendo: ó, é dessa forma aqui que eu, é isso aqui que eu quero, é dessa forma que eu vou te pagar.

Só pra finalizar, Deputado, por gentileza. Então, quando esse documento ele vai pro gabinete, nós temos um parecer jurídico, que ampara uma DL e que, obviamente, tem uma ordem de fornecimento, em nenhum dos três se fala em pagamento antecipado, porque é... Ah, mas aí, então, foi só essa exceção que aconteceu, Helton, com relação a este processo, os outros demais é?... Mas eu pergunto, né, por que que justamente, esta é minha a pergunta, porque que justamente os dois processos que tramitaram pelo gabinete, que é este processo das duzentas máquinas e mais aquele processo que veio da Intelbras, não citava pagamento antecipado? Será que é por que nesse específico aqui esqueceram? Porque nos outros em... é na tramitação, tá lá escrito, pagamento antecipado; no empenho, ó, pagamento antecipado, é, na ordem de fornecimento tá escrito ou pagamento antecipado ou pagamento à vista.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Helton, para eu entender.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Só para perguntar para o senhor, porque eu estou tentando me colocar no lugar do senhor, lá numa gestão de crise.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Que o senhor estava ali cuidando da Covid, o senhor virou o gerente da crise, outras pessoas que ficaram na Secretaria, o senhor foi lá para a Defesa Civil. Então a sua aflição era – na sua ideia estava supercorreta, que eu defendi, que não era a história do hospital de campanha – comprar equipamentos para dotar os nossos hospitais de mais leitos de UTI se caso aqueles números catastróficos que vocês tinham se confirmassem, o senhor estava apavorado com isso. Então é claro que o senhor se envolveu para ajudar a resolver isso e o senhor queria trazer equipamentos rápido para cá, isso vocês disseram aqui hoje, que o fato de não ter prosperado outras propostas que vieram ali e diminuiu de 169 para 165, porque vocês foram iludidos pelo seu Fábio Guasti, que deve ser um bom vendedor, um bom enganador, que vocês teriam esses equipamentos muito rápido, e isso é uma decisão e, quando a gente diz, negociei, segue com dispensa de licitação, a gente não sai procurando outro fornecedor. Se a gente quer um processo diferente: ó, vai buscar outro, abre um prazo de três dias, de cinco dias, de quinze dias e torna público e chama mais fornecedores para fazer. Não, vocês determinaram uma sequência para comprar porque, se não decidisse logo, já vendiam para outro, estava assim – temos tudo isso dito nos depoimentos aqui. Então, realmente se deu nessa sequência natural, e daí o pessoal de baixo, que é a servidora Márcia, o Carlos, eles tinham que dar conta do processo, mas é impossível que não se sabia que isso era à vista, tanto é que um dia depois, de palavreado, de ter a conversa de baixar de 169 para 165, antes da ordem de fornecimento, ele já estava pedindo o dinheiro, e o Zé Florêncio sabia, segundo a servidora Márcia, o Zé Florêncio sabia, eram as três pessoas que sabiam, por isso que talvez o José Florêncio pagou, mas para pagar tinha que ter essa formalidade de assinatura de uma nota, porque senão não liquida o empenho.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, se o senhor me permite, é, é...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2339 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2322

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Essa é a dedução, eu não consigo entender?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — A sua dedução... se o senhor me permite, a sua dedução, nós não estamos vivendo aqui num mundo de fragilizados e opositores. Nós temos que tomar aqui da seguinte estatística ou a seguinte adoção, pessoas e a Márcia ela... a servidora Márcia ela é muito feliz, nós tivemos dezesseis, dezesseis servidores que passaram por esse processo. Então assim, ó, cada servidor que passou por esse processo ele tem que ser devidamente cobrado por aquilo que o fez. É... quando o senhor diz que: ah, eu já sabia disso aqui. Eu não sabia. Porque se a, a lógica que o senhor está adotando que eu estava apavorado e, e uma empresa chamada Intelbras, diz assim: ó, eu preciso de 30% pra mais cem máquinas. O senhor acha que esses 30% não teriam sido liberados quando o senhor disse que a lógica?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu estranhei porque liberaram para a Veigamed...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Mas, quando o senhor diz que a lógica é que eu estou apavorado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...e não para a Intelbras, eu cobrei isso aqui.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Pois é. Quando o senhor disse que eu estava apavorado no momento da gestão, que ia morrer gente, é... não teria lógica por que não liberar os 30% da Intelbras pra conseguir mais cem máquinas?

Então volto a afirmar, eu afirmo, em momento algum houve autorização minha pra fazer pagamento antecipado, isso não está documentado em lugar nenhum, isso não está nas conversas, se assim estivesse é impossível que o Fábio Guasti não tivesse dito em algum momento da conversa: olha só, mas o Secretário já falou que é pra pagar antecipado, por que não saiu ainda? Em momento algum da conversa o meu nome é citado, em momento algum dessa tramitação que existe ou dessa é... desta cobrança efetiva que existe, enfim, lá do, do é, do setor financeiro é dito: ó, o Secretário mandou, o Secretário determinou, por quê? Porque eu fazia isso por escrito, as minhas determinações na Secretaria sempre foram por escrito, não existe determinação verbal e como é que eu vou fazer uma determinação verbal de 33 milhões?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Nós vamos chamar o Zé Florêncio e o Fábio Guasti...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, sem problema.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...para tentar explicar um pouco mais...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sem problema.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...porque aqui acho que nós não vamos sair disso.

Mas eu tinha mais uma colocação para o Douglas, que fecha esse entendimento, que está nos autos, Douglas. O Leandro veio aqui e todos nós sabemos que vocês são da mesma cidade, que jogam futebol, que foram Secretários de governo juntos, Vereadores. Então é evidente que vocês têm relacionamento e sabem que o Leandro é uma pessoa ligada à área da saúde, tanto é que trabalhou na Secretaria da Saúde, e o seu Fábio Guasti, é uma das pessoas que o Leandro representa aqui.

O SR. DOUGLAS BORBA — (*O senhor Douglas Borba gesticula que não com a cabeça.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É, representa. Quando o senhor pede, e por isso o senhor está nessa situação, porque a justiça, a polícia, entendeu isso, essa ligação dos facilitadores – o seu Leandro e o seu Fábio Guasti são aqueles facilitadores,

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2340
RUBRICA
1678
PROCURADORIA
PÁG. 2323

que não fazem nada de graça e que estão ali como urubu na carniça, quando dá um negócio, vamos ver como é que a gente... pela fragilidade, a gente tira dinheiro do setor público.

E o seu Leandro disse aqui e o senhor disse que só no dia 2 de abril, o senhor pediu e tem lá mensagem e tal, e ele disse, o Leandro, que só no dia 2 é que foi pedido para ele intervir lá, para dar tranquilidade para a Secretaria da Saúde que a Veigamed iria entregar, que o seu Fábio que ele conhecia, etc., etc. Mas os relatos aqui mostram que o Leandro estava trabalhando desde o dia 22 nos processos da Secretaria e dito aqui também que ele não saía de lá. Isso o senhor não sabia, dessa ligação nenhuma?

O SR. DOUGLAS BORBA — Bom, vamos lá, vamos por partes, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque é isso que está lhe implicando até agora aqui.

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim, sim. Na verdade, o meu grande crime é um processo desastroso na Secretaria da Saúde não ter sido é... respeitado o rito e conhecer alguém, esse é o grande crime pelo qual eu me encontro detido hoje.

É... mais uma vez eu digo, não foi o contato do Leandro que eu encaminhei à Secretaria, foi o contato de dezenas de pessoas, assim como a própria servidora aqui no depoimento hoje, disse: olha, o meu telefone estava espalhado no Brasil inteiro, não sei qual foi a expressão que ela falou aqui, é... tanto é que eu nem marquei o telefone da, da Secretária de Integridade e Governança porque eu me perdia nas mensagens de tanta gente que me procurava, vejam, senhores, da quantidade de pessoas que remetia mensagens pra lá. É... então assim é, eu, reafirmo, Deputado, que não conheço o Fábio Guasti, não sei quem é Fábio Guasti e não sabia também que o Leandro tinha contato com o Fábio Guasti. Eu conheço o Leandro, de fato, e tenho um relacionamento social com o Leandro da cidade onde a gente vive, que é uma cidade, aliás, muito parecida em número de habitantes com Rio do Sul, onde o senhor vive e o senhor, por ser uma pessoa pública em Rio do Sul, naturalmente conhece diversas pessoas e conhece também as atividades das pessoas. Então, naquele momento, quando alguém entra em contato comigo, que foi o caso do Leandro, dizendo: Douglas, se precisar de alguma coisa tô à disposição, diante da mensagem do Helton no grupo, dizendo: olha, se vocês conhecerem alguém que possa ajudar, mandem mensagem pra Márcia. Foi esse o encaminhamento que eu fiz. Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — João Amin, queria completar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Com a autorização do Deputado Milton, Presidente.

É que o Deputado Milton começa a abordar uma situação que ainda me deixou em dúvida, relacionada à participação do senhor Leandro, que agora também está preso preventivamente.

O senhor Douglas disse que ele apresentou o Leandro, especificamente, senhora Márcia, para as questões de EPIs. Por outro lado, a senhora Márcia disse que o Leandro de Barros tratou também de questões relacionadas aos respiradores *(Márcia faz que sim com a cabeça)*, abro aspas: "A partir dali ele já passou o contato do Leandro Barros, que é o colega que já teve aqui, e... a proposta... encaminhou também essa proposta a esse fornecedor da Veigamed, e ali começou transcorrer os contatos, tanto com o Douglas, tanto com o Leandro quanto com o Fábio Guasti."

Eu gostaria que vocês me explicassem melhor a participação específica do Leandro, porque ele é citado como um facilitador, mas o que é realmente o Leandro? Porque funcionário da administração pública estadual nesse momento ele não é, funcionário da Veigamed ele também não é. Por isso é importante que essa explicação fosse mais bem dada, já que o Leandro participou de negócios relacionados aos respiradores. E também com a participação que eu gostaria do senhor Helton, quem credenciou o Leandro Barros

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2341 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG 2324 4

especialmente no negócio dos respiradores? Porque a gente ouviu, e aí eu não posso confirmar, mas a gente ouviu isso, é que ele tinha até uma vaga de carro privativa na Defesa Civil para quando ele chegasse ter a facilidade de fazer essas, entre aspas, "facilidades", já que ele é mencionado como um facilitador. Senhora Márcia, por favor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Deputado, é... eu tenho pouco a contribuir assim, o que ele representava para nós.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas ele participou só dos EPIs?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ah tá, da sua fala inicial, ele falou em respiradores, tanto que tem mensagem dele pra mim me perguntando: os respiradores, deu certo, deu certo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem o credenciou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O senhor se refere credenciar com que significado, Deputado, desculpe?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem chancelou a participação dele?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — A apresentação do Leandro pra mim, durante a pandemia, durante o Covid, foi o... através do Secretário Douglas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E a senhora imagina por que ele está preso preventivamente?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu não tenho como lhe chegar a essa conclusão aqui para o senhor hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Internamente no que a senhora acompanhou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O que eu posso falar do Leandro? Ele foi apresentado pelo Secretário Douglas, o Leandro a partir dali... e não foi dia 22, foi dia 23 que eu comecei a falar com o Leandro, com o então Secretário Douglas dia 22 e o Leandro a partir do dia 23, Leandro. E a partir dali... perdão, o senhor quer fazer?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 23 de março?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Março, março, certo.

(*O advogado Giancarlo Castelan fala com o senhor Douglas Borba e passa documento para ele.*)

22 o Secretário Douglas, 23 Leandro Barros, de março, certo?

Após é, é, então ele não falava só em EPI, falava em respiradores também, tanto que tem uma mensagem dele pra mim, apre... a, a encaminhando o logo da Veigamed, tem o logo da Veigamed, do senhor Leandro pra mim, está no celular.

A parte do estacionamento eu não posso contribuir, porque realmente eu não tenho como afirmar se ele tinha vaga, se ele não tinha vaga e quem o credenciou para, né, o Covid, esse credenciamento, essa formalidade também não consigo... eu posso dizer como ele chegou pra mim e o que ele representava, né, essa articulação entre as propostas fornecedores, enfim, esse é o papel dele. Agora se ele tinha vaga, se ele tinha credenciamento, se ele representava mais alguma coisa formal, eu não posso contribuir, né?

O SR. DOUGLAS BORBA — Bom, vamos lá. Primeiro que, quando eu falo com a Márcia que o Leandro fará contato com você é no dia 22 de março, e ela diz: já estamos em contato. É importante lembrar que aqui que Leandro e Márcia trabalharam juntos na Secretaria de Estado da Saúde, já se conheciam...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Acabou de falar que só no dia 23.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2342 RUBRICA
PROCURADORIA PAG. 2325

O SR. DOUGLAS BORBA — (*O advogado Paulo Cesar Schmitt passa documentos ao senhor Douglas.*) Só um instantinho, Deputado, não, mas aí tem mensagem aqui, eu vou reportar a vossa excelência a mensagem que está aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não depois...

O SR. DOUGLAS BORBA — O.k., dizendo que já estava em contato no dia 22, tanto é verdade que eu nem repassei o contato, quando ela me diz: "Já estamos em contato", eu nem falo mais nada.

(*O senhor Douglas Borba mostra documento.*) Está aqui, está aqui, está aqui, é prova, isso não é depoimento, isso é material, é prova, né? Então esse é o primeiro fato.

É importante dizer também é... que o Leandro, pelo que eu tomei conhecimento dos depoimentos aqui dados e também pela materialidade é, das conversas que estão ali no procedimento do Ministério Público, o Leandro só tratou desta compra de respiradores com a Márcia, após ela ter se efetivado, provavelmente, e aí é uma suposição minha, Deputado Milton, provavelmente porque Fábio Guasti tinha alguma relação com o Leandro, hoje pelo que tenho conhecimento através de depoimentos, a tal da Meuvale, e aí o Fábio pediu ao Leandro pra intervir e tranquilizar alguém do Estado. Importante isso, Deputado João, importante, porque quando, quando o Fábio diz isso ao Leandro: tranquilize alguém do Estado... Por que que o Leandro não veio me tranquilizar? Por que que o Leandro foi tranquilizar diretamente a servidora Márcia? Porque os dois já tinham uma relação.

(*A senhora Márcia Regina Geremias Pauli faz que não com a cabeça.*)

Outro fator, o contato é... O Leandro, ao que me consta também, das conversas que foram apresentadas lá, fez a oferta de outros respiradores, de outras marcas, de outros fornecedores, inclusive, com preços mais baixos, Deputado Ivan Naatz, dito por ele aqui, e que ele estranhou que a Secretaria da Saúde tivesse escolhido, especificamente, este respirador. Por que esse? Por que que o termo de referência foi esse? Por que que essa foi a escolha? Também foi dito aqui, né? Então quando e aí, e aí, e aí, é, e aí o Douglas, né, qual é a parte que o Douglas fez nisso, Deputado Cobalchini, a pedido do gestor da crise, que era o Secretário do Helton, encaminhou tudo que recebia para a Secretaria da Saúde por pessoa indicada por ele, que era a servidora Márcia. A partir daí, vocês já ouviram aqui às três horas de discussão interna na Secretaria da Saúde pra saber onde houve o erro, onde houve o erro, e esse erro com certeza não está em encaminhar mensagens a pedido do próprio gestor da crise.

Então, respondendo ao Deputado João Amin onde entra essa história, é... bem sinteticamente eu acho que eu consegui deixar bem claro a vossa excelência.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu poderia fazer uma observação rápida?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por favor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... com relação ao dia, em, né, os dias, datas exatas em que Leandro entra em contato, primeira mensagem Márcia, Leandro, os dois telefones, eu imagino o meu tá lá o do Leandro também deve tá, eles estão sendo periciados, então está registrado, mantém o que tem registro nos autos, datas exatas, nessa questão.

O SR. DOUGLAS BORBA — Só, por gentileza, mais um assunto que vossa excelência abordou, Deputados João Amin, que foi em relação a que Leandro teria estacionamento lá, enfim, é importante dizer também, e aí eu falo aqui ouvindo todos depoimentos como eu já ouvi, que existiam dois Leandros, né, acho que os senhores já têm conhecimento disso, né? E que o Leandro que esteve reiteradas vezes na Secretaria da Defesa Civil, inclusive com crachá, e que tinha livre acesso, e que o Secretário Adjunto da...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, mas eu estou falando do Leandro de Barros.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 243
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2326

O SR. DOUGLAS BORBA — Isso, mas é importante dizer, porque quando fala Leandro, é, ao que me parece que ficou entendido, o Leandro que tinha livre acesso é... lá na Defesa Civil, dito pelo Secretário Adjunto da Saúde na época, hoje o Secretário André Motta, era outro Leandro, esse da Ortomedical, que foi alertar da compra, da compra equivocada, né, não sei se era Ortomedical ou Exxomed, enfim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ortomedical, Leandro Estevo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas eu não sei se o Secretário Helton tem algum comentário a fazer?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Obrigado, Deputado Milton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Consulto o Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Felipe Estevão e Deputado Fabiano da Luz, para a inscrição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Gostaria de me inscrever, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Por enquanto não tenho nada a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

Deputado Fabiano da Luz?

(*O Deputado Fabiano da Luz gesticula que não com a cabeça.*)

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito boa-noite senhores. Obrigado, senhor Presidente.

Eu tenho alguns questionamentos aqui de imediato, estou acompanhando aqui.

São três personagens principais envolvidos nesse escândalo, e eu o nosso objetivo aqui nessa acareação é saber quem foi o autor, quem foi que tem responsabilidade nessa compra, e estamos aqui nessa luta, todos os sete milhões de catarinenses querem saber a verdade: Quem foi?

Eu começo aqui dirigindo à minha pergunta à senhora Márcia. A senhora acionou a Justiça para não participar nesta noite, desta acareação, sendo que eu acho esta ocasião uma oportunidade ímpar de esclarecer os fatos, já que a senhora se diz inocente, e eu acompanhando aqui os fatos, isso me causou, no mínimo, uma estranheza você não desejar participar desta acareação.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, eu gostaria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu gostaria de entender um pouquinho porque você não querer participar, não querer esclarecer, não?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim. Eu gostaria, até inclusive se fosse possível a manifestação dos meus advogados que isso faz parte da estratégia de defesa, e eu acatei, enfim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não precisa... Eu queria saber de você, o seu advogado não...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não sei se quer mais detalhes com relação a isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Se não quer comentar o assunto...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2344 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2327
1663

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — De todo o modo, eu acho que estou aqui, participei, não me neguei a falar de formar alguma toda vez que fui chamada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Tudo bem, tranquilo. Vou me dirigir ao senhor Douglas, eu gostaria de entender, mas tudo bem.

Estava ouvindo aqui as afirmações entre 24 de março e 1° de abril, ao que dá a entender, foi tramitado esse processo dessa compra dos respiradores. Você teve contato com senhor Secretário Helton? Márcia?

O SR. DOUGLAS BORBA — Olha, os contatos com o Secretário Helton eram quase que diários, né, se não em vários períodos, pra tratar de diversos assuntos da crise que ele me debandava. Agora, em nenhum momento sobre essa aquisição dos respiradores neste período. E com a servidora Márcia, é, de fato está também é... demonstrado nos arquivos do meu celular que não houve qualquer contato entre 25 de março e 1° de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entre 24 de março... não houve nenhuma conversa sobre respiradores, o senhor não entrou nesse processo?...

O SR. DOUGLAS BORBA — Não houve nem sobre respiradores, nem sobre qualquer outro assunto entre os dias 24, de fato, né? A partir do dia 25 de março até o dia 1° de abril não houve qualquer conversa, qualquer, qualquer contato, seja por mensagem, seja por telefone, seja pessoalmente com a servidora Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Enfim, o senhor não abordou esse assunto. Eu até estou tentando entender nesse processo, qual a participação de cada um e apurar a responsabilidade nessa compra.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Eu vou perguntar aqui à senhora Márcia, dia 2 de abril o senhor Douglas Borba afirmou aqui nos depoimentos que no dia 2 de abril ele conversou com você e passou o contato do Leandro, segundo ele era para falar da compra de EPI. Isso procede ou ele queria abordar assunto sobre respiradores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O senhor está falando... é... o senhor Douglas, dia 2, EPI?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Secretário Douglas Borba ele faz contato com você, segundo ele dia 2 de abril.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Teve, teve um contado sobre EPI, teve.

Com relação às outras datas, aquele intervalo que foi mencionado agora, eu não tenho registro, nem relatório com a íntegra das conversas para lhes relatar sobre neste período se houve ou se não houve diariamente registro, o meu celular está lá sendo periciado. Agora teve, sim, contato do senhor Douglas comigo, não me lembro se dia 1°, dia 2, está lá periciado e deve estar sendo avaliado sobre EPI, teve também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas ele não fala sobre respiradores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Nesse contato de abril, do início aí foi EPI, me lembro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É que você alega nos depoimentos que sofria pressão do Douglas.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, nós tivemos... é como eu disse pro senhor, eu comecei a falar com o senhor Douglas dia 22 de março, nós tivemos várias, várias abordagens.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — No caso dos respiradores, ele faz pressão em você, como foi esse processo?

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls 2345
RUBRICA

PROCURADORIA
PÁG 2328

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Bom, nossas, nossas conversas sempre foram ao telefone com um tom de cobrança, de: E aí, deu certo? Falamos de EPI, falamos dos respiradores, falamos de testes rápidos, está registrado lá, vários assuntos, e as conversas eram sempre muito inquisidoras, assim: E aí, deu certo? não deu? Já falei com o Moisés, frase do tipo: Vocês têm excesso de preciosismo. Teve, sim. Mantenho na íntegra o que eu já relatei em todos os meus depoimentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Deixa eu entender aqui, entre 24 de março a 1° de abril. Dia 02 de abril essa compra ela já era?... Posso perguntar pra ti, já estava consumado esse pagamento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Dia 24 de março a dia 1° de abril?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É, o Douglas alega que não comentou nada entre dia 24 e 1° de abril, que é quando mais ou menos... 24 de março a 1° de abril é quando se consuma e acontece essa tramitação.

Eu quero entender até onde é a participação de cada um e a responsabilidade nesse processo de compras escandalosas. Então, ele conversa contigo dia 2 de abril, nessa data, Secretário Helton, já havia sido consumado o pagamento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Pelo o que nós temos de registro no sistema financeiro esse pagamento foi autorizado no dia 1°, 1° de abril, às 16h25min. Efetivamente ele ingressou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Quando o Douglas faz o primeiro contato com a Márcia, aí no caso já havia sido pago?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Foi efetivado a ordem bancária.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Então, Márcia...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Eu não sei que horário que foi feito contato, mas a princípio...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — ...o contato, talvez essa pressão que você diz que sofreu, então foi para a compra de EPIs?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Teve também, senhor, teve também, senhor Deputado, teve também. O tom do Secret... volto a ratificar tudo que já disse em todos os meus depoimentos, as falas do Secretário Douglas sempre foram, foi assim de: E aí, deu certo? Não deu. Qual é a pendência? Eu já relatei, tem conversas no WhatsApp com relação a esse intervalo que o senhor está se referindo, dia 24, dia 1°, eu não estou com a conversa na íntegra pra saber se este período não teve sequer uma conversa, uma ligação, eu me lembro de algumas ligações, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Então o Douglas mente, ele fez contato com você entre dia 24 a 1° de abril. O que eu quero entender a participação ativa...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu não tenho o registro do telefone na minha mão aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — ...como Chefe da Casa Civil, é claro que eu sempre uso essa expressão, a caneta poderosa estava na mão do Douglas, e a gente quer entender até onde era a participação e essa pressão dele. Você diz que sofre pressão, ele afirma – estou tentando pegar aqui as contradições nesses depoimentos – que só faz um contato com você dia 1° que está registrado e que fala da compra de EPIs, nós estamos apurando aqui compra dos respiradores.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Então, segundo as afirmações dele ele faz contato dia 1°, dia 2, perdão, e dia 1° já havia sido consumado esse

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2346 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2329

pagamento de 33 milhões adiantados. Esse tipo de pressão então ela não foi específica nesse caso dos respiradores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu tenho parte do registro, não sei se o senhor Diego pode me, me alcançar o celular, por gentileza. Veja, até uma parte da conversa eu trouxe aqui, eu tenho a data, inclusive, se eu puder...

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins entrega o celular à depoente.*)

Eu não consegui a parte de todo, mas aqui eu tenho... é, aqui saiu só metade. Começa no dia 22 e eu tenho até o dia 25, só um minutinho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Tenha a liberdade, não temos pressa, queremos esclarecer a verdade.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O senhor *(fala com seu advogado Diego Cardoso Schaefer Martins)* só tem essa parte aqui? Ela tem duas folhas. E ali naquela parte já tem, né, eu até li aqui pra vocês, eu li pra vocês aqui uma parte da conversa. Só um pouquinho, por gentileza.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins entrega o celular à depoente.*)

Não, não, eu me refiro ao WhatsApp que eu mandei hoje pela manhã, com a conversa, com uma parte da conversa do senhor Do...

(*O advogado Nelson Juliano Schaefer Martins entrega o celular à depoente.*)

Opa! Dá licença, é, aqui eu tenho uma parte da conversa com o senhor Douglas, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Essa é a do dia 1°?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu tenho aqui, por exemplo, uma mensagem do senhor Douglas dia 25, dia 25/3, ele falou que do dia 24 em diante não tem, eu já tenho uma aqui do dia 25, essa é uma parte, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — 25 de março?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — De março, 25 de março, tenho só uma parte, não tenho toda, infelizmente, tá?

Com relação à – obrigada, doutor Nelson – com relação à referência, à pressão, de novo, há formas de fazer pressão. O Secretário Douglas sempre ele foi bem incisivo, aquisições de forma direta ele fez, é, ele apresentou a proposta do... que consolidou aí com o fornecedor, o Fábio Guasti, como está nos autos ali, comprovei os dois prospectos, tá? A partir do dia 22, ele pergunta e usa sempre o nome do Governador pra fazer as suas proposições: E aí, tá dando certo, né, tem, tem lá relato, tá, está relatado lá no meu, no meu equipamento.

O SR. DOUGLAS BORBA — Deputado...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não sei se eu respondi...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Douglas, por gentileza, daqui a pouquinho eu lhe abro a palavra.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ã-hã.

(*O senhor Douglas Borba faz que não com a cabeça.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É... eu entendi, claro, que ele, como Chefe da Casa Civil... se eu sou o Chefe da Casa Civil, é normal que alguns processos eu quero celeridade, talvez eu, né... mas eu quero entender.

O SR. DOUGLAS BORBA — Vamos lá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu já vou lhe abrir a palavra, deixa eu concluir.

Eu quero entender de você, eu quero entender a participação do Douglas nesse processo dessa compra desses respiradores. Até onde ele... ele é o mentor disso? É ele quem está por trás dessa compra escandalosa? Ele faz pressão? Porque ao que está entendendo parece que esse processo está entre você e o Helton, vendo que vocês dois, um joga farpa no outro.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2347 RUBRICA
PROCURADORIA PAG. 2330

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O senhor Douglas ele apresenta a proposta, a todo tempo usa em nome do Governador pra fazer o contexto de cobrança, de celeridade e conclusão, falou de forma genérica, apresentou a proposta dos respiradores, apresentou, me colocou em contato com esse, esse dito fornecedor, apresentou a proposta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Isso no dia 25?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, que ele apresentou o fornecedor, senhor, foi no dia 22 de março, os prospectos estão lá nos autos, tá, pela manhã. Tem a ligação também de 9 minutos onde nós ficamos em ligação, onde ele se coloca em apoio, diz que o Hel... o Secre.. o então Secretário Helton é... faz todo a, todo aquele contexto de que tinha dificuldade com as compras e foi o Helton que passou a mensagem, ele pergunta de que forma pode ajudar, eu menciono, está tudo relatado lá nos autos. A partir dali começa as nossa... ele apresenta o prospecto, já chega o Fábio apresentando também o mesmo prospecto e começa a evoluir a proposta.

No dia 26 o Secretário Helton fecha essa proposta, tá? Ele sempre na... e aí ele, sim, do dia 22 até... eu tenho parte aqui, pelo menos até o dia 25, eu estou aqui com parte da conversa, ele quase diariamente ele conversa comigo e perguntando, né, tem lá o relato, tem ligações também, perguntando como que estão as coisas e não só de respiradores, não só de testes rápidos, e não só de EPIs, né, falando ali do todo, passando documentos, enfim, tem lá no equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Para ser específico, no dia 22 de março, então o Douglas faz contato com você?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Falando sobre compra de respiradores, no caso era uma outra empresa, pelo o que o Helton falou, da Brazilian Trading, eu já vou chegar no Helton.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O prospecto está lá, eu não tenho de cabeça qual é o nome.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Na compra de respiradores dessa empresa que é Brazilian Trading, se não me falha a memória. São essas contradições, senhor Presidente, que eu estou buscando aqui entender.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, é que essa, isso que o senhor está se referindo, desculpe, Deputado, ele está relatado nos autos, está ali a foto, tem a foto do prospecto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não, sim, mas é que há contradições, o Douglas tem versões diferente à sua.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – A gente leu toda a documentação, o nosso Relator fez um trabalho competen....

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas ouvir de você, porque há contradições, alguém mente nesse processo. Então, mas...

Eu vou me dirigir ao Douglas, depois eu quero fazer alguns questionamentos ao senhor Helton.

Senhor Douglas, o senhor fez dia 22 essa ligação falando do início dessa tramitação, dessa compra de respiradores?

O SR. DOUGLAS BORBA — Então, obrigado, Deputado, por perguntas tão diretas. Eu acho que dá oportunidade da gente de fato esclarecer várias coisas.

Primeiro é que a servidora Márcia acaba de dizer que a coincidência do prospecto foi suficiente pra ela entender que o Douglas estaria indicando aquela empresa. É, é, mais uma

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2348 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2337

vez eu digo, é um prospecto, não é uma proposta, prospecto, e não encaminhei este, encaminhei vários outros por determinação ou por solicitação do Secretário Helton. Se ela se mostrasse tão zelosa, por que ao receber essa mensagem lá do Fábio: Oi, sou Fábio, da Meuvale. Por que que ela não me manda uma mensagem, dizendo: Douglas, entrou esse, entrou uma pessoa que mandou o mesmo prospecto que você. É ele? É ele? Nós podemos conversar, você avaliza e tal. Em momento nenhum o meu nome aparece, tanto pela servidora é, Márcia quanto pelo investigado Fábio, isso está nos autos, nas conversas deles. Em nenhum momento um pergunta pro outro ou um diz pro outro: Olha, o Douglas pediu pra eu falar contigo. Olha, estou falando contigo a pedido de Douglas e tal. Não existe. E nem confirmação da Márcia dizendo o seguinte: Olha, você é o indicado do Douglas? Não seria mais racional o Fábio é, ao se apresentar: Olá, sou Fábio, da Meuvale (*o advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a depoente*), dizer: Olá, sou o Fábio indicado do Douglas? Caso fosse o Douglas que indicasse, e se eu tivesse esse poder todo de determinar algo sem... passando por dezesseis pessoas dentro da Secretaria da Saúde, é, furando todos os filtros necessários, mais que isso, é, atropelando os processos num processo de compra desastroso, como foi esse, como eu já disse. Qual é o poder que ser humano algum tem? Não é o Douglas. Qual o poder que ser humano algum tem de fazer, de fazer isso tudo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas, Douglas...

O SR. DOUGLAS BORBA — Perdão, Deputado Felipe, voltando à sua, à sua resposta, à resposta das suas indagações, se ela tivesse de fato recebido pressão em algum momento, que não houve, basta olhar e eu vou, ela, ela infelizmente não tem, a, o inteiro teor da conversa, mas eu vou dizer o tipo de pressão que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Só para eu entender, essa é do dia vinte?...

O SR. DOUGLAS BORBA — Do dia 23 de março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Dia 23 de março.

O SR. DOUGLAS BORBA — Olhem os senhores e todos os que estão nos assistindo o tipo de tipo de pressão que o Douglas fazia sobre a servidora da Saúde: (*lê*) Márcia, o Governador está questionando, hoje vamos para a Defesa Civil e o ideal já discutido na última reunião nossa, lá do Grupo de Gestão de crise, era todos os que habitam o prédio fazerem o teste rápido para a segurança de todos nós que estamos trabalhando nessa crise. Ela me responde: Estamos trabalhando em três frentes, aumentar a produção do Lacen, aquisição de lotes de testes rápidos, biologia molecular e contratação de empresa pra dar suporte a realização de exames. Hoje teremos essa definição, dia 23. Eu dou um vezinho, daquele de o.k., nas três respostas dela e digo o seguinte: Com qualquer uma delas, temos que ganhar agilidade. Está aqui, está aqui, com qualquer uma delas nós temos que ganhar agilidade, eu não disse nem, Deputado Cobalchini, qual das três que deveria ser feito, isso não é uma atribuição da Casa Civil. A atribuição da Casa Civil, como engrenagem do governo... e vossa excelência foi um exímio Secretário da Casa Civil no governo Luiz, Luiz Henrique da Silveira, já rendi minhas homenagens publicamente ao senhor por diversas vezes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que... Secretário, me permite?

O SR. DOUGLAS BORBA — Em nenhum momento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário, Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, mas em nenhum momento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que cada vez que você for falar, você faz uma defesa prévia do seu processo. Resuma-se a responder ao que ele quer.

O SR. DOUGLAS BORBA — Deputado, então aqui bem claramente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Você não precisa fazer uma defesa prévia.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2349 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2332

O SR. DOUGLAS BORBA — A servidora Márcia diz...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que assim, nós estamos aqui, nove Deputados, escutando você falar uma defesa prévia do seu processo.

O SR. DOUGLAS BORBA — Tudo bem, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Resuma-se ao fato dele, o que ele queira falar.

O SR. DOUGLAS BORBA — Tudo, bem Deputado, peço perdão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sabe, é que você tem extrapolado.

O SR. DOUGLAS BORBA — Tudo bem, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E todo mundo tem paciência, nós vamos julgar o senhor de acordo com os seus atos.

O SR. DOUGLAS BORBA — Peço, peço desculpas, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que o senhor tem extrapolado.

O SR. DOUGLAS BORBA — Certo, peço desculpas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não precisa.

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, mas peço desculpas respeitosamente ao Deputado, mas apenas pra reiterar aqui *ipsis litteris* o que foi dito à servidora e que ela entendeu como pressão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A gente faz uma pergunta e o senhor fala duas horas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Podemos conduzir a conversa?

Senhor Relator, eu gostaria que me assegurasse aqui o tempo, até para eu sanar as minhas dúvidas. Mas pode responder de forma objetiva, Douglas, porque eu quero entender. No dia 25 o senhor faz contato com a Márcia, o senhor explicou, fez toda uma resenha, então eu entendi.

O senhor acha que não ficaria subentendido que viria uma indicação sua de uma empresa, como Secretário o senhor tem?...

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, é, aliás, se houvesse, se ficasse qualquer coisa subentendida, deveria se ter pelo menos o mínimo de zelo pra confirmar, e isso de fato não houve, em nenhum momento é, eu sou interpelação sobre essa proposta, tanto é que eu descubro essa compra no dia 22 de abril de 2020.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bem.

Senhor ex-Secretário Helton, a compra dos respiradores no combate estratégico ao Covid era uma das compras mais estratégicas, mais importantes. No dia 29 de março, o senhor fala que apareceu a Veigamed no processo, substituindo essa tal Brazilian Trading, que inicialmente foi lhe apresentada. Seria isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Dia 27.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Dia 27?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor falou dia 29 aqui ainda há pouco, no dia 27 de março, subitamente foi substituída.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É que na verdade, inicialmente, no dia 26, quando o processo foi autuado, é, da página 2 a página 18, que são aquela, aquele desentranhamento que foi retirado aquelas páginas, ali nós tínhamos uma proposta da empresa Brazilian Trading. E no dia 27, que é o dia seguinte, houve uma solicitação do Fábio Guasti, está nos autos aqui do Ministério Público, à servidora Márcia para que substituísse a proposta por, por a proposta que foi anexada, que é a da Veigamed.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2350
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 233

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Isso que eu quero entender, a servidora Márcia é quem?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Contato entre ela e o Fábio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — E ela lhe comunica que vai ser trocado a empresa e vem a?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, ela não me comunica, ela não me comunica.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Tá. Onde a Márcia participa nesse processo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O Fábio Guasti, que é o proponente a vendedor, ele faz contato com ela já no dia 26, às onze da noite, dizendo que: Olha, provavelmente nós vamos precisar trocar a empresa. E no dia 27 ele apresenta a empresa Veigamed, dizendo: Ó, preciso que a proposta seja substituída.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ela ao comunicar, o senhor não faz nenhum questionamento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Ela não me comunicou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ela prossegue o processo?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Esse processo ele só chega pro gabinete, Deputado, lá no dia 30 quando vem com a DL, o parecer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Um dia antes do pagamento.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — DL, parecer e ordem de fornecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — E o senhor, como Secretário, não sabia da alteração?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não sabia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Porque o senhor comunica que... bom, processo nebuloso. Quem lhe comunicou essa alteração foi a servidora Márcia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Eu acabei de, eu acabei de descobrir no processo do MP quando eu fiz a leitura.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Quem lhe comunicou a alteração no dia 27, como afirma o senhor?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Então, Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Quem?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ...eu acabei de relatar pro senhor, eu descobri esta alteração é, quando a Veigamed, ela surge no processo, lendo os documentos que o Ministério Público produziu, que faz o confrontamento de dados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — E o senhor, ao receber essa notícia, qual questionamento? Qual foi seu posicionamento? Procurou?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Essa notícia ela surgiu no sábado, no domingo, na verdade, quando foi aberta o sigilo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — No dia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Domingo passado. Esse processo aqui no domingo passado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor como Secretário não sabia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não sabia, Deputado.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2351 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2339

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Esse é um caso complexo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Na verda, na verdade, aqui nessa Casa, eu acredito que ninguém sabia, todos desde o início achavam que desde a proposta inicial nós tínhamos Veigamed.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas a Márcia alega que numa reunião, Douglas, Márcia, vocês têm isso em comum, que o Helton, a Márcia, não, acho que o Douglas não entrou nessa, mas a Márcia afirma que o senhor sabia, ela sabia, o Zé Florêncio sabia, que era o coordenador de fundos, enfim, mais algumas outras pessoas sabiam que era pagamento adiantado.

O senhor confirma isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não confirmo, não confirmo. E já disse isso, veementemente, em toda a tramitação que passou pelo gabinete não se fala em pagamento antecipado, não foi autorizado o pagamento antecipado. E volto a dizer, o que nós temos é uma fraude de uma nota fiscal que foi recebida por alguém que diz que o material chegou e, na verdade, esse material ele não chegou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Bom, vou chegar a esse fato da nota.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas eu sou obrigado a te questionar, Márcia, fica no mínimo nebuloso, ele diz que sabe, você diz que não sabe. O que você tem a comentar sobre isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Deputado, o Secretário sabia desde o 1° dia. Com licença, Deputado.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins entrega o celular à depoente.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Por gentileza.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É também mais um dado que na ordem de fornecimento, só um pouquinho, é, assinada pelo Secretário Helton e a dispensa de licitação também, no dia 30 de março, lá já estava colocado o nome da Veigamed, 30 de março. É... Secretário Helton, está faltando com a verdade, mais uma vez, infelizmente.

É, de novo ratifico todos os meus depoimentos e, por favor, é, gostaria de deixar bem claro, se é que ainda não ficou no primeiro dia, no dia em que... primeiro dia, me perdoe, eu falei errado, no dia em que o Secretário Helton fechou a negociação lá no dia 26 ele já sabia a condição do pagamento para o recebimento entre o dia 5 e 7, pagamento antecipado, ele já sabia, ele sabia, Cofes, o coordenador José Florêncio sabia da condição de pagamento antecipado, eu sabia, o gerente de orçamento sabia, o gerente financeiro pelo menos mais algumas pessoas do apoio, sabíamos, todos sabíamos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — E o Helton, o ex-Secretário, consente mesmo sabendo?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sabia.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, eu não sabia, Deputado, eu não sabia. E só pra corrigir também um fato que acabou de ser colocado aqui que citou meu nome.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Acho que me dou por satisfeito, ex-Secretário.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É, obviamente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu vou chegar na questão da nota, eu obtive a resposta de ambos.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Tá, não, não, não é nota, não, não é nota, é porque...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado, Deputado.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2352 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2333

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não, eu não concluí. Controle a ansiedade *(refere-se ao Relator)*, me deixei concluir, pelo amor de Deus.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que o senhor disse que estava satisfeito, pensei que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senão vou ficar bravo igual ao João aqui.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, por uma questão de ordem, eu posso... só com relação à Veigamed, é óbvio que a ordem de fornecimento era da Veigamed.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu vou chegar na nota agora e vou perguntar para a Márcia.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas a minha resposta é se o senhor sabia que o senhor está mentindo, o senhor disse que não sabia, então, enfim. Mas eu vou prosseguir, eu só quero sim ou não, né?

Senhora Márcia, a senhora certificou a nota, vou chegar nesse assunto agora, deixando o caminho livre para o pagamento, isso é fato, a senhora certifica, participa nesse processo. O então Secretário Helton, no caso, ele tinha conhecimento para que você prosseguisse certificando essa nota?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O rito do pagamento, reitero, ele não mudou, seja pagamento antecipado, pagamento ordinário, ele é o mesmo, ele decorre de uma certificação que foi feita no Sigef, de uma assinatura da nota pra cumprir a instrução mínima, pra se chegar na área que faz o pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bem.

É um questionamento aqui. Senhor Helton, esse processo acontece entre, aproximadamente, dia 24, 1º, dia 2 é feito esse pagamento antecipado, você certificou uma nota dando essa legalidade para o pagamento e, segundo o ex-Secretário Helton, dia 15 ele comunicou o Governador – o senhor confirmou em algumas afirmações.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Na verdade, dia 8 já foi feita a notificação à empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Dia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Dia 8 foi feita a notificação à empresa, no dia, no dia 7 eu encaminhei o documento, uma mensagem pra servidora Márcia pra que fosse feita a notificação, a empresa solicita, solicitando a devolução do recurso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não a empresa, o Governador, quando que ele toma conhecimento disso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Vou chegar lá, Deputado, vou chegar lá, se o senhor me permitir, por gentileza. É, a empresa tinha do dia 8 até o dia 16 pra apresentar a sua resposta à notificação. No dia 15 eu procurei a Procuradoria-Geral do Estado onde lá eu relatei o ocorrido. A Procuradoria – eu já disse aqui, mas volto a afirmar – ela orientou é, no sentido de que a empresa ainda estaria é... dentro do seu prazo, que seria dia 30, que a empresa estaria apresentando, enfim, documentos, dizendo que estaria fazendo as transações, enfim, é, e que a sugestão da PGE seria justo manter até o dia 30 e, se lá em nada acontecendo, é, os processos legais seriam adotados. Neste mesmo dia eu saí de lá, por uma questão até de é... de fidelidade ao governo do Estado, depois da *live* que aconteceu lá na Defesa Civil, eu comuniquei este fato ao Governador do Estado relatando que a Procuradoria-Geral do Estado havia orientado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor poderia precisar mais ou menos a data?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Dia 15.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2353 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2336

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Dia 15.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É porque a exoneração da Márcia ocorreu dia?... Márcia, por gentileza.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Dia 24, e a *live* que me refiro é... ocorrida rapidamente próximo das 11h30min da manhã, onde o Controlador-Geral do Estado tomou o cuidado de me convidar para me afastar de ver a *live*, a chamar-me no escritório dele na Trindade, próximo à rua Madre Benvenuta, ele me deixou lá com a Secretária Adjunta, da Controladoria-Geral do Estado, enquanto o Governador ele, que saiu imediatamente assim que eu cheguei no escritório dele, e acredito que... desculpe-me se eu me engano, mas tá, tá na Internet, é... dia 29.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu lembro claramente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O Secretário Helton, o Governador, é, PGE, acredito, algumas pessoas ali onde o Governador fala, é, que afastou o ordenador, o gestor local, uma questão assim, e assim que eu tomei ciência, ontem, ainda *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Só para eu confirmar algo aqui para finalizar, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se permite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O prazo dia 16 se encerrava?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, da notificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Da notificação.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E o senhor notificou o Governador?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Dia 15.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Um dia antes do encerramento do prazo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É que na *live* ele aparece falando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — *(Falas paralelas.)* Por isso do confronto das informações mesmo. Muito pertinente a pergunta do Deputado Felipe Estevão, um dia antes do prazo se encerrar, no dia 16, o senhor comunicou ao Governador e o senhor tomou ciência desse fato?...

O SR. DOUGLAS BORBA — Eu, eu tomei ciência desse fato do dia 22 de abril numa reunião provocada pelo Secretário Helton, pra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Isso quer dizer que do dia 16 até o dia 22 o Governador guardou para si essa informação e não repassou para o senhor?

O SR. DOUGLAS BORBA — É, na verdade, eu narrei aqui no meu depoimento, Deputado Lima...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, mas assim, eu não entendo...

O SR. DOUGLAS BORBA — Eu não sabia, eu não sei se ele compartilhou com mais alguém, mas eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, Deputado Felipe.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2354 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2337

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Presidente, eu vou encerrar por aqui, até porque eu perdi o raciocínio também, mas é no mínimo contraditório que o Secretário Helton informa que avisou o Governador bem antes de ele fazer a *live*, dizendo que na *live* ele está surpreso e aí corta a cabeça da Márcia. Não sei se o senhor pode averiguar os fatos, então é revelador também essa revelação do Helton, porque ele já estava ciente algum tempo atrás, no mínimo, tinha que ter responsabilidade nisso e da celeridade.

Mas, enfim, eu me considero, por enquanto, por satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra por tempo determinado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Bom, obrigado a todos. Eu só estava tirando uma dúvida ali com relação a essas questões.

Eu tenho algumas coisas, eu não quero ficar... até porque já foi tratada essa questão da minutagem, da questão de vai, recebe e vem, tenho algumas outras questões que eu queria clarear. A primeira questão: a senhora Márcia disse aqui para nós e também no Ministério Público que a senhora foi convocada para participar do Coes. É isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quem convocou a senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — No dia 12 de março, foi a primeira reunião, todos os Superintendentes foram convocados pra reunião do Coes na Defesa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por quem?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Por quem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Pelo gabinete, pelo Secre... pelo gabinete do Secretário Helton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu pergunto isso porque o Secretário Helton na sua fala aqui disse que a Márcia foi para lá porque quis, porque ela não precisava ir, era um representante, poderia ir um representante. O senhor confere isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É o que está na portaria Deputado, a portaria que se refere a isso, representante é, e aí fala-se todas as Superintendência, as diretorias, enfim nós temos uma série de estruturas aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o senhor... lembro-me que o senhor falou, especificamente, a Márcia foi porque quis.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – A Márcia esteve lá porque quis, digo, por exemplo, do Ramon. O Ramon não estava lá todos os dias, é um Superintendente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu quero entender o seguinte: a Márcia diz que o senhor a convocou para ir lá. O senhor falou sentado naquela cadeira, dizendo: a Márcia foi porque quis.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Tá, o.k. Vamos corrigir a fala então, Deputado. A Márcia esteve lá por uma decisão dela, ou ela estava, ela, como Superintendente, ou seja, ela era a SGA, representante da SGA, ou ela elegia um representante da SGA. Então a Márcia esteve lá por uma decisão de ser a representante da SGA.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Parece que isso não tem importância, mas para mim tem, sabe por quê? Porque o Coronel que era o que esteve aqui da licitação...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Charlie.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Coronel?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Carlos Charlie.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2355 RUBRICA
Fls 164
PROCURADORIA PÁG. 2330

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso. Ele faz um relato dizendo o seguinte: que estávamos todos perdidos com um monte de... e eu quero agradecer, doutor Douglas, que vossa excelência traz aqui a informação que eu tinha pedido e vossa excelência traz aqui, porque essa informação, inclusive, que vossa excelência traz aqui e por isso que eu quero fazer esse contexto para chegar lá, ela está aqui (*mostra documento*), e ela é feita pelo Núcleo de Inovação e Inteligência Analítica da Defesa Civil de Santa Catarina. Essa informação que o Secretário Helton, que o Secretário Douglas, que com certeza o Governador e vocês trabalharam, esse Núcleo de Inovação e Inteligência Analítica da Defesa Civil de Santa Catarina ele coloca aqui dois cenários, um pessimista e um intermediário.

O pessimista é que entre os dias 3 e 4 de abril nós teríamos em Santa Catarina mil mortes; entre os dias 5 e 6 de abril, dois mil casos de mortes e aí vai. Este foi o dado que o Coronel falou que estavam tão perdidos, que a previsão era termos em abril seis mil mortos, inclusive, com mortos espalhados pela calçada próximos aos hospitais.

Por que eu digo isso? Porque ele disse que estavam todos perdidos por conta dessas informações e que a superintendente não estava no prédio da Secretaria de Saúde e, portanto, ela estava lá no Coes com a Superintendência, e os outros estavam no prédio, e era difícil, a comunicação era feita por WhatsApp, por um grupo de WhatsApp que foi criado, parece 24 Horas, uma coisa assim, que foi tratado. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Isso é importante porque a secretária, aliás, a funcionária é, a servidora Márcia diz que ela estava lá, quando eu questionei essa questão da dificuldade de conversar um com outro, ela disse: eu estava lá, porque o Secretário me exigiu.

O senhor agora corrigiu dizendo que foi decisão dela, mas o Secretário atual, o André, quando veio aqui, na, na, na, na última sessão, ele disse que não, que ele, parece, que formou Coes e que a portaria federal que criava dizia que estaria lá a Superintendência. (*A depoente Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça.*) Então, portanto, para ele, a obrigatoriedade, pela portaria, era da presença da servidora.

Esse é um fato que pra mim é importante, porque eu quero, quero crer que qualquer um que tenha uma informação que vai morrer seis mil pessoas,até com mortes, parece, *walking dead*, mortes pela calçada. E, daí, tem essa dificuldade. Isso para mim era importante, porque eu fiquei preocupado quando o senhor veio aqui (*dirige-se ao depoente Douglas Borba*) e fez aquela fala. Eu fiquei pensando assim: nossa, então, a Márcia poderia ter ficado lá, e se a Márcia poderia ter ficado lá, poderia ter minimizado o problema por falta de comunicação. Então esse era um fato.

O segundo fato é que, é, doutor Douglas, é, é, por mais que o senhor venha dizer que é, que não teve uma mensagem sua, faz,coloca aqui e tal, ah, eu quero só fazer um... é, é, refazer a minha fala, que eu antes falei com senhor - e por isso que eu estava ali tirando a dúvida - na verdade, quando se trata três minutos depois, é que não foi o seu telefonema para o Fábio, mas, sim, foi o telefonema do Fábio para a Márcia. Então só pra, pra esclarecer é, que não, foi um, uma interpretação má minha.Então não houve...o senhor telefonou para ela, quando desligou, três minutos depois, o Fábio - não sei como é que é o nome desse camarada - ligou pra ela.

A questão é que, é, nu, nas mensagens de WhatsApp tem uma, uma mensagem do prospecto, que o senhor fala, que o Fábio encaminhou pro senhor e o senhor encaminhou pra ela.

O SR. DOUGLAS BORBA –Não, eu não recebi aquele prospecto do Fábio, até porque eu não tenho o contato dele. Procurei meu celular pra saber se era um desses números desconhecidos, que por ventura pudesse ser, e de fato não era.É, é, e não encontrei também da onde recebi aquele prospecto, entre o avolumado de documentos que foram encaminhados.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2356 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2339

É, é, e aí encaminhei à Márcia com indicativo para falar com Leandro,né?Logo abaixo da... ou que o Leandro falaria com ela. É, é, e aí é onde ela diz que já está em contato. Então não existe relação nenhuma com, com o Fábio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora, quando o senhor disse que não teve nenhuma posição, tal, eu acho que o senhor, pelo jeito que fala, o senhor não, não tinha noção do tamanho do peso que vossa pessoa tinha no governo, até porque, numa estrutura de governo,o Chefe da Casa Civil é uma figura muito importante.

E, logo agora, a gente viu uma figura, um vídeo seu, que o próprio Governador agradece muito, e tem até uma emoção ali de vocês, logo depois do resultado da, da, da, da, votação, que vocês e, e, é tido... e por que que eu quero chegar nisso, Presidente? Porque eu preciso compreender, quando se fala em pressão, quando o, o, o Douglas diz que: eu não pressionei, eu só cobrei. Quando a secretária, a servidora diz que ouviu: eu falei com o Moisés, em nome de Moisés. Quando o Douglas diz que a Secretaria da Saúde era uma ilha que nem Governador entrava. Quando o senhor diz (*dirige-se ao ex-Secretário Helton de Souza Zeferino*) que o Douglas fazia a cobrança da, o negócio da, da OZZ, né, OZZ.

Eu preciso entender se o senhor, Douglas, não imaginava realmente o peso que tinha a sua fala em cima dos Secretários e dos servidores, ou, se realmente sabia que estava fazendo?

O SR. DOUGLAS BORBA -Primeiro que não era prática minha conversar com os servidores, a minha conversa sempre foi com os Secretários de Estado.Essa foi uma situação atípica de um momento de pandemia, onde o próprio Secretário da Saúde disse: olha, pra tratar de determinado assunto, vocês vão falar com essa minha pessoa de minha confiança.Ele estava de fato é, muito atarefado com várias frentes e começou a delegar é, algumas funções.E as funções "compras", passou a ser de responsabilidade da Superintendência de Gestão Administrativa.

Então, essa foi a razão pela qual eu fui conversar com qualquer servidor que não sejam é,Secretário de Estado. Eu sempre mantive muito, é, muito, muito a, a, a questão aí da, da hierarquia em todos os órgãos.

Segundo é... de fato não tenho esse poder todo que é narrado pelo senhor e que se comenta.É, é tanto é verdade que narrei aqui diversas dificuldades que nós tivemos, que eu tive, enquanto Chefe da Casa Civil, em, em determinados momentos, na própria Secretaria de Estado da Saúde, em relação à emendas impositivas, em relação à liberação de convênios já assinados que ainda é,é, careciam de pagamento, em relação à,à ativação de, de, de,equipamentos, por exemplo, a,hemodinâmica lá de, de Concórdia. Enfim, eu posso narrar aqui uma dezena das dificuldades, é, que resumem no seguinte, na seguinte situação: as decisões da Secretaria deEstado da Saúde eram inerentes ao Chefe da Pasta, ao Secretário Helton.É, é, eu não tinha sobre ele uma hierarquia ou um poder de determinar que qualquer coisa fosse feito, né. É, é, haviam, sim, conversas sobre determinados problemas do governo, mas nunca houve determinação para que se fosse feito é, é, de alguma maneira alguma ação específica.Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Secretário Helton, a Secretaria de Saúde é uma ilha fechada?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. Claro que não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E por que que o Douglas diz inclusive, cita o nome do Governador de não poder entrar lá?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom,Deputado, se nós temos um Governador do Estado que não consegue é exercer suas determinações dentro da Secretaria, troque o Secretário, não é? Não acredito eu que alguém que seja o Chefe do Executivo tenha dificuldade...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2354 RUBRICA
1696
PROCURADORIA PÁG. 2340

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Foi por isso que... foi por isso que o senhor pediu pra sair?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. Eu pedi pra sair justamente pra preservar a Secretaria para que ela continue fazendo o trabalho que vem fazendo no enfrentamento da Covid-19.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deputado Fabiano, tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Eu só fiquei com uma dúvida na resposta anterior do Douglas na questão...é, como é que tantas empresas tinham o seu contato telefônico pra mandar propostas pro seu celular sem conhecer as pessoas?Era comum e fácil assim passarem o seu telefone?

O SR. DOUGLAS BORBA – Deputado, é, (*ri*) o meu telefone todos tinham acesso, né...

(*O Deputado-Relator Ivan Naatz manifesta-se fora do microfone: "Menos nós, eu não tinha."*)

Bom, Deputado Ivan, mas, aí... não. Deputado Lima, conversei. Todos os Deputados tinham o, o, o... quem, quem era, quem buscava o telefone na Casa Civil, tinha o meu telefone, e o meu telefone estava espalhado em todos os cantos. Recebia, como eu disse pra vocês é, é, propostas de número 79, enfim.Era proposta que vinha... como disse a Márcia, proposta que vinha todo lado. E, aí, eu precisava canalizar sob pena di, di, precari, de, de prevaricar, eu precisava canalizar num canal apropriado e foi o canal destinado u, u, pelo Secretário Helton, que foi a SGA.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mais uma, uma questão que eu preciso fechar.

Márcia, você disse aqui e também no, no depoimento do Gaeco, que o Governador entre os dias 29 e 30 ele deveria de, ter, de já ter conhecimento desse processo, é isso? 29 e 30 de março.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Eu me referi numa... aqui, dia 2/6, a coletiva do dia 27.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Onde ali o, até fiz a leitura de uma parte onde, após o jornalista Marcelo Lula abordar o então Secretário Helton, é, sobre a compra da Edera. Ele faz toda uma argumentação do preço, enfim.E o Secretário Helton faz uma referência da CIT do dia 26, depois, o Governador ele pergunta: Helton me diga aí, na sua referência histórica, qual o menor preço encontrado, o maior preço? E aí o Secretário Helton faz a refe... diz a ele:Governador antes da pandemia, de 60 a 70 mil, iniciando a pandemia, extrapolou R$ 100 mil a peça e, após a instalação da pandemia, pessoas já tem nos ofertado,R$ 335 mil. É o mesmo fornecedor: Fábio Guasti.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas deixa só eu te fazer uma pergunta.

Nesse dia 29 - e daí o Coronel Helton também pode responder -,existe uma carta assinada pelo então Secretário Helton e o Governador...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Intelbras.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES -... ao Ministro da Saúde?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Pedindo pra que o Ministério da Saúde, que estaria com um avião da FAB na China, se poderia dar uma carona por equipamentos que foram comprados na China. O senhor lembra desse ofício, Coronel?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Recordo.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls: 2358 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG: 2341

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Lembra?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor não lembra da data disso, se foi...?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não lembro a data.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas esses equipamentos eram os, os respiradores ou não?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Os respiradores da Veigamed?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, claro que não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Que equipamentos eram esses?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Pelo que eu lembro,pelo que eu lembro...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ou que compra, né?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO -... na verdade, nós estávamos tratando já, desde aquele momento, de compras de equipamento de proteção. É... que nós estávamos... a senhora Ivonice, era uma senhora que é, é, o contato em Brasília pra que nós tentássemos fazer essa, esse transporte via Força Aérea Brasileira, é, dessas compras de EPI que nós estávamos pleiteando comprar, e que não se materializou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Essa Ionice, Ionice...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ivonice.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ivonice, é a que você falou lá no Ministério e não disse o nome dela? No Ministério Público você fala de uma funcionária de Brasília que, que tentou um contato, mas você não falou o nome dela, lá, no Ministério Público?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não... não estou me lembrando exatamente da sua citação do Ministério Público, mas, da Ivonice, falei aqui ainda no dia 2/6.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, então, e, e, esse documento... porque pra mim é importante, porque a Márcia disse que na *live* o Governador e o Secretário Helton falaram que, é... falaram em referência de preços.

Que dia que o senhor disse que o Governador ficou sabendo do assunto, Coronel?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Eu informei logo depois que eu saí da PGE, dia 15.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 15.

O Douglas diz que o Governador ficou sabendo quando, Douglas?

O SR. DOUGLAS BORBA - É que eu não tinha essa informação. Eu fiquei sabendo no dia 22 e imaginei que, aquele encontro promovido pelo Secretário Helton, era o primeiro contato do Governador com essa informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 22 de abril?

O SR. DOUGLAS BORBA – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... 15 de abril e 29 ou 30 de março.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – 27, exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 27 de março.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Essa *live* é do dia 27.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –27 de março.

Então, senhores, nós temos três datas que envolvem diretamente o Governador. É, é, isso é muito importante falar.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 359 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 342

Deixa eu, deixe eu tirar aqui uma, uma, uma dúvida. O Coronel e doutor, né, Helton fala da nota, né, por diversas vezes, a nota, a certificação da nota. Antes de eu falar na certificação é o seguinte, como é que é, até pra explicar pra quem está assistindo, como é que é o processo e ver se é isso mesmo.

Processo de administração de uma dispensa de licitação - daí vocês dois me corrijam se é o correto - da SGPE, tem abertura com justificativa, depois tem o termo de referência simplificado, cotação, parecer jurídico, homologação, o empenho, que pode substituir o contrato, o contrato, publicação, autorização de fornecimento, é isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, é, basicamente isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Basicamente isso. Daí o processo encerra e, depois, vem nascer o contrato ou o empenho que substitui.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Hum, não, encerra o processo, não.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Daí o processo de aquisição encerre e... desculpe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso, porque na verdade são dois processos. Existe o processo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Tem três processos.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Existe o administrativo e o financeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso, administrativo e financeiro.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí, quando se encerra, que eu digo encerra o processo, o administrativo vai pro, pro financeiro.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, o financeiro ele surgem no momento em que a nota fiscal ela é apresentada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.No administrativo tem a nota?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – No administrativo? Não, no financeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – No financeiro, tem a nota.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ali, tem parece que duas notas, uma fica no SGPE e a outra vai pro Sigef?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. Só então para a gente esclarecer as pessoas que nos ouvem.

É, a partir do momento que nós temos qualquer compra, né, DL, processo de registro de preço, uma licitação, enfim, qualquer compra da Secretaria, de qualquer Secretaria na verdade, nós temos então uma autorização de fornecimento. Então, a empresa ela tem os condicionantes de fornecimento, ela vai me entregar a mercadoria. Quando eu entrego a ordem de fornecimento ou eu peçoa, o fornecimento, eu já indico para ela onde é que ela tem que me entregar. Em qual local do Estado ela vai me entregar? Nesse local. Nesse local quando ela entrega o produto, a mercadoria entregue no, é, no, no setor que foi especificado, obviamente, que essa mercadoria ela tem que vir acompanhada da nota fiscal. Por que da nota fiscal? Porque a nota fiscal na verdade é o documento fiscal que faz com que aquela mercadoria ela possa transitar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor ainda tá no S...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, eu não tô em lugar nenhum ainda...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2360 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2343

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, mas no sistema, no SG...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não estou em lugar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ... no SPG...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, eu não estou...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – SGPE...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, eu não estou lugar nenhum ainda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu não estou em lugar nenhum ainda. Eu tô dizendo que a empresa está me entregando alguma coisa com nota fiscal.

Bom, ela me entregou a mercadoria com a nota fiscal, eu vou conferir a mercadoria.Verificar se essa mercadoria ela está de acordo com aquilo que foi a compra, enfim, se é luva, se é máscara, se é respirador, se é bomba de fusão, enfim, conferi.A partir deste momento que eu conferi, está tudo o.k. eu vou gerar um processo, processo de pagamento. Então nós temos uma autuação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, mas deixa, deixa, eu só explicar. Eu preciso entender uma coisa...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Nós temos dois sistemas que o senhor falou, um...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Já vou... eu ia chegar lá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... Tá, o senhor já está no Sigef, que é o pagamento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, eu estou no momento agora, assim, ó, fiz a autuação, quando eu estou fazendo a autuação de um processo – isso aqui é um processo eletrônico - eu estou no SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –Tá, isso. Aí, chegou a nota no SGPE.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Eu estou no SGPE, então, eu faço uma autuação. Eu vou dizer os dados de quem está gerando, qual é a nota fiscal, qual é a ordem de fornecimento, qual é o equipamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Depois disso, eu vou incluir a nota fiscal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –Ainda no SGPE?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO –Essa nota fiscal, o que que nós tínhamos antigamente?Antigamente nós chegávamos com nota fiscal - os senhores que já têm um pouquinho mais de tempo de Estado sabe disso -, nós tínhamos um carimbo atrás da nota. Que era o quê?O recebimento. Este recebimento dizia que, olha só, aquele servidor, naquele momento, recebeu aquela nota,e disse que está o.k. e que pode encaminhar para pagamentos. A mesma... esse processo é feito aqui do lado, no Tribunal de Contas. Alguém lá recebe com carimbo, porque o processo deles não é totalmente digitalizado ainda, e eles encaminham pra alguém pra inserir no Sigef.

Bom, como nós não temos mais o carimbo, nós temos hoje assinatura digital.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Essa...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2341
RUBRICA

PROCURADORIA
PAG. 2344

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A certificação.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO –... essa assinatura digital, ela subentende ou ela significa certificação.

A partir deste momento, onde eu tenho uma nota fiscal...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Vai pro Sigef.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Onde eu tenho uma nota fiscal emitida com a assinatura, nós temos que inserir essa nota no Sigef. Muitas das vezes, isso é fato, não são todos os servidores da Secretaria de Estado da Saúde que tem senha do Sigef, mas o que que autoriza eles a fazerem inserção aqui, como usuário? A nota fiscal devidamente assinada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só um pouquinho.

Você tem senha do Sigef, Márcia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não. Não tenho, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E como é que o teu nome está ali?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A usuária Débora Brum, é, fez, fez essa ação no Sigef de gerar o documento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas deixa eu entender uma coisa...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI –... e colocar o nome.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –...as pessoas não conseguem entender, Márcia, por favor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, se você diz que não tem senha ativa desde 2017, como é que o sistema reconhece você?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Pelo ma... pelo CPF.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado... com... com licença.

É, é, após a minha exoneração no dia 27, na segunda-feira,27 de abril, a minha primeira, é, providência foi ir ao sétimo andar, andar do gabinete - gostaria de referir também que o,Coordenadoria do Fundo, gabinete do Secretário Helton, era no mesmo corredor, no mesmo andar, pois são áreas muito próximas, né, é, estrategicamente eles até preferiram ficar um de frente de porta pro outro, isso é fato (*gesticula com as mãos mostrando a posição dos gabinetes*). Naquele dia, de frente o José Florêncio, eu fiz um pedido a ele. Que ele, por gentileza, fizesse um relatório pra mim - e ele vai lembrar disso tenho certeza - de todos as certificações em meu nome.

Naquele dia que eu tomei ciência de todas as certificações que foram feitas em meu nome. Não só a Débora fez, outras pessoas também, e uma que eu digo, repito, desconheço, não sei quem é, é, não sei se a mercadoria, é, que ela... qual mercadoria não sei dizer, que ela testou enfim. É, naquele dia que eu fiquei sabendo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas, assim, deixa eu lembrar uma coisa, se você diz que teve vários processos; se o ex-Secretário aqui, doutor Helton, diz que, é, é, dispensa de licitação e era o *modus operandi*. É, é, é, me mostra, senhor Presidente, uma fragilidade muito grande, porque parece que isso ia ao rodo. E a minha preocupação sabe qual é,Deputados, é que o Secretário Helton disse aqui, que no ano passado foi 800 milhões em compras, né, parece?

O SR. HELTON DESOUZA ZEFERINO – Aproximado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aproximado 800 milhões em compra, e para este ano a previsão é?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Eu não saberia dizer pro senhor...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2362 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2345

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Três bi.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu teria que ver. O quê de compras?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, com certeza, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas, alguma coisa...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO– Não, de compras, não, isso é quase o orçamento do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dois bi, me parece, uma coisa assim, é mais de um bilhão.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não sei dizer para o senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A minha preocupação é que quando nós perguntamos isso, mostra fragilidade aqui, mostra desentranhamento aqui. O Secretário Douglas, que era Secretário da Casa Civil, diz que não, não, não sabia desse, não passa por lá. Aí, o Secretário atual veio aqui e... eu não sei como é que ele faz, porque eu fiz essa pergunta pra ele, se ele sabia que desentranhava, que tinha isso daí? Ele disse que não sabia, não sabe de nada. Não, não, não, não, não imagino como é que o Secretário atual não vai saber de um processo tão frágil que é o Sigef e, depois, o SGPE...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEREFINO – Deputado, o senhor permite só uma observação.

É, é que nós estamos agora, é, é trabalhando dentro de uma lógica, isso já foi dito aqui algumas vezes, da fragilidade do sistema SGPE. É importante dizer, isso é importante dizer, que tudo que é realizado dentro do sistema SGPE, é registrados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Então, ou seja, se eu vou lá e retiro alguma peça, eu sei quem retirou, e que dia e que horário ele fez.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Talvez, talvez é, é, é diga-se quem tirou...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Outra coisa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... mas a gente não sabe, por exemplo...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ã?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – (*Lê documento.*) que o documento das páginas 108 foi incluído no processo dia 17, sexta-feira, às vinte e três e quarenta e seis e desentranhado no de,no outro dia. E, daí, às dez e quarenta e quatro, do dia 18, sábado, foi incluído no processo o documento na página 181, denominado justificativa SGA. Em que lugar de determinar o cancelamento da compra apresenta uma justificativa para aguardar a entrega dos respiradores.

O que ocorreu na madrugada, senhora Márcia, nessa madrugada e manhã de sábado, entre o dia 17 e 18, que era pra entrar uma coisa, entrou outra?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É no dia 17, página 108, do processo desentranhado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Tinha lá a minha orientação pro cancelamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi logo após a reunião da PGE, do Secretário, onde eles retornam, eu digo: não, não, não, peraí, tem um tempo hábil e a empresa vai precisar do tempo para responder à notificação. E, aí, a orientação é aguardar.

Ele já relatou aqui, essa foi a orientação da PGE pra ele.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 363 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2346

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Só pra, só pra registrar, a orientação da PGE...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É por isso que minha...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO -... a orientação da PGE ela se referia à questão do dia 30 de abril.

O que nós estamos tratando aqui é com relação à troca do equipamento, correto Deputado?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não página 108...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim... a, a...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI –... página 108 é a minha CI pedindo o cancelamento.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A108 não é a troca ainda do cancelamento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A 108 do 37.070, sim, é.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É da troca? Que, que foi, foi essa madrugada que tiraram ali, né? Que desentranharam.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu tenho, eu tenho o texto dela aqui, Deputado, se o senhor quiser eu dou uma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Na página 108.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso. Teor da página 108, deste processo, ele diz o seguinte...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que fala sobre a troca...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ele disse o seguinte, página 108, processo 3707, (*Lê.*):"Considerando a avaliação da engenharia clínica que atesta evidente divergência da proposta, bem como, descumprimento do prazo, solicito o devido o cancelamento da compra."Isso é o que diz a página 108.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Cancelamento da compra por conta da troca?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Por conta do descumprimento do prazo e troca da proposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E, daí, isso foi desentranhado?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso foi desentranhado, após o retorno do Secretário da PGE, onde a PGE orienta ele, de que tem que aguardar o prazo hábil para resposta da empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, isso Secretário, doutor Dou... doutor Helton?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Com certeza, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O que que é então?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Por que que é... uma coisa simples, né. Nós temos uma empresa que apresentou uma proposta que era divergente daquela que foi a compra inicial.

Aquela proposta que ela é divergente, ela... a engenharia clínica ela solicita inclusive, o Wagner deve ter falado isso aqui, é, parecer inclusive de uma, de uma, de uma comissão, formada por intensivistas, enfim, pra verificar a viabilidade daquele equipamento. E, volto a dizer, aquele equipamento Shangrila 510S, ele já fez parte de uma proposta lá, do dia 22 e, lá, já não era viável.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2364 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2367

Então, ou seja, quando nós dissemos, nós tínhamos no processo um documento que diz que é pra aguardar a chegada para depois avaliar, é... isso é no mínimo, no mínimo, né, nós estamos... eu também gostaria de entender porque que foi feito esse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhora Márcia, a senhora, o, o, ele fala essa nota que é o, anota que tá lá no SGPE e, depois, é... vai outra nota para... como é que faz esse processo da ligação do final do SGPE, que é essa nota certificada, e como é que estarta isso? É a mesma nota? É outra nota? Como é que é?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O documento gerado no sistema de pagamento, Sigef, ele é gerado um PDF, eles baixam esse PDF e colocam no SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá. Que é essa mesma nota?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, é, exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que foi assinada pela senhora por outra pessoa, ou não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não. O que foi assinado por mim foi a determinação de seguir o processo, a CI, a, a, autori, a CI autorizando. Esta CI com a data de assinatura de 20 de março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que foi utilizado em outros processos...?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Essa que foi... vários processos. Isso. A mesma CI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que a senhora sabia que essa, essa CI era utilizada ou não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu fiquei sabendo dia 29 de abril, dentro da CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E quem é que poderia fazer a utilização dessa CI?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Em meu nome, ninguém. Ninguém autorizado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A Débora Brum, não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ninguém. Eu nunca autorizei...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A sua secretária, não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu nunca autorizei nenhum funcionário, nenhum colega, em nenhum tempo, abaixar documentos meus assinados e utilizarem outros processos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora a inclusão dessa CI...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu nunca autorizei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... a inclusão dessa CI, ela pode ser baixada.

(*O advogado Noel Baratieri fala ao ouvido do depoente Helton de Souza Zeferino.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Está por processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora fala lá no depoimento e falou aqui pra nós, que a CI era baixado de um processo e subida no mesmo processo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, eu fiz isso dentro do Gaeco com os Promotores pra, pra, provar.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls 2365
RUBRICA

PROCURADORIA
PÁG. 2348

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu tinha ouvido, não sei, eu tô perguntando aqui, porque poderia ser que a sua secretária ou a pessoa de sua confiança - assim como a senhora era a confiança do, do, do Secretário Helton -, a sua secretária ou a sua pessoa de confiança poderia ter esse documento, salvo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ela diz isso no relato...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ... no computador dela?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI –...não, ela afirma, ela afirma isso no, no depoimento dela.

Eu tive acesso.Ela afirma isso, que elas tiveram uma ideia – ela até menciona lá -, que ela teve uma ideia de baixar a peça e utilizar, porque eles já sabiam o rito.Foi orientado pela Gerência de Orçamento,Gerência Financeira.Eles disseram o que que tem que ter pra chegar lá, pra pagar. Aí, ela foi instruída, o que tinha que ter, ela colocou e seguiu.

Foi isso.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, só...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Posso só complementar, por gentileza?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Já, já, fala o, o...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, bem rapidamente.

É, é, gostaria de deixar algumas questões aqui, por exemplo, já falei, reafirmo que entre o dia 2 e 3, onde o Secretário Helton chega na minha sala, e eu fico sabendo exatamente o dia e hora em que o pagamento se deu, por ele. Ele que me disse, tá? Naquele: Ah, pagou-se alguém?Pelo que eu entendi, alguém questionou ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi o dia que ele saiu do elevador e a senhora encontro ele?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi esse dia que ele... não ele foi até minha sala, falou do pagamento.Então, eu fiquei sabendo desse pagamento desse processo, até por ele. Uma questão que fica, né: como ficou sabendo? Porque eu fiquei sabendo por ele.

Segunda coisa, por que que foi feito - o pagamento era de 33 milhões, isso vocês... não é, tá, sempre, sempre foi dito: pagamento de 33 milhões -, por que foi dividido em duas vezes de 16,5? É, por que foi utilizado duas Fontes de, 100, Fonte 100 e Fonte 300? Quem determinou essas coisas?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Inclusive essa Fonte, essa Fonte 300 teve a participação da...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É a conta do Tribunal de Contas, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... da Secretária Adjunta?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Onde o que, segundo o, o coordenador do Fundo disse, instruído pela própria Michele – aí, foi ele dizendo isto, né, eu estou colocando a fala dele: não... não falei com Michele, Michele não falou comigo sobre isso. Então eu estou aqui repetindo o que o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quem é Michele?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É a Secretária Adjunta da Fazenda.

Então, tem três perguntas aí que, pra mim, ainda não foram respondidas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor sabe por que que foi pago duas vezes, Secretário Helton?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – É porque nós tínhamos Fontes diferentes. Mas...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2366 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2349

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Essa questão da Fonte 100 e a Fonte 300?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Quem autorizou essas contas?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Só, só pra, só pra, os senhores têm o processo no Ministério Público, Figura 23, é do dia 31 de março. É, é nós temos ali, a Figura 23, (*mostra documento*), lá no final, a ordem de foi, a ordem de pagamento, né? Então, quando a servidora ela diz que ela não sabia (*mostra documento*), está aqui, ordem de pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora sabia disso, senhora Márcia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Tá no seu telefone.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A que que se refere essa pergunta?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Tá no telefone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –A ordem de pagamento estaria no seu telefone ali, no, no...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ordem de pagamento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Que era, que era o que o Fábio... Guasti o tempo todo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ordem de pagamento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ordem de pagamento no meu telefone?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ordem bancária, desculpe, ordem bancária, é... que é o que o Fábio o tempo todo pedia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –A ordem bancária do Estado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso que... o Secretário, o ex-Secretário se refere é o, é o pós, depois, deve ter sido um comprovação que vem do Cofes e, aí vem. Pena quem não tem tantos registros também de celular, aí, tem mais o do meu, porque eu entreguei o celular já no primeiro dia, né? Por isso que tem tanto do meu celular, mas era importante também do Secretário, então,Secretário Helton, que falou bastante com o Fábio também, então, senhor coordenador do Fundo, né?

Naquele momento, esses documentos passado pelo José Florêncio para nós, foi passado para este senhor, uma comprovação ali.

Agora, isso já veio pronto, né? Quem definiu isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Só... só... só pra entender. É, agora eu fiquei na dúvida, Deputado. Então, nós estamos dizendo que aqui, pelo menos é o que eu entendi, nesta nota fiscal, onde nós temos aqui a assinatura da servidora Márcia, no dia 1º, às oito e dezoito, isso aqui não existiu?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não. Eu tô perguntando...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso aqui existiu?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – SGPE isso aí, né? Não é Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu estou perguntando o seguinte, a minha dúvida que tô tendo aqui,Presidente, é que tem dois sistemas, um sistema que faz todo o processo da compra e o sistema que pago, né...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso, exatamente.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2362 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2350

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... Deputados, mas o que eu, eu ainda não consegui entender, porque essa nota que encerra a SGPE, que é certificada, a servidora Márcia diz que é feito um PDF...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E a partir desse PDF...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Instrui-se o processo SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ... instrui-se o processo de pagamento no Sigef. É Isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não, não...tsc. tsc.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não, não, o contrário. O, a, o documento gerado no Sigef, ordem bancária, nota de empenho, é, certificação, é gerado tudo no sistema Sigef...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Me permite, Deputado Kennedy?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ...depois, é apensado no SGPE, perdão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Relator, por favor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, eu, eu, vejo esse debate em torno da nota fiscal, senhores Deputados, mas, de fato, a nota fiscal ela vem acompanhada de uma certificação de entrega.

Toda nota fiscal, quando a gente compra um produto... você vai na loja compra o produto e esse produto, você assina o canhoto, pra levar o produto.Qualquer um que já comprou uma nota sabe como isso funciona.A nota fiscal é a expedição do, a nota fiscal podia ter sido expedida a qualquer momento.Podia ter expedido a nota fiscal e o pagamento ser daqui a três meses o, o, o,o pagamento ser daqui a um mês, ou terminada a licitação, foi expedida a nota e o pagamento daqui a não sei quanto tempo.

Então a expedição da nota, por si só,Deputado Kennedy, ela não... ela não... (*Ri.*)... ela não significa entrega do produto, porquê? A entrega do produtos se caracteriza na própria entrega do produto. E... a lógica é de que, primeiro se entregasse o produto para depois receber.

E a nota fiscal que, que eles se referem, ela tem aqui em cima uma certificação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...da entrega, e aqui não tem nada de entrega (*mostra documento*).

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, Deputado, o senhor me permita. Nós estamos falando de, de uma nota fiscal eletrônica, eletrônica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Se é uma nota fiscal eletrônica essa nota ela vai tramitar dentro de processos eletrônicos. E, hoje, dentro da, da, da lógica do Estado, da logística do Estado, esta certificação que o senhor diz que não significa nada, é esta assinatura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas não tem a entrega do produto. Essa assinatura não é a entrega do produto.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Então, por isso, por isso que eu digo pro senhor, se não tem a entrega do produto, por que assinar uma nota?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor entendeu, Deputado Kennedy? É que a nota, por si só, não significa nada, porque o produto não foi entregue.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2368 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG 2351

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Assim, ó, deixa eu fazer uma pergunta, que todo mundo tá, tá, que tá nos acompanhando tá querendo entender, assim como eu, não só entender, mas tirar as dúvidas que ficam.

É... o senhor diz que não sabia do pagamento antecipado, o senhor fala que não houve o pagamento antecipado por conta dessa certificação...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...então, por, por, porque houve a certificação, como se fosse o recebimento, que é uma nota eletrônica, então, não houve o pagamento antecipado.

E a, a servidora Márcia diz que é, usaram o nome dela pra fazer a, a certificação disso daí. É...

Márcia, algum momento, em algum momento ou em outros momentos, como era feito essa certificação da chegada do material? Quem fazia? Era você que fazia? Era alguém que fazia? Como era feito?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, a nota fiscal ela tem validade, a nota fiscal da entrega, né, não esse documento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI –... que, que está sendo colocado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas, assim, chegou uma nota...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...e quem fez a certificação?Porque nós estamos falando especificamente desse da Veigamed...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...mas tem o da, de Araranguá que também foi mesmo processo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O rito, o rito é o mesmo, Deputado, é... mesmo antes do Covid ele não se alterou em decorrência de tudo. O pagamento não se alterou, né? Há uma certificação, há um documento emanado lá do Sigef, documento de pagamento. Esse documento encaminha, encaminhado para a Coordenadoria do Fundo, lá a Coordenadoria do Fundo aciona a Gerência de Execução Orçamentária. AGerência de Execução Orçamentária vai alimentar o Sigef. O seu objeto elementar é a certificação. Ele evolui pruma nota de empenho, uma nota de liquidação, uma ordem bancária e um dinheiro na conta de alguém. Lá dentro da Gerência de Execução Orçamentária e Financeira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bom, o Secretário, dou...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado, posso fazer só mais uma observação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Em alguns processos, se não estou enganada, neste processo... tem um despacho e, aí - o despacho ele é um, um ambiente interno du, du sistema -, onde o gerente financeiro pergunta assim: aguarda para autorização de pagamento. O próprio financeiro, lá, lá na área dele, né. Tem despacho assim, ou seja, atribuição estritamente financeira do Cofes das Gerências.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O Secretário, doutor Helton falou que o pagamento foi dividido em duas vezes por conta das duas Fontes, uma Fonte 100 e uma Fonte 300.

Agora o doutor Hel... doutor Douglas, é, eu queria entender um pouquinho sobre o Leandro. O Leandro que está preso, é isso, né? O Leandro que, que está preso, que é o Leandro que o senhor apresentou pra, pra,ser o facilitador, é isso?

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2369
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 352

O SR. DOUGLAS BORBA –Não, não é isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Como é que é?

O SR. DOUGLAS BORBA – Primeiro que não fui eu que apresentei o Leandro, até porque, eles já se conheciam, como foi dito aqui. Trabalharam juntos inclusive na Secretaria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só, um pouquinho.

Como é que chegou Leandro nessa história pra você?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A, tá, agora, em 2020, nesse contato com o senhor Douglas Borba.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O Douglas, o Douglas ligou e apresentou Leandro?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O senhor Douglas ele informou a mim que: o Leandro fará contato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi esse momento que a senhora pergunta ao Douglas se é verdade que o Leandro falava em nome dele? Que a senhora fala... no Ministério Público?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Na sequência, tem o registro lá no telefone, né, exatamente na sequência...

O SR. DOUGLAS BORBA – No dia 2.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI –... Não sei lhe dizer seno mesmo dia, ou dia seguinte, na sequência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Douglas, por favor.

O SR. DOUGLAS BORBA - Ah, perfeita pergunta, Deputado, e eu acho que isso desmistifica toda essa história.Quando eu digo que Leandro fará contato é dia 22 de março; quando ela diz que já está em contato, eu não falo mais nada...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ela lhe perguntou...

O SR. DOUGLAS BORBA - ...no dia 2... não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...o senhor recebeu essa mensagem dizendo: o Leandro fala em seu nome?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não. Eu recebi uma mensagem dizendo o seguinte, é: o senhor pediu para Leandro fazer contato comigo. E essa mensagem eu recebi no dia 2 de abril. Ou seja, não foi logo depois. E eu tenho provas aqui posso mostrar pro senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi daí o momento em que a senhora fala, no depoimento lá, que o, o, alguém dizia pra senhora, inclusive o, o, o, então Secretário Helton, disse pra senhora que a senhora estava muito abalada... e que daí, veio, o Fábio lá, disse que alguém ia, ser conhecido, que ia chegar pra tranquilizar.

É esse mesmo Leandro ou não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, é, o mesmo Leandro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É o mesmo Leandro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É o mesmo Leandro, ã-hã.

O SR. DOUGLAS BORBA - Se o senhor me permite, Deputado Kennedy?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim.

O SR. DOUGLAS BORBA - A conversa foi no dia 1° de abril. Eu mando uma mensagem com o seguinte teor (*lê documento*): Márcia, bom dia - lembrando eu estava sem falar com ela desde o dia 25 -, Márcia, bom dia, o Helton externou preocupação ontem à noite, uma reunião nosso lá do GGC, referentes a encomendas na China que precisam ser efetivadas, os EPIs. Fiz alguns contatos e conseguimos viabilizar, em modo parecido como a Intelbras fez com os respiradores, já que não temos previsão legal para efetuar pagamentos adiantados.

Minha mensagem para a Márcia: já que não temos previsão legal de efetuar pagamentos adiantados. Isso eu falei pra ela no dia 1°.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2370 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2353

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora lembra quando é que o Secretário Douglas apresentou o Leandro pra senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ele me informou no dia 22, que o Leandro fará contato. O Leandro, imediatamente, já fez contato comigo.

Os registros estão todos no meu celular.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A minha preocupação, Douglas, é, sabe o que que é...

O SR. DOUGLAS BORBA - Mas eu vou chegar onde o senhor perguntou aqui, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... é que o senhor falou uma coisa que talvez quem tá nos acompanhando é... talvez não entenda, porque o senhor falou:Eu não sei por que que eu estou - aonde que o senhor está agora - na prisão preventiva.

E as pessoas começam, que estão acompanhando, começa a ver dizer que, o doutor Helton diz que não teve, que não sabia do pagamento; a Márcia diz que foi o Helton apresentado por ti; que daí tu diz que não houve nenhuma intenção tua. E daí as perguntas realmente, as pessoas perguntam, por que que então tu está preso, né?

O SR. DOUGLAS BORBA – Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas só pra, pra esclarecer que a prisão...

O SR. DOUGLAS BORBA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...pedida a você e aos outros, é inclusive o Leandro, é porque os investigadores, o Ministério Público e o Gaeco percebeu que vocês estariam ou poderiam estar destruindo provas, né?

É só pra esclarecer, porque...

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...tem pessoas que não conseguem compreender.

O SR. DOUGLAS BORBA - Só vou seguir a sequência desse contato meu com a servidora Márcia.

Então, quando eu digo pra ela: Leandro fará contato - em 22 de março -, ela diz que já está em contato com ele. A partir daí, eu simplesmente não falo mais nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É isso, Márcia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Se ele, o senhor está lendo, se ele está lendo ali.

O SR. DOUGLAS BORBA – É, estou lendo aqui. Estou lendo aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, então, então, quando o Douglas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...só um pouquinho - quando o Douglas apresentou o Leandro e você falou que o Leandro já estava em contato, então, é, essa é a verdade?

Então, não foi o Douglas que apresentou ele pra senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi o Douglas que passou o meu contato por Leandro, sim, Deputado, sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi o senhor que passou o contato dela?

O SR. DOUGLAS BORBA – A própria Márcia...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O Douglas passou o meu contato para o Leandro, sim,Deputado, sim.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2371 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2354

O SR. DOUGLAS BOBA - A própria Márcia afirma aqui (*mostra documento*) que o contato dela foi repassado por várias pessoas, há muita gente.Ela afirmou aqui, no próprio depoimento dela.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora, quando o Leandro fala com a senhora, ele fala do Douglas?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Fala, fala... sempre fala...menciona também Douglas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A minha preocupação sabe o que é, Deputados...

O SR. DOUGLAS BORBA – Mas aqui, se o senhor me permitir, nós temos que dividir...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ele compartilha, não sei qual é o dia... inclusive áudio...

O SR. DOUGLAS BORBA – Quando... Olha só... a gente tem que... nos, nós temos que nos ater as datas,Deputado. No dia que eu passo o contato do Leandro pra Márcia, é no dia 1° de abril, onde ela fala comigo e ela pergunta seguinte, é... (*lê documento*): Secretário - ah, vamos lá a,a, -, só precisa confirmar, só preciso confirmar com o senhor se a pessoa que faria contato comigo seria Leandro? E, aí, ela manda o contato do Leandro Barros. 1° de abril, e é verdade. Está aqui, 1° de abril...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, mas eu acho que nessa questão aí é quando já estourou a boiada e vocês tinham que...

O SR. DOUGLAS BORBA - ...não, não, não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não?

O SR. DOUGLAS BORBA - ...era para tratar das compras dos EPIs.

Eu início naquela conversa dizendo: olha, Márcia, diante das dificuldades narradas pelo Helton e tal, dos EPIs, que precisam vir da China, a gente está tentando viabilizar o processo. Pelo menos se chegou é, é, pra gente uma, um processo que poderia ser feita uma importação modos parecido com a Intelbras e tal. E, aí, a Márcia me pergunta, lá, no dia 1°, se a pessoa que faria contato comigo seria Leandro. Aí,eu, eu mandei: confirma. Seguido, tá, seguido do seguinte é... (*lê documento*): ele pode ajudar nessa demanda da EPI. Aí, eu não tenho o resto da conversa. Mas, ela me pergunta se a pessoa que faria contato comigo - ela, né - seria Leandro. Em outros momentos ela nunca perguntou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A minha preocupação sabe o que que é? Como é que um advogado que não é servidor público tem acesso as comissões de licitação, participa de tomadas de decisão, tem acesso total na coisa? Como é que um não cidadão, e daí a gente vê que ele já foi, é, é, já ocupou outros cargos, né.Mas que agora,Deputado Cobalchini, ele não tem mais nenhuma ligação com o Poder Público e continua tendo essa, essa, questão.

E, daí, o doutor Helton disse que o, este, do, este Leandro estava também envolvido no, em outros quatro processos. É isso? O do Mahatma Gandhi, é isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ele era o advogado da... que prestava assessoria pro Mahatma Gandhi. Está nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ou seja, a gente começa a observar que este Leandro, é, que é seu amigo, conhecido, amigo, mas... parece inclusive que a mãe dele já trabalhou, com... tem... é uma ligação de algum tempo.

O SR. DOUGLAS BORBA - Vamos esclarecer é, é, vamos esclarecer os fatos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hã? (*O Deputado Kennedy Nunes olha para o Deputado Fabiano da Luz, que lhe fala alguma coisa, fora do microfone.*)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2372 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2355

O SR. DOUGLAS BORBA - É, é, é, importante, importante, é importante ainda lembrar, Deputado Kennedy, que a própria Márcia ela manda nesse mesmo dia, na sequência, conversa aqui, ela diz assim: Apesar de já conhecer o senhor Leandro, entre parentes, já foi nosso superintendente SES, fecha parênteses, me preocupo de usarem o nome dos Secretários para fazerem contato com as equipes da SES.

Ela mandou isso aqui. Aí, eu digo (*lê e mostra documento.*): Perfeito, sim, importante sempre checarem.

E foi a única vez...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi nesse o momento que tu perguntou pra ele se ele falava em teu nome, em nome dele, não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não... antes... dessa mensagem... antes dessa mensagem já havia... ele já tinha passado o contato bem antes e o Leandro já tinha contato comigo, antes dessa data.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bom, eu, eu, acho que...

O SR. DOUGLAS BORBA - Mas sem minha intervenção, Deputado! Eu passei de fato, está aqui, nas trocas de mensagem...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –Eu acho que a...

O SR. DOUGLAS BORBA -... eu passei o contato do Leandro no dia 1º...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tem algumas, tem algumas que... tem algumas questões, Deputados, que a gente é fica nas posições e, daí, talvez, como os telefones estão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Posso ajudar, doutor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Eu tenho uma pergunta sobre a questão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O Deputado Fabiano, aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, Deputado Fabiano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Eu só fiquei com uma dúvida com relação ao Leandro, Márcia, é que no dia 3 de abril, às dezenove e quarenta e um até as vinte duas horas e trinta e dois,Leandro encaminhe uma mensagem dizendo pra Márcia ficar tranquila que conhece a empresa Veigamed, que eles farão a entrega dos equipamentos.

Por que o interesse do Leandro em tranquilizar você, se não era você quem, quem era o, a pessoa responsável pela?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, isso é um pedido do Secretário Helton pra mim, que falasse com Fábio Guasti, pra que alguém viesse ali, é, pra que falasse em nome da empresa, falasse... nos passasse detalhes da entrega e esse pedido eu reportei pro senhor Fábio, em nome do Secretário Helton, pra que passasse alguém pra ir ali.

É, sugeriu uma reunião, hum,o senhor Helton sugeriu uma reunião no dia 4, 10h da manhã. Eu, no dia 3, passei isso pro senhor Fábio. O senhor Fábio diz, manda uma outra mensagem, é...: Olhem, fiquem tranquilos, vou mandar alguém que conheço – mais ou menos assim -, alguém que conheço, que vocês conhecem falar com vocês.

Na sequência, chega essa mensagem que o senhor está se referindo.Primeiro, o Leandro, ele encaminha o *slogan* da Veigamed e aborda, então, que a gente tem que ficar tranquilo, é, eles vão focar na entrega, eles vão entregar, tá. Diz uma coisa assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - O curioso só é que o Leandro Bairros é, é, justamente os EPIs, hospital de campanha, os respiradores. As três compras que tiveram problema.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2393 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2356

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor confirma o que a senhora Márcia fala, doutor Helton, sobre esse pedido seu pra ela pra que falasse com Fábio sobre essa questão?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Na verdade que eu pedi pra ela a confirmação da compra.Onde estava os equipamentos, quando iam chegar, cópia de transportadora, enfim, isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, com licença, ah, aí, Jesus... é Secretário, então Helton Zeferino, solicitou agenda de uma reunião, dia 4, 10h da manhã. Neste dia, propositalmente, agora eu percebo diante da falta de verdade dele, é que ele me deixou sozinha pra essa reunião, e, aí, eu solicitei ajuda do sub... Subtenente Sampaio. Ele so... solicitou esse contato, eu reitero, ratifico...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor, o senhor...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI –...uma pena essa falta de verdade que se repete.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor, o senhor solicitou ou não, doutor Helton, essa reunião?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu acabei de dizer que sim, Deputado. Eu acabei de dizer que sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI –Vergonha isso.

(*A depoente Márcia Regina Geremias Pauli fica nervosa e bate com a mão na mesa, momento em que seus advogados a apóiam.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não. O senhor disse que o senhor pediu pra outra coisa, não é?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Pelo amor de Deus, eu não aguento mais isso, cara.

(*A depoente fica visivelmente abalada e começa a chorar.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu acabei de dizer que, sim. Pra que ela confirmasse com a empresa e, obviamente que pra confirmar, ela precisaria de alguém da empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente, eu acho que, que a gente tem que dar uma paradinha para voltar.

Eu peço cinco minutos, Presidente, só para restabelecer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor está em fase de conclusão, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu já estou quase concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está em fase de conclusão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Depois pode abrir para uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor pode conduzir...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu estou bem.

(*A depoente conversa com seu advogado Nelson Juliano Schaefer Martins e resolve fazer uma pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode sair por aqui.

(*A Depoente Márcia Regina Geremias Pauli retira-se do recinto.*)

O SR. DOUGLAS BORBA – Tem uma fala minha que não é conexa a nenhum dos assuntos, se os senhores quiserem aproveitar o momento para dar celeridade, que é um fato...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls 2374
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2357

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tem que suspender a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vamos suspender os trabalhos por cinco minutos.

(*Estão suspensos os trabalhos. Pausa.*)

Está reaberta a reunião.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência continua com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É... nós estávamos quando houve essa questão do pedido da, da reunião, depois do, do Secretário Helton tinha pedido pra Márcia e, daí, foi que o, ela falou com o senhor Fábio, o senhor Fábio disse que ia mandar alguém pra... conhecido pra tranquilizar, esse alguém era o do o Leandro Borges...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Barros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Barros, desculpa, que é o Leandro Barros que é... esse advogado, que está também com a prisão preventiva e que é... a, a informação que chegou pelo, pelo Douglas.

Douglas, a gente sabe que você disse várias vezes com relação a que é uma figura pública em Biguaçu, que as pessoas falam, mas parece que a sua relação com o Douglas (*sic*) não é só de conhecido. Há uma, há... o histórico mostra que você tem mais... é... mais do que um simples conhecido é, do, do Douglas (*sic*), inclusive com... eu acho que é o cunhado Douglas (*sic*) que era o teu suplente lá...ah, o cunhado do, do Leandro que era seu suplente lá em, em Biguaçu, né, é isso daí?

O SR. DOUGLAS BORBA – Sim, o João Luís é suplente, era meu suplente, agora virou titular, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá. Até porque, eu preciso só compreender é, e daí, talvez, essa... e daí eu encerro, senhor Presidente, porque é o seguinte: nós temos uma figura é... que... entrou no governo onde o Governador deu o poder. O Governador desde a campanha coloca numa peça chave que é a figura. E essa, essa figura tem o papel, por mais que você, é, talvez como até uma questão de humildade não reconheça o poder que você tinha na, na Casa Civil. Mas eu fico imaginando é, é, a função dos que estavam tanto no seu nível, mas como também embaixo do, do poder, a sua fala, quando você falava: falei com Moisés, isso é questão de governo.

Que eu também compreende que é uma posição de cobrança, muitas vezes, pela tua, tua função. Mas, é, pra encerrar, eu tenho uma coisa que eu não, ainda não, não estou convencido, tanto da fala do doutor Helton como da fala do Douglas. É... não é possível, ã, ã, vocês dois estavam... do, doutor Helton que era o gerente da crise e o Douglas que era o homem forte do governo, não é possível que durante todo esse processo, eu sei que era muitas informações, mas não é possível que durante todo esse processo o Governador simplesmente não ficou sabendo de nada e, segundo o doutor Helton, ele fica sabendo só dia 15, o Douglas só dia 22.

Então, só pra ficar, Deputado... Não me convenci dessa questão, sabendo que um Governador, que na verdade é, é a autoridade máxima, né, do Estado e que, por mais que delegue, tinha essa preocupação.

Douglas, você conversava diariamente com o Governador?

O SR. DOUGLAS BORBA - Essa pergunta já foi feita, Deputado, na, no depoimento, né? É... de fato eu e o Governador tínhamos uma rotina de despacho, mas por conta da pandemia isso tudo também acabou ficando é, é, atrapalhado, né? Então durante a pandemia eu não tinha é, é, com tanta freqüência contato com o Governa... com o Governador como nos períodos de normalidade.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2375 RUBRICA
Fls. 214
PROCURADORIA PÁG. 2358

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora, só uma pergunta que eu sou obrigado a perguntar pra ti. Tu tinhas o telefone do Governador? [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. DOUGLAS BORBA – Ah, tinha, tinha o, o, o contato do Governador. É... os nossos contatos durante o período de pandemia eram é... dentro das... das agendas, né, e comportando as agendas, se resumia ao encontro que a gente tinha, é, aos finais do dia lá na Defesa Civil por conta das *lives,* algumas eu estava, outras eu não estava, mas a agenda, de fato, é, ficou bem, bem atrapalhada nesse sentido.

Eu vou aproveitar, é, Deputado, e discorrer sobre os outros dois assuntos que o senhor mencionou, se me permite. É, o primeiro deles, é, diz respeito à Saúde. Essa autonomia, de fato, já foi aventada aqui e comprovado por várias pessoas já ouvidas que a Saúde tinha autonomia para fazer esses processos de escolha de compra, independentemente do Grupo Gestor de governo.

Então por isso não passava, de fato, pela Casa Civil, pela Fazenda, pela Administração, né. Uma vez transferido o recurso originário da Saúde, ou um recurso extraordinário, como foi esse caso, onde, é, se pediu um recurso para passar para a Saúde, para as primeiras compras, essa gestão daquilo que é comprado é completamente da Secretaria da Saúde. Isso justifica o fato, é, da, do Governador, ou eu, ou o Secretário da Fazenda ou o Secretário de Administração termos conhecimento dessa compra de uma maneira tão tardia.

Em relação à, à, à questão da convivência de Biguaçu e tudo mais, é, primeiro em relação à dona Ina, ela é uma servidora de carreira de 40 anos ligada à Secretaria de Comunicação do Estado, ela sempre teve, pelo menos desde o governo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quem é ela?

O SR. DOUGLAS BORBA - A mãe do Leandro Barros, da Secretaria de Comunicação, ela sempre teve cargo, é, função gratificada, enfim, desde o governo Esperidião Amim, se não me engano, 82, João, não lembro da data, mas, enfim, é, e a partir daí o, ela sempre teve as funções gratificadas. E aí, é, quando a Lei 741 foi aprovada na Assembleia Legislativa, a Secretaria de Comunicação veio pra, pro âmbito da Secretaria da Casa Civil, foi quando as pessoas, que já tinham gratificação lá, passaram a receber as novas gratificações, tá? Então, isso foi algo padrão e também, é, foi...como ela não era subordinada a mim, ela era subordinada lá à Secretaria de Comunicação, é, foi um pedido que veio de lá, enfim. Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Doutor Helton...

O SR. DOUGLAS BORBA – E a questão, para finalizar, a questão do João Luiz, esse sim, é, suplente, era meu suplente de Vereador no mandato lá de Biguaçu, e tenho relação de amizade com ele, sim. Com o Leandro é relação cordial, relação de convivência, é, típica de cidades, é, pequenas, onde todos, todo mundo se conhece, é, é principalmente indivíduos ou pessoas que são praticamente da mesma idade, que exercem a mesma profissão e que já trabalharam juntos, inclusive em outros momentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O Leandro aproveitou dessa amizade com o senhor para estar no processo do Mahatma Gandhi, desses respiradores e dos EPIs?

O SR. DOUGLAS BORBA - Importante pergunta, Deputado. Eu não dou procuração e não dei procuração para ninguém atuaram em meu nome.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas o senhor falou pra ela que o Leandro falava em seu nome.

O SR. DOUGLAS BORBA - Se o Leandro falava em meu nome na conversa com ela, ela, no mínimo, deveria ter confirmado comigo se poderia falar em meu nome.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas a senhora confirmou uma hora, confirmou uma hora numa mensagem. Como é que foi, por favor, diga.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2396 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2359

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Confirmei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só um pouquinho, o Deputado Sopelsa está acenando ali. O senhor pediu a palavra, Deputado Sopelsa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Por enquanto, não. Eu quero fazer uma consideração, mas depois que o Kennedy concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado. Senhora Márcia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Confirmei. Encaminhei mensagem pra obter a confirmação, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

O SR. DOUGLAS BORBA - Nunca dei procuração para ninguém falar em meu nome sobre determinada compra e nunca determinei que fosse feita qualquer tipo de compra. A relação urbana, a relação, é, de convivência que existe, é, entre mim e o Leandro, é típica, mais uma vez eu digo, de qualquer cidade de médio porte ou pequeno porte, onde indivíduos que já trabalharam juntos, como nós trabalhamos, por exemplo, eu era Vereador e ele era Secretário de Saúde, depois ele seguiu o caminho dele, eu segui o meu. É, ele também é advogado, enfim, existem vínculos de convivência e isso é inegável, isso eu falo desde o meu primeiro depoimento.

Agora, isso não lhe dá o direito, assim como não dá direito a ninguém, de falar em meu nome e muito menos de cobrar que seja feito algo em meu nome. E isso, senhores, é, estão ali as mais de 2 mil páginas de todo o inquérito, em nenhum momento há qualquer comprovação, é, que eu autorize a ele falar em meu nome ou que ele se apresente para determinada venda em meu nome. Isso, de fato, até agora não encontrei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Para encerrar, doutor Helton o senhor fala, mostrou outros processos, que não é o caso, mas para mostrar que é o processo, mas nesse tipo de pagamento é preciso ter a guia de entrada. Têm guia de entrada neste dos respiradores?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não tem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E por que que não tem?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Justamente porque os equipamentos não foram entregues.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Como?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Os equipamentos não foram entregues.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, por conta de os equipamentos não serem entregues, não tem essa guia de entrada?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, todos aqueles outros processos que nós temos aí, o pagamento foi feito, é, de forma antecipada, essa guia de recebimento ou guia de entrada, no nosso almoxarifado ela aparece um mês, um mês e meio depois.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só uma pergunta: os respiradores comprados em Araranguá têm guia de entrada?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Da totalidade ou só do que entregaram?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Vinte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Foram comprados quarenta...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2372 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2360

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu tenho aqui a guia de entrada de 20, R$ 2,2 milhões, dia 13 de maio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, dos 40 que foram comprados, só entregaram 20?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Essa aqui é deste processo, né, deste processo que eu tenho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu quero fazer uma observação: foram compradas 30, entregues 26, 4, até o momento da minha exoneração, não tinham sido entregues. Porém, a empresa recebeu 48 horas, e aí eu falo daquilo que o José Florêncio me falou, 48 horas após, é, o recebimento dos primeiros 20 da UF 305, a Edera recebeu, relativo a 20 equipamentos. Foram entregues 26 equipamentos, entre camas e monitores também, que aí é um processo que envolve outros equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Acho que o Deputado Relator estava querendo um espaço, que era para eu dar no início e acabei passando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu estou aguardando, pacientemente, Deputado. Terminou?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Terminei, eu me dou por satisfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado.

Eu preciso voltar um pouquinho antes de passar a palavra para os meus colegas. É o seguinte: para falar com o Leandro e com o Helton. Por quê? Porque, obviamente, o Douglas está recolhido ao presídio, porque ele disse aqui que não tinha nenhum contato com o Leandro, disse que não apresentou o Leandro, mas logo depois que ele apresentou o Leandro, o Fábio manda uma mensagem com o mesmo produto que mandou pra ele. E também porque o Douglas apagou todas as mensagens que tinha com o Leandro, e o Leandro já faturou uma graninha, sabe, Deputado. A comissão do Leandro no negócio já caiu na conta, não consigo ver aqui o valor porque está muito borrado.

Mas, enfim, o Leandro...foi perguntado para o Secretário Helton a respeito do Leandro, disse que não tinha nenhuma relação com o Leandro também, ou o Douglas, e insiste em dizer que não tem relação com o Leandro. É isso, né, porque a relação é puramente uma relação de cidade pequena.

O SR. DOUGLAS BORBA - Não tenho nenhuma relação comercial ou negocial com o Leandro, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então eu queria mostrar a imagem para vocês, aos Deputados, eu queria mostrar uma imagem.

(*Utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.*)

Esse documento, está um pouco difícil de ler, mas eu vou ajudar os senhores a fazer a leitura, porque foi escaneado no processo de investigação. Consegue ler? Bom, olha só, foi extraído, senhores Deputados, da agenda oficial do Secretário Douglas Borba, essa agenda do dia 10/10/2019, numa quinta-feira em que o Secretário Douglas Borba anota: compromisso, 20h, compromisso, jantar com Leandro Barros. Na agenda está lá o compromisso jantar com o Leandro Barros. E no dia 22/10, terça-feira, visita com o Secretário Helton Zeferino a Leandro Barros. Na agenda, senhores Deputados.

(*O advogado Paulo Cesar Schmitt fala com o senhor Douglas Borba.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E Leandro Barros.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E Leandro?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E Leandro Barros.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, eu falei...desculpa.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls 2398
RUBRICA

PROCURADORIA
PÁG. 2361

É Helton Zeferino e Leandro Barros. Está na agenda oficial, no computador do ex-Secretário Douglas Borba. Então aí acho que a gente merece uma explicação, Douglas e Helton.

O SR. DOUGLAS BORBA – Sim, com toda tranquilidade. É, me recordo dessa...na verdade, pra começar, é, foram mais de mil encontros, é, do Secretário da Casa Civil, Douglas, no ano de 2019. Essa agenda é pública, essa agenda está lá para consulta na Casa Civil. Então, foram mais de mil agendas, e apenas em dois momentos durante o ano de 2019 inteiro, é, eu tive qualquer agenda com o Leandro. E sim, dá pra, na quinta-feira, dia 10/10/2019, é, eu me reuni com o Leandro, com o João Luiz e com mais pessoas, enfim, para tratar de eleições em Biguaçu.

Eu, um agente político, totalmente, lógico, é, preocupado com, com o destino da, da minha cidade no tocante também às eleições municipais do ano que vem, desse ano. É, cogitávamos inclusive a minha saída do governo para participar dessas eleições, era, era um momento de muita, muita conversa e muita especulação. E aí, é, foi marcado esse, esse jantar com o Leandro e com outras pessoas lá de Biguaçu para tratar de questões políticas. É, até é importante dizer que, é, é, eu e o Leandro sempre disse disputamos em lados opostos, nessa eleição a gente estava tentando buscar, é, alguma, algum entendimento. Mas aí também, de existir de concorrer à Prefeitura de Biguaçu, isso não evoluiu.

É, e essa outra agenda, não, aí consigo recordar.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Mas eu me recordo, eu me recordo, Deputado.

O SR. DOUGLAS BORBA – Recorda?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, claro. Essa agenda do dia 22 de outubro de 2019...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito obrigado, pode tirar.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu fui buscar essa agenda, pelo período da manhã eu estive aqui, nesta Casa, na Comissão de Saúde apresentando a Política Hospitalar Catarinense. Às 13h eu me dirigi, juntamente com o Secretário Douglas e mais o doutor Benedet, nós fomos a um prédio que está sendo construído ao lado da ACM, é, aquele prédio existia a possibilidade, até porque o Benedet foi, porque o Benedet é um dos sócios do empreendimento, enfim, que estão construindo. É, nós estávamos nesta época, justamente, é, com bastante dificuldade com relação ao Hospital Celso Ramos, é, especialmente no que diz respeito à questão da segurança contra incêndio. E surgiu uma possibilidade de, é, aquela edificação que lá está sendo construído, enfim, o empreendimento, dizia-se que até o Hospital Moinhos de Vento estava interessado em comprar uma parte no, daquela edificação.

Nós tivemos lá visitando, eu, Leandro e Benedet. É, desculpa, eu, Douglas e Benedet. O Leandro não estava nessa agenda, é, se quiserem confirmar, o doutor Benedet é um servidor do Estado, ele pode confirmar com os senhores, está na minha agenda, também é pública. O motivo pelo qual o nome de Leandro estar na agenda eu não sei dizer, eu sei que neste dia eu estive com o Douglas Borba, juntamente com o doutor Benedet visitando uma edificação ao lado da ACM na SC-401.

O SR. DOUGLAS BORBA - Está explicado, eu não me recordava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, que interessante, né, porque das coisas que tem o nome das pessoas vocês não lembram, tem uma memória difícil para lembrar. Mas tudo bem, faz parte. A gente respeita e faz o julgamento que quiser depois.

O SR. DOUGLAS BORBA - Tem mais um fato interessante, ainda na, na conversa que estava tendo com o Deputado Kennedy, é, sobre essas coincidências de cidade pequena e tudo mais, é, e que é importante destacar aqui. Porque é algo que eu vejo que me afasta ainda mais dessa história toda, Deputado, é, de Veigamed e tudo mais. É, o escritório, a Veigamed,

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2379 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2362

ela, ela, pelos depoimentos que foram tirados de Gilliard e depois também de um contador de Biguaçu, ela estava pronta para se instalar em Biguaçu, inclusive, uma filial da Veigamed.

É, o Gilliard, que esteve nessa reunião, é, com a servidora Márcia no dia 4, se não me engano, narrado por ela aqui, 3 ou 4, enfim, é, ele é, é cargo...isso aqui, agora, é o ambiente correto pra falar sobre isso, sobre esse assunto, porque é um ambiente político. É, a esposa dele é um cargo comissionado da Prefeitura de Biguaçu indicada pela minha oponente histórica no Município de Biguaçu, que é uma Vereadora lá do Município e não vale a pena eu expor isso, é, quem seja. Mas, enfim, é pra mostrar que não há qualquer ligação minha com o Gilliard, é, não há qualquer conexão. Isso dito, dito por ele, inclusive, é, essa situação. E a segunda situação é que o escritório de contabilidade que estava sendo contratado pra abrir a filial é um escritório também de um adversário político conhecido meu lá no Município de Biguaçu, né, do atual Vice-Prefeito de Biguaçu, com o qual eu concordaria essa próxima eleição.

Então, se eu tivesse qualquer ligação com uma empresa, ou qualquer indicação de uma empresa ou se soubesse que qualquer empresa fosse se instalar em Biguaçu, por que eu permitiria, ou diria, pra buscar justamente o interlocutor ligado a uma adversária política em um escritório de contabilidade ligado a um, a um oponente político? Enfim, apenas ilustrar aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Simples. O senhor quer que eu responda? O senhor vai se ofender se eu responder? Posso responder. (*Pausa.*) Não, vou me omitir de responder o porquê que o senhor se aproximaria, o porquê que o senhor teria feito o negócio.

Mas, obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pois não, Deputado Sargento Lima, senhores Deputados, senhores depoentes e senhores advogados.

A minha pergunta vai para o doutor Helton e para a senhora Márcia. Tudo isso que está acontecendo aqui não teria acontecido se o processo de compra, se a viabilidade seguiu os seus trâmites legais ou não, mas tudo isso está acontecendo porque houve o pagamento antecipado. Se o pagamento antecipado não tivesse acontecido, poderia ter um processo de uma compra que não obedeceu às regras normais, enfim, mas não haveria esse prejuízo para o Estado.

O doutor Helton fala muito na nota fiscal, e que baseado na nota fiscal teria acontecido o pagamento. A nota fiscal teria sido reconhecida pela senhora Márcia. Eu indago o seguinte: quem foi a pessoa que puxou o gatilho, vamos chamar assim, como dizem, apertou o botão? Quem foi a pessoa que, baseado nessas informações, disse o seguinte: vamos pagar os trinta e três milhões. É possível que o doutor Helton ou a senhora Márcia possam precisar isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado, eu não tenho, nunca tive essa autonomia.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - O que eu posso dizer pro senhor, Deputado, é que uma vez que eu tenho uma nota que ela é certificada, ela segue o rito normal de pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Mas foi o senhor que deu o prosseguimento para que ela chegasse a ter...?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Claro que não, Deputado, claro que não, a minha participação nesse processo, ela se resume à assinatura da ordem de fornecimento. A partir daí, foi, são gerados mais 2 processos de pagamento, com 2 notas fiscais, onde eu tenho uma certificação, ela é inserida no Sigef e é encaminhado pro, para a

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2380 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2363

Coordenação do Fundo Estadual de Saúde para efeito de pagamento. Não tem assinatura minha, não tem despacho meu e não tem participação minha.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado, posso continuar?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pode.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - No momento em que o então Secretário, ordenador da despesa, inverteu o processo, definiu a proposta sabendo que era condição mínima para o prosseguimento da proposta o pagamento desta. Neste momento da inversão do processo, ali já estava convicto de que ele sabia e de que ele negociou e ordenou esse pagamento e definiu, tanto que colocou isso para a sociedade catarinense no dia 30 em *live* numa coletiva com o Governador, que os equipamentos chegariam entre, entre 3 e 5. Ele falou publicamente, inclusive, sabendo da condição da proposta, negociando e sendo ordenador primário de uma quantia de 33 milhões.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, enfim, nós já estamos falando há algumas horas sobre essa questão da, das notas fiscais, mas é sempre importante a gente destacar que no rito administrativo nós temos algumas pessoas que fazem atos, e aqui nós temos uma, um recebimento, que foi dado numa, em 2 notas. Quando se fala, por exemplo, em, nessa *live*, é, lá nós falávamos, inclusive, também pra questão dos respiradores da Intelbras, que não se materializou. É, o que nós temos aqui, o senhor foi perfeito na sua frase no início da sua fala quando o senhor diz: apesar de todas as inconsistências desse, é, desse processo de compras, se não tivesse sido realizada a certificação dessa nota, nós não estaríamos aqui hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Quer dizer, no seu pensamento está comprovado que a senhora Márcia, pela assinatura dela, vamos dizer assim para que fique claro para as pessoas, o aceite dela nesta nota provocou que o pagamento dos respiradores fosse efetuado sem que houvesse a entrega. Quem fez o pagamento baseado nesta nota imaginou que o produto teria sido entregue? Os equipamentos, os respiradores estariam entregues?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, não era o meu pensamento, isso aqui é materializado. Nós temos 2 notas fiscais que foram assinadas e inseridas no Sigef. Os senhores vão ter oportunidade, na próxima terça-feira, de conversar como o Coordenador do Fundo, é, e lá os senhores vão entender um pouco melhor de como é que foi realizado esse processo de pagamento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Satisfeito. Pois não, Márcia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Desculpe, se eu puder complementar ao final.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Eu gostaria de deixar claro que todos que tramitaram este pagamento, do ente que negociou sabendo da condição de pagamento, noticiou ela desta pessoa até o ponto final, todos, todos ali (*o advogado Paulo Cesar Schmitt fala com o senhor Douglas Borba*), saindo da SGA, adentrando na Coordenação do Fundo, a gerente de Orçamento, o gerente Financeiro, que são as pessoas que apertam o botão, todos sabiam que os equipamentos não estavam e que o pagamento era antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Para mim ficar claríssimo de que, é...eu não posso, de forma alguma, isso é uma avaliação que faço, como

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2381 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2364

que acontece o pagamento de trinta e três milhões, Secretário Helton, que vossa excelência tenha confiado, mas sabendo que esses equipamentos seriam importados e a nota fiscal chegou 4 ou 5 dias depois de confirmada a compra, depois de autorizada a compra, como é que um produto deste poderia ter chegado em tão curto espaço de tempo, se os produtos eram, pelo menos de conhecimento de todos, que tinha dificuldade para comprar e que seriam produtos que vinham importados? Seria uma rapidez que qualquer um poderia ter imaginado que o produto não tinha chegado, ou tinha acontecido um milagre para esse produto estar à disposição da Secretaria da Saúde.

Esse é o meu entendimento. Obrigado, Presidente.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, só para, só para...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O Secretário Helton quer fazer...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Só para informar ao senhor que a emissão da nota fiscal, não fui eu que pedi. Quando essa nota fiscal foi emitida, é, ela foi recepcionada por alguém que fez o devido recebimento. Então, é, quando o senhor diz que não saberia se teria a capacidade de entregar no dia 7 ou não, se não tivesse chego dia 7, chegasse dia 8, dia 9 ou não tivesse sido entregue, se não tivesse sido realizada a certificação dessa nota, nada teria acontecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Sopelsa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Deputado, só mais uma última situação com o Douglas. Ele falou aqui de conversa pelo WhatsApp com a Márcia, com o Helton, e eu fiz um comparativo de conversas que ele fez, e ele disse que apagou as conversas que ele fez com o Leandro, porque o celular dele estava lotado, a memória estava lotada. Eu, a Perícia vai mostrar isso, a gente vai ter acesso à Perícia. O senhor apagou só as conversas que tinham com o Leandro ou fez aquele rapa direto no celular?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, Deputado, assim, na verdade eu tinha um, apenas um número, e nesse eu concentrava uma vida, ah, os meus contatos pessoais e também os institucionais e profissionais. É, eu, por zelo, é, ao Estado e também zelo ao meu trabalho, eu dei preferência e preservei aquilo que era inerente ao trabalho, sempre fiz isso. Tem uma memória, é, do trabalho, todas as conversas com Secretários e tudo mais, tudo ali.

É, e aí, essas conversas que, de grupo, essas conversas individuais que não tinham o porquê ser armazenadas, porque não continham nenhum, nenhuma informação relevante para eu ter no futuro, era comum, era muito habitual eu, no final de semana, fazer a limpa para liberar a memória pra eu ter o cuidado de fazer os *backups* necessários a manter no celular.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então o senhor escolheu as mensagens que iria pagar?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não é, não é um processo de escolha, Deputado, é o processo daquilo que não importa. O celular, cada um, é um item pessoal de todos nós.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, sim, porque tem dois modelos de apagar as mensagens. Tem aquele que você vai lá, separa as mensagens, digita o número, faz a limpa e daí limpa tudo. E tem aqueles que vai apagando, um a um, conforme você quer. Então você disse que foi apagando um a um, conforme você queria. É isso.

O SR. DOUGLAS BORBA – É, aquilo que não interessava pra me manter como, como, como, enfim, não tinha o porquê manter conversas, bobagens, enfim, então acabava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Entendi, não foi tudo, foi só parcialmente apagado.

O SR. DOUGLAS BORBA - Eu preservava, a, a regra era excluir aquilo que não interessava, e eu preservava as mensagens que...inerentes ao meu trabalho.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2382 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2365

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Fabiano da Luz, consulto se vossa excelência tem algum questionamento, alguma coisa a fazer? Não?

(*O senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz acena negativamente com a cabeça.*)

Senhores Deputados, eu ouvi diligentemente cada uma de vossas excelências, ouvi a declaração das testemunhas, e agora eu vou me tomar a liberdade, com 2 Deputados amigos meus aqui dentro dessa CPI, para utilizar de exemplo ao ponto que eu quero chegar. Sei do máximo respeito e do zelo que o Deputado João Amin tem com a sua família. É um Deputado, senhor Douglas, que é filho de um Senador da República, talvez uma das mais eminentes figuras políticas da história do Estado de Santa Catarina. E ele nunca ocupou o cargo de Secretário-Geral do partido dele, e tem um histórico político dentro desse partido, militante e atuante.

Quero usar também o exemplo Deputado Cobalchini. Perguntei-lhe agora há pouco. Ele disse: "quantos anos por quê?" Eu não vou fazer a conta total no geral, porque a gente vai acabar revelando a idade do Deputado, mas desde 1984 ele está dentro do partido que ele pertence e também não ocupou esse cargo.

O que eu quero dizer como isso? Que quando o senhor disse: "Olha, eu, em uma das publicações que tinha sido convidado para ocupar esse cargo..." Por que eu usei o exemplo do Deputado João Amin? Porque isso é uma coisa que nem pai faz para filho, nem pai faz para filho, convidado de honra do partido, convidado pelo Governador para fazer, para integrar, dentro, como Secretário-Geral do partido.

Então, façam a conta, desde 1984, também não teve o privilégio, esse privilégio que o senhor alcançou em meses como filiado ao PSL. Então é uma coisa que nem com os mais de 30 anos você consegue e nem é um negócio que é feito de pai para filho, o que denota e fica clara uma evidente confiança e bem querência do Governador do Estado para com o senhor.

Vamos adiante, também por indicação e por confiança lhe foi entregue, no meu entendimento, dentro do Executivo, uma das cadeiras mais importantes dentro do Estado, sem demérito às demais, mas na verdade o Chefe da Casa Civil é o elo de ligações entre as Secretarias, entre o Executivo, entre o Legislativo, mais uma benesse também que, não vou dizer que é de pai para filho porque a gente não teve essa situação ainda, histórica, no Estado de ter um pai que fosse Governador e estendesse isso ao filho.

Não é o que causa estranheza, porque segundo a declaração do senhor, e o senhor confirma que deu ciência ao Governador no dia 16, ex-Secretário Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Dia 15.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Dia 15, um dia antes ainda. Do dia 15 até o dia 22, um homem que é de total confiança do Governador do Estado, do dia 15 até dia 22, isso são o quê? Seis dias, quase uma semana, onde praticamente isso lhe foi comunicado: "Olha, nós levamos aí um calote, nós pagamos algo que a gente não tem a menor possibilidade de afirmar que sim, que ele vai ser entregue ou que, no mínimo, eles existam."

E nesse meio tempo, e detalhe, respiradores, que são um objeto que na época era o objeto de desejo por todos os Governadores da Federação. Em todo o território nacional quem possuía um respirador tinha dinheiro na mão e era o objeto de desejo de todos os Governadores e de todos os Secretários de Saúde. Nesse meio tempo, do dia 16 até o dia 22, o Governador não entrou em contato com senhor ele falou assim: "Poxa vida, hein, meu Chefe da Casa Civil, oh meu Secretário, puxa vida, que calamidade, que catástrofe." Ele não...essa informação que eu quero confrontar dos 2 senhores. Em uma semana ele não esboçou, assim, ficou passivo: "Seja o que Deus quiser, não vou conversar nem com um nem com outro, eu vou ficar aqui assim esperando o que vai acontecer. Vamos ver, porque de repente pode ser que apareça."

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fl. 2383 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2366

É inadmissível isso. Nem com o Secretário da Saúde, que é o responsável direto por isso, olha, era a preocupação de todo Secretário da Saúde, de todo Governador ter esse equipamento na mão, e o seu braço direito ali, o seu Chefe da Casa Civil, e durante 7 dias nem os senhores nem nada. Ele não falou assim, nem uma vez assim: "Venham aqui conversar comigo, vamos conversar. Olha, talvez essa ligação da Veigamed veio de dentro de um presídio, porque pode ser, porque, às vezes, eles ligam de dentro do presídio e dão um golpe nos outros." Não poderia ser, em nenhum momento ele falou isso pro senhor, nem pro senhor, nestes 7 dias, do dia 16 ao dia 22? Ou falasse assim: "Como vamos resolver esse problema dos respiradores?"

Esse é o meu...de confrontar, porque eu preciso da resposta dos senhores.

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito. Vou responder por mim, primeiro em relação ao partido, né, ao PSL. Na verdade, a gente tá falando aqui que de PP e MDB, os dois partidos mais tradicionais de Santa Catarina, Deputado João e Deputado Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu estou falando da construção de um elo de confiança entre o senhor e o Governador.

O SR. DOUGLAS BORBA – Mas eu posso justificar, senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. DOUGLAS BORBA – É, e também são partidos, além do histórico, com grande capilaridade e com grande de filiados. Então, de fato, escolher entre os seus filiados, é, posições para determinados cargos do partido é uma missão, de fato, muito mais complicada. Do que PSL, no momento em que eu fui convidado pelo Presidente Fábio e pelo Governador para assumir a Secretaria num, numa divergência interna que ele teve os seus Deputados, enfim, e que naquele momento foi constituído um novo momento, e, e, e, e aí colocaram meu nome ali, assim como colocaram o nome de outras pessoas, até sem a expressão política do naipe dos Deputados aqui, é, presentes.

É, contesto também a questão da benesse da Casa Civil, acho que foi a maior bucha que eu já tive na minha vida, e isso se comprova agora, nesse momento infernal que venho passando por não ter cometido absolutamente nada. E reitero, é, ao senhor que, é, eu fiquei sabendo, é, da aquisição desses respiradores e da não entrega e do pagamento adiantado, enfim, aí o Helton detalhou pra gente é o que acontecera no processo, é, da Veigamed no dia 22 de abril. Eu não tinha conhecimento que o Secretário Helton já tinha tido esse contato com o Governador, e não estive nesse encontro. O Helton pode confirmar, enfim, mas não estive nesse encontro.

Agora, o que foi feito entre o dia 15 e o dia 22, aí eu acho que o Secretário Helton pode...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Quer dizer que o Governador não falou com o senhor sobre o assunto respirador no dia 15...

O SR. DOUGLAS BORBA - Mais uma, mais uma vez eu vou dizer, Deputado, que as questões durante a pandemia elas saíram da, é, da, da, saíram da habitualidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. DOUGLAS BORBA – Saíram da habitualidade, e inclusive do contato existente entre eu e o Governador. Então esse foi o momento em que o Secretário Helton provocou essa reunião e disse: "Olha, nós temos um problema pra resolver." E na rua, ali, na presença minha, do Governador e do Chefe de Gabinete do Governador, os problemas, e a partir dali foi uma correria pra gente tentar, primeiro, viabilizar novos ventiladores, na manhã do dia seguinte a gente já foi na WEG, conversar com os representantes da WEG, enfim, e uma correria também, é, de, é, pedido pelo Governador e pelo Secretário Helton, de buscar as informações pra gente desvendar e o que tinha acontecido junto às autoridades responsáveis, enfim.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2384 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2367

Então, a partir do dia 22 para frente, eu sei todas as medidas que foram tomadas, inclusive por mim, enquanto Chefe da Casa Civil, que também tomei algumas medidas que já narrei aqui no meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Satisfeito.

Ex-Secretário Helton, então do dia 16 até o dia 22 o Governador não tocou nesse assunto como o senhor? Assim, não abordou de forma alguma?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, eu não posso responder pelo Governador. Na verdade, eu passei a informação pra ele a respeito do que tinha acontecido na PGE e aí quero crer que ele deva, é, ter entendido que a orientação da PGE era adequada, mas eu não posso responder por ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, mas não houve assim: "Oh, meu Secretário!"

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Senhor Presidente, 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu, cada um responde pelo que faz, da experiência que eu tenho. O Governador precisa saber, imediatamente, de situações como essa. Não pode esperar 15 dias, nem 2 dias, nem 2 horas, suspenda tudo que estiver fazendo e comunica ao Governador, porque a partir daí, certamente, que vai se deflagrar um processo. Porque eu não consigo acreditar um negócio desses, porque eu vou dizer, eu conheço alguns que foram Governadores, que se tivesse acontecido isso nos seus governos, avisar 15 dias depois do fato, imediatamente o Governador iria exonerar esse Secretário.

Não estou falando da situação específica, mas não tem, muito difícil uma situação como essa e uma falta de comunicação interna. Isso é uma deslealdade, se isso é verdadeiro, é uma deslealdade com aqueles aos quais nós estamos servindo, que tem que ter a informação.

Eu queria fazer essa observação, e se o Governador ouviu isso no dia 16, tardiamente, é verdade. Mas, se no mesmo dia não tomou nenhuma providência, também é muito estranho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores, também para conhecimento de todos, 2 documentações aqui que foram entregues para mim e que é pertinente que eu leve ao conhecimento de todos. Foi o entregue do pedido de *habeas corpus* da senhora Márcia.

Quero também salientar aos senhores que no artigo 43, lá parágrafo 3º da Constituição do Estado de Santa Catarina, que diz que as Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação próprios de autoridades judiciais. A maior autoridade dentro dessa Casa, senhores, é o cidadão catarinense, aqui representado pelos Deputados, concluindo-se dessa forma que a maior autoridade dentro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina é a figura do Deputado, legitimado pelo escrutínio dos votos, ou seja, pela vontade única do cidadão.

A CPI tem, sim, amplitude e abrangência de uma instrução judicial como qualquer outra, mas com algumas diferenças. Eu vou elencar as diferenças aqui: o amplo acesso e a possibilidade de leitura dos autos, coisas que em outros foros, não acontece. O livre acesso das testemunhas e seus advogados, como nós podemos observar aqui durante todo o período. Vem, chama pelo ombro, pega pela mão, pode conversar, estendidos todos esses direitos aqui. Inclusive pela defesa da Seção de Santa Catarina da Ordem dos Advogados do Brasil nos foi também enviado um requerimento para que pudessem acompanhar as atividades da Comissão Parlamentar, dois representantes da OAB, sendo ele o seu Thiago Souza de Albuquerque e o seu doutor Eduardo Goeldner Capella. Pergunto se um dos dois se encontra nessa sala? O que

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2385 RUBRICA
PRO... ORIA PÁG. 2328

dá maior amplitude ainda e maior liberdade e segurança aos trabalhos dos advogados nesta sala.

Tudo isso é a confirmação da transparência e da forma muito mais do que democrática que esta Comissão trabalha e que ela conduz os seus trabalhos. Isso é importante, porque o cidadão catarinense tem ideia da forma como estão sendo conduzidos os trabalhos dessa CPI por todos aqueles que aqui estão presentes. Quero agradecer a cada uma das testemunhas que foram chamadas hoje aqui, vou estender um prazo de 5 minutos para cada uma das testemunhas, para que elas possam fazer suas considerações finais.

E, obviamente, seguindo o cavalheirismo, primeiro a senhora, dona Márcia, e posteriormente os outros dois senhores serão também serão beneficiados com esse benefício, algo que possa contribuir ainda mais para esta Comissão Parlamentar.

A senhora tem cinco minutos.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu gostaria de lamentar a experiência que tive, sobretudo do dia 12 de março até o dia da minha exoneração, 24 de abril, a desconstrução de uma organização interna de trabalho proposta. Gostaria de ressaltar, quando o Deputado Kennedy mencionou atrás, ali, se os Superintendentes eram convocados ou não, se estava na Portaria ou não. Numa oportunidade, numa única oportunidade em que eu estava em reunião na SGA, naquele dia eu recebi ligação, ou áudio, do então Secretário de Estado e ele disse: "Onze horas, ou meio dia, teremos uma reunião. Então, aguardaremos até seu expediente aqui." Os nossos expedientes foram transferidos para a Defesa Civil. Então, sim, nós estávamos todos convocados, é, inclusive ouvíamos, é, não tão formais expressões do então Secretário de Estado, dizendo que os Superintendentes que não estavam ali já estavam com os seus avisos prévios, fazendo referência àqueles colegas que ali não estavam. Abre aspas "fulano já está de aviso prévio" fecha aspas. Isso a gente ouvia também, porque não estava dando o expediente ali.

(*O senhor Douglas Borba fala com seus advogados.*)

Assumiu formalmente dia 3 de fevereiro, em portaria publicada em Diário Oficial. Fui exonerada dia 24 de abril do cargo, e lhes digo que, rapidamente, muito rapidamente, nós já temos o sentimento de lamentar a gestão em que eu fui diretamente subordinada.

Boa noite a todos.

(*O Presidente, Deputado Sargento Lima, se ausenta por um breve momento do recinto.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Secretário Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, eu só gostaria de reforçar então que nós temos, na noite de hoje nós escutamos muitas informações, informações que esclarecem um pouco mais do que aconteceu na compra desses respiradores. Mas volto afirmar para todos aqueles que nos ouvem, para os senhores Deputados que aqui estão, que todo este processo, ele não teria tomado a dimensão que tomou caso nós não tivéssemos, é, tido a materialidade de uma certificação, nas duas notas fiscais, por parte da servidora Márcia, que obviamente desencadeou o processo de pagamento na Secretaria.

Então, é aqui que está, é, o foco disso, é aqui que nós devemos, é, entender e, obviamente, as explicações, elas devem partir deste processo, porque é aqui que nós temos o atestado ou a certificação de algo que não chegou. Então, é só pra deixar claro pra todos que, é, a caneta, enfim, ou coisa que o valha que deu origem a esse processo de pagamento, ele surge a partir do momento que eu tenho certificação em nota fiscal.

Muito obrigado a todos e boa noite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA – Muito obrigado, Deputado-Relator Ivan Naatz, eu quero agradecer a essa CPI, é, mais uma vez manifestar meu profundo respeito à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com quem tive a oportunidade de conviver, enquanto

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2386 RUBRICA
PROCURADORIA PAG 2367

Secretário de Estado, durante 1 ano e 4 meses e 10 dias. É, esse respeito que tenho ao trabalho da CPI, que a gente vê aqui que consegue, de fato, aprofundar ainda mais aquilo tudo que vem sendo investigado pelas autoridades competentes, e isso é importante para esclarecimento de todos os fatos que permeiam essa compra.

Então, parabenizar a condução do Presidente Lima, parabenizar a condução, é, de todos os Deputados, do Relator e todos que compõem a Comissão. É, de igual forma, manifestar o meu profundo respeito, profundo respeito às instituições do Estado de Santa Catarina, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e também ao Poder Executivo do Estado.

Enquanto a minha passagem pela Secretaria da Casa Civil, tentei ao máximo aproximar essas instituições, é tratar como bem, bem, sempre, sempre falei, problemas de Estado, conversando com todas as instituições, e esse respeito às instituições fazem com que, é, eu encare hoje a condição que estou, detido, é, preventivamente, como um instrumento que a Legislação, de fato, prevê; e como advogado, eu tenho que encarar isso de maneira firme, forte, porque eu sei que é uma prerrogativa legal e que, se o Ministério Público pediu e o Poder Judiciário acatou, é pra melhor solucionar todo esse problema que vem acontecendo.

E eu tenho muita esperança, muita fé, ainda mais depois de hoje, tantos esclarecimentos tragos aqui, que esse processo ao qual eu fui envolvido injustamente, restará comprovado que, é, não teve qualquer participação ou qualquer mando do então Chefe da Casa Civil do Estado de Santa Catarina, Douglas Borba.

É importante dizer, é, ainda que as investigações estão avançadas lá no âmbito policial, no âmbito do Ministério Público e, pelo que tudo indica e por tudo que a gente tem lido, não é, e os senhores também, e até pelo que eu tive notícia que foi falado na imprensa e, e, e da própria coletiva de imprensa, é, da Força Tarefa, não há indícios de corrupção, não há indícios de que, é, alguém do Poder Público ganhou alguma coisa nesse negócio.

Só reforça que o que houve foi, de fato, um processo desastroso na Secretaria da Saúde, que começou errado e, como tudo que começa errado, termina errado. E as dezesseis pessoas comentadas aqui pela Secretária, pela Superintendente Márcia e também pelo Secretário Helton, que atuaram nesse processo, todas elas já foram ouvidas, ou pela CPI ou pela Força Tarefa, e nenhuma das dezesseis pessoas diz que o Douglas participou em qualquer momento, a maioria delas, inclusive, nem sabem quem é Douglas.

É impossível, senhores, que o Douglas tenha exercido qualquer influência na compra desses respiradores e que as dezesseis pessoas que participaram desse processo venham aqui dizer que não conhecem, que o Douglas nunca ligou para pedir pagamento, como a gente já ouviu no depoimento do José Florêncio, que o Douglas nunca ligou no setor financeiro para pedir agilidade, que, enfim, não existe.

Assim como todos os servidores da Defesa Civil em, e até mesmo o próprio Secretário da Defesa Civil esteve aqui, e há inclusive o processo administrativo onde o Secretário da Defesa Civil coloca isso por escrito, dizendo que o Douglas não teve participação nenhuma no processo de contratação do Hospital de Campanha. Todos os servidores da Defesa Civil que passaram aqui também afirmaram isso, categoricamente, quando perguntado pelos senhores. Então, senhores, eu reafirmo que eu não outorguei procuração pra ninguém falar em meu nome, seja em processo de Hospital de Campanha muito menos em processo de aquisição de respiradores.

Para finalizar, senhor Presidente, eu digo que não se pode terceirizar responsabilidades, já usei essa frase aqui na terça-feira passada e volto a repetir, porque a responsabilidade, de fato, ela tem que ser apurada, e ainda há uma discussão de onde está, efetivamente, a responsabilidade. O Deputado Sopelsa, com toda sua sabedoria, disse: "Quem apertou o botão? Isso ainda não está esclarecido."

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA
Fls. 2387
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2370

Eu só tenho uma certeza, não fui eu. Assim como não fui eu que participei de cada um dos outros 16 atos desse processo desastroso de compra do governo do Estado.

Eu nunca considerei, Superintendente Márcia, Secretário Helton, que vocês quiseram errar. Eu mandei uma mensagem para a servidora Márcia no dia 27 de abril me solidarizando com o momento que ela teve de afastamento das suas funções, porque eu entendia que não era justo a maneira como estava acontecendo ali, só ela diante de um processo tão desastroso. Entendia, sim, que havia erros, mas que era injusto.

Numa vídeochamada no dia 29, eu, o Secretário Helton, o Governador Moisés, o PGE Alisson, fizemos uma vídeochamada para o Governador naquele momento, o Governador pediu que eu e o Alisson participássemos, pro Helton, pro Governador acatar o pedido de exoneração do Helton. Nós choramos na *live*, eu chorei, me sensibilizado com o momento que o Secretário Helton era mais um membro da nossa família, da grande família governo Moisés, das 53 estruturas que tentavam, ao máximo, umas ajudar as outras, e a gente sempre lamenta quando um Secretário lamentava, quando um Secretário saía desse governo.

Vocês nunca quiseram errar, a Saúde nunca quis errar. Na minha opinião, digo, não houve má-fé. Entretanto, senhores, eu estou preso hoje, preventivamente, por algo que, de fato, eu não fiz, não conhecia e não participei. Eu tô preso por depoimentos confusos e contraditórios, versões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Para a conclusão.

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito. Versões que se alternavam. Mas, de fato, senhores, ainda há tempo de se fazer justiça; comigo, pelo menos. Quando forem dormir, na noite de hoje, lembrem onde estou e o que motivou eu estar lá. Amanhã eu posso sair, amanhã pode ser feita justiça. Eu só dependo de vocês. Que essas versões deixem de ter dualidade e que sigam o caminho da verdade.

Eu não sei se eu devo alimentar essa esperança, afinal de contas o julgamento final não é aqui, o julgamento final é divino, nada que a CPI concluir, que o Ministério Público concluir, que o Poder Judiciário concluir vai mudar o julgamento divino.

Obrigado a todos, boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado às testemunhas, aos senhores defensores. Eu peço à assessoria que os conduzam. Tenham uma boa-noite de descanso.

(*Os depoentes, acompanhados de seus respectivos advogados, deixam o recinto.*)

Consulto os senhores Deputados, que diante de vários depoimentos aqui possam ter apresentado novos nomes, ainda acolho, para essa reunião ainda, algum possível requerimento, mesmo que de forma verbal.

(*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Senhor Presidente, quais são os próximos depoimentos, é na próxima terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Na próxima terça-feira.

Então, concluo a reunião de hoje convocando uma próxima reunião para terça-feira, próxima terça, às 17h... às 16h, porque houve mudança.

Muito obrigado a todos. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Fls 1727

CÓPIA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

PROCURADORIA
P. 237
PAG.

Ofício nº 070/2020/CPI

Florianópolis, 22 de junho de 2020.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls 2388
RUBRICA

Excelentíssimo Senhor
CARLOS MOISES DA SILVA
Governador do Estado de Santa Catarina
Centro Administrativo do Estado de Santa Catarina - Rod. SC 401, Saco Grande
Florianópolis/SC

Senhor Governador,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 011-DL, de 2020, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da empresa VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, tendo por objeto a aquisição de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), dirijo-me a Vossa Excelência para informar e solicitar o seguinte:

Esta Comissão, por requerimento do relator, deliberou em 9 de junho pela oitiva de Vossa Excelência, na qualidade de convidado, para prestar esclarecimentos e auxiliar os trabalhos da CPI.

A Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa expediu parecer reconhecendo-lhe todas as garantias constitucionais estabelecidas.

Ante o exposto, solicitamos a Vossa Excelência que informe a esta Comissão, de que forma gostaria de atender aos questionamentos relativos aos fatos sob apuração.

Atenciosamente,

RECEBIDO
Em 23/06/20
magda
ME

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Palácio Barriga Verde
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310
Centro - Florianópolis - SC - 88020-900
Fone: (48) 3221 2610
E-mail: coordenadoriadascomissoes@alesc.sc.gov.br
Site: www.alesc.sc.gov.br

Ofício nº 077/2020/CPI

Florianópolis, 17 de junho de 2020.

Ao Senhor
JOSÉ EDUARDO TASCA
Secretário de Estado da Administração
Rodovia SC 401 KM 5 nº 4.600 Saco Grande II
Florianópolis - SC

CÓPIA

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2389 RUBRICA

Assunto: compartilhamento de informações e cópia de documentos.

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 011-DL, de 2020, para, no prazo de 120 (centro e vinte) dias, apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar Eireli, tendo por objeto a aquisição de 200 respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) e, atendendo a deliberação deste Colegiado, com fundamento no artigo 155, inciso II e V, combinado com o artigo 156, inciso V e o artigo 160 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, solicito que Vossa Excelência providencie o envio dos documentos e informações listados abaixo, no prazo de 15 (quinze) dias:

1. informações e cópias de documentos referente à sindicância, processo administrativo disciplinar - PAD e tomada de contas especial relacionadas à dispensa de licitação nº 754/2020 realizada pela Secretária de Estado da Saúde.

Atenciosamente,

RECEBIDO
Em 18/06/2020
Legível
Secretaria de Estado da Administração

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Palácio Barriga Verde
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310
Centro - Florianópolis - SC - 88020-900
Fone: (48) 3221-2610
E-mail: coordenadoriadascomissoes@alesc.sc.gov.br
Site: www.alesc.sc.gov.br

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO

PROCURADORIA PÁG. 2073

Ofício nº 078/2020/CPI

Florianópolis, 17 de junho de 2020.

Ao Senhor
ANDRÉ MOTTA RIBEIRO
Secretário de Estado da Saúde
Rua Esteves Júnior, 160 - Centro
Florianópolis - SC

CÓPIA

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2390 RUBRICA

Assunto: compartilhamento de informações e cópia de documentos.

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 011-DL, de 2020, para, no prazo de 120 (centro e vinte) dias, apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar Eireli, tendo por objeto a aquisição de 200 respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) e, atendendo a deliberação deste Colegiado, com fundamento no artigo 155, inciso II e V, combinado com o artigo 156, inciso V e o artigo 160 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, solicito que Vossa Excelência providencie o envio dos documentos e informações listados abaixo, no prazo de 15 (quinze) dias:

1. informações e cópias de documentos referente à sindicância, processo administrativo disciplinar - PAD e tomada de contas especial relacionadas à dispensa de licitação nº 754/2020 realizada pela Secretária de Estado da Saúde.

Atenciosamente,

SEC. ESTADO DA SAÚDE
RUA ESTEVES JÚNIOR, 160
RECEBI O ORIGINAL
NOME: Lucas S.
ASS.:
DATA: 17/06/2020

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Palácio Barriga Verde
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310
Centro - Florianópolis - SC 88020-900
Fone: (48) 3221 2610
E-mail: coordenadoriadascomissoes@alesc.sc.gov.br
Site: www.alesc.sc.gov.br

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO

PROCURADORIA PÁG. 3374

Ofício nº 079/2020/CPI

Florianópolis, 17 de junho de 2020.

CÓPIA

Ao Senhor
LUIZ FELIPE FERREIRA
Controladoria Geral do Estado de Santa Catarina
Rodovia José Carlos Daux, 5500, SC 401 Square Corporate - Torre Campeche B, 3º andar, SALA 323 – Saco Grande
Florianópolis - SC

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2391 RUBRICA

Assunto: compartilhamento de informações e cópia de documentos.

Senhor Controlador-Geral,

Cumprimentando-o, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 011-DL, de 2020, para, no prazo de 120 (centro e vinte) dias, apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar Eireli, tendo por objeto a aquisição de 200 respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) e, atendendo a deliberação deste Colegiado, com fundamento no artigo 155, inciso II e V, combinado com o artigo 156, inciso V e o artigo 160 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, solicito que Vossa Excelência providencie o envio dos documentos e informações listados abaixo, no prazo de 15 (quinze) dias:

1. informações e cópias de documentos referente à sindicância, processo administrativo disciplinar - PAD e tomada de contas especial relacionadas à dispensa de licitação nº 754/2020 realizada pela Secretária de Estado da Saúde.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Palácio Barriga Verde
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310
Centro | Florianópolis | SC | 88020-900
Fone: (48) 3221-2610
e-mail: coordenadoriadascomissoes@alesc.sc.gov.br
Site: www.alesc.sc.gov.br

16/06/20

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Fls. 1131 Rubrica

PROCURADORIA PÁG. 2375

Ofício nº 080/2020/CPI

Florianópolis, 17 de junho de 2020.

CÓPIA

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2392 RUBRICA

Ao Senhor
JOSÉ EDUARDO TASCA
Secretário de Estado da Administração
Rodovia SC 401 KM 5 nº 4.600 Saco Grande II
Florianópolis - SC

Assunto: realização de perícia.

Senhor Secretário,

Cumprimentando-a, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída através do Ato da Presidência Nº 011-DL, de 2020, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da empresa VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, tendo por objeto a aquisição de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) e, atendendo à deliberação deste Colegiado, venho respeitosamente, com fundamento no artigo 155, inciso II, combinado com o artigo 156, inciso V, e o artigo 160 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, requerer o que segue:

1. realização de perícia no Processo SES 00039977/2020, constantes no Sistema SGP, bem como, para que seja elucidado qual(is) IP(s) (computador/notebook) foi(RAM) utilizado(s) para a assinatura de todas as páginas constantes no referido processo.

Atenciosamente,

RECEBIDO
Em 18 / 06 / 2020
Sandra A. Cardoso
Nome Legível
Secretário de Estado da Administração

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Palácio Barriga Verde
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310
Centro - Florianópolis - SC - 88020-900
Fone: (48) 3221-2610
E-mail: coordenadoriadascomissoes@alesc.sc.gov.br
Site: www.alesc.sc.gov.br

Fls. 1132 Rubrica

PROCURADORIA PÁG. 2396

Ofício nº 081/2020/CPI

Florianópolis, 17 de junho de 2020.

Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça
ALEXANDRE GRAZIOTIN
Ministério Público de Santa Catarina
Rua Bocaiúva, 1792, 17º andar
Florianópolis/SC

CÓPIA

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2393 RUBRICA

Assunto: compartilhamento de informações e cópia de documentos.

Senhor Promotor,

Cumprimentando-a, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída através do Ato da Presidência Nº 011-DL, de 2020, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da empresa VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, tendo por objeto a aquisição de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) e, atendendo à deliberação deste Colegiado, venho respeitosamente, com fundamento no artigo 155, inciso II, combinado com o artigo 156, inciso V, e o artigo 160 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, solicitar o compartilhamento de informações e cópia de documentos necessários para elucidação dos seguintes quesitos:

No que tange aos R$33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), pagos pelo Governo do Estado de Santa Catarina:

- Qual valor já foi reavido pela Força Tarefa?
- Quanto desse valor já está consolidado para devolução do erário?
- Quanto desse valor está *sub judice*?

Respeitosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Palácio Barriga Verde
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310
Centro - Florianópolis - SC - 88020-900
Fone: (48) 3221 2510
E-mail: coordenacaocomissoes@alesc.sc.gov.br
Site: www.alesc.sc.gov.br

Nº SIG 02.2020.00047997-2 18/06/2020 14:21
Protocolo 26PJ/CAP
Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

PROCURADORIA
PÁG. 2377

PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 1733

Ofício nº 082/2020/CPI

Florianópolis, 17 de junho de 2020.

Ao Senhor
ANDRÉ MOTTA RIBEIRO
Secretário de Estado da Saúde
Rua Esteves Júnior, 160 - Centro
Florianópolis - SC

CÓPIA

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2394
RUBRICA

Assunto: realização de perícia.

Senhor Secretário,

Cumprimentando-a, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída através do Ato da Presidência Nº 011-DL, de 2020, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da empresa VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, tendo por objeto a aquisição de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) e, atendendo à deliberação deste Colegiado, venho respeitosamente, com fundamento no artigo 155, inciso II, combinado com o artigo 156, inciso V, e o artigo 160 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, requerer o que segue:

1. que o Departamento de Tecnologia de Informação da Secretaria de Estado da Saúde, realize o compartilhamento de informações referentes aos usuários logados no endereço de e-mail da SGA (gmail), bem como o IP da máquina em que foi efetuada a primeira alteração de senhas do referido endereço de e-mail.

Atenciosamente,

SEC. ESTADO DA SAÚDE
RUA ESTEVES JÚNIOR, 160
RECEBI O ORIGINAL
NOME:
ASS.:
DATA: 18/06/2020

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Palácio Barriga Verde
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310
Centro - Florianópolis - SC - 88020-900
Fone: (48) 3221-2610
E-mail: coordenadoriadascomissoes@alesc.sc.gov.br
Site: www.alesc.sc.gov.br

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1734

CÓPIA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO

PROCURADORIA PÁG. 2

Ofício nº 084/2020/CPI

Florianópolis, 22 de junho de 2020.

Ao Senhor
AMANDIO JOÃO DA SILVA JUNIOR
Chefe da Casa Civil - Centro Administrativo do Governo do Estado de Santa Catarina
Rod SC 401, nº 4.600, km 15 - Saco Grande
Florianópolis - SC

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2395 RUBRICA

Assunto: Resposta ao Ofício nº 565/CC - DIAL-GEMAT

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída através do Ato da Presidência Nº 011-DL, em resposta ao Ofício nº 565/CC-DIAL-GEMAT e, atendendo a deliberação deste colegiado, encaminhamos anexo o cronograma das oitivas de testemunhas que são servidores públicos estaduais, aprovadas até a presente data.

Informamos que novos nomes poderão ser aprovados ao longo dos trabalhos da CPI e que poderá haver desistência da oitiva de nomes já aprovados.

Saliento que esta Comissão deliberou que as oitivas sejam preferencialmente realizadas de forma presencial, sendo que são tomados todos os cuidados para evitar riscos à saúde das testemunhas, tais como: medição de temperatura na entrada, higienização constante do ambiente, microfone individual e espaçamento mínimo entre os participantes.

Atenciosamente,

RECEBIDO
Em 23/06/20
Maado
NOME

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Palácio Barriga Verde
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310
Centro - Florianópolis - SC - 88020-900
Fone: (48) 3221-2610
E-mail: coordenadoriadascomissoes@alesc.sc.gov.br
Site: www.alesc.sc.gov.br

Fls. 1735
PROCURADORIA
PÁG. 2374
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls 2396
RUBRICA

CRONOGRAMA DE OITIVAS APROVADAS

Reunião de 23/06/2020 às 17 horas	
Luiz Felipe Ferreira	Controlador-Geral do Estado de Santa Catarina

Reunião de 30/06/2020 às 17 horas	
Frederico Tadeu da Silva	Controle Interno e Ouvidoria da SES
Thyago da Silva Martins	Gerente de Execução Financeira

Sem data definida	
Vanderlei Vanderli Vidal	Superintendente de Gestão Administrativa da SES
Leila Oliveira Danielivicz	Núcleo de contrato s da SES
Nativa Pinto Faccin	Coordenação do Fundo Estadual
Jorge Luiz da Rosa Freitas	Núcleo de Classificação da SES
Fernanda Gabriela dos Santos	Fundo Estadual de Saúde
Angela Seberino da Silva	Núcleo de Conferência da SEC
Gustavo Schmitz Canto	Procurador do Estado
Chaiani Rita Cordeiro	Núcleo de penalidades da SES
Felipe Barreto Mello	Consultor Jurídico da SES
Lourdes de Costa Remor	Sec. Comissão Intergestores Bipartite
Irã Jamur Pedro Zanin	Gerente de Contabilidade da SES
Marluz de Aguiar Imbrosio	Gerente Administrativa Financeira da SES

Palácio Barriga Verde
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310
Centro - Florianópolis - SC - 88020-900
Fone: (48) 3221-2610
E-mail: coordenadoriadascomissoes@alesc.sc.gov.br
Site: www.alesc.sc.gov.br

PROCURADORIA PÁG. 2388

Ofício nº 085/2020/CPI

Florianópolis, 18 de junho de 2020.

CÓPIA

Ao Senhor
LUIZ FELIPE FERREIRA
Controladoria Geral do Estado de Santa Catarina
Rodovia José Carlos Daux, 5500, SC 401 Square Corporate - Torre Campeche B, 3º andar, SALA 323 – Saco Grande
Florianópolis – SC

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2397 RUBRICA

Prezado Controlador,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 011-DL, de 2020, para, no prazo de 120 (centro e vinte) dias, apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar Eireli, tendo por objeto a aquisição de 200 respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), com fulcro no artigo 155, inciso II, combinado com o artigo 156, inciso IV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, **CONVOCO** Vossa Senhoria, na qualidade de testemunha, para prestar novos esclarecimentos quanto ao assunto acima citado.

Informamos que sua oitiva será no dia **23 de junho de 2020**, às **17 horas**, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, Palácio Barriga Verde, sede da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na Rua Doutor Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis - Santa Catarina.

Informamos que Vossa Senhoria poderá, por ocasião do seu depoimento, entregar quaisquer documentos, informações, demonstrativos ou relatórios escritos relacionados ao objeto de que tenha conhecimento e queira fazer chegar à Comissão investigadora.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Palácio Barriga Verde
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310
Centro - Florianópolis - SC - 88020-900
Fone: (48) 3221-2610
E-mail: comissoes@alesc.sc.gov.br
Site: www.alesc.sc.gov.br

PROCURADORIA PÁG. 2301

Gmail

Gerencia de CPI Alesc <gerenciadecpi.alesc@gmail.com>

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Fls. 1737 Rúbrica

Convocação Sr. Leandro Barros - CPI

1 mensagem

Gerencia de CPI Alesc <gerenciadecpi.alesc@gmail.com> 18 de junho de 2020 14:49
Para: hello@gallbrasil.adv.br, duvierra@hotmail.com

Prezado Advogado,

Conforme contato, encaminhamos ofício nº 087/2020/CPI para a convocação de seu cliente, Sr. Leandro Barros, para prestar depoimento no dia 23/06/2020 às 17 horas na sede da Assembleia Legislativa.

Peço a gentileza de confirmar recebimento.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2398 RUBRICA

Atenciosamente,

--

Luciana Garcia Winck
Gerente de Comissão Parlamentar de Inquérito
Coordenadoria das Comissões
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - Centro
88020-900 - Florianópolis - SC
Fone: 48 3221-2610

087 2020 - convocação oitiva de testemunha_ Leandro Adriano de Barros (advogado).pdf
739K